

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

RECOMPOSIÇÃO SOCIOTERRITORIAL EM CONTEXTO DE MINERAÇÃO:
utopia e distopia do PAE Juruti Velho - Pará, Baixo Amazonas

TANIA NAZARENA DE OLIVEIRA MIRANDA

BELÉM (PA)
DEZEMBRO, 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - UFPA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA

TANIA NAZARENA DE OLIVEIRA MIRANDA

**RECOMPOSIÇÃO SOCIOTERRITORIAL EM CONTEXTO DE MINERAÇÃO: utopia
e distopia do PAE Juruti Velho - Pará, Baixo Amazonas**

Tese de Doutorado submetida à avaliação do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de doutor em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociologia

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria José da Silva Aquino Teisserenc

Belém (PA)
Dezembro, 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)
autor(a)

M672r Miranda, Tânia Nazarena de Oliveira.
Recomposição socioterritorial em contexto de mineração
: utopia e distopia do PAE Juruti Velho - Pará, Baixo
Amazonas / Tânia Nazarena de Oliveira Miranda. — 2019.
228 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^a. Dra. Maria José da Silva Aquino
Teisserenc

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-
Graduação em Sociologia e Antropologia, Belém, 2019.

1. Projeto Agroextrativista Juruti Velho. 2.
Recomposição territorial. 3. Puxirum. 4. Mineração. I.
Título.

CDD 301

TANIA NAZARENA DE OLIVEIRA MIRANDA

RECOMPOSIÇÃO SOCIOTERRITORIAL EM CONTEXTO DE MINERAÇÃO: utopia
e distopia do PAE Juruti Velho - Pará, Baixo Amazonas

Tese de doutorado submetida à avaliação do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de doutor em Ciências Sociais.

Área de concentração: Sociologia.

Comissão Examinadora

Profa. Dra. Maria José da Silva Aquino Teisserenc
Orientadora – UFPA

Prof. Dra. Maria Dolores Lima da Silva
Examinadora externa - PPGCP/UFPA

Prof. Dr. Luís Henrique Hermínio Cunha
Examinador externo- PPGCS/UFPA

Andréa Bittencourt Pires Chaves
Examinadora interna - PPGSA/UFPA

Tânia Guimarães Ribeiro
Examinadora interna - PPGSA/UFPA

Suplentes:

Vanderlúcia da Silva Ponte - PPLSA/UFPA

Edna Maria Ramos de Castro- PPGSA

Belém (PA), 16 de dezembro de 2019

*Dedico este trabalho à minha família e à minha saudosa
mãe; ao povo da teologia que liberta; às comunidades
quilombolas e indígenas e aos ribeirinhos...
Ao povo simples de Juruti Velho!*

AGRADECIMENTOS

Parafraseando E. P. Thompson, 'Em Costumes em Comum', não estou reclamando, mas a tese já poderia ter sido defendida se não fosse os problemas relacionados às doenças; e o contexto político de pesadas demandas do movimento fascista, em particular no período eleitoral de 2018, que poluiu sobre os setores da vida política e intelectual no Brasil. Foram essas dificuldades que afetaram significativamente a minha vida acadêmica.

Grata,

À divina Ruah, sopro de vida, alento, hálito divino, respiração. Com este sopro, deste vida aos primeiros seres humanos, à sua imagem e semelhança. Com este sopro me deste a vida, a qual compartilho com pessoas queridas e amadas. Me sinto inspirada pela 'espírita santa' que me orienta, me protege, me guia, alimenta a minha caminhada, me refaz a cada dia, me sustenta e me ajuda a levantar a cada queda. Toda inspiração vem de tua luz, toda a sabedoria vem de ti. Da tua vibração emana toda carícia e ternura do meu sagrado feminino.

À minha família,

Ao meu pai, Raimundo Miranda, homem simples, bondoso, honesto, trabalhador de grande humor e enorme paciência com os filhos e netos.

Aos que nasceram do santo ventre de minha mãe e do carinho do meu pai,

À Kátia e Filonilo (in memoriam), que nos trouxeram Gleison (menino que todos os dias vem ver o avô e as tias velhas); Gleiciane (por ser a minha filhona, sempre toma conta da tia, como se fosse a sua própria mãe), presença nas dificuldades de minha vida. Te amo filha; Gleidson, pela bondade com o avô e parentes;

Ao Ronaldo e Simone (mãe de Maggie), que nos deram Cleiton, Railson, Renato e Maggie (caçulinha da família); o primeiro, meu mano, que trabalha muito, mas sempre dá auxílio nos assuntos da casa; e Simone, que auxilia a família nos assuntos farmacêuticos;

À Carla e Paulo Roberto, que nos trouxeram o Paulo Clístenes (menino especial com sorriso lindo para tudo) e a Káyla Cristina (leveza e beleza, digitou meus trabalhos enquanto eu me curava das neuropatias nas mãos, e tendinopatia no ombro); Paulo Roberto, cunhado, obrigada por nos socorrer sempre;

Ao Reginaldo e Diene Ellen que geraram Emilly (linda da tia, quando era criança me fazia assistir os filmes infantis; hoje quer seguir meu ofício, a antropologia (em meus

aniversários sempre escreve - 'para a minha antropóloga preferida'. Ao meu lindo, lindo sobrinho afilhado, Eduardo Henrique (sempre perguntando: 'Tia-madrinha tá tudo bem com a senhora?'). Diene, cunhada querida, tua amizade é muito legal;

À Rosilene, minha irmãzinha, que aguentou meu stress, minhas dores, acordou nas madrugadas, fez o meu almoço light. Cuidou de mim em especial nas duas cirurgias (2015 e 2018). Nossa! Faltam palavras para fazer jus ao companheirismo, à paciência, ao cuidado. Meu eterno agradecimento.

Ao meu tio-pai, Miguel Miranda, e à minha tia-mãe, Maria das Graças (in memoriam), por nos trazer de volta a vida. Tenho paixão por vocês, e pelos meus primos Karla, Kleber, Elane, Nívia, Paula e Antônio. Brincamos muito na rua, no quintal, na sala. Essas coisas de parentes;

Às Marias da minha vida,

Todas as Marias são cheias de graça!

À Maria Eduviges de Oliveira Miranda, minha saudosa mãe se fez anjo tão cedo para me proteger...

À Maria das Graças Rosário do Miranda, minha saudosa tia-mãe, por ensinar tanta humanidade;

À Prof^a Dr^a Maria Marize Duarte, minha querida amiga e eterna orientadora, quem passa por ti aprende o que é 'ensinar'. Grata por tantos ensinamentos e pela generosidade de sempre me incluir e acolher em sua casa e no GMSECA;

Merci, Maria Jose Aquino, pour la finesse et fermeté nordestina;

À Maria de Fátima Paiva, Irmã Franciscana de Maristela, pelo cuidado e companheirismo em campo. Pela singela memória sobre a história de Juruti Velho, pela acolhida e hospedagem na casa das Irmãs, pelo carinho, pela disposição em conversar sobre a pesquisa, por viabilizar a pesquisa em campo. Quão sublime é a sua missão, presença e força em nossa Igreja!

À Maria Iardete Amaral (Ir. Deca), pelo esforço e coragem em me acompanhar até a base da Alcoa.

Aos amigos

Andrea Borges, por providenciar as passagens para Santarém, sempre em busca de promoções e voos mais acessíveis ao meu bolso;

Rosa Rocha, por me ceder a casa para escrever, um lugar tranquilo, com passarinhos a comer restos de mamão, por se preocupar com o café, o almoço, o banho, criando a atmosfera de bem-estar para ler e escrever. Obrigada por aliviar os momentos de

angústia em meio ao contexto político de difícil enfrentamento e ao movimento fascista e antidemocrático que se instalou no país. Grata pelas discussões, tanto quanto pelas divergências. E grata pela confiança!

Ao Rogerio Almeida, por organizar minha hospedagem em Santarém;

À Socorro Pena, pela hospedagem solidária em Santarém; pelas conversas sobre o ano eleitoral;

Em especial, agradeço ao meu irmão em Cristo, Lindomar Silva, por tantos sonhos sonhados e alguns realizados, pelas divergências no campo teórico, pelas convergências com as ideias revolucionárias, por tantos escritos juntos. Estendo o meu agradecimento à sua linda esposa Angélica Moraes e ao seu filho, Caio Fernandes, por me receberem tão bem. Obrigada, irmão pela amizade, carinho e apoio. Paraphrasing Thomas More in his letter to Peter Gilles – In Utopia “E, por favor, continue a gostar de mim tanto como sempre – porque gosto de você ainda mais que nunca” (Prefácio, [1516]; 2013, p. 19.).

Aos grupos,

Fraternidade Emaús: Francisco Batista, Alcidema Coelho, Andrea Costa, Padre Bruno Sechi, Arlete Gonçalves Suely Rodrigues, Marcia Silva e Luiz Amaral, pelas reflexões sobre a justiça e pela esperança de um mundo mais humano;

Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos (CEBI), em especial aos que hoje me acompanham na coordenação estadual: Dilma Leão, Celina Pereira, Claudio Augusto, Rejane Gomes, Marlene Matos, Irmã Téa Frigério e Conceição Evangelista, por estarem inseridos no sonho de transformação social por meio da Leitura Popular da Bíblia.

Todos os momentos de espiritualidade encarnada na realidade me fortaleceram, me animaram, e me fizeram reencontrar meus ancestrais de luta, que me fazem acreditar em um mundo de possibilidades.

À instituição de ensino, pesquisa e extensão,

Universidade Federal do Pará (UFPA), em especial ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia (PPGSA); à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela bolsa que permitiu realizar os estudos e a pesquisa de campo em Juruti Velho, no Baixo Amazonas... tão longe;

Ao corpo técnico do PPGSA, em especial ao Paulo (in memoriam) e à Rosângela, por fazerem do serviço público um bem comum;

Ao corpo docente do PPGSA, com seus grandes mestres: Heraldo Maués e Kátia Mendonça (obrigada por entender a minha ausência em praticamente todas as aulas

no período de recuperação cirúrgica); Voyner Ravena Cañete, Rodrigo Peixoto, Pierre Teisserenc, Carmem Izabel, Maria José Aquino...

À Banca de qualificação, composta por Pierre Teisserenc e Edna Castro, cujas considerações foram essencialmente valiosas.

Às comunidades quilombolas no curso de 2017 a 2019,

Igarapé do Palha em Ferreira Gomes, estado do Amapá, pela acolhida, confiança, por me receber tão abertamente; pelo aprendizado, pela luta para sair da situação de marginalização, discriminação, racismo e das deploráveis condições de vida; pela busca por saídas possíveis, por igualdade e por uma vida melhor. Agradeço a Itelvina, Agenor e João Vidal (in memoriam) pelo carinho, por me socorrerem com os remedinhos caseiros para as ‘crises de vesícula’; e, particularmente, me sinto gratificada, pelo convívio com a pequena Ana Clara (5 anos), que me acompanhava por todos os cantos de Ferreira Gomes. Muito linda!

À Aldeia Velha, Pirapemas, no Maranhão, pela inenarrável experiência de entender a (re)existência, (a re-sistência) de um povo, seguidores do lema cunhado pela CPT “a terra é para quem trabalha”, para garantir um pedaço de terra para o plantio, para ter casa e pão; especialmente agradeço a Zé Patrício, Manuel, Beto, Antônio, Celina, pelas acolhidas em casa, por me chamar de doutora;

Às duas comunidades...

Axé!

Aos amigos de Juruti e Juruti Velho,

Nete (Estrela Guia), pela acolhida em sua casa, pelo peixe maravilhoso, pelo passeio em Juruti, pelo cuidado ao me buscar e levar para o hotel;

Rosineide, obrigada por fazer o melhor peixe, arroz e saladas para mim;

Ao Padre Eraldo, por me acolher em sua casa, e por articular as hospedagens nas idas e vindas a Juruti;

À Gleice Sousa, mulher lutadora, educadora, socióloga, pedagoga, mãe de cinco filhos, pessoa iluminada, comprometida com a vida.

A Acorjuve, obrigada por ceder as fotos e o compartilhar das experiências em enfrentar ‘o tubarão Alcoa’. Mesmo com os descaminhos; a história de luta de Juruti Velho é única.

E aos demais,

Ao Raimundo de Jesus Coelho de Moraes, promotor de justiça do Ministério Público do Pará (MPPA), responsável pelo Meio Ambiente, Patrimônio Cultural e Habitação e Urbanismo em Belém, obrigada pelo abraço fraterno, pela tentativa de recuperar meu gravador, por disponibilizar os documentos sobre os processos da Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (ACORJUVE). Pelas mensagens de incentivo sobre a 'liberdade de escrever';

À promotora de justiça de Santarém, Lilian Regina Furtado Braga, pela entrevista esclarecedora e comprometida em defesa da Região de Juruti Velho;

Ao Guilherme Carvalho, que, sem querer, influenciou na mudança de um capítulo da tese. Obrigada pelos livros, pelas análises, e pela postura comprometida com a causa dos ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pelas poesias enviadas e pela motivação. Obrigada por influenciar positivamente o meu trabalho e por ser exemplo de fidelidade e compromisso com o bem viver;

Ao Maicon Farias, finalmente o conheci. Seus lindos mapas expressam a sua beleza interior e sua sensibilidade. Jamais pensei que trabalharíamos juntos nos relatórios antropológicos das comunidades quilombolas; jamais pensei que desfrutaria de sua companhia em campo. É tão bom sentir a sua delicadeza. Obrigada, querido Maicon!

À Edane Acioli, por me incluir na 3R no trabalho com as comunidades quilombolas no Maranhão e Amapá;

Exprimo minha gratidão e admiração por todas as comunidades e povos tradicionais do Brasil, em especial pelas comunidades do PAE Juruti Velho que respondem com r-existência e resistência aos grandes empreendimentos que ceifam vidas na Amazônia.

*Há um vilarejo ali
Onde areja um vento bom
Na varanda, quem descansa
Vê o horizonte deitar no chão*

*Pra acalmar o coração
Lá o mundo tem razão
Terra de heróis, lares de mãe
Paraíso se mudou para lá
Por cima das casas, cal
Frutas em qualquer quintal
Peitos fartos, filhos fortes
Sonhos semeando o mundo real*

*Toda gente cabe lá
Palestina, Xangri-Lá
Vem andar e voa
Vem andar e voa
Vem andar e voa*

*Lá o tempo espera
Lá é primavera
Portas e janelas ficam sempre abertas
Pra sorte entrar*

*Em todas as mesas, pão
Flores enfeitando
Os caminhos, os vestidos, os destinos
E essa canção
Tem um verdadeiro amor
Para quando você for*

Vilarejo – Marisa Monte 1
Composição: Arnaldo Antunes / Carlinhos Brown / Marisa Monte / Pedro Baby

Porque assim eu me sentia em Juruti Velho!

*Mudar o mundo,
Meu amigo Sancho,
Não é loucura,
Não é utopia,
É justiça!*

Miguel de Cervantes, 1605/1615

RESUMO

Este trabalho, a partir de uma perspectiva da sociologia da ação pública, interpela as complexas relações que se produziram entre comunidades e a mineradora Alcoa, a partir de 2009, na localidade de Juruti Velho, distrito do município de Juruti, Baixo Amazonas, no oeste do Pará. A pesquisa privilegiou observações sobre o Projeto Agroextrativista Juruti Velho, como iniciativa inscrita nos desdobramentos em termos de recomposição socioterritorial produzida com o concurso do empreendimento de exploração de alumínio, inaugurando com isso, e ao mesmo tempo, uma arena de conflitos envolvendo comunidades tradicionais, agentes públicos, corporações, Igreja católica e movimentos sociais, atores de diferentes formações e relevância. Nesse processo, experiências de intensos conflitos resultantes de divergências internas nas comunidades, de alguma forma relacionados à presença das atividades e dos interesses da mineração naquele território. Os dados levantados resultaram de um percurso metodológico próximo da pesquisa-ação junto a comunidades ribeirinhas envolvidas. Entrevistas, observações diretas em reuniões da associação à qual estão filiadas atualmente 53 comunidades locais, e também registros fotográficos constituem as técnicas, por meio das quais foi construída a base dos dados e informações, nos quais se identificou como emblemático dos conflitos a ruptura de laços de vizinhança anteriormente testemunhados pela prática dos *puxiruns* (trabalho em prol do bem comum). Prática importante numa recomposição social do território, através de ações locais com as quais a comunhão de utopias constituiu elemento aglutinador. Assim sendo, em Juruti Velho se dará intenso processo de articulação e mobilização popular visando reconhecimento enquanto comunidade tradicional e, através desse reconhecimento, a titulação de suas terras. Como resultado desse processo, hoje, a gestão dos *royalties*, pagos como contrapartida ao direito de lavra da bauxita, é realizada pelas comunidades com a finalidade de promover o desenvolvimento do território. É através dessa gestão, aqui interpretada como territorial, e de sua dinâmica em termos de utopias e distopias, envolvendo os representantes das comunidades implicadas no Projeto Agroextrativista de Juruti Velho, assim como no processo de resignificação do *puxirum*, que se buscou compreender as contraditórias relações existentes entre as comunidades e a mineradora, e nelas o que se projeta como futuro em relação ao território, objeto no qual, e em torno do qual, atores se mobilizam para alcançar um objetivo, neste caso, o controle de sua gestão, de acordo com as exigências do desenvolvimento sustentável. Compreende-se que o emprego dos *royalties* no PAE Juruti Velho, sob a gestão da Associação das Comunidades Ribeirinhas de Juruti Velho (Acorjuve), ao mesmo tempo em que significou conquistas (abastecimento de água potável, casas populares, rabetas, etc), integrou uma recomposição territorial, trazendo desafios enfrentados com a resignificação de práticas sociais tradicionais como o *puxirum*, possibilitando, com isso, novas perspectivas de futuro do território.

Palavras-chave: **Recomposição socioterritorial. Projeto Agroextrativista Juruti Velho. Mineração. Puxirum.**

ABSTRACT

This work, from an informed perspective in the sociology of public action, challenges the complex relationships that took place between communities and the mining company Alcoa, from 2009, in Juruti Velho, district of Juruti (Baixo Amazonas). The research privileged observations about the Juruti Velho Agroextractivist Project, as an initiative inscribed in the developments in terms of the socio-territorial recomposition produced with the aluminum exploration venture, thus inaugurating, at the same time, a conflict arena involving traditional communities, public agents, corporations, catholic Church and social movements, actors of different backgrounds and relevance. In this process, there are experiences of intense conflicts resulting from internal differences in the communities, somehow related to the presence of mining activities and interests in that territory. The data collected resulted from a methodological approach close to action research with involved riverside communities. Interviews, direct observations at meetings of the association to which 53 local communities are affiliated, as well as photographic records constitute the techniques by which the basis of data and information was built, in which it was identified as emblematic of the rupture of neighborhoods ties previously witnessed by the practice of *puxiruns* (group work aimed at completing a task more quickly). An important practice in a social recomposition of the territory, through local actions with which the communion of utopias was an agglutinating element. Thus, in Juruti Velho there will be an intense process of articulation and popular mobilization aiming at recognition as a traditional community and, through this recognition, the titling of their lands. As a result of this process, the management of royalties, paid as a counterpart to the bauxite mining rights, is now carried out by the communities in order to promote the sustainable development of the territory. It is through this management, here interpreted as territorial, and its dynamics in terms of utopias and dystopias, involving the representatives of the communities involved in the Juruti Velho Agroextractivist Project, as well as in the process of resignification of the *puxiruns*, which sought to understand the contradictory relations between the communities and the mining company, and in them what is projected as a future in relation to the territory, object in which, and around which, actors mobilize to reach a goal, in this case, the control of their management, according to with the demands of sustainable development. It is understood that the harnessing of royalties under the management of the Association of Riverside Juruti Velho (Acorjuve), while, at the same time, signifying achievements, integrated a territorial recomposition, bringing challenges faced with the resignification of traditional social practices such as *puxirum*, thus enabling new prospects for the future of the territory.

Keywords: Socioterritorial recomposition. Juruti Velho Agroextractive Project. Mining. Puxirum.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Frente Panorâmica de Juruti Velho	39
Figura 2 -	Mapa com a localização do município de Juruti	42
Figura 3 -	Gráfico da composição acionária	51
Figura 4 -	Períodos de lavra da Alcoa de 2010 a 2035	53
Figura 5 -	Apreensão de toras de madeira amapá	63
Figura 6 -	Assembleia da Acorjuve em 2009	67
Figura 7-	Logomarca da Acorjuve	71
Figura 8 -	Assembleia Acorjuve	84
Figura 9 -	Manifestação do Fórum Juruti, 2009	73
Figura 10 -	Comunidades do Projeto Agroextrativista Juruti Velho	78
Figura 11 -	Base de bauxita na região do baixo Amazonas	84
Figura 12 -	Tripé Juruti Sustentável	90
Figura 13 -	Esquema integrado das ações da Alcoa em Juruti	91
Figura 14 -	Hospital Nove de abril - Município de Juruti	93
Figura 15 -	Instituto Alcoa - demonstrativo de resultados	98
Figura 16 -	Investimento do Instituto Alcoa por área temática	99
Figura 17 -	Ferrovia de transporte de bauxita da Alcoa	101
Figura 18 -	Infraestrutura da Alcoa	102
Figura 19 -	Resultado da produção Alcoa Brasil	106
Figura 20 -	Índios Mudurukus	114
Figura 21 -	Investimentos da Acorjuve através dos <i>royalties</i>	124
Figura 22 -	Comunidade com casas populares (2ª etapa)	124
Figura 23 -	Imagens do puxirum para construção da Casa Rural	129
Figura 24 -	Flagrantes de puxirum e atividades no PAE	131
Figura 25 -	Noções de Sustentabilidade em Juruti	135
Figura 26 -	Projetos de Sustentabilidade em 10 anos	138
Figura 27 -	Criação de Quelônios passo a passo – Comunidade Miri	143
Figura 28 -	Registro de atividades desenvolvidas pelos projetos	145
Figura 29 -	Flagrantes ao redor do campo de futebol	146
Figura 30 -	Flagrantes do futebol feminino	147
Figura 31 -	Mapa das comunidades visitadas em Juruti Velho.....	160
Figura 32 -	Sistema de abastecimento de água e energia elétrica	161

Figura 33 - Igreja Assembleia de Deus em Juruti-Açu	162
Figura 34 - Interior e fachada da Escola Raimundo Antônio Nunes	164
Figura 35 - Comunidade Inglácias - escola e flutuante	165
Figura 36 - Jovem chegando da pesca	166
Figura 37 - Mudanças de espécies em extinção	168
Figura 38 - Local de travessia para a Alcoa/Estrada para Galileia	168
Figura 39 - Jornada de protesto em Caapiranga, base da Alcoa	172
Figura 40 - Sede e barco da Acorjuve	176
Figura 41 - Outdoor da Alcoa na Vila Muirapinima	184

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Estrutura organizativa da Acorjuve	68
Quadro 2 -	Eventos envolvendo população e Alcoa no período de 10 anos .	79
Quadro 3 -	Projetos apoiados pela IA e FA em 2017	100
Quadro 4 -	Depoimentos sobre Juruti Velho	116
Quadro 5 -	Acordo e destinação de <i>royalties</i> da Acorjuve	120
Quadro 6 -	Aplicações da Acorjuve no PAE Juruti Velho (2009 - 2013)	122
Quadro 7 -	Projetos do Plano de Utilização	139
Quadro 8 -	Formação Sociopolítica	139
Quadro 9 -	Formação Técnica	140
Quadro 10 -	Atividades diversas (2012 a 2015)	140
Quadro 11 -	Times de futebol	146
Quadro 12 -	Estrutura funcional da Acorjuve	148
Quadro 13 -	Entrevistas em Juruti Velho	151

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Projeto Agroextrativista Juruti Velho.....	75
Tabela 2 -	Projeto de Assentamento do município de Juruti/PA - 1997/1998..	75
Tabela 3 -	Projetos Assentamentos Agroextrativista Juruti – Pará	75
Tabela 4 -	Projeto Estadual de Assentamentos Agroextrativista Juruti - Pará.	76
Tabela 5 -	Balanco de atendimento médico no Hospital 9 de abril em Juruti...	93
Tabela 6 -	Repasse financeiros da Alcoa a instituições, prefeitura e estado .	94
Tabela 7 -	Alíquotas aplicadas no cálculo	95
Tabela 8 -	Repasse da CFEM a municípios paraenses mineradores	95
Tabela 9 -	Tabela 9 - Força de trabalho da Alcoa em Juruti	97
Tabela 10 -	Demonstrativo de royalties repassados à prefeitura e à Acorjuve	121
Tabela 11 -	Projeto Sustentável Criação de Quelônios	142
Tabela 12	Porcentagem de alíquotas por produto extraído	156

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ABAL	Associação Brasileira de Alumínio
ACORJUVE	Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho
ACOGLEC	Associação das Comunidades da Gleba Curumucuri
AD	Assembleia de Deus
ALCOA	Aluminum Company of América
ALUMAR	Alumina Maranhão
ALCAN	Alumina Canadá
APP	Áreas de Preservação Permanente
BHP	Billiton
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CIMI	Comissão Indigenista Missionário
CONJUS	Conselho Juruti Sustentável
CPP	Comissão Pastoral do Pescador
CCDRU	Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
COEMA	Conselho Estadual de Meio Ambiente
EPD	Estudos de Perdas e Danos
EIA	Estudos Impacto Ambiental
ECOIDEA	Cooperativa de Serviços e Ideias Ambientais
FASE	Federação de Órgãos para Assistencial Social e Educacional
FUNJUS	Fundo Juruti Sustentável
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBAMA	Instituto Brasileiro Ama
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IP	Igreja da Paz
IB	Igreja Batista
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IDS	Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

ICAR	Igreja Católica Apostólica Romana
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PDS	Projetos de Desenvolvimento Sustentável
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PT	Partido dos Trabalhadores
LI	Licença de Instalação
LP	Licença Publica
MRN	Mineração Rio Norte
MPF	Ministério Público Federal
MME	Ministério de Minas e Energia
MPE	Ministério Público Estadual
NAEA	Núcleo de Altos Estudos da Amazônia
NBR	Normas Brasileiras de Regulação
PAE	Projeto Agroextrativista
RESEX	Reserva Extrativista
RL	Reserva Legal
RI	Região de Integração
RIMA	Relatório de Impactos do Meio Ambiente
SENAI	Serviço Nacional da Industria
SETUR	Secretaria de Estado de Turismo do Pará
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UHES	Usinas Hidrelétricas
UC	Unidade de Conservação
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
2 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE JURUTI VELHO	36
2.1 ÁREA DE ESTUDO DA PESQUISA	36
2.2 O LOCAL DA PESQUISA.....	37
2.3 CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE JURUTI.....	40
2.5 BAIXO AMAZONAS, UM CAMPO MINADO	48
2.6 A ALCOA CONHECE MUITO BEM A REGIÃO	50
2.7 A BAUXITA EM JURUTI.....	52
3 JURUTI VELHO: do imaginado ao encontrado	55
3.1 O QUE EU ‘NÃO VI’ E ‘NÃO OUVI’, MAS LI, EU ESCREVI	55
3.1.1 O que ‘eu vi’ e ouvi eu escrevi	58
3.1.2 Resistência, regularização e institucionalização do PAE Juruti Velho: uma história recente	61
3.1.3 Acorjuve: nasceu da angústia, do sonho e da esperança	65
3.1.4 PAE Juruti Velho: processo de institucionalização	74
4 A BAUXITA EM JURUTI VELHO: projeto de sustentabilidade da Alcoa	82
4.1 A PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA JURUTI	82
4.1.1 O que representam os resultados da Alcoa para Juruti?	103
5 PROJETO JURUTI VELHO: “em prol do bem comum”	109
5.1 JURUTI VELHO: em busca de um território sustentável	109
5.2 ACORJUVE SUSTENTÁVEL.....	126
5.3 PLANO DE UTILIZAÇÃO DA ACORJUVE	131
6 JURUTI VELHO: um território de ressignificação	150
6.1 A COMUNIDADE EM AÇÃO	150
6.1.2 Os royalties como instrumento de desenvolvimento local	155
6.1.3 Royalties ressignificando o puxirum	158
6.2 O QUE REPRESENTAM OS RESULTADOS DA ACORJUVE?.....	177
6.3 PROCESSOS QUE LEVARAM A INVISIBILIDADE	178
6.4 AS DISTOPIAS EM JURUTI VELHO	185
7 A TÍTULO DE CONCLUSÃO	194
REFERÊNCIAS	201
ANEXOS	213

1 INTRODUÇÃO

O território de Juruti Velho, no Baixo Amazonas paraense, até poucos anos atrás, vivia sem pressa, sem luz, *internet*, sem rede de telefonia ou sem quaisquer comodidades das sociedades contemporâneas. Até o período de 2009, esses serviços eram apenas sonhados... energia elétrica vinte quatro horas, educação de qualidade, universidade, água encanada, chuveiro, torneira. Nas palavras de Claudionor Pereira, agricultor, sócio fundador da Associação Comunitária da Região de Juruti Velho (Acorjuve) o sonho representa apenas “o suficiente para viver uma vida melhorada”, (Entrevista concedida ao Incra, 2018), e/ou a garantia dos direitos constituídos, segundo relata a professora e socióloga Gleice Sousa (Entrevista concedida à autora, 2016). Contextualizando, até os anos 2000, Juruti Velho não contava, de fato, sequer com o modelo em que o desenvolvimento seja a mera criação de riqueza, e crescimento a simples exploração de recursos.

No entanto, num mundo conectado virtualmente, a visão carregada de discursos sobre progresso e crescimento chegam à região do Baixo Amazonas. Primeiro, essa interligação chega ao “[...] rio Trombetas, rio navegável até a Cachoeira Porteira e no rio Erepecuru até a Cachoeira Pancada. Nos dois rios há várias cachoeiras. À época, havia os índios Wai-Wai e Kaxuyana [...] sendo por lá que os escravos fugidos de Santarém, Óbidos e outras partes se refugiaram há mais de 100 anos, formando o mocambo do Trombetas. (AZEVEDO, 2002, p. 64).

Foi por lá também que, em 1877, segundo Acevedo e Castro (1998), que o “Pe. José Nicolino de Sousa fundou Oriximiná, nas margens do rio Trombetas. Ao fazer a ‘desobriga’ foi acompanhado pelos negros da região que conheciam a matas e os rios. Pe. Nicolino, realizou três seguidas expedições (1877, 1878, 1888)”. (ACEVEDO e CASTRO, 1998, p. 92).

Muito antes do Trombetas, segundo as crônicas, em 1818, o missionário capuchinho Antônio Manuel Sanches de Brito "missionário com poderes paroquiais", ou seja, com poderes administrativos equivalentes ao cargo de “presidente da Câmara dos Vereadores” fundou a Vila Muirapinima, hoje Juruti¹ Velho, com intuito de promover a catequização dos índios e a exploração e comercialização das drogas do sertão (basicamente o guaraná e a castanha-do-pará). A igreja foi construída pelos índios

¹O termo juruti significa Yuru-ty na língua indígena “o colo firme, o pescoço teso”, em alusão as características físicas da ave de mesmo nome no ato de cantar. (Inventário turístico de Juruti, 2014).

Munduruku em 1832, e em 1883, no cumprimento da lei geral do Império, uma portaria provincial determinou que a freguesia de Nossa Senhora da Saúde de Juruti, juntamente com a de Vila de Faro, fizesse parte do círculo eleitoral da vila de Óbidos. Tornou-se então, freguesia sob a proteção de Nossa Senhora da Saúde.

No decorrer da história, o povoado indígena é extinto em decorrência de diversos enfrentamentos como guerras e ações dos Estados português e brasileiro, assim como da própria Igreja. A cultura indígena legou às comunidades hábitos alimentares, formas de convivência social e de relação com a natureza, além de um sistema oral de transmissão de experiências apreendidas nas muitas idas e vindas às roças e roçados, nas saídas de pesca e caça, criando um forte sentimento de pertencimento ao lugar. (AZEVEDO, 2002). O sentimento do lugar ‘como seu’, ‘como nosso’; lugar bonito, lugar de orgulho de origem indígena Munduruku, assim como descreve mais uma vez a professora Gleice Sousa (2016). Mas a noção de progresso e desenvolvimento como mera acumulação de bens também chegou a este território, trazida por um grande projeto em busca da extração da bauxita de alta qualidade ali encontrada. Chegou e se instalou no lago Grande Juruti Velho.

Assenta-se que, desde o século XVII, os recursos naturais desta região têm sido intensamente explorados. Assim como as populações humanas, uma série de espécies vegetais e animais têm sido extintas ao longo dos anos. A partir de meados do século XX, uma nova fase de exploração da várzea ameaça à integridade ecológica do ecossistema local, com a introdução e a expansão da cultura da juta, entre as décadas de 1950 e 1980, o que levou ao desmatamento das restingas de quase toda a várzea do Baixo Amazonas. (PROJETO PROVÁRZEA, 2013).

Juruti Velho localiza-se na divisa do rio Amazonas com o rio Xingu, região conhecida como Baixo Amazonas, no oeste do Pará. É um território caracterizado por sistemas formados por grandes lagos rasos característicos do interior da várzea, margeados por extensas faixas de campos naturais e de florestas que ocupam as restingas ao longo dos braços de rio. As enchentes, que anualmente inundam as várzeas durante vários meses no ano, favorecem a renovação do ambiente, aumentando a fertilidade do solo e permitindo a migração da fauna aquática entre os lagos e o rio.

Para a região do Baixo Amazonas está planejado a construção do Complexo Tapajós, um conjunto de megaprojetos hidrelétricos, do qual fazem parte, além de São Luiz do Tapajós e Jatobá (no rio Tapajós), seis hidrelétricas localizadas no município

de Itaituba, sendo a maior delas - São Luiz do Tapajós, o epicentro do maior conflito ambiental em curso no Brasil, mobilizando movimentos sociais, povos indígenas, em particular os Munduruku, comunidades tradicionais (sobretudo as que vivem na área de abrangência do complexo hidrelétrico) e movimentos tapajônicos, principalmente os de Santarém e do Baixo Tapajós. (FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (FASE), 2016).

Segundo dados de 2007 do Ministério de Minas e Energia (MME), a Bacia Amazônica concentra o maior potencial hidrelétrico do planeta, equivalente a 77 mil MW. Entre as sub-bacias, a do Tapajós é estimada com 24.626 MW, que corresponde a 32% do total de potencial planejado, reconhecidamente sob “restrição ambiental”. A interferência direta em terras indígenas não está representada por sub-bacia, e equivale, segundo a estimativa do MME, a 44% do potencial total projetado. Certamente essa proporção é mais alta no Tapajós. (FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (FASE), 2016).

Além do potencial energético, as hidrelétricas do complexo Tapajós formam uma série de lagos que tornam um rio navegável em toda a sua extensão. Hoje, o rio é totalmente navegável por barcaças de grande porte, desde a sua porção média, na altura da aldeia DaceWatpu, próxima às corredeiras de São Luiz (município de Itaituba), até desembocar no Baixo Amazonas, próximo à cidade de Santarém. Seus dois formadores, os rios Juruema e Teles Pires, nascem no Mato Grosso - no coração de extensas pastagens de criação de gado, entre latifúndios de soja e terras produtoras de *commodities* agrícolas -, se encontrando na divisa norte entre os estados do Pará e Amazonas e se transformando no rio Tapajós, completando assim a sub-bacia. (FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (FASE), 2016).

O fluxo de megaprojetos já provoca, desde muito, tensões, insegurança, confisco de glebas e aquecimento do mercado de terras, além das expulsões de seus moradores.

Juruti Velho recentemente foi atingido pela exploração da bauxita, mais efetivamente, a partir de 2005. Desde então, os acontecimentos fizeram da região palco das atenções da Alcoa, das organizações sociais, de instituições de pesquisa, do mercado financeiro internacional e nacional, tornando-se um território com inúmeros conflitos. A situação gerou grande resistência por parte das comunidades, a ponto de ter havido um longo processo envolvendo várias negociações: 1. De titulação

coletiva das terras; 2. De participação de 1,5 % do lucro da lavra da bauxita; 3. De recompensa pelas perdas e danos sociais e ambientais causados ao território; e 4. Pela retirada da água utilizada para a lavagem da bauxita. Em particular, o ano de 2009, se tornou o marco de inúmeras ações locais movidas no sentido do gerenciamento dos *royalties* pela própria comunidade, representada pela Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (ACORJUVE), sem interferência municipal. Este fato é considerado relevante - a própria comunidade gestar os recursos administrando o território -, representando um marco na história das negociações entre as grandes mineradoras e comunidades tradicionais.

Por outro lado, a exploração da bauxita já causou a erosão da biodiversidade na região, o desmatamento e o desmantelamento das territorialidades destas comunidades locais, o êxodo para áreas adjacentes em busca das políticas sociais já implementadas pelo Projeto Agroextrativista Juruti Velho, além da desarticulação do tecido social local. No entanto, a empresa aplica recursos visando a compensação dos danos causados ao território das comunidades.

A pesquisa *Recomposição socioterritorial em contexto de mineração: utopia e distopia do PAE Juruti Velho - Pará, Baixo Amazonas*, tem por objetivo descrever e analisar os processos de recomposição territorial das comunidades integrantes do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, administrado pela Associação Comunitária da Região de Juruti Velho (ACORJUVE), em consequência do projeto de mineração de bauxita que se instalou no Baixo Amazonas; igualmente objetiva descrever as ações coletivas desenvolvidas pelo Projeto Agroextrativista (PAE), partindo das narrativas dos envolvidos nos tempos passado, presente e futuro, transcorridos no processo histórico de 'luta' das comunidades por seus sonhos e pelos direitos conquistados.

Do ponto de vista teórico e acadêmico, trata-se, portanto, de investigar essa realidade à luz da sociologia da ação pública, dando ênfase ao papel dos atores públicos coletivos em sua dinâmica de atuação; significa considerar a atuação de todos os agentes públicos, privados, das instituições financeiras, corporações internacionais, organizações não governamentais e agências multilaterais, com poderes de influenciar as estratégias, os projetos e os resultados alcançados. Todas estas instâncias da ação pública são latentes em Juruti Velho. Vislumbra-se um novo território, inserido na categoria de projeto agroextrativista, localizado em uma área que reúne comunidades tradicionais, que utilizam instrumentos e recursos disponibilizados pelas autoridades públicas, locais e nacionais, e se encontram em plena ação de

resistência contra a maior mineradora de alumínio do mundo, a Alcoa; território este onde se verifica o desenvolvimento de ações públicas locais de gestão dos *royalties* repassados às estas comunidades que se encontram em situações conflituosas, tendo como contrapartida a exigência de efetivar ações concertadas no sentido de concretizar no território um modelo sustentável de desenvolvimento local.

Para tanto, foi necessário identificar os atores sociais envolvidos nas novas regulações e procedimentos acordados coletivamente, visando garantir o direito real de uso deste mesmo território. Neste sentido, foi necessário relacionar e entender os novos confrontos, as formas de participação, as decisões coletivas e pensar como essas ações se associam à concepção de futuro do território.

Para delimitar o objeto da pesquisa foi levantada a produção científica existente versando sobre o tema: dissertações, artigos, monografias e duas teses sobre projetos agroextrativistas, passando por discussões sobre mineração, ações coletivas, comunidades tradicionais, territórios em Juruti Velho, os quais serviram de base para a elaboração deste trabalho.

A bibliografia abordando a questão do território de Juruti teve o recorte temporal compreendido entre os anos 2009 e 2014 (MANZANO 2008; CASTRO; MONTEIRO, 2009; BORBA; LOPES, 2012; SILVA, 2014). Estudos e pesquisas sobre o assunto apontam condições sociais e políticas distintas que envolvem o território do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, relacionado ao processo histórico de organização popular das comunidades vinculadas à Igreja Católica, por intermédio da ação missionária das Irmãs Franciscanas de Maristellas. O espírito encontrado nos puxiruns, associado às práticas cristãs de solidariedade e à 'formação política' de tais comunidades contribuíram para que estas lograssem um papel político participativo, de reivindicação e de exercício da democracia, ajudando-as a compreender o sentido da luta e a juntarem força para poder vencer o grande 'tubarão' representado pela Alcoa.

Desde a década de 1940, a mineração vem sendo um dos vetores de influência e transformação regional, pois além dos impactos causados pelos processos diretos da atividade mineradora propriamente dita, estes carregam consigo uma gama de obras de infraestrutura de grande e médio porte para poder viabilizar sua instalação e operação, tais como a construção das vias de transporte, as instalações para fornecimento de energia e para atender as demandas logísticas das obras e da população empregada. (MONTEIRO, 2005).

A primeira pesquisa acadêmica de referência consultada foi a dissertação de Luiz Jardim de Moraes Wanderley, intitulada *Conflitos e movimentos sociais populares em área de mineração na Amazônia Brasileira*, mestrado acadêmico em geografia, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, de 2008. A pesquisa buscou compreender os processos que deram origem à expansão das lutas e dos movimentos populares no embate com as empresas responsáveis pela mineração na Amazônia Brasileira. Dois projetos de mineração foram selecionados, o projeto da Mineração Rio do Norte (MRN), em Oriximiná, e o projeto minerador em Juruti, iniciado pela Alcoa, ambos no estado do Pará. O autor identificou que os conflitos não se resumiram ao âmbito ambiental, outrossim, geraram discórdias sobre a posse de terras e sobre o controle territorial, além das questões fundiárias que são latentes na Amazônia. Sustenta também que a mobilização popular é deflagrada em razão da chegada das mineradoras. O movimento de Oriximiná e também o de Juruti somente são provocados pela inserção das atividades das mineradoras, madeireiras, entre outros empreendimentos de impacto. O receio de perder seu território é que chama a atenção e motiva os conflitos com as empresas. E sinaliza um movimento forte criado pela mobilização local da população, representado, no caso, pela Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (ACORJUVE), com a capacidade potencial de mudar o cenário de correlação de forças ligadas às questões da terra e da mineração.

Maria Rita Muniz Monteiro, vinculada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento do Trópico Úmido, do Núcleo de Alto Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), defendeu, em 2012, a dissertação intitulada *A democratização da sociedade, participação das organizações da sociedade civil – experiências em Juruti Velho*, buscou compreender como o processo de participação de comunidades autodenominadas tradicionais, em face aos conflitos de causas externas; paralelamente, buscava compreender a capacidade de inserção do coletivo nos processos democráticos. As questões no território de Juruti Velho são demarcadas pelas interferências externas do Estado/Mercado e pelos interesses coletivos da população. A autora se vale da teoria do sistema, dando ênfase à criação de uma associação para fazer frente à representação do coletivo de atores. Analisa as alterações contextuais sentidas na vida das comunidades de Juruti Velho, diretamente relacionadas à ação das empresas de fora, que, se por um lado, geram efeitos de sentidos como dinamização socioeconômica de importância local, nacional e mundial,

por outro lado causam perturbações à qualidade de vida das comunidades, uma vez que é direito de todos o acesso ao território e ao ambiente. (MONTEIRO, 2012, p. 124).

A autora considera ainda que o processo democrático vivenciado em Juruti Velho é orientado pelos fundamentos constitucionais do Estado democrático de direito, os quais estão presentes no ideal coletivo. Para a autora, há um nível de conscientização quanto ao que representa para a comunidade o meio ambiente acessível e compartilhável por todos, “sobretudo do sentimento de pertencimento das populações ao espaço que ocupam”. (MONTEIRO, 2012, p. 25).

Salienta na discussão dos resultados do estudo que a propagação das comunidades tradicionais decorridos da relação entre o ‘sistema’ com suas ações políticas e econômicas impulsionou a democratização nos processos estabelecidos para o EIA/RIMA. No entanto, o processo não foi vivido na íntegra ou no entendimento do exercício pleno da cidadania. De toda maneira, a ACORJUVE representava à época “o espaço de atuação” assim como, o compartilhamento das informações e encaminhamentos de estratégias para a ação que levou as conquistas no território.

Já Maria Rubia Manzano Borba, autora de: *A exploração de bauxita em Juruti (PA) e o Projeto Juruti Sustentável* no âmbito do Programa de Pós-graduação em Geografia Humana, pela Universidade de São Paulo (USP), dissertação de mestrado em Geografia Humana, de 2009, construiu uma reflexão sobre o modelo Juruti Sustentável, proposto pela mineradora Alcoa em meados do ano de 2000, quando da instalação do Projeto Mina de Bauxita de Juruti Velho. (BORBA, 2009, p. 10). A dissertação acompanha a trajetória da exploração do minério no estado do Pará e trata especificamente do Projeto Juruti Sustentável, analisando as concepções de território sob a ótica da geografia. Assinala que o projeto proposto pela Alcoa com apoio da Fundação Getúlio Vargas (FGV), compreende o desenvolvimento do território em termos de seu papel por excelência como setor privado, na transformação que opera sobre as dinâmicas regionais alinhadas com o ensejo de crescimento da Amazônia como “um território propício para o crescimento e o desenvolvimento sustentável”. Apesar da herança caracterizada pela questão fundiária e pela propriedade da terra, exprimindo relações de poder sobre esse mesmo território, a presença da mineradora com as proposições de participação da comunidade em Juruti surtiu efeito para a comunidade aceitar o projeto com reflexão crítica e sem grandes conflitos. A autora atribui essa flexibilidade ao tripé proposto pela Alcoa, ou

seja, a formação de um ator político composto pelo Fundo Juruti Sustentável (FUNJUS), pelo Conselho Juruti Sustentável (CONJUS) e pelos Indicadores de Juruti (IJ), como premissas de sustentação para a participação de todos os setores da sociedade local, apoiando assim a presença da Alcoa no município. Ressalta-se que o Projeto Juruti Sustentável teve a sua atuação circunscrita apenas ao espaço urbano do território. Este tripé de intervenção foi considerado “como modelo de participação e envolvimento e conhecimento da comunidade” para fazer do Projeto Mina de Bauxita em Juruti um “modelo de desenvolvimento sustentável”, pois, segundo a autora, o desenvolvimento pensado para Juruti não se restringiu apenas à perspectiva de crescimento econômico, mas sim de desenvolvimento sustentável do território.

Mauro André Costa de Castro, discente vinculado ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará, é autor da monografia *Grandes projetos na Amazônia e comunidades tradicionais: o caso da mineração de bauxita no PAE Juruti Velho*, defendida em 2010. Ele conviveu durante três anos em Juruti Velho, conheceu as 45 comunidades do Projeto Agroextrativista Juruti Velho. Seu estudo traça o panorama de incertezas no tocante às negociações da associação representativa do Coletivo de Juruti Velho e situa a nova configuração do território em Juruti, hoje Projetos Agroextrativistas (PAE), como Unidade de Conservação (UC), por guardar as mesmas características de construção de estratégias de proteção dos territórios e dos modos de vida da população local. Enfatiza que os acertos foram alcançados por meio de inúmeras mobilizações e por meio de processos de diálogo entre comunidades do PAE, a Acorjuve, Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA), o Ministério Público e a Prefeitura Municipal de Juruti. O autor enfatiza a singularidade das ações desenvolvidas em Juruti Velho, no sentido de ampliar as discussões para garantir a cultura material e imaterial no que tange aos seus modos de vida locais e as relações com o meio ambiente. Tais elementos foram alimentados pelo trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), por meio das mulheres religiosas vinculadas à Igreja católica, que assim criaram um ator coletivo defensor não somente das terras, mas do movimento de preservação dos rios e das águas. A partir dos resultados alcançados com o estudo, o autor pode acentuar que [...] a mobilização social se dá por meio de barcos, canoas, rabetas que trafegam na região deslocando-se de comunidade em comunidade, onde as pessoas embarcam homens, mulheres e crianças, e juntas formam frentes de resistência [...]. Além dessa participação maciça

das comunidades, no caso de Juruti Velho, as comunidades conquistaram um maior poder de barganha nas mesas de negociação, o que reflete um amadurecimento dos movimentos sociais na Amazônia; em termos de organização a mobilização de capital social e financeiro é significativa, pois movimentos contam com assessoria especializada na área de sociologia e legislação e em economia ambiental, capaz de dar suporte a novas formas de ação e estratégias políticas ainda não vivenciadas na região. (CASTRO, 2010, p.109).

No mesmo ano de 2012, foi publicado o artigo *Mineração e Campesinato em Juruti Pará – Brasil*, do professor João Santos Nahum (2012), vinculado ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA). O autor sustenta a hipótese de que, a chegada da Alcoa no município constituiu um evento na dinâmica territorial do lugar, conforme conceituado por Santos (1999), pois reorganizou a configuração espacial, a dinâmica social e produziu novos usos do território. Neste período, a fração do território onde se instala a empresa é comandada por interesses exógenos; o lugar deixa de ser palco, produto e condicionante do processo endógeno e regional. Para o autor, as alterações na reconfiguração na dinâmica espacial estavam estritamente ligadas à prefeitura de Juruti, com a elaboração da Agenda Positiva, cuja finalidade era diminuir as condicionantes do licenciamento ambiental e criar os Planos de Controle Ambiental (PACs) que visavam diminuir os impactos socioespaciais da mineradora no local. No entanto, a base operacional da Alcoa se localizava a uma certa distância do perímetro urbano, ou seja, em Juruti Velho, antiga sede do município. Neste período, a Vila Muirapinima contava com aproximadamente 31 famílias, 23 moradias, 3 estabelecimentos comerciais, uma igreja e um campo de futebol. O autor enfatiza o modo de vida do local autônomo, que se reproduzia por meio de atividades voltadas exclusivamente para o sustento das terras do sítio. Atividades como a caça, a pesca, a extração vegetal, cultivo de roças e roçados, segundo as informações obtidas, se desenvolviam de forma coletiva, ou como se autodenomina na região, através do puxirum.

A tese intitulada *Conflito Socioambiental e (Re)organização territorial: mineradora Alcoa e comunidades ribeirinhas do projeto Agroextrativistas Juruti Velho, Município Juruti Pará – Amazônia Brasil*, de Luiz Otávio do Canto Lopes, defendida em 2012, pela Universidade do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), tratou de conflitos socioambientais, analisando a influência do conflito socioambiental na reorganização do território das comunidades

ribeirinhas dos PAE – Juruti Velho a partir da instalação do Projeto Mina de Bauxita de Juruti. Seu marco temporal situou-se em eventos ocorridos a partir de 2005. Como abordagem principal fez uso da categoria *uso do território* que tem como premissa as noções de utilização do lugar, do espaço em competitividade, no qual os atores são reordenados de acordo com o tempo e os objetivos do uso do território. O autor se baseou em Santos (1994) para compreender os conflitos no PAE Juruti Velho, com relevância na pauta socioambiental. Fez uso também da categoria *território de abrigo* como compartimento do espaço, fruto de sua diversificação e organização. Assim como esse território constitui “uma forma de segurança, o lugar em que as comunidades se localizam”, o *território de recursos*, na concepção de uso, representa para “os setores hegemônicos a garantia de seus interesses particulares”. Na compreensão deste autor “Juruti Velho é a maior expressão do conflito socioambiental, evento que envolveu diversos atores e setores sociais, e que se compõe das estratégias de negociação e permanência no território”. (LOPES, 2012, p.35).

A tese de Lindomar de Jesus de Sousa Silva (2014), pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) núcleo vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA), intitulou-se *Natureza capitalista versus natureza orgânica: o advento da Alcoa e a mobilização das comunidades de Juruti no Baixo Amazonas paraense*, e tratou Juruti Velho a partir da compreensão de *território de comunidades*, analisando os fatores que levaram as comunidades a conquistar os recursos para o desenvolvimento de seu território. Atribuiu o resultado das negociações a fatores externos e internos. O fator externo foi atribuído a um conjunto favorável de situações, relacionadas às administrações de governos de esquerda, tanto no âmbito federal quanto estadual e municipal; ao arcabouço institucional jurídico que reconhece e ampara legalmente os direitos coletivos e territoriais da população; à emergência da agenda ambiental e à ação da Igreja católica com seu trabalho de pastoral, orientada pela Teologia da Libertação e pela pedagogia do oprimido.

No âmbito interno, prevaleceu o caráter tradicional, a vivência comunitária e as práticas coletivas, materializado no puxirum, que possibilitaram a constituição de um território organizado e capaz de desencadear processos de mobilização e resistência com mínima fragmentação e cooptação. Tendo acesso aos documentos paroquiais o autor fez o levantamento das inúmeras comunidades localizadas na região. No entanto, 47 comunidades participavam do Projeto Agroextrativista PAE Juruti Velho à

época (atualmente são 53 constatando-se que a maioria pertencia às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), justificando assim as ações sustentadas por uma teoria libertadora e sucessivamente pela resistência articulada com outras organizações vinculadas à luta por direitos humanos. A tese foi ancorada pela teoria do desenvolvimento e do pós-desenvolvimento.

O estudo empírico sobre esse tema, cobrindo um período de aproximadamente dez anos de pesquisas e estudos sobre a mineração em Juruti Velho e áreas adjacentes, indica que a visibilidade da região, segundo os autores, passa a ocorrer devido em função de um fator externo, em decorrência da implantação dos megaprojetos instalados nesses territórios. As ações são condicionadas a estes fatores externos, pois somente diante da “provocação” da mineradora passa a haver uma resposta das comunidades, órgãos públicos, instituições privadas e não governamentais.

Assim, os “impactados/atingidos/afetados” ganham notoriedade, motivando até mesmo gestores locais, que passam a estar mais disponíveis para a gestão dos recursos, assumindo prioridades nunca antes demandadas pelos residentes no território.

O histórico de invisibilidade de povos e comunidades tradicionais amazônicos, dificilmente não assumindo uma posição nos debates pela democracia, direitos, melhoria da infraestrutura, explica-se pela negativa de reconhecimento da diversidade social e geográfica dos grupamentos encontrados no território brasileiro; assim é ainda pelo “velho costume” *top bottom*, que caracteriza grandes grupos econômicos que chegam ao interior em busca do lucro fácil com a exploração dos recursos naturais da região, repetindo o *modus operandi* desenvolvimentista. Para estes grupos transnacionais, os povos tradicionais e originários são incapazes de tomar a frente em ações de reivindicação de melhorias para seus territórios – seus modos de vida são considerados ‘atrasados’ pelos que vêm de fora, o que justifica a operacionalização de seus projetos.

Os trabalhos consultados indicam que, a comunidade de Juruti Velho, ao priorizar debates sobre direitos e cidadania conseguiu ultrapassar a linha da discussão meramente fundiária. Terra, território, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, são agendas introduzidas com a chegada das empresas exploradoras do minério. No entanto, o movimento em Juruti pautou um tipo de desenvolvimento local de interesse da comunidade. A gestão de *royalties*, perdas e danos e externalidades fazem do PAE

Juruti Velho um caso exclusivo de pensar o presente e o futuro do território. Na impossibilidade de resistir à exploração da bauxita no local, uma vez que o Código de mineração brasileiro, em seu art. 20, cap. II garante à União que: “[...] os lagos, os rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banham mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais”, sejam dispostos para fins de exploração. No entanto, esse mesmo texto permite que as comunidades de Juruti Velho coloquem em pauta as suas reivindicações, articulem estratégias, debatam com a mineradora e negociem benefícios em troca da exploração dos recursos naturais na região, garantindo assim o uso do território em benefício dessas comunidades.

É curioso a revelação de Lopes (2012, p. 28), ao mencionar que a Alcoa acabou por acelerar expedientes de instâncias governamentais no município de Juruti, no sentido da regulação e controle do território, procedimentos legais fundamentais para liberar a atuação da mineradora, quando as demandas de legalização das terras das comunidades, durante anos, ficaram sem resposta. No entanto, é necessário sinalizar que este tem sido na prática um fato comum quando se trata de grandes empreendimentos que se instalam na Amazônia, chegando, se instalando, com o lema do desenvolvimento e, a pretexto de “dar uma melhorada” no local, se fazerem aceitos em busca de realizar seu objetivo - explorar o minério até a exaustão.

O autor ainda reconhece o esforço da Alcoa em minimizar os impactos socioambientais das suas atividades em Juruti Velho. Em particular, esse efeito se dá pela criação de um tripé de desenvolvimento sustentável, envolvendo ações de controle, assistência e indicadores. A contraposição está na conclusão de que em “Juruti Velho [...] comunidades tradicionais por inteiro, estão ligadas à tradição mas fogem da tradição; [...] refutam a tradição do aviamento”. (LOPES, 2016, p. 220). As comunidades se reconheceram como tradicionais, tendo em conta sua ancestralidade, seu modo de vida baseado na utilização dos recursos naturais, no uso coletivo dos bens comuns; na história de ocupação do território, a partir da Vila Muirapinima, sede do PAE, que remonta à antiga aldeia dos índios Mundurukus, originária da Redução Jesuítica iniciada em 1818, pelo Pe. Antônio Manoel Sanches. (RECOMENDAÇÃO CONJUNTA n° 01/2015/MPE-MPF). Portanto, esses grupamentos são inteiramente reconhecidos como comunidades tradicionais.

As análises de Borba (2009) ressaltam o fato do setor privado agir com excelência para a transformação das dinâmicas regionais no ensejo de promover o crescimento da Amazônia. De fato, percebe-se as mudanças estruturais no município: ruas asfaltadas, hospital moderno e equipado; praças organizadas, igrejas reformadas, como medidas compensatórias implementadas pela Alcoa. No entanto, a contrapartida acertada com as comunidades - no valor de R\$195,00 ao mês - representa muito pouco com relação ao lucro líquido obtido pela empresa no primeiro trimestre de 2018. A produção atual da empresa em Juruti é de 5,3 milhões de toneladas/ano segundo a Associação Brasileira de Alumínio-ABAL (2017, p. 16). Estima-se que serão 70 anos de convivência entre a empresa e as comunidades. Com isto, assinala-se que Juruti Velho apresenta “um território propício para o crescimento e o desenvolvimento sustentável”. A Alcoa, ao propor o tripé: CONJUS – controle; FUNJUS – assistência; Indicadores de Juruti – participação, promove flexibilidade nas ações, amenizando os reais impactos ambientais comuns na Amazônia brasileira.

Silva (2014), ao salientar o sucesso das comunidades ao responderem a fatores externos e internos que a pressionam, toma-os como de fato relevantes, pois, na atual conjuntura de flexibilização da legislação socioambiental brasileira, e mais ainda, da flexibilização dos direitos territoriais, com o refluxo dos movimentos de luta por direitos sociais, além da constante criminalização dos movimentos sociais, é muito provável que as comunidades de Juruti sejam sacrificadas, como é comum, pelos grandes empreendimentos. É importante lembrar que, em Juruti, as negociações sobre a implantação da Alcoa no território aconteceram ao mesmo tempo em que se construía Belo Monte – área habitada por povos originários em processo de luta por direitos territoriais -, em condições desfavoráveis similares a de Juruti - aspectos sociais de ancestralidade e a tradição; administrações de governos federal e estadual de orientação progressista; reconhecimento de direitos ambientais e territoriais, e uma Igreja católica atuante. No entanto, as empresas do Consórcio Belo Monte foram implementadas sem que nenhuma das condicionantes fosse atendida, causando grandes prejuízos aos povos e comunidades do Xingu.

Entre as teses e dissertações abordando a temática dos grandes empreendimentos na Amazônia, os quais chegam e expulsam os povos originários e moradores de comunidades tradicionais, com processos de negociação para o suprimento de ações de melhoria do território se arrastando por longos períodos e desgastando os debates e ações dos movimentos que apoiam as lutas desses povos.

O que fez esta pesquisa escolher Juruti Velho - Pará, no Baixo Amazonas? O que a incomoda? Na atual conjuntura, com o registro de inúmeros estudos versando sobre projetos agroextrativistas, Resex, PDS, porque Juruti é tão relevante?

Desde o ano de 2009, o Projeto Agroextrativista Juruti Velho é administrado pela Associação Comunitária da Região de Juruti Velho (ACORJUVE). A gestão de 1,5 % do valor resultante da lavra de bauxita, está de acordo com o Plano de Utilização (PU) do PAE-JV, sendo o recurso depositado diretamente em espécie na conta da associação. Futuramente os recursos de perdas e danos constituem condicionantes atendidas, atribuídas a força de sua organização.

Este fato faz a diferença comparando-se aos demais projetos legalizados registrados no Brasil. A administração direta tem causado, nos últimos anos, inúmeros conflitos, disputas internas e externas: “o facciosismo e a diferenciação econômica quebram a visão idílica de unidade comunitária e homogeneidade social”. (ASSIS, 2014, p. 207), mas também os efeitos positivos na infraestrutura das comunidades. Sabe-se que essas comunidades, em seu modo de vida, são consideradas complexas, integrantes de processos históricos que têm consequências nas microrrelações, bem como efeitos em escalas mais amplas do modo de produção capitalista.

Assenta-se neste contexto de mineração o “puxirum”, operado como uma prática tradicional reelaborada e ressignificada com a chegada de novos atores - como técnicos e profissionais estrangeiros a serviço da Alcoa, ou mesmo oriundos de outros locais do país - , que se transforma, ganha novos contornos, se institucionaliza em concomitância com o Projeto Agroextrativista, sobretudo como alternativa instrumentalizada pelo Estado (governos de alinhamento progressista se apropriam dessa prática, como instrumento de mobilização da mão de obra local para abertura de ramais, reformas de escolas, e outras atividades que exijam esforço conjunto da população, etc.). Neste sentido, o puxirum é escolhido por este trabalho como tema central através do qual se discute toda a atuação da Acorjuve, no período de dez anos que compreende a atuação do PAE.

A pesquisa elencou as seguintes questões-chave para se nortear: quais as diferenças no processo de conquista dos direitos sociais e políticos na região de Juruti Velho, quando da instalação ali do projeto agroextrativista? Segundo as análises deste processo, o espírito militante criado nos puxiruns contribuiu para a ‘cultura política’ que levou as comunidades a assumirem o papel decisivo nas negociações e a criarem

a Acorjuve, a qual constitui a ‘voz coletiva’ da população de Juruti Velho. Outros aspectos a considerar, em concordância com Silva (2014), para este fato político ser considerado “único, exclusivo, inédito”, estão relacionados ao contexto político partidário com características progressistas, registrado tanto em nível local, estadual e nacional. Os programas de governo da época valorizavam os direitos territoriais e ainda Juruti contava com a emergência da temática ambiental aspectos que favoreceram, a “grande conquista” das comunidades no embate com a Alcoa. No entanto, indagasse: Porque esse caso inédito na Amazônia é tão invisível?

Portanto, o eixo percorrido por este estudo foi o de procurar entender a história social da comunidade que levou a experiência política de Juruti Velho a se tornar referência para outras lutas. Assim como perceber a resposta da Acorjuve em atualizar e modificar as formas tradicionais de acesso e uso dos recursos da natureza, em contexto de conflitos ambientais crescentes no local. Neste sentido, quais as respostas às transformações, lutas e reivindicações que passam a emergir neste contexto de gestão dos royalties?

Para investigar as questões acima o presente trabalho se debruça sobre três períodos da história social. O primeiro compreende o período anterior à ocupação colonial, caracterizado pela presença de povos originários que viveram ao longo de séculos, e já registrado em muitos trabalhos que versam sobre a região amazônica; o segundo enfoca as ações desenvolvidas por atores locais na perspectiva de alcançar ‘uma vida melhorada’. Aborda os enfrentamentos dos atores por direitos territoriais, a resistência e a luta, como os próprios protagonistas gostam de enfatizar, até o que consideram ser “a grande vitória”, a realização de seus sonhos e utopias, já descritos em duas teses e alguns trabalhos de dissertação e em monografias; o terceiro período centraliza-se na institucionalização do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, enfocando as práticas sociais locais, sejam elas dos nativos ou dos ‘estrangeiros’ - o ‘tubarão’, ‘o inimigo’ - com a possibilidade de interação e de composição de uma nova história na região, dando visibilidade particularmente às ações do PAE Juruti Velho.

É importante dizer que a literatura existente sobre Juruti Velho é muito recente, baseada na trajetória de atores sociais, na afirmação identitária e na cultura local. E, mesmo dividindo-se em períodos e em plena ebulição, há sempre uma forma de recontar a história ‘da grande conquista dos índios diante de uma grande mineradora’.

A primeira seção é composta da introdução, apresentando-se a proposta de tese de maneira geral, tendo na sequência a contextualização local, os caminhos

percorridos pela pesquisa para adentrar na perspectiva dos olhares e escritos sobre Juruti.

Na segunda seção “Localização e caracterização da região de Juruti Velho”, versa sobre a localização territorial do município e os principais ciclos de desenvolvimento desde as drogas do sertão até ao recente ciclo de exploração da bauxita.

A terceira seção “Do campo imaginado ao campo encontrado” faz-se um mergulho no caminho teórico metodológico à luz da sociologia da ação pública, demarcando-se o território Juruti Velho, território demandado por ações coletivas, onde o envolvimento de vários atores sociais capazes de fazer proposições e produzir resoluções, ou seja, resultando concertações para os problemas públicos criados pela mineração. Com a quarta seção o “Baixo Amazonas, um campo minado de bauxita: eixos e fluxos no Brasil”, contextualiza-se o território brasileiro no panorama mundial do capital, sendo o Baixo Amazonas um palco das disputas e interesses em todos os campos. A seção faz um recorte histórico no tempo, situando o território num espaço geográfico com limites definidos, entendendo-o como um território integrado ao contexto configurado como bem mercantil a serviço da mineradora e de um *mix* bauxita pressionando pela construção de barragens e hidrelétricas no rio Tapajós, considerando-se a mineração como atividade dependente dos recursos hídricos.

A quinta seção discute a problemática em torno do lema “Juruti Velho: em prol dos bens comuns”, descrevendo as atividades realizadas no primeiro período de gestão da Acorjuve junto às comunidades do PAE Juruti Velho, assim como a sua atuação até os dias atuais, com os constantes impasses sobre o ‘saber governar’.

Na seção sexta, “Juruti Velho: um território ressignificado” apresenta-se o período de dez anos de estabelecimento da mineradora Alcoa em Juruti Velho, procurando-se indagar, hoje, sobre as mudanças ocorridas no modo de vida das comunidades afetadas pela mineração de bauxita. Neste tópico são também identificados os atores e as suas características de ação local a partir da realidade dos Projetos Agroextrativista (PAE- Juruti Velho).

2 LOCALIZAÇÃO E CARACTERIZAÇÃO DA REGIÃO DE JURUTI VELHO

Juruti Velho está situado no extremo oeste do estado do Pará, região conhecida como Baixo Amazonas. A região vem sendo afetada por vários “ciclos de desenvolvimento” (SANT’ANA JÚNIOR, 2016, p.130) já mencionados por pesquisadores e estudiosos. Os principais ciclos são o ciclo das drogas do sertão, ciclo da borracha, o período do plantio da juta e da malva, e, atualmente, em nível nacional e local, a atenção se volta para o ciclo de exploração da bauxita, de fato, uma região minada de recursos naturais. Portanto, é um território visado pela ambição do capital nacional e internacional; um território cobiçado, permeado por conflitos, pelas “concertações” realizados entre o maior grupo minerador de alumina e alumínio do mundo e as comunidades tradicionais de Juruti Velho. É o foco das mudanças nas relações socioespaciais e ambientais, dos conflitos e de ações reestruturantes deflagradas pela mineração.

As comunidades que compõem o PAE são antigas, completaram 200 anos de existência, e descendem de aldeamentos indígenas pertencentes às etnias Munduruku e Muirapinima.

2.1 ÁREA DE ESTUDO DA PESQUISA

No extremo oeste do Pará, às margens do rio Amazonas, localiza-se o município de Juruti, que há dez anos vem passando por muitas transformações no curso de sua história. Os moradores são procedentes da aldeia de índios Munduruku, e a localidade vem acolhendo muita gente, outros povos, recebendo muitas influências e combinando várias culturas. Ao longo do tempo modificou sua paisagem, passou por vários ciclos de desenvolvimento, como o de extração do pau-rosa da borracha, o plantio da juta e da malva, e, desde 2006, vive mais um momento de mudanças, com a implantação da mina de bauxita da Alcoa no município. De cidade pacata, com seus barcos passou a um conglomerado com comércio em transformação, ruas movimentadas, muita gente nova, obras e reformas. A chegada da empresa Alcoa trouxe mais dinheiro ao povoado, e com isso o comércio se afirma e as oportunidades apareceram. Porém, com o crescimento surgiram também os problemas de segurança, a inflação dos preços, aumentando a preocupação com a destruição das matas e dos rios. No interior e na várzea, onde os rios e igarapés são os pontos de encontro para o banho e a conversa dos moradores, e a agricultura, a pesca e a

pecuária fornecem o sustento para os moradores, as mudanças chegam aos poucos, pelas estradas e pelos barcos abastecidos com mercadorias, que levam gente e trazem novidades. Juruti está assim, em transformação. Há esperanças, mas também incertezas sobre como será o futuro. A expectativa é que com as recentes mudanças venha o tão almejado desenvolvimento sustentável para a região. Mas como será que Juruti está se desenvolvendo? Quais os rumos que Juruti está tomando?

2.2 O LOCAL DA PESQUISA

O objeto da presente pesquisa é o Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Juruti Velho, cuja sede está situada à margem direita do rio Amazonas, no extremo oeste do estado do Pará, município de Juruti, mesorregião do Baixo Amazonas.

A pesquisa neste território é resultante de minhas experiências, visitando e prestando assessoria técnica durante aproximadamente quinze anos de trabalho profissional e como membro da pastoral na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB - Regional Norte II - Pará e Amapá – demarcação eclesial da igreja Católica). Entre as inúmeras atividades e andanças percorrendo aquela região da Amazônia, seja de barco, canoa, de balsa, avião, ônibus, de carroça e, algumas vezes, com o pé fincado na lama, ou respirando a poeira da Transamazônica, foi possível vivenciar situações conflituosas mantidas pelas comunidades em relação às representações dos grandes empreendimentos que ali se instalaram, algumas delas resolvidas, outras encaminhadas ou reivindicadas junto aos órgãos competentes.

O conhecimento sobre as questões de Juruti Velho me chegou através da Instituição Cáritas Brasileira, organismo pastoral integrante da CNBB, do qual faz parte o *Programa Gestão de Riscos e Emergências* que “atua em situações de emergências provocadas por desastres socioambientais ou que estão em situação de vulnerabilidades em áreas de risco” (CARITAS BRASILEIRA, 2015). Em 2009, a grande enchente ocorrida no Baixo Amazonas me proporcionou realizar um ‘passeio’ de canoa por Santarém, Óbidos e Alenquer. No mesmo ano, realizou-se no município de Faro uma grande assembleia com participação de várias entidades: sindicatos, partidos, universidades, pastorais, Ministério Público, convocadas pela Associação Comunitária da Região de Juruti Velho (ACORJUVE) para debater e encaminhar o que chamaram no período de “grande conquista”, que se refere ao primeiro repasse dos recursos provenientes do lucro auferidos com a extração da lavra da bauxita pela

Aluminum Company of America (ALCOA). Estavam presentes na ocasião representantes de todas as comunidades pertencentes ao Projeto Agroextrativista Juruti Velho.

O PAE foi criado inicialmente compreendendo uma área de 109.551 hectares. O projeto está localizado no distrito de Juruti Velho, a aproximadamente 45 km de distância da sede do município de Juruti. Conta com uma população de cerca de 11.000 habitantes (IBGE, 2017), distribuídos por 53 comunidades tradicionais, com 1.998 assentados (INCRA, 2017) da região do lago Grande de Juruti Velho.

Para chegar a Juruti velho, partindo de Belém, capital do estado do Pará, é preciso percorrer cerca de 840 km até o município de Juruti. Por via aérea é preciso ir à Santarém, voo que dura aproximadamente uma hora desde Belém. Na primeira incursão, foram gastas aproximadamente 10 horas de viagem de barco, de Santarém a Juruti; e na segunda incursão, feita de voadeira, foram gastas 6 horas de viagem. De Juruti à Vila Muirapinima são aproximadamente três horas. A primeira incursão, realizada no período de setembro a outubro de 2016, durou vinte seis dias e a estadia foi fixada na Vila. À medida que o barco se aproxima da Vila Muirapinima, se a chegada for durante a noite, apesar de poderem ser avistados alguns pontos de luz, há um predomínio da escuridão, necessitando-se de lanternas para o desembarque em meio às águas. No período diurno, que dispõe apenas de uma viagem no horário de 12h30min, o sol de setembro ferveja nas águas do lago Grande Juruti Velho. De uma lente panorâmica avista-se o porto onde atracam as embarcações. A praça e a Igreja de Nossa Senhora da Saúde dominam a paisagem.

Figura 1 - Frente Panorâmica de Juruti Velho



Fonte: Mauro Castro (2010).

A Vila Muirapinima (Juruti Velho) e a sede do PAE Juruti Velho diferem em tamanho e em potencial de infraestrutura das demais comunidades locais, que geralmente são pequenas, quase não dispendo de infraestrutura, que, quando existe, é insuficiente para atender a demanda. A vila é parcialmente pavimentada, conta com energia elétrica produzida à base de gerador, localizado na sede Juruti, que fornece energia diariamente no horário de 18h às 23h, dispendo de água encanada, entre outros serviços públicos básicos.

Por ser a maior comunidade da área do PAE, Muirapinima é a referência política, econômica e de serviços básicos que atendem a população de Juruti Velho. Esta Vila é também o centro de tomadas de decisões relacionadas aos interesses coletivos da região do Projeto Agroextrativista Juruti Velho (PAE). Na vila, também está sediada a Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho, a Acorjuve, responsável pela administração do PAE.

Segundo o cadastro do INCRA, a Vila Muirapinima possui 2.627 famílias habitando 430 unidades residenciais. A vila é a sede das principais atividades promovidas pela Igreja Sagrado Coração de Jesus (antiga Nossa Senhora da Saúde). São registrados 803 cadastrados no CadÚnico, sendo 966 inscritos no Bolsa Família. (INCRA, 2017).

Na vila existem três bairros: o Centro, o mais antigo; o bairro do Alegre, ou bairro de Fátima como também é conhecido, e o Castanheira, este último localizado

ao redor da sede da Acorjuve. O bairro central é o mais movimentado. No centro encontram-se a subprefeitura, a Unidade Mista de Saúde Irmã Ávila, um posto policial, uma agência do Banpará e outra da Caixa Econômica Federal e as igrejas locais, sendo a mais antiga a igreja Nossa Senhora da Saúde, construída em 1888, tendo sido seu nome alterado, em 2017, para Sagrado Coração de Jesus; além da igreja católica existem as igrejas evangélicas, sendo duas delas filiadas à Assembleia de Deus (AD), outras duas à Igreja da Paz (IP) e uma Igreja Batista (IB). Existe ainda um campo de futebol central, que divide as ruas; um grande cemitério, quadras de esportes Paulo Suess, duas escolas, sendo uma municipal e outra estadual, o Mercado Municipal, postos de combustíveis flutuantes, a sede do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), o Casulo Matriz, que atende crianças de 3 a 7 anos de idade, a sede do Programa de Assistência Social, além dos maiores comércios da região. (NAHUM, 2012). Além desses estabelecimentos registra-se também a casa de formação missionária das Irmãs Maristellas e a Casa Paroquial.

No bairro Alegre, também conhecido por bairro de Fátima, concentram-se os domicílios residenciais, predominando pequenos comércios de gêneros alimentícios, de produtos de consumo doméstico, entre outros. Como os comerciantes abastecem seus mercados com artigos e produtos vindos de Parintins, Santarém e da sede de Juruti, os preços praticados na região sofrem a interferência dos intermediários, sendo, por isso mais elevados.

O bairro Castanheira foi ocupado a partir do ano de 2000, com a vinda de migrantes de outras localidades da região, expulsos primeiramente pela grande enchente que ocorreu em 2009, motivo de deslocamento de muitas famílias da área de várzea para a terra firme (LOPES, 2012), e, em segundo lugar, atraídos pelos serviços básicos de educação e saúde, além do comércio. (NAHUM, 2012). O bairro cresceu ao redor da sede da Acorjuve, aumentando a demanda da associação por atendimentos básicos, tais como as cestas básicas de alimentação, a inclusão nos projetos sociais, compra de medicamentos etc.

2.3 CONFIGURAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE JURUTI

O município de Juruti faz fronteira com o estado do Amazonas e com os municípios paraenses de Santarém, Aveiro, Terra Santa, Óbidos e Oriximiná. Abrange uma área de 8.305,1 km² (IBGE, 2010) e, para efeitos administrativos e de organização de serviços públicos, foi dividido pela lei 996/2010, de 15 de novembro

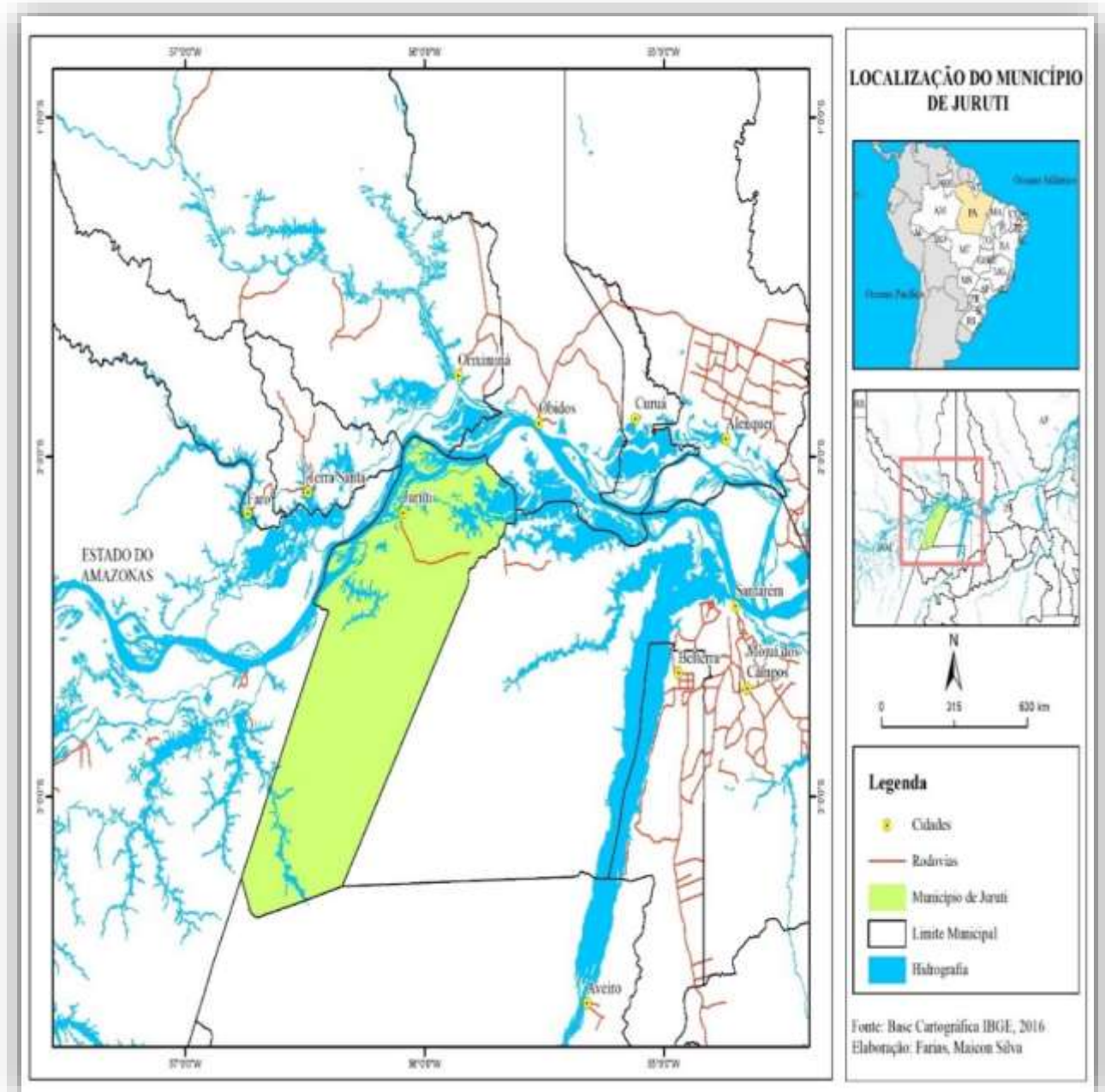
de 2010, em quatro distritos administrativos: Tabatinga, Castanhal, Muirapinima e em Distrito Sede. Juruti tem como referência para as demandas de serviços públicos, comércio e outros, o município de Santarém, o maior e mais próximo centro urbano e econômico no estado do Pará, e a sua distância deste município paraense é de 200 km. Em relação a cidade de Belém, a capital do estado do Pará, Juruti está localizada mais longe, a 850 km de distância.

No último censo, o município de Juruti somava 47.086 habitantes por km². Em 1940, o município apresentava uma população modesta, totalizando apenas 9.387 habitantes. Na década de 2000, a população atingiu a cifra de 31.200 habitantes, com o crescimento populacional registrado em 69, 91% durante as seis décadas que se sucederam desde os anos 40. Apenas entre as décadas de 2000 e 2010, período em que acontece a instalação e o início de funcionamento da Alcoa, esse crescimento atingiu o percentual de 23,24%. Portanto, os dados levam a crer num rápido crescimento populacional cujo principal fator é provocado pela chegada da mineradora à área para exploração da bauxita.

A sudoeste do município de Juruti situa-se Oriximiná, a maior cidade existente em seus arredores. O prefeito de Juruti no período é Manoel Henrique Gomes Costa, eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT). O município, por questões administrativas e políticas, foi extinto por duas ocasiões, em 1900 e 1930, pelo governo Paes de Carvalho, assim como Oriximiná e Quatipuru. Em 1943, foi elevado a condição de município sede.

Na sequência, apresenta-se o mapa com a localização da área de estudo projetada no estado do Amazonas.

Figura 2 – Mapa com a localização do município de Juruti



Fonte: Maicon Farias, 2018

Nota: Base Cartográfica IBGE, 2016.

Nas décadas de 1980 e 1990 ocorreu o fenômeno denominado localmente de “terras caídas”, quando Juruti foi gravemente afetado por grandes mudanças econômicas e infraestruturais.

A partir de 2013, Juruti começa a fazer parte do Polo Amazônia Tapajós, formado por 18 municípios pertencentes à Região de Integração do Baixo Amazonas e Região de Integração do Tapajós. São eles: Alenquer, Almeirim, Aveiro, Belterra,

Curuá, Faro, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Monte Alegre, Novo Progresso, Oriximiná, Óbidos, Prainha, Rurópolis, Santarém, Terra Santa e Trairão. Os critérios que determinam a integração nesse polo, como os traços comuns relativos à geografia humana e aspectos sócio-políticos e econômicos, evidenciam o interesse das multinacionais nos recursos naturais desta região. (PARÁ/SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO DO PARÁ/SETUR, 2013).

A Secretaria de Estado do Turismo do Pará (SETUR), durante o governo de Simão Jatene (pleitos 2014-2016 e 2016-2018) priorizou as regiões de Santarém, Belterra e Oriximiná, que em conjunto reúnem uma população total de 376.623 habitantes (IBGE 2010), e uma área de 332.945.685 km², com densidade demográfica de 5,67 habitantes por km², o que corresponde a 8,87% da população do total do estado do Pará. Quatro destes municípios são classificados como sendo de porte pequeno a intermediário, compreendendo uma faixa de 20 a 50 mil habitantes, sendo que Santarém supera a cifra de 100.000 habitantes, atingindo 294.580 pessoas em 2010, segundo o IBGE (2010), correspondendo a 41,96% da população da região. (SETUR, 2013).

Os indicadores econômicos e de saúde atuais do município apontam um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, em 2016, de R\$17.038,21; o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,592. A população em 2018 é estimada em 56.908 habitantes; no último censo eram 47.086 pessoas; a densidade demográfica foi registrada em 5,67 hab/km². Contabiliza-se 2,9% de domicílios com esgotamento sanitário adequado; 43,9% de domicílios urbanos situados em vias públicas dotadas de arborização e 6,9% de domicílios urbanos localizados em vias públicas com urbanização adequada (com presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio). Em 2010, a população rural em Juruti era de 66,33 contra a população urbana, que acusava à época, 33,67. (PNUD, IPEA, FJP, 2010).

Oriximiná é o segundo maior município do estado do Pará, com uma área de 107.604,4 km², superado somente pelo município de Altamira (161.445, 91km²) em extensão territorial. Oriximiná registra uma expressiva presença de negros, a se confirmar pelos inúmeros quilombos existentes no polo. Lá estão localizadas as primeiras terras brasileiras intituladas. A importância do município de Oriximiná para as comunidades de Juruti Velho por ele ser o centro dos impactos sociais e ambientais causados pela exploração da bauxita no território. A cada intercâmbio ocorrido *in loco*

com as comunidades justificou as contradições inerentes à implementação do projeto de mina de bauxita Juruti.

A comunidade de Juruti Velho é também conhecida por Vila Muirapinima, que segundo reza a lenda seria o seu nome mais antigo. Pela narrativa que percorre a região,

[...] o nascimento de um curumim com traços diferenciados (mais claro e de cabelo avermelhado) na aldeia Munduruku não foi bem aceito. A família do curumim se rebelou contra o cacique Munduruku, e junto com mais alguns índios, se refugiou às margens do Lago Grande Juruti, onde havia um bosque de Muirapinima, árvore cuja madeira de lei, abundante na região, era utilizada para a fabricação de móveis no período colonial. Em homenagem à árvore os dissidentes se autodenominaram Muirapinima e passou ser inimiga da sua antiga tribo Munduruku. (FGV, 2009).

No entanto, o histórico de colonização da Vila Muirapinima, processo que visava “dilatar a fé” da Igreja católica no século XIX explica os conflitos entre os habitantes locais e os deslocamentos populacionais na região.

Conflitos entre antigos moradores da Vila Muirapinima, no lago Juruti Velho, fizeram um grupo se deslocar rio abaixo, indo se estabelecer às margens do rio Amazonas, onde, em 1859, foi criada a Freguesia Nossa Senhora da Saúde, que deu origem à sede do atual município de Juruti. Assim sendo, a origem da Vila Muirapinima data de aproximadamente quatro décadas, sendo mais antiga que a sede do município. Disto se explica o porquê da vila ser conhecida também por Juruti Velho. (LOPES, 2012, p. 141).

Porém, o título de Vila Muirapinima passou um tempo esquecido. O trabalho da Igreja católica local, nesse sentido, foi fundamental para resgatar o antigo nome da localidade, destacando-se, segundo Lopes (2012), o trabalho realizado pela Irmã Brunhildes Henneberger. Por meio do resgate da sua história, a vila foi oficializada como Distrito Muirapinima, em 15 de setembro de 2010.

A Vila Muirapinima, ou Juruti Velho, funciona então como sede do PAE Juruti Velho, destacando-se em termos de tamanho e infraestrutura de todas as demais comunidades locais, geralmente pequenas e com pouca ou nenhuma política de assistência. (CASTRO, 2010, p. 24).

2.4 “DANTES” ERA ASSIM...

As comunidades tradicionais de Juruti Velho assumem a ascendência indígena Munduruku e Muirapinima. Em sua maioria, nasceram e praticaram suas atividades cotidianas na região do lago Grande de Juruti Velho. A base da economia dos que residem na área rural é a agricultura familiar, representada principalmente pelo plantio de mandioca e pela produção da farinha. As atividades complementares são a pesca artesanal, o criatório de pequenos animais, o plantio de pequenos pomares, a coleta e a caça. Destacam-se a coleta da castanha-do-pará, do açaí e a produção de banana. (SETUR, 2014). As práticas religiosas tradicionais e festivas, incluindo o puxirum, estão relacionadas praticamente a todas as atividades desenvolvidas no território. Em 2009, Juruti Velho era o 10º pior IDH do estado, convivia com a baixa renda, sem acesso a serviços básicos de saúde e educação, que se somavam à ausência de poderes públicos e à vulnerabilidade para proteger os ecossistemas florestais.

Os ciclos de desenvolvimento que marcaram a economia na região norte, assim como as mudanças que transcorreram sucessivamente no Baixo Amazonas, e compreenderam a coleta das drogas do sertão, o extrativismo e o plantio semidomesticado de cacaueteiro, que perdurou por quase dois séculos até a época da independência do Brasil, caracterizando uma fase decisiva da economia paraense. Em Juruti Velho, como já foi mencionado, essas transformações econômicas foram sentidas de modo particular com as atividades de extração do pau-rosa, coleta do guaraná e com o plantio da juta e da malva, sendo a exploração da bauxita a mais recente.

A partir de 1930, ocorreu grande exploração do pau-rosa (*Aniba rosseadora*) nas matas nativas de Juruti Velho. É a atividade extrativa mais antiga da região. Nos anos de 1950, foi reestimulada para atender ao mercado internacional de perfumaria. A pesquisa de Lopes (2012) enfatiza que a forma de exploração que se estabeleceu no passado em Juruti não favoreceu sua exploração até as gerações atuais, por ter sido o método utilizado insustentável. O autor assinala que,

Extraía-se até exaurir uma área, para em seguida, se deslocar o acampamento e a usina, buscando nova instalação em área rica daquela espécie. Os processos de escolha de novas áreas ocorriam a cada dois ou três anos. Essa lógica promoveu a extinção da madeira na região de Juruti Velho e em outras áreas das amazônias. Para a extração do óleo, é necessário que a árvore seja abatida,

completamente triturada e, posteriormente, colocada em uma caldeira para que seja extraída a essência. (LOPES, 2012, p. 143).

Em razão deste método da exploração irracional do pau-rosa em terra firme, ou seja, nas densas florestas encontradas na região, a atividade foi a declínio. E a juta foi tomando seu lugar nas várzeas da vila Amazônia.

Em 1931, a região de Juruti Velho foi anexada à Vila Amazônia, pertencente a Parintins, no estado do Amazonas, através de um acordo entre os governadores Efigênio Salles, do Amazonas, e Magalhães Barata, do Pará, com a embaixada japonesa, no início da década de 1920. As relações fronteiriças são até os dias atuais muito próximas, e como exemplo cita-se as comunidades ligadas ao lago Marmuru, ao sul de Juruti, mais identificadas com o estado do Amazonas e com o município de Parintins, que, por uma questão geográfica, muitas vezes utilizam os serviços públicos desses municípios mais próximos.

No Amazonas, a imigração japonesa teve início em 1927, durante o governo Efigênio Salles, que concede uma área de um milhão de hectares de terras à indústria nipônica.² A concessão de terras ao Japão dependia exclusivamente da escolha do interessado. Na primeira leva de terras estava localizada entre os rios Suncunduru, Madeira, Amazonas, Cunumã, Paraná do Ramos, Maués, e Pararuai, situadas a 6º latitude sul; a segunda opção compreendia a região localizada entre Tefé e Coari; a terceira, entre Cabori e Timbira. A escolha dos primeiros lotes de terra se deveu ao fato de que as áreas de várzea possuem comunicação direta com a terra firme.

E assim foi escolhida a Vila Batista para implantar o núcleo de povoamento que serviria de matriz do projeto. Essa vila passa posteriormente a se chamar Vila Amazônia. (SOUZA, 2011, p.121).

A jicultura foi ampliando gradativamente o seu espaço de produção em direção às várzeas do estado do Amazonas, incluindo o município de Parintins, Itacoatiara, Manaus, Manacapuru, e no estado do Pará, estendeu-se pelas regiões alagadiças de Juruti, Óbidos, Alenquer, Oriximiná, Santarém, Monte Alegre, entre outros. (LOPES, 2012).

² Cf. SOUZA, José Camila Ramos de. **Parintins e Vila Amazônia**: uma história de construção de vida urbana de imigrantes nipônicos. 2011, p. 115 – 134. O texto é um condensado de informações sobre o processo de imigração japonesa, coletadas desde 1994, com a finalidade de unir e reconstruir os fragmentos deixados pelos nipônicos como registro da colonização e Vila Amazônia /Parintins. É importante frisar que as informações repassadas pelo koutakusseï Zennoshin Shoji são, ainda, os alimentos dessa incansável busca. (2011, p. 115).

O Pará cedeu 1.030.000 hectares de terras para a Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S.A., dos quais 400 hectares³, estavam localizados em Monte Alegre, 600 hectares em Acará e três lotes de 10.000 hectares em Marabá, Conceição do Araguaia e Região Bragantina. (SOUZA, 2011, p.120).

A concessão de grandes áreas para estrangeiros na Amazônia não decorreu de uma política pública específica dos Estados do Amazonas e Pará, mas atendia à uma demanda passiva de investidores após a crise da borracha. Foi um processo de imitação mútua entre os dois estados. (HOMMA et al., 2011, p. 136).

Em 21 de outubro de 1930, foi lançada a pedra fundamental na antiga Vila Batista, que recebeu o novo nome de Vila Amazônia, hoje comunidade rural de Parintins, escolhida por localizar-se na confluência do paraná do Ramos com o rio Amazonas, estando próxima da cidade de Parintins. Souza (2011) descreve que na Vila Amazônia,

Existiam grandes extensões de terrenos aluviais, propícios às culturas de ciclo rápido (melancias, melão, milho, etc.) e para adaptação da própria juta indiana; e numa outra faixa, no sentido sul estendia-se a terra firme. Esses fatores foram decisivos para a implantação da colônia nipônica e da sede principal da colonização. Tsukasa Uyetsuka (deputado em Tóquio) implantou o Instituto Amazônia, construção do núcleo residencial das famílias oriundas do Japão. Ao retornar, em 1930, percebeu a diferença de cultura entre Brasil e Japão, instalou a Escola Superior de Colonização no Japão, procurando melhor preparar os imigrantes que iriam encarar os desafios de obras básicas como abertura de estradas, construção de casas para funcionários, casas de comércio, hospital e porto. Tsukasa Uyetsuka, preocupado com a diferença de cultura implantou uma escola de artes marciais. (SOUZA, 2011, p. 123).

Muitos moradores de Juruti Velho, em função de acordos políticos firmados à época, pertenciam à Vila Amazônia, localizada no estado do Amazonas; outros pertenciam a Juruti, da jurisdição do estado do Pará. A atividade de extração da juta movimentou a região e absorveu a força do trabalho dos moradores de Juruti Velho durante seu ciclo. Muitos jovens japoneses vieram com o compromisso de se instalar definitivamente no Brasil sem voltar para o Japão. Para acolhê-los, foram feitas obras básicas, como abertura de estradas, construção de casas para funcionários, estabelecimentos comerciais, hospital, porto, etc. (SOUZA, 2011). Mesmo com todos

³ Cf. SOUZA, José Camila Ramos de. **Parintins e Vila Amazônia**: uma história de construção de vida urbana de imigrantes nipônicos. 2011, p. 119. Dados obtidos em documentos do governo Efigênio Salles e de relatos feitos pelo Sr. Zennoshin Shoji (Koutakussej da última turma – 1937).

os investimentos para receber os imigrantes japoneses, a juta e a malva necessitavam de mão de obra intensiva em operações de corte, maceração e lavagem das fibras, atividades que coincide com as cheias do rio Amazonas. (HOMMA, 2011).

O trabalho com a juta obedece aos seguintes procedimentos: a maceração e a lavagem da fibra, o serviço mais penoso, obrigava os coletores a permanecerem dentro da água o dia inteiro, e, segundo Homma (2011) “induziu o hábito de consumo de cachaça com alto teor de álcool e de fumar cigarros baratos para suportar o frio, razão de muitos reumatismos e outros problemas de saúde” (2011, p. 354). Para esta atividade, os imigrantes japoneses não estavam preparados, cabendo aos moradores da região realizar tal ofício. (HOMMA, 2011).

Nas décadas de 1950 e 1960, as terras de Vila Amazônia são leiloadas, sendo “em 1946 que a empresa J. G. Araújo aumenta a produção da juta, diversificando as atividades agropecuárias e extrativistas da região. A juta foi por durante quase meio século uma mercadoria chave no Baixo Amazonas”. (SÁ, 2011, p. 294).

O fim da atividade em função do esgotamento da matéria-prima, desde os anos de 1970 até meados de 1980, acompanhou o colapso em nível regional. As famílias foram gradativamente abandonando a atividade de juteiros, retornando às práticas tradicionais e dando continuidade ao modo de vida rotineiro na região. (LOPES, 2012).

2.5 BAIXO AMAZONAS, UM CAMPO MINADO

A partir dos anos de 1970, a economia nacional desacelera, atingida pela crise mundial do petróleo, pelo *deficit* na balança comercial e pelo aumento do endividamento externo. Instaurada a crise petrolífera, a Amazônia passa a ser o foco das atenções dos interesses da economia nacional e global. No Brasil, sua função seria gerar recursos para solucionar a crise, priorizando o processo de ocupação além dos investimentos de grande porte, como abertura de estradas e a construção de hidrelétricas. Para o capital internacional, era fundamental, para a expansão de seus investimentos, a reestruturação produtiva nos estados do Norte.

O Brasil intensificou as ações para que a Amazônia pudesse alojar os setores industriais de bens intermediários e de capital, investindo na criação de novos empreendimentos. O objetivo do governo era investir em infraestrutura e canalizar incentivos fiscais para a região amazônica, atraindo o capital privado. Por essa ótica, a Amazônia estaria estimulando empreendimentos que impulsionassem o

desenvolvimento de atividades econômicas, gerando emprego e renda, contribuindo para o bem-estar da população e para melhorias sociais na região.

Este foi o momento ideal para que as empresas estatais se associassem ao capital nacional, internacional e desenvolvessem grandes projetos na área industrial, voltados para o setor mineiro- metalúrgico, como foi o caso da Mineração Rio do Norte, Projeto Carajás e ALBRAS/ALUNORTE.

Atraídos pelo potencial mineral da Amazônia e pelas facilidades oferecidas pelo governo, grandes empreendimentos se instalaram na região amazônica, mais especificamente no estado do Pará. Foram estes: a Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), no rio Tocantins; a Mineração Rio do Norte, com exploração de bauxita metalúrgica, localizada a noroeste do Estado, no município de Oriximiná; a ALBRAS e a ALUNORTE, operando no ramo de exploração de alumínio e alumina, respectivamente, localizadas nas proximidades de Belém, no município de Barcarena; o Projeto de Ferro Carajás (PFC), a sudeste do Estado, no município de Parauapebas.

Nesse projeto de integração estava, entre outros, o Polo do Trombetas, construído no município de Oriximiná, que abrigaria a Mineração Rio do Norte, produtora de minério de bauxita, matéria-prima do alumínio.

Após a II Guerra Mundial, os investimentos em pesquisas visando a descoberta de depósitos de bauxita foram reduzidos em virtude da nacionalização dos recursos naturais em alguns países vizinhos à Amazônia.

Em 1963, a Alluminia Canadá (ALCAN) iniciou suas prospecções através da subsidiária Bauxita Santa Rita Ltda., já instalada na região e responsável pela descoberta do alumínio na Amazônia. Em 1967, já propagava a descoberta de reservas de elevado valor comercial, entre o rio Nhamundá e o Trombetas, no município paraense de Oriximiná. Em seguida, a empresa canadense criou a Mineração Rio do Norte S/A (MRN) e implantou, em 1971, o projeto Trombetas que seria suspenso em seguida, em função da depressão no mercado mundial do alumínio. Em 1979, a MRN, como primeiro “grande projeto” iniciou suas operações de exploração de bauxita em Oriximiná, a 50 km de Juruti.

2.6 A ALCOA CONHECE MUITO BEM A REGIÃO

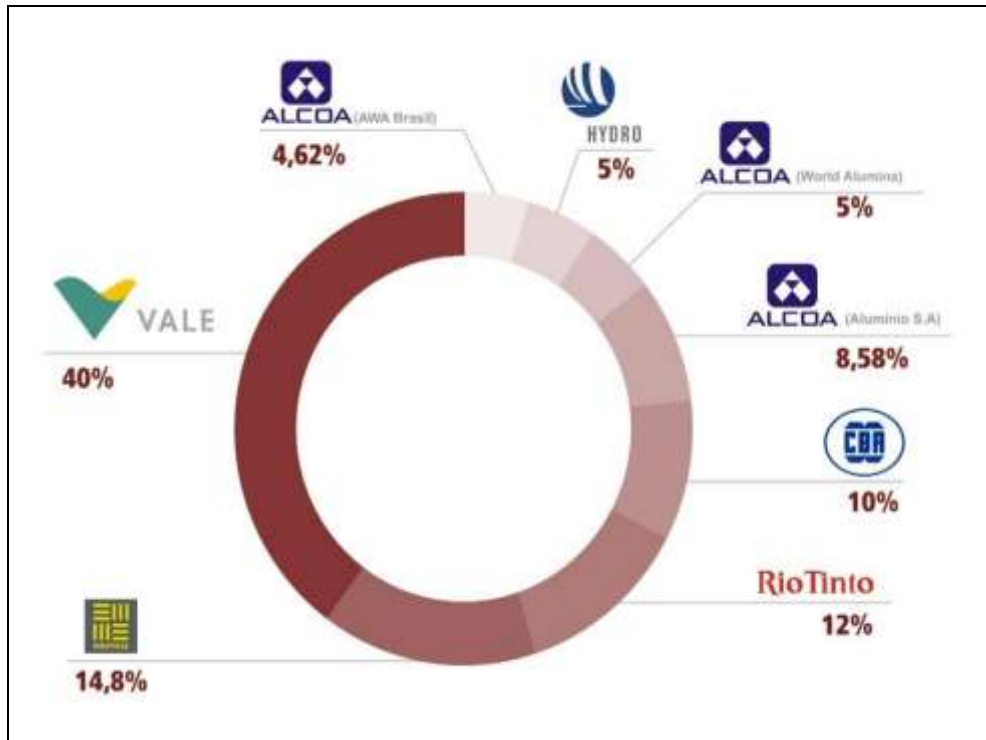
No período de 2001 a 2005, o município de Juruti foi abordado para discutir a implantação do grande projeto Mina de Bauxita Juruti. Foram anos de grandes expectativas para as comunidades ali residentes, com os negócios já acertados entre os poderes estatais e a maior produtora de alumínio do mundo, a americana Alcoa.

A Alcoa conhece muito bem a região. É uma das sócias da Companhia Vale do Rio Doce e da Mineradora Rio do Norte (MRN). Instalada em Oriximiná, através da ALCAN, desde 1963, quatro anos depois anunciava a descoberta de jazidas do rio Trombetas, sendo sua meta explorá-las sozinha. No entanto, por facilidades econômicas e territoriais, associou-se à MRN, já que a Albrás, em Barcarena, no Pará, vizinha da Alunorte, a maior do mundo, distava mais de 600 km dali. A Alunorte teria a vantagem de 1.200 km de transporte do minério, de Trombetas a São Luís no Maranhão, voltando para a Vila do Conde, onerando o frete até a Alcoa. (PINTO, 2014).

A opção da Alcoa pela MRN para chegar a Juruti foi acertada, pois trata-se de um *pool* de empresas nacionais e internacionais cujo objetivo é produzir e beneficiar bauxita, operando neste ramo desde 1979. Desde 1976 a extração e circulação da bauxita vem afetando a região oeste paraense, especialmente em Oriximiná. Os efeitos do Projeto Trombetas, da companhia Mineração Rio do Norte, são sentidos nas comunidades indígenas, quilombolas e ribeirinhas. (ACEVEDO; CASTRO, 1998).

Atualmente, a MRN é uma das maiores produtoras de bauxita do mundo, com capacidade estimada em 18,1 milhões de toneladas/ano. (ABAL, 2017). Em 1972, a então Cia. Vale do Rio Doce (CVRD) e a Alumina Canadense (ALCAN) planejaram reiniciar o projeto, criando uma *joint-venture*. Em 1974, foi assinado o acordo entre acionistas, criando-se a Mineração Rio do Norte (MRN) S.A, atualmente composta por oito empresas: a VALE, com 40% das ações; a australiana Billiton Metais (BHP), com 14,8%; a anglo-canadense Rio Tinto (ALCAN), com 12%, a Companhia Brasileira de Alumínio (CBA), com 10%, a norte-americana Alcoa Brasil (Alcoa), com 8,58%; a norueguesa Norsk Hydro, com 5%; a Alcoa World Alumina com 5%, e, por fim, a norte-americana Abalco, detentora de 4,62% de ações. (MRN, 2019).

Figura 3 – Gráfico da composição acionária



Fonte: Relatório MRN, 2018.

A bauxita, matéria-prima usada na produção de alumina e alumínio é encontrada praticamente em todo o extremo norte do Baixo Amazonas. Juruti, Oriximiná, Alenquer, Monte Alegre, Faro, Óbidos e Terra Santa são donos de uma parte considerável deste minério. Afinal, a existência de grandes jazidas na região amazônica faz dela a terceira maior reserva mundial deste minério. (CFEM, 2013, p. 20).

Bem sabe-se sobre os impactos sociais, econômicos, culturais e ambientais que estes projetos têm causado em todo e qualquer lugar onde são implantados. Tanto em Juruti como em Oriximiná, as populações locais mantêm relações de parentesco e uma convivência intensa baseada na prática local do puxirum, que reforça a solidariedade local, favorece o uso coletivo dos recursos naturais e constitui uma forma de difusão das histórias comuns da colonização, e, conseqüentemente da exploração e a extinção dos povos locais. Alguns casos são graves, como já ocorrido em Oriximiná, no lago Batata, onde quase 20% da superfície líquida tornou-se sólida, aterrada por rejeitos da lavagem do minério depositados no próprio lago, sem que a mineradora planejasse um local apropriado para sua deposição. O crime foi registrado em 1985 (PINTO, 2015, p. 01). Em outras localidades, como em Juruti, o empreendimento negociou com as comunidades, que consentiram a exploração.

2.7 A BAUXITA EM JURUTI

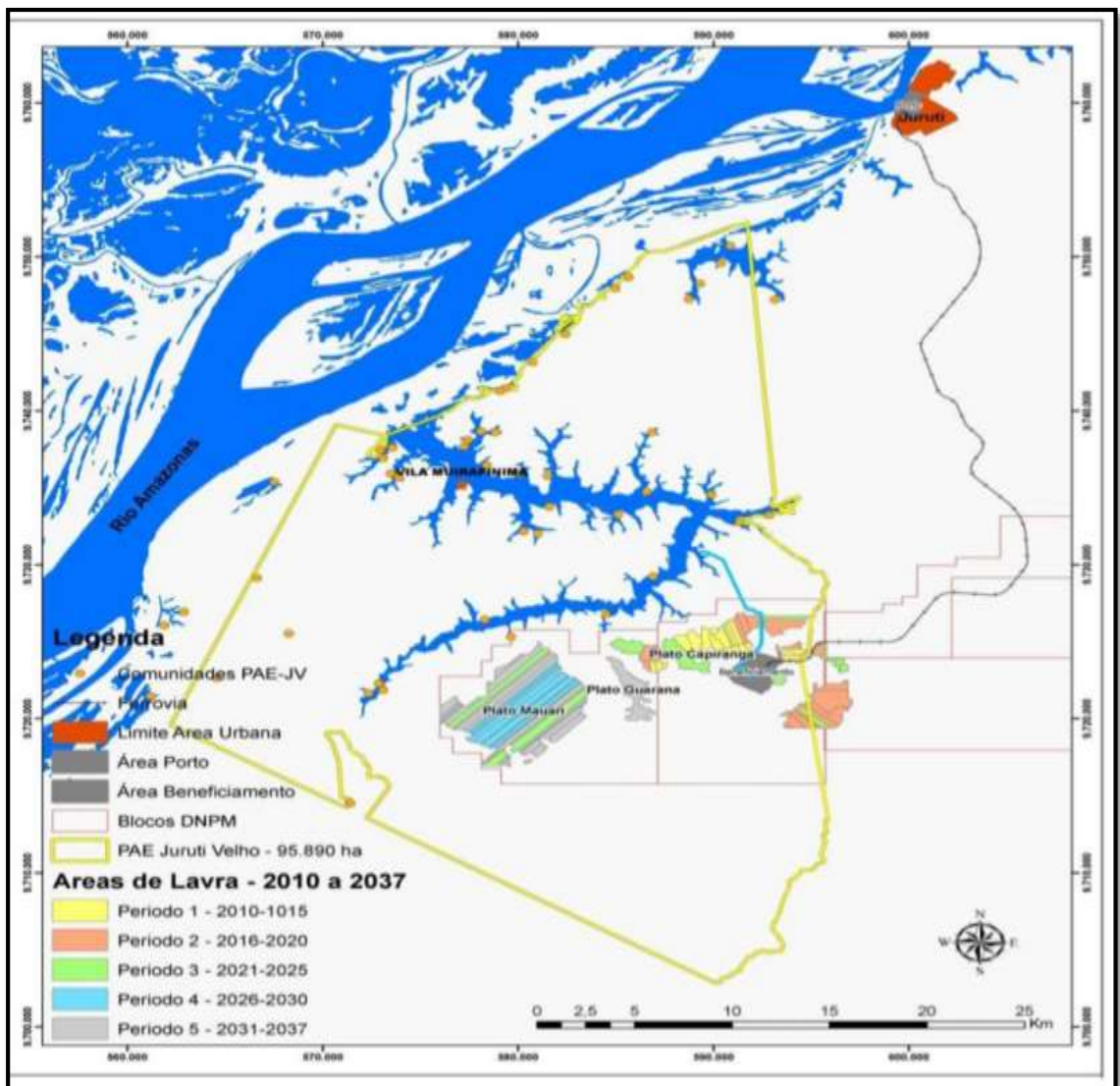
A Alcoa chegou efetivamente em Juruti em 2005, por intermédio da OMNIA Minério Ltda., sua subsidiária, instalando-se no município a partir da aquisição da Reynolds Metals, em meados da década de 2000. O advento da mineradora provocou impactos com alteração das características físicas, sociais, econômicas e ambientais do município.

O projeto de Mina Bauxita pertencente à Alcoa/OMNIA Minérios Ltda. recebeu dos órgãos competentes a concessão de lavra para uma área de 34.164ha de extensão, sendo que desta área 54% (ou 18.550ha) pertence ao território do PAE Juruti Velho. A área que é atualmente lavrada no PAE Juruti Velho corresponde a 5.653,11ha, estando justaposta ao território do PAE, cujo patrimônio natural abrange recursos extrativos, medicinais e culturais, pertencente às comunidades autóctones de Juruti.

O PAE Juruti Velho possui bauxita de alta qualidade, ou seja, as jazidas possuem teor estimado em mais de 40% de Al_2O_3 . Segundo a ABAL “as reservas brasileiras estão entre as maiores do mundo. São necessários 5 a 7 toneladas de bauxita para produzir 2 toneladas de alumina (óxido de alumínio), para a conversão em 1 tonelada de alumínio”. (2017, p. 11). Neste sentido, segundo Gavira, as jazidas de Juruti são caracterizadas por bauxita de coloração avermelhada, sendo que as expectativas de exploração do minério estão previstas para um período de aproximadamente setenta anos, com a produção de 700 milhões de toneladas métricas de bauxita, e projeção de 12 milhões de toneladas /ano. (GAVIRA, 2013).

A projeção da mineradora Alcoa é de lavrar a área por um período em torno de 28 anos, com uma taxa de exploração que pode chegar a 199,77 hectares por ano. Com efeito, isto vem ocorrendo nos períodos identificados no mapa abaixo.

Figura 4 - Períodos de lavra da Alcoa de 2010 a 2035



Fonte: Ministério Público Estadual, 2013 ⁴

Nota: Período 1: 2010 a 2015.

Segundo a Alcoa, as características das jazidas de bauxita de Juruti possibilitam que seja aplicado o método de retirada em tiras, que consiste em fazer cortes paralelos, com larguras pequenas e grandes comprimentos, que recebem a denominação de tiras. (SILVA, 2014).

O método adotado pela empresa consiste em decapeamento e lavra a céu aberto e extração das tiras ou faixas (*strip mining*). A exploração obedece às seguintes

⁴Ver MORAES, R. Projeto Agroextrativista Juruti Velho. Termo de Compromisso de Ajustamento tomado do INCRA. Congresso Brasileiro de Gestão do Ministério Público. Gerenciamento de Projeto, 4., 2013, Brasília. Congresso... Brasília: CNMP/MP, 2013. pp. 1-14. Disponível em: <http://www.cnmp.mp.br/portal/images/Congresso/4congresso/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_MPPA_IV_Congresso_CNMP_Moraes.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2018.

etapas: remoção da cobertura vegetal e limpeza da área; salvamento do solo vegetal; decapeamento; desestruturação prévia do minério; escavação e carregamento; transporte da lavra – britagem; reabilitação das áreas lavradas; britagem primária; beneficiamento; transporte da planta de beneficiamento para o porto; disposição de rejeito; e composição de produtos, estocagem e carregamento de navios.

No Brasil, a Alcoa contou com as facilidades legais do regime de acesso ao solo e ao subsolo com fins de mineração, como em grande parte dos estados ocidentais, que garantem a soberania da União sobre as jazidas e os recursos minerais, de acordo com o que está consignado no art. IX da Constituição da República do Brasil e no Código de Mineração (BRASIL, 1967, p.10).

O direito de propriedade do minério resultante da lavra é concedido ao empreendedor. No entanto, a propriedade da superfície também está amparada pela Constituição. Para superar esse conflito de interesses estabeleceu-se a “servidão de mina” ou “servidão minerária”, a qual permite a intervenção na propriedade particular em nome da utilidade pública e do interesse nacional, com quitação prévia de indenizações e prejuízos e pagamento de renda pela ocupação ou participação na lavra, quando for o caso (BRASIL, 1967). No entanto, fica aberta a possibilidade de expropriação ou de pagamento de indenizações a proprietários instalados nessas áreas, segundo a normatização nacional do solo.

Abre-se também a possibilidade de negociação para que empresas possam acessar mais rapidamente a terra por meio de acordos econômicos diretos com os proprietários da terra, o que permite todo tipo de incentivos. Detendo, usualmente, maior poder de negociação que os proprietários do solo, elas conseguem ingressar nas terras com custos menores, avançando com o empreendimento. Além do acesso rápido, as empresas multinacionais são agraciadas pela Lei Constitucional LC 87/96, a Lei Kandir, que as isenta do pagamento de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os produtos primários e semielaborados importados ou sobre serviços. Aprovada em 1996, a referida lei dispõe sobre o imposto dos estados e do Distrito Federal, sobre as operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação. Sendo a bauxita considerada um bem primário, assim como todos os equipamentos utilizados nas atividades de exploração, estes acabam favorecidos pela Lei Kandir, liberados do imposto, podendo entrar livremente no território para o uso das grandes mineradoras.

3 JURUTI VELHO: do imaginado ao encontrado

Esta seção descreve as impressões sobre esse pedaço de território da Amazônia, sua paisagem, natureza e rios. Trata-se de um território insistentemente cobiçado por interesses nacionais e multinacionais, que se viu transformado em uma arena de conflitos e de mudanças nas relações socioespaciais e ambientais outrora existentes, assim como de ações reestruturantes, deflagradas por parte de empresas mineradoras e das respectivas reações das comunidades, que resistem por meio da organização e consolidação de movimentos sociais e políticos pilotados localmente.

3.1 O QUE EU 'NÃO VI' E 'NÃO OUVI', MAS LI, EU ESCREVI

Quando se adentra nesta vasta região, a Amazônia, compreende-se,

[...] os relatos de missionários, viajantes, naturalistas e cronistas, quando estes destacam, a grandiosidade dos espaços de floresta demarcados pelos seus enormes rios, igarapés, lagos, baías, áreas alagadas de várzea e igapós, além de suas riquezas naturais. (CASTRO; CAMPOS, 2015, p. 401).

É de conhecimento geral que estes relatos representam o discurso do colonizador, que vieram em busca de riqueza e de novos territórios para extrair riquezas. No entanto, há que se concordar que se trata de uma paisagem deslumbrante, desafiadora, que possui uma infinidade de recursos hídricos, onde o céu parece tocar o chão, tão perto que a sensação é de poder alcançá-lo. E mesmo para os que aqui nasceram, e que respiram nesse pedaço verde do universo chamado Amazônia, o estranhamento é ainda presente. O mundo das “águas”, imaginado como um recurso inesgotável pela mente ingênua e incauta, para os grandes empreendimentos, em especial, os de mineração, é visto como fonte de enriquecimento e lucro fácil a partir da exploração dos recursos naturais que ali estão escondidos. À esta visão comum se alia o entendimento de que a água, como bem de domínio público, pode ser explorada comercialmente e apropriada pelo capital para fins privados. Solo, subsolo e rios na região do Baixo Amazonas escondem bens naturais, minerais, sociais e econômicos, encontrados também em Juruti Velho

Em Juruti Velho, existe uma narrativa genuína que percorre toda a região, o mito das Amazonas. Imaginada, construída e alimentada por historiadores, antropólogos e outros estudiosos, é atualmente compartilhada pelas mulheres nativas.

O antropólogo Romero Ximenes (2009) enfatiza que:

Juruti fica numa região mágica, mítica na Amazônia, porque foi naquela microrregião a foz do rio Nhamundá⁵ que se deu o encontro dos colonizadores espanhóis com as 'amazonas'. As mulheres míticas que guerrearam com os europeus. Foi dali a fundação da ideia de Amazônia. (XIMENES, entrevista concedida ao Incra, 2019)⁶.

De maneira que construção da identidade local e as reivindicações para a permanência na terra acionaram um dispositivo narrativo presente nas memórias [...] somos filhas das mulheres guerreiras, 'as Amazonas', mulheres de coragem, que guerreavam e guardavam a nossa terra, segundo parecer da socióloga, professora e sócio fundadora da Acorjuve Gleice Sousa (Entrevista concedida à autora, 2016).

Assim, tem-se, por meio de crônicas e registros da formação da Amazônia, conhecimento sobre a construção do imaginário mitológico, constituído de atributos e qualidades associados à monstruosidade de animais corporais, entendidos não somente enquanto oposição à noção de homem como 'adamita', considerado normal, e habitante de um mundo demarcado e orientado por fronteiras e tradições religiosas. Segundo esse imaginário, o termo amazônida foi inventado, construído, fabricado pela historiografia greco-romano. (GONDIM, 1994, p.77).

A crônica sobre as amazônidas e o 'rio cristão' fazia parte do imaginário da primeira missionária vinda da Alemanha para trabalhar em Juruti, "é uma natureza selvagem, diferente da Europa, aqui tudo nasce como quer. Isso é muito bonito. A gente tinha na crônica de 1818, realmente a gente não duvidava não". (IRMÃ BRHUNILDES HENNEBERGER, depoimento concedido ao Incra, 2010).⁷

Os documentos etno-históricos: cartas, diários e burocracia datados da administração colonial assentam que, em 1818, o missionário capuchinho Antônio Manuel Sanches de Brito fundou a Vila Muirapinima. ⁸ A sua carta informa que "[...] a

⁵O rio é um curso de água que banha os estados de Roraima, Amazonas e Pará. É um dos afluentes do rio Trombetas, principal via de navegação entre as cidades de Terra Santa, Faro e Juruti, no Pará, e Nhamundá, no Amazonas.

⁶Depoimento ao Incra: Comunidade paraense mantém cultura e tradição mesmo com a chegada de mineradora à região. Documentação 01.07.12. TV Brasil. Gov. Disponível em: <https://www.youtube.com/results?search_query=juruti+velho>. Acesso em: 8 jan .2016.

⁷ Depoimento ao Incra: Comunidade paraense mantém cultura e tradição mesmo com a chegada de mineradora à região. Documentação 01.07.12. TV Brasil. Gov. Disponível em: <https://www.youtube.com/results?search_query=juruti+velho>. Acesso em: 8 jan. 2016.

⁸Há 23 anos acontece o Festtribal, realizado de julho a agosto na cidade de Juruti. Dois grupos folclóricos se apresentam: o Grupo Folclórico da Tribo Munduruku e o Grupo Folclórico da Tribo Muirapinima. É considerada uma das maiores manifestações culturais da Amazônia. O Festival acontece no Centro Cultural Dep. José Priante, ou Tribódomo, desde 1995. Disponível em: <<http://setur.pa.gov.br/eventos/festival-das-tribos-de-juruti>>. Acesso em: 19 set. 2017.

povoação está localizada em uma das margens do lago Juruti, que fica pouco distante do Amazonas. Os habitantes quase todos são índios que se empregam em colher e fabricar o guaraná [...]” (LOPES, 2012, p. 215 apud SILVA, 2014, p.153).

Lopes (2012) destaca o relato de D. José Afonso de Moraes Torres, 9º bispo do Pará, em 1846, que veio ao encontro das preocupações da população do município de Óbidos. O bispo, segundo Lopes (2012) “[...] fundou um Seminário com o nome de São Luiz de Gonzaga nessa cidade”. O autor ressalta que “não foi possível se ter acesso ao referido registro de viagem, não se pôde checar as informações, porém, acredita-se que se trata de uma mesma viagem que levou o Bispo a Óbidos e Juruti”. (LOPES, 2012, p. 140).

Alimentando esta crônica, as descrições de Carvajal (1961, p. 1541/42) e Gondim (1994, p. 88) mapeiam e descrevem a estratégia das mulheres guerreiras, seus usos seus costumes, incluindo os povos limítrofes. Por outro lado, pontua, a cada investida do nativo, a superioridade bélica e a coragem heroica do europeu, indormido, faminto, penetrando o desconhecido e abatendo a quase totalidade dessas Amazonas, na pior e mais feroz batalha já realizada na imensidão de um território aprazível, fértil, rico em minérios, habitado por índios extremamente belicosos, mas não impossível de ser conquistado.

De maneira geral, desde o século XX, este era o pensamento sobre as comunidades que residiam nas várzeas, rios, igarapés e lagos, vivendo isoladas e sobrevivendo da agricultura familiar combinada com a pesca e a caça. E, de fato, são esses os meios de vida dos habitantes locais. No entanto, este pensamento ficou cristalizado em realidades descontextualizadas e sujeitas às pressões externas. (MURRIETA et al., 2006, p. 16). As abordagens feitas à essas comunidades por todo século XX fez delas vítimas de processos exploratórios que penetraram a Amazônia.

A origem dos povos indígenas Munduruku, por exemplo, na explicação de antropólogos, historiadores e dos próprios nativos de Juruti Velho é vista como uma forma de afirmação da identidade local desses povos. A imagem da Amazônia foi sendo construída por meio dessas narrativas, que contribuíram para a formulação de muitos conceitos hoje utilizados: terra de encantos, pulmão do mundo, natureza exuberante, lugar inóspito; *Hileia* brasileira, etc. As características e elementos que integram o termo Amazônia são, assim, ‘inventadas’, realimentadas e replicadas, como forma de explicação e aceitação da realidade local, através de estereótipos e fantasias introduzidas por colonizadores e reproduzidas localmente. (GONDIM, 1996).

O mito das guerreiras amazonas foi reproduzido, no período, por muitas “rodas de conversas”, dinâmica local popularizada pelos grupos de pastoral católica, também conhecida como ‘formiguinha’, que é uma forma de transmissão oral de informações à população das localidades do interior, constituindo uma espécie de ‘corpo a corpo’, aproveitando as visitas que os agentes fazem de comunidade em comunidade e os contatos com grupos afinados com o trabalho da Igreja católica, discutindo também a identidade da Vila Muirapinima.

A partir dessa ótica, faz sentido que os aspectos exóticos e mágicos sejam enfatizados para a afirmação de um território tradicional comum à população que habita por séculos a região. O ‘resgate’, termo usado pelas freiras para enfatizar a tradição, foi uma estratégia bem pensada e acoplada à Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho (OIT), e à Declaração dos Direitos Indígenas da Organização das Nações Unidas (ONU), como resposta à investida de poderosos invasores no modelo sociogeográfico local, desconhecendo e ignorando as “territorialidades comunitárias”. (PORTO-GONÇALVES, 2017).

No entanto, “a imagem mais conhecida da Amazônia é a de uma imensa bacia hidrográfica, a maior do mundo, coberta de uma extensa floresta tropical úmida, área de aproximadamente 8 milhões de km², cobrindo extenso ‘vazio demográfico’” (PORTO-GONÇALVES, 2017, p.15). Essa imagem, transmitida desde o período do Brasil Colônia, marca a formação geo-histórica e cultural da região, justificando o não reconhecimento do direito territorial das populações tradicionais do lago Grande Juruti.

3.1.1 O que ‘eu vi’ e ouvi eu escrevi⁹

Eu via uma paisagem linda: floresta, rios, lagos, lagoas, igarapés, águas escuras, barrentas, límpidas, de todos os tons, que assumem outra dimensão quando o cenário e o silêncio afetam os sentidos e transformam o olhar.

O lugar mostra toda a sua exuberância ao se vislumbrar a infinidade de cursos d’água, ao se ouvir o silêncio do tempo, ao se sentir o sol queimando a pele; o barulho, ao longe, do “pô, pô, pô” das pequenas

⁹ O sub-título da tese: “O que eu vi, ouvi, eu escrevi; o que eu não vi, não ouvi em Juruti, eu também escrevi” faz referência a fala da primeira entrevista realizada em 09 de setembro de 2016, na Vila Muirapinima, com Sebastião Soares Serique. Comerciante de origem judaica, se tornou católico; de Santarém, foi morar em Oriximiná, e, nos anos de 1970, aos 48 anos de idade, se transferiu para Vila Muirapinima, que afirma ter adotado de coração: “[...] adotei Juruti com muito amor”. Todas às vezes em que eu entrava em seu estabelecimento para comprar bombons conversamos um pouco sobre as lutas de Juruti; todas as vezes ele chorava ao falar das desilusões, dos caminhos da Acorjuve. Perguntei a ele se não poderia me mostrar suas poesias, pensando em publicá-las. Em resposta, ele me disse: “quando eu morrer vai ficar disponível”. Em 2018, ao retornar à Vila, o procurei, e soube que ele estava em Santarém internado para tratamento de câncer de próstata. Permaneci por 38 dias na vila, e quando voltei para Juruti sede, ele, então de alta, retornou para casa. Na oportunidade, fui visitá-lo e desejar-lhe melhoras. Faleceu em 24 de abril de 2019.

embarcações, o aceno entre os passageiros dos barcos e os residentes das margens do grande lago Juruti Velho... É sentir-se em um 'mundo à parte'. (Diários).

Eu vi muita gente, gente com sonhos e esperanças, acreditando em dias 'melhorados'. Gente contando seus sonhos: “eu via a águas saindo pelo chuveiro, na minha casa”, “o asfalto nas ruas”, “luz elétrica por quatro horas”. “Tudo fruto da nossa luta. Foi muita luta”, lembra o agricultor Claudionor Pereira, conhecido na região por Beirão.¹⁰ Gente com disponibilidade para falar sobre os acontecimentos de ‘dantes’ e o tempo de ‘aguura’.

Ouvi a ‘estória’ das guerreiras amazônidas. A experiência do puxirum “a gente se junta todo mundo pra fazer roça, ajuda um e outro; a gente carregou pedra pra fazer o salão da igreja, reunimos pra limpar rua”, recorda o comerciante Serique.¹¹ Falaram do orgulho de vencer a luta contra a Alcoa, das muitas madrugadas reunidos para criar a associação, no tempo da eleição quando apoiaram o (nosso) candidato Henrique, do PT.

Em janeiro de 2018, quando da minha chegada a Juruti Velho, a comunidade ainda estava comovida por dois graves episódios. O primeiro aconteceu em 24 de dezembro de 2017 e abalou a comunidade Jurutiense.¹² Uma embarcação naufragou no rio Amazonas, vitimando duas pessoas e ferindo gravemente outras duas. A tripulação nada sofreu. O movimento na praça e na igreja estava sempre voltado aos familiares. A segunda situação envolvia o julgamento de lideranças locais pelo desvio de combustível para a conta de diretores da Acorjuve, deixando as comunidades sem diesel para abastecer os geradores de energia elétrica. Tal situação foi publicamente exposta e a comunidade noticiada através das redes de comunicação local. Tal situação também levou ao acirramento de disputas internas de poder entre comunidades e a Acorjuve, a ponto de todas as discussões se tornarem centrais em vários setores e aspectos das comunidades.

De toda maneira, Juruti Velho apresenta uma paisagem linda, silenciosa, aparentemente sem sofrer os efeitos da mineração, muito distante dos problemas apontados na literatura sobre o território. E mesmo sendo minha segunda estadia na

¹⁰ Entrevista concedida à autora em 2018.

¹¹ Entrevista concedida à autora em 2016.

¹² Acidente aconteceu na madrugada deste domingo (24). [...] Corpo de PM vítima de afogamento em Juruti é levado para o enterro em Belém. G1 24 dez. 2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/lancha-com-militares-naufraga-apos-bater-com-outra-embarcacao-em-juruti.ghtml>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

região, senti a sensação de encantamento imediata. Em minha memória perdurou o sentimento de atração pelo reconhecimento de pesquisadores e atores que estiveram à frente deste processo de “conquista histórica” da comunidade. E em especial, pelo que se refletia no artigo:

[...] neste lugar, pela primeira vez na história dos grandes projetos na Amazônia, o campesinato, sobretudo ribeirinhos, lavradores extrativistas, apoiados pela ação missionária da igreja, pela Comissão Pastoral da terra (CPT), pelo sindicato de trabalhadores rurais, por lideranças comunitárias e partidárias se organizaram, construíram entidade representativa de seus interesses, protestaram contra um empreendimento minero-metalúrgico e conseguiram a titulação coletiva de suas terras, o direito sobre um percentual do lucro da lavra da bauxita, bem como [o direito a poder] usá-lo diretamente. (NAHUM, 2012, p. 95).

O depoimento de Raimundo Moraes enfatiza que “um caso inédito acontece na Amazônia, não tem lugar do mundo um fato igual a este de Juruti Velho”. (Entrevista concedida ao Incra para vídeo de Divulgação, 2009).

Silva (2018) reforça,

Não existe um fato como o de Juruti Velho. Ali é um lugar de uma consciência de luta, de pertencimento ao território, dos direitos ambientais, de debate em nível igual ao de muitos profissionais e estudiosos da academia e movimentos sociais. Juruti ao longo do tempo adquiriu na história, a consciência de luta. (SILVA, 2018).

Ouvir o soluçar de homens com o olhar voltado para o tempo da memória, absorvendo no horizonte a história de “utopias” de “uma luta” da “vitória”, mas também “do desgosto”, da desesperança nos últimos anos. Claudionor Pereira, o Beirão, assinala sobre esse processo de Juruti Velho, que,

[...] foi muita luta. Nunca somos pobres, pobres, pobres, mas a nossa comunidade era muito carente, contava-se os moradores das comunidades que tinham rabetas, a maioria das famílias iam para as comunidades de canoa remando, custava horas pra chegar na Vila, e quando a gente queria ir pra Juruti Novo passava dias pra chegar. (Claudionor Pereira, entrevista concedida à autora, fev. 2018).

Carlos Matos, outro interlocutor, morador da comunidade de Surval, lembra,

[...] olha, muita gente morreu porque não tinha socorro, as mulheres que tinham o parto complicado aí morreram, a minha mãe foi uma, o meu irmão menorzinho tá aqui vivo, mas faltou [...] um médico. É muito longe, até chegar na Vila ela morreu, é mais longe ainda chegar no Juruti Novo. (Carlos Matos, entrevista concedida à autora, em 2018).

Foi nesse território minado de recursos minerais tão cobiçados pelos grandes empreendimentos que a pesquisa foi realizada.

3.1.2 Resistência, regularização e institucionalização do PAE Juruti Velho: uma história recente

Juruti Velho passou por vários processos de territorialização e desterritorialização desde a sua colonização. Como já visto, o município, por questões administrativas e políticas, em 1883, fez parte do círculo eleitoral da vila de Óbidos, ficando por um período acoplado à Vila Amazônia, comunidade rural pertencente a Parintins, ou seja, ao estado do Amazonas. Por isso, até os dias atuais muitos moradores de Juruti Velho conservam um vínculo histórico e uma estreita relação com Parintins. Extinto por duas vezes, em 1900 e 1930, somente em 1943 foi elevado a município sede. A ocupação pela mineradora Alcoa causou a remoção das populações locais da área portuária, que passou a ser utilizada para escoamento da produção da empresa, e que representa uma faixa de terra com 250 metros de extensão. Sem contar também que a população teve subtraído parte importante de seus territórios pelas obras de transporte do minério extraído, como a rodovia e ferrovia, além de outras de infraestrutura da empresa, tendo como impactos, além da desapropriação, o desmatamento e a privação dos recursos de lagos e rios, processos estes que afetam progressivamente e consideravelmente as comunidades.

A definição de comunidade tradicional tem sido utilizada para fins administrativos, visando os benefícios concedidos por políticas públicas e por razões históricas que encontram explicação nos processos de colonização. Vilas, aldeias, povoados evoluem de um pequeno aglomerado de pessoas à condição de cidade, adquirindo aspectos parecidos ao de agrupamento urbano, com o *status* de distrito (2010), e perfil característico de centros industrializados, e que, gradualmente, vão se modernizando. Para poder resistir às pressões da mineração e da Alcoa sobre seus territórios, os habitantes locais passaram pelo processo de reconhecimento identitário enquanto comunidade tradicional, afirmando-se como originários de povos Munduruku e Muirapinima, a partir de 2005.

Estrategicamente acionaram o dispositivo da Constituição de 1988, no qual populações consideradas minorias são reconhecidas dentro da noção de 'povo', conseguindo o amparo jurídico-legal, reivindicando o direito à uma étnica distinta e

reconhecidamente tradicional. (ALMEIDA, 2004). Ao assumir a identidade política de descendentes indígenas, assumem particular condição de etnicidade. Neste sentido, a etnia é traduzida pelo reconhecimento de uma origem comum e de formas de coesão, convivência, hábitos e cultura, marcas de sua singularidade na ocupação do território, ainda conforme este autor, também discute que o principal arcabouço de,

[...] defesa das comunidades são traduzidos por meio do conceito modos de vida; a construção política de valores associados ao uso da terra como comunas tradicionais [...]. Assim as formas usuais de comunidade e território são compreendidas, com o sentimento de pertencimento local, sentimento que funciona como fator de identificação, defesa e força. (ALMEIDA, 1989, p. 163).

Mesmo com o processo de busca por uma “vida mais melhorada”, como resposta à invasão da Alcoa, Silva (2014) reconhece a relevância, para a organização das comunidades, da Congregação Irmãs Franciscanas de Maristella, instalada em Vila Muirapinima desde os anos de 1970. As missionárias, vinculadas à ala progressista da Igreja católica pertencem à vertente teológica da libertação e à pedagogia freireana. Elas prestam assistência social às comunidades, desenvolvendo ações políticas de incentivo à organização sindical. A filiação ao sindicato representou um marco da luta contra a exploração madeireira, assim como as reivindicações pela terra, principalmente o movimento pela titulação definitiva dos territórios. Como afirma Silva (2014), “Para construção do sindicato, as Franciscanas contribuíram com recursos e apoio para a participação de lideranças comunitárias em reuniões em Santarém e Belém, com a formação nas comunidades local”. (SILVA, 2014, p. 158). Para Lopes (2012), as irmãs Franciscanas prestaram valiosos serviços de apoio “intelectual”, envolvendo um amplo processo de formação e organização das comunidades.

Três importantes contribuições são ainda atribuídas ao trabalho das Irmãs Maristellas em Juruti, apontado por Silva (2014): o incentivo às ações de formação e fortalecimento do Sindicato de Trabalhadores Rurais (STR); a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) local e a organização da Associação Comunitária da Região de Juruti Velho (ACORJUVE). São três instrumentos de luta considerados imprescindíveis no processo de resistência, enfretamento e vitória da população.

Com a organização do sindicato de Juruti, levantou-se a primeira “bandeira de luta – a da legalização das terras, tentando conter o assédio dos madeireiros que financiavam a atividade de derrubada da floresta no território e nas adjacências de

Juriti. Através do sindicato deflagrou-se a “Operação não Madeireiro”, sendo a primeira grande operação a apreensão de “124 toras de amapá acumulado”, conforme lembra o agricultor e ex-presidente da Acorjuve, Gerdeonor Pereira (Entrevista concedida ao Incra, 2012).¹³

Figura 5 - Apreensão de toras de madeira amapá



Fonte: Acervo Acorjuve, 2016.

A primeira tentativa de conseguir créditos foi no ano de 1980, quando uma comissão composta por representantes de várias comunidades se dirigiu à uma agência do Banpará, no município de Óbidos. Lá souberam que estavam registrados na condição de “invasores de terras”, não tendo qualquer direito a financiamento.

“Como assim?”, perguntou perplexo o agricultor Claudionor, o Beirão “invasor de terra, minha família nasceu tudo aqui e eu já tenho quase 50 anos, ‘meu pai tá com quase 90 anos, nasceu aqui’, os meus irmãos nasceram aqui”. (Claudionor Pereira, em entrevista concedida ao Incra, em 2010).

O advogado Dilton Tapajós (2009) assinala que, “[...] em 1981, o INCRA–SR, fez uma arrecadação e registrou no cartório o Lago Grande Juruti Velho em nome da União, reconhecendo que ali existia ‘população tradicional’.

Considerar que as terras estavam sob o domínio da União significava dizer que maioria dos moradores não possuía título de posse com valor legal perante a lei,

¹³Depoimento do Claudionor Pereira (Beirão) agricultor, sócio fundador da Acorjuve para o vídeo: “Comunidade paraense mantém cultura e tradição mesmo com a chegada de mineradora à região”. Documentação 01.07.12. TV Brasil. Gov./Tv Incra. Disponível em: <https://www.youtube.com/results?search_query=juruti+velho>. Acesso em: 8 jan. 2016.

apesar de habitarem Juruti Velho há quase duzentos anos (à época) e que eram considerados invasores,

Tal situação impossibilita o acesso a crédito, assistência técnica e demais benefícios previstos no Plano Nacional de Reforma Agrária. A sobreposição das normas legais vigentes e da excessiva burocratização dos processos administrativos complicam essa situação fundiária. (BENATTI et al., 2001, p. 5; TRECANI, 2005 apud SARJI et al., 2014).

O crédito é um direito somente de quem tem as terras legalizadas. O sonho dos moradores das comunidades de construir sua casa de madeira (todas eram de palha), além de buscar uma forma de subsidiar seus plantios de hortaliças e outros benefícios estava, dessa forma, inviabilizado.

Roças, casas, praças, igrejas, barcos, limpeza das ruas, todas as atividades no projeto Juruti Velho são sempre realizadas em regime de puxirum; assim também como a construção e manutenção das estradas e ramais, das vias de acesso que ligam as comunidades a outros municípios. Todos esses acessos foram abertos pelos moradores da área que se organizam para trabalhar coletivamente. Pode-se citar como exemplo a estrada do São Benedito (interligando a Vila Muirapinima à Vila Amazônia, em Parintins), construída com o apoio e a participação das Irmãs Franciscanas de Maristella. As referências dizem respeito quase sempre à Irmã Brunhildes: “[...] a Irmã, pegava na enxada pra abrir estradas, destroncava os troncos de pau para poder a gente abrir a estrada”, rememora Gleice Souza (Entrevista concedida à autora, 2016).

Outra contribuição das freiras, que pode ser registrada nesse processo político, foi o incentivo e a criação do Partido dos Trabalhadores (PT), “as freiras fazendo uso do corpo a corpo, do trabalho de formiguinha, convocou as comunidades em apoio a fundação do partido”. (SILVA, 2014). A Igreja contribuiu financeiramente com a candidatura de Henrique Costa, do PT, além de incentivar um candidato a concorrer por um pleito na Câmara de Vereadores de Juruti e à subprefeitura de Juruti Velho. O PT ganhou o pleito em Juruti, durante o período de 2000 a 2004/ 2005.

3.1.3 Acorjuve: nasceu da angústia, do sonho e da esperança

Para viabilizar o acesso ao crédito foi fundada a Associação Comunitária da Região de Juruti Velho, a Acorjuve. Sua criação contou com todo o apoio dos padres da Igreja católica. O estatuto foi baseado no modelo de documento da Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (a CONTAG de Santarém), que acompanhou o processo do Projeto Trombetas em Oriximiná. A experiência de Oriximiná serviu de exemplo para Juruti Velho, pois, alguns meses antes, os representantes das comunidades participaram de um intercâmbio com a comunidade de Oriximiná, acompanhando aquele processo de organização, e, segundo conta Gerdeonor Pereira sobre esse episódio, os representantes assinalaram: “isso nós não queremos”. (Entrevista a Acorjuve/ Blog, 2016).¹⁴

No ato da oficialização, após a leitura final do Estatuto da Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (ACORJUVE) e feitos alguns esclarecimentos e acréscimos, o documento foi aprovado por unanimidade. Na sequência apresenta-se trecho do documento com os enunciados do capítulo I sobre as finalidades da associação e sobre o direito a território da Vila Amazônia:

A Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho, doravante denominada ACORJUVE, fundada em 21 de março de 2004, é uma associação civil de direito privado, sem fins econômicos, constituída pela união e solidariedade dos moradores tradicionais e permanentes da Comunidades da Região de Juruti Velho, inseridas no imóvel conhecido como ‘Vila Amazônia’, parte do Estado do Pará. §1º Considera-se permanente, para efeito deste Estatuto, o morador que há mais de 05 (cinco) anos tem a posse da terra, e nela trabalha em regime de produção familiar em qualquer ramo de atividade, tais como, agropecuária, extrativista, de artesanato, com a exploração direta e contínua. § 2º Para todos os efeitos reais e legais, os associados da ACORJUVE declaram que vivem há mais de cinco anos em suas respectivas comunidades, terra onde nasceram, vivem e sempre trabalharam, e que já lhes pertencem antes mesmo de nascer, porque tinham pertencido a seus antepassados (ESTATUTO ACORJUVE, art. I, 2004, p. 04).

Conforme prevê o referido capítulo em seu art.1, é considerado sócio permanente todo morador que há mais de (05) cinco anos tem a posse da terra, e nela habita e trabalha em regimento de produção familiar, em qualquer ramo de atividade de subsistência familiar, tais como agropecuária, extrativista, de artesanato, através

¹⁴Cf. Blog da ACORJUVE. **A associação das comunidades...**, post de 24 de fev. 2016. Disponível em: <<https://www.blogger.com/profileblogacorjuve-acorjuve.blogspot.com>>. Acesso em: 24 dez. 2016.

da exploração direta e continuada. Mais de 2 mil pessoas aprovaram o estatuto em uma grande assembleia realizada na ocasião. De acordo com a Irmã Fátima Sousa, Maristella, no dia da aprovação do estatuto,

Nós amanhecemos com a sensação assim, 'esse é o grande dia'. Aos poucos, os barcos foram chegando. Neste mesmo dia a Alcoa resolveu fazer uma exposição sobre a bauxita, bem na praça, em frente ao salão paroquial, onde nós íamos aprovar o estatuto. Eles sabiam que nós tínhamos articulado as comunidades. Saímos de comunidade em comunidade, saímos às 6h e voltávamos às 23 horas. (Irmã Fátima Paiva, entrevista concedida à autora, fev. 2018).

A Irmã faz uma pausa, respira e contém a emoção para poder prosseguir sua narrativa sobre a mobilização, a preparação dos encontros e dinâmicas comuns para articular o trabalho coletivo:

Conseguimos R\$3.000 em vendas de churrasco, providenciamos toda a papelada. [...] no dia fizemos como de costume, cada família trazia o que podia trazer. Fizemos o puxirum para cozinhar. Começamos com o café. O almoço foi vendido R\$ 5.00 para quem trouxesse muitos filhos. Depois do café, fizemos a oração - Zé Maria preparou. Logo depois, o Gleison e Cleverson fizeram a leitura do Estatuto, madrugamos, mas aprovamos por unanimidade. (Irmã Fátima Paiva, entrevista concedida à autora, fev. 2018).

Conforme observa a professora e socióloga Gleice, o número de famílias presentes às assembleias realizadas pela Acorjuve sempre era significativo. Falando do alojamento e da alimentação das comunidades mais distantes, ela atesta sobre o suporte dado pelas dioceses:

[...] nós sempre resolvemos por aqui, no Salão Paroquial, cada um trazia suas redes, arrumávamos colchonetes. A diocese de Óbidos ajudou muito a garantia de gêneros alimentícios. Os que moravam mais próximos voltavam para suas casas. (Gleice Souza, entrevista concedida a autora, 2016).

É a professora e socióloga Gleice quem observa que o número de participantes às reuniões da associação atingia de 1.500 a 2000 pessoas, excetuando-se as crianças.

Figura 6 - Assembleia da Acorjuve em 2009



Fonte: Acervo Acorjuve, 2016.

Para que pudessem ser aceitos, os coordenadores da assembleia precisavam preencher certos requisitos e critérios discutidos e escolhidos em comum acordo com as comunidades, tais como: ter carisma, contar com reconhecimento da própria comunidade de origem, ser leal aos princípios eleitos pela associação, respeitar a democracia e o direito de participação de cada sócio morador, e ainda ter disposição para assumir o mandato durante um período de pelo menos (03) três anos. As escolhas eram sempre debatidas e encaminhadas para a decisão na plenária. Para a gestão do primeiro mandato, um diretor-executivo deveria ser indicado para representar a associação, trabalhando conjuntamente às outras lideranças eleitas, como explica a socióloga e professora Gleice:

[...] não teríamos um presidente, mas diretores para compartilhar as decisões. Seria usada a mesma dinâmica das comunidades eclesiais, um líder de cada comunidade, cujas discussões seriam na comunidade, depois na associação e os conselheiros seriam escolhidos pela comunidade. Isso foi muito discutido, o representante teria que ter carisma, se impor diante de uma grande mineradora tal como a Alcoa, e também ter liderança perante as outras lideranças. (Entrevista concedida à autora, 2016).

Abaixo, apresenta-se o quadro com os nomes dos diretores e respectivos cargos eleitos, escolhidos na primeira e segunda gestões da Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (ACORJUVE).

Quadro 1 – Estrutura organizativa da Acorjuve

Cargo	Nome	Comunidade
Diretor Administrativo Suplente	Gerdeonor P. dos Santos Abel Rodrigues	Vila Muirapinima Betel
Diretor de Pesca Suplente	Martinho Moutinho Adel Silva	São Francisco do Barro Sto Antônio da Inglácias
Diretor de Meio Ambiente, Desenvolvimento e Produção Sustentável Suplente	Esgiron Oliveira Evandro Marques	Santa Maria do Muriturba
Diretor de Secretaria Suplente	Nazaré Marialva Simone Sousa	Capelinha Alemanha
Diretor de Finanças e Patrimônio Suplente	João F. Padilha (Zé Maria) Sandro Barroso	Nova Aliança
Diretor de Formação, Assuntos Jurídicos e Resoluções de Conflitos Agrários Suplente	Francisco Pinheiro Francisco A. Batista	Maravilha Juruti Açú
Diretor de Cultura, Desportos e Folclore Suplente	Dinelson Hipólito Carlos Assunção	Nova União Surval
Diretor de Programas Comunitários Articulação, Comunicação e de Relações Públicas Suplente	Joseilson Xavier Zilmar de Sousa	Pompom Uxituba
Diretor de geração e Gênero Suplente	Nilacy Pantoja Agnaldo Pereira	Jauari Santa Madalena

Fonte: Elaborada pela autora, 2017.
Extraído do Blog Acorjuve, 2011.¹⁵

Quanto à organização social, a identidade do território é determinada pelo parentesco das localidades e pela vida produtiva, sendo a sobrevivência dos grupos sustentada pela agricultura familiar de baixa densidade técnica. Observa-se que até a efetivação do PAE Juriti Velho os equipamentos de trabalho utilizados eram bem rudimentares, predominando enxadas, terçados, facões e foices para o trabalho na roça e na produção dos derivados de mandioca, como a farinha, o tucupi, o beiju entre outros itens. Os conflitos foram inúmeros, seguindo diferentes “ciclos de desenvolvimentos” (MARTINS, 2018), da juta, da borracha, da madeira e da bauxita.

O sentimento de pertencimento ao grupo define-se pela articulação sociopolítica dos habitantes, que em dado período do agrupamento se organizaram

¹⁵ Acorjuve; 3 de fev. 2016 - Hoje pela manhã (20) uma equipe de militantes da **Acorjuve** Juruti Velho Lançou recentemente o - Amazônia Hoje e **blog** Cabanagem. Disponível em: <<http://acorjuve-acorjuve.blogspot.com/>>. Acesso em: 12 nov. 2017.

resgatando a história inicial de ocupação do território, a origem e a ancestralidade de seus antepassados, ligada ao grupo Mudurukus e à história dos primeiros migrantes e camponeses que se instalaram no território, passando a constituir famílias extensas, unidas por laços parentais e socioafetivos. Neste sentido, toda a base da Acorjuve é perpassada pelo sentimento de pertencimento do grupo, orientando-se pela realização coletiva de atividades e pela parceria comunitária que integra famílias e lideranças locais.

A criação da associação surge em um período no qual a simples “[...] posição e contradição envolvendo as instituições maiores no território, principalmente o Sindicato e a Colônia dos Pescadores, entidades comunitárias, não atendiam aos objetivos de representar os interesses relacionados à luta pelos direitos territoriais na região” (SILVA, 2014, p.196).

Ao ser idealizada, a associação mantinha um caráter “supracomunitário com a missão de representar, organizar e negociar em nome das comunidades tradicionais do PAE Juruti Velho. Uma ‘resistência pautada na afirmação da identidade e no uso coletivo dos recursos naturais’”. (SILVA, 2014, p. 196).

A escolha do símbolo representativo da associação envolveu uma ampla discussão entre os moradores, passando pela realização de várias assembleias de sócios nas comunidades. Os símbolos da associação são hoje representados pela peneira - utensílio de origem indígena muito utilizado na região amazônica, feito de tala de plantas locais, ambé ou lmbé – nos dias de hoje sendo feito também em placa fina de aço furado -, e por onde passa a massa da mandioca, a raiz da pajiroba ou qualquer outro produto que se queira preparar¹⁶. As folhas e a batata da pajiroba têm também outras serventias. Por exemplo, somente para ilustrar, por ocasião de pesquisa de campo, em setembro de 2016, a Irmã Joanita, acometida por uma crise de erisipela¹⁷ foi socorrida pela vizinhança, sendo atendida por uma técnica em enfermagem, que fez o seguinte procedimento,

¹⁶Bebida de origem indígena, preparada com raiz da pajiroba e beijos grandes da massa da mandioca cuja coloração rosa se deve à presença da batata doce. A mistura é fermentada por dias, sendo a cachaça acrescentada por último. Ainda sobre a pajiroba, Silva (2014 apud LOPES, 2012, p, 112) descreve-a como bebida forte feita preferencialmente da mandioca coaraci ou rosarinha. Uma vez ralada, a mandioca é levada ao tipiti e depois de peneirada passa a ser chamada de taperatí, quando é peneirada. Em seguida é levada ao forno para fazer o beiju. Na sequência, é colocada na água e preparada com batata preta, sendo depois passada para outra vasilha e misturada com água, sal e açúcar. A mistura resulta na rabuçada, da qual é extraída a massa, cujas sobras alimentam a criação. O suco é misturado a gosto com água. Após algumas horas pode ser consumida. Quanto mais tempo passar na forma rabuçada, mais forte fica a caiçuma.

¹⁷Infecção cutânea causada geralmente pela bactéria *Streptococcus pyogenes* do grupo A, podendo também ser causada por *Haemophilus influenzae* tipo B, que penetra pela pele e mucosa através de um pequeno ferimento

[...] para o local inflamado, a mandioca branca, a folha de peba, a batata da pajiroba, cachaça e a folha do amor crescido. ‘Esse é o remédio de índio, assim meus pais faziam: descasca a mandioca e rala, após ralada coloca um pouco de cachaça. A folha da capeba seca a folha no fogo a gás, não pode ficar muito murcha. Ai... é só colocar no local da inflamação, quando tiver toda coberta, coloca a folha por cima. Deixa até antes dela dormir. Depois é só tirar e botar o amor crescido batido, fica babento, mas é a baba que faz refrescar. Amanhã rala a pajiroba, coloca cachaça e cobre até onde tem a ferida, coloca a folha por cima. Durante 7 dias faça isso, eu só não venho fazer porque tenho que resolver a minha aposentadoria na cidade. (Entrevista concedida à autora, set. 2017).

Os símbolos expressam elementos da cultura local. Demarcam uma origem e representam uma determinada identidade étnica das comunidades amazônicas. Blumer (1955 [1951], p. 67), destaca a importância do desenvolvimento de símbolos como canções, *slogans*, poemas, hinos, gestos e indumentárias para os movimentos e para a criação do sentimento da pertença, de identificação com o outro e consigo mesmo, criando uma ideia do coletivo.

A identidade coletiva é entendida como a consciência coerente e duradoura que identifica e representa um grupo, e ajuda a criar e elaborar o sentimento de pertencimento a um grupo. Nesta perspectiva, a identidade coletiva desempenha um papel essencial na orientação da ação coletiva por estar na base da construção de um consenso entre os atores da comunidade envolvidos. (BADER, 1991). Ela facilita a criação de laços afetivos e proporciona uma união mobilizadora entre indivíduos que até então permanecem isolados, produzindo estímulos para que estes abandonem a atitude *free-rider* (SCHMIDTKE, 1995, p. 24).

As músicas que embalaram e incentivaram as manifestações da Acorjuve estavam claramente vinculadas aos cantos da Igreja, entre eles “Utopia” - “Vai ser tão bonito ouvir a canção, cantada de novo, no olhar da gente, a certeza do irmão *reinado do povo*” ou as músicas folclóricas da região: “Não deixe o meu rio secar, agonizar ou morrer”, “por que não nos levam a sério, só o nosso minério” entre outros popularmente entoados por grupos de protestos. Enfatiza-se que não foram encontradas na programação local palavras de ordem, que normalmente são ouvidas nas grandes mobilizações de grupos organizados.

(picada de inseto, frieiras, micose de unha etc.). Disseminam-se pelos vasos linfáticos e podem atingir o tecido subcutâneo e o gorduroso. Disponível em: <<https://www.sbd.org.br/dermatologia/pele/doencas-e-problemas/erisipela/38/>>. Acesso em: dez. 2017.

De acordo com Melucci (1995), o investimento emocional permite aos indivíduos se sentirem como parte integrante de uma unidade comum, necessária para a construção de uma identidade coletiva. Assinala que a

[,,] identidade coletiva nunca é totalmente negociável [...] paixões e sentimentos, amor e ódio, fé e medo são todos partes de um grupo agindo coletivamente, especialmente nas aras da vida social, como os movimentos sociais que são menos institucionalizados. (IBID, p. 45).

A figura abaixo representa simbolicamente a associação e os moradores da região, a raiz da pajiroba, a peneira, as folhas e o adubo.

Figura 7 - Logomarca da Acorjuve



Fonte: Acervo Acorjuve, 2016.

A associação esteve presente nos grandes debates envolvendo a questão da mineração na região e nas audiências públicas. Para um dos sócios-fundadores, que assumiu a presidência da associação e continua no cargo até os dias da realização da pesquisa (2018), as ações da Acorjuve são fruto,

[...] da angústia, do sonho e esperança das famílias tradicionais da região de Juruti Velho. Angústia, porque, vivendo há décadas em suas terras, conviviam com a insegurança de não possuírem o documento dessa terra, que também pertenceu a seus ancestrais Mudurukus, situação que os tornava tão apenas observadores de empresários, madeireiros, agropecuaristas e grileiros que levavam embora suas riquezas, fomentando mais pobreza na população. Esperança, pois sempre acreditaram que suas vidas jamais poderiam ser separadas das riquezas naturais existentes em seu território que sempre

souberam preservar, cuidar, vigiar e resguardar, pois que há cumplicidade em suas existências; fé e clareza foram ingredientes, a base que estimularam a luta para o nascimento da Acorjuve.¹⁸ (INFORMATIVO ACORJUVE, 2013, grifos meus).

À época em que foi criada, a associação reuniu 2.000 pessoas e, representantes de 52 comunidades do lago Grande Juruti Velho.

Figura 8 - Assembleia Acorjuve



Fonte: Acervo Acorjuve, 2016.

A Acorjuve liderou todas as demandas de interesse coletivo da população na região. Sua fundação representa

[...] o fecho de muitas etapas de discussões sobre melhor e mais adequada forma de lutar pelos direitos, e o início de outra etapa que tem como base a organização coletiva de todos os moradores tradicionais, já que as que existiam não correspondem mais aos anseios das comunidades. (FÁTIMA PAIVA, entrevista concedida a Blog Acorjuve, 2011).

Para Gerdeonor Pereira, agricultor, representou “a unidade, a coesão de ideias, a harmonia e a integração fortalecida pela participação”. (BLOG ACORJUVE, 2011).

O Movimento Juruti em Ação, liderado pela Acorjuve, desenvolveu inúmeras atividades, além das ações em defesa da comunidade, como a Operação Madeireira, a Operação Grilagem de Terra e a luta contra a Mineradora Alcoa. Abaixo foto de manifestação dos moradores locais no Fórum de Juruti, para apreciação de pedido de reintegração de posse por parte dos supostos proprietários de Juruti Velho.

¹⁸ Informativo ACORJUVE Especial. Blog da ACORJUVE Juruti, 16 de janeiro 2013. Disponível em: <<http://acorjuve.com.br/blogs>>. Acesso em: 12 de jul. 2015.

Figura 9 – Manifestação do Fórum Juruti, 2009



Fonte: Acervo Acorjuve, 2016.

No processo de organização das comunidades, percebe-se a legitimidade da Acorjuve; conquistou sua autonomia e manteve a autoridade durante as ações e mobilizações locais. É a voz coletiva de Juruti Velho, representa as comunidades em todas as instâncias de nível local, estadual e federal. A associação travou todas as lutas contra a Mineradora Alcoa e em defesa das comunidades tradicionais da região.

Segundo a pesquisa de Silva (2014), quanto ao aspecto da confiança que os moradores de Juruti depositam nos atores locais, 24% dos entrevistados informam que confiam na família, 21% confia na ACORJUVE, e 20% informam ter confiança na Igreja católica; 17% dizem confiar nos vizinhos, e apenas 6% dos entrevistados declaram confiança no governo, seja ele municipal, estadual ou federal; os restantes e 3% dizem acreditar na mineradora. Também no período de realização da pesquisa de Silva (2014), a Acorjuve e sua maior aliada, a Igreja católica, representavam as maiores forças políticas a merecerem a confiança da população, graças ao desenvolvimento de ações de valorização da tradição local e de educação popular, que tornaram possível todo o processo de organização social e político das comunidades, juntamente com o apoio de outras instituições que corroboraram com os debates em busca de novas formas de gestão e práticas sustentáveis de uso do território.

Em 2005, o processo de licenciamento do Projeto Mina de Bauxita em Juruti Velho exigiu várias audiências públicas para manifestação dos atores interessados, identificados como sendo: a mineradora, o poder público, município e sociedade civil, organizada de várias formas. Considerada a maior audiência com a participação de aproximadamente 6.000 pessoas. Ficou acordado a gestão de 1,5% dos *royalties*.

Após inúmeros momentos de mobilização, articulação e organização da comunidade local, a titulação foi concedida à Acorjuve, que detém o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) - de caráter perpétuo – sendo responsabilidade da associação conceder o uso individual dos lotes. Significa também que a terra não poderá ser negociada fora do PAE. Em caso de existirem negociações, estas serão feitas entre os contemplados do PAE, no entanto, e sempre com a intermediação da ACORJUVE. A maior conquista da Acorjuve é a criação do Projeto Agroextrativista Juruti Velho.

A Acorjuve é responsável pelo PAE, tendo a função de zelar pelo cumprimento dos termos do Contrato de Direito Real de Uso (CCDRU) de forma gratuita e resolúvel, em contrato que foi celebrado com a União, por meio do INCRA, em 2009. Representa para as comunidades o resultado exitoso da luta dos moradores, em particular no tocante à titulação das terras. Outro ponto considerado um marco foi a negociação de *royalties* com a mineradora. Além de 1,5% dos *royalties*, a associação ainda logrou: 1 – ressarcimento aos danos da exploração (EPD); 2 – uma renda em troca da ocupação do terreno; 3 – compensação pela retirada de 5m/h de água para a lavagem da bauxita; 4 - externalidades, referentes aos riscos gerados por grandes mineradoras, como a degradação ambiental, rompimento de barragens, eventuais mortes, etc.

3.1.4 PAE Juruti Velho: processo de institucionalização

O PAE Juruti Velho foi criado em 10 de novembro de 2005. Neste período inicial, quarenta e cinco comunidades fizeram parte do projeto. Aproximadamente duas mil famílias receberam o título coletivo de uma área com 96.831 hectares de extensão. O “título coletivo” de Juruti Velho veio em resposta à pauta de reivindicações das comunidades reconhecidamente tradicionais que habitavam a área e participaram do projeto, mobilizadas e organizadas para a defesa dos seus territórios e direitos, e, por outro lado, atendia também às demandas da mineradora Alcoa, já instalada e acertada com o governo local, para a exploração da bauxita. No entanto, ressalta-se que a modalidade de PAE foi a que se mostrou mais adequada para o INCRA, tendo em vista o processo ali instalado e visando dirimir os conflitos locais. O PAE Juruti Velho foi a primeira experiência a receber oficialmente um “título coletivo” de terras, modelo concedido somente às populações tradicionais da Amazônia.

Tabela 1 – Projeto Agroextrativista Juruti Velho

PAE	Data de criação	Nº de comunidades	Área
Juruti Velho	2005	45*	96.831

Fonte: Incra, 2005.

*Atualmente 53 comunidades integram o PAE Juruti Velho¹⁹.

Anteriormente à existência do projeto Juruti Velho, na década de 1990, e após muitas reivindicações populares, o INCRA criou dois Projetos de Assentamento (PA). O primeiro foi o PA Soco I, em 1997, abrangendo, à época, 23.700 hectares de terras, com 369 famílias assentadas. No ano seguinte, em 1998, o INCRA assentou mais 90 famílias no PA Nova Esperança, em área de 3.574 hectares. Esses projetos atenderam fundamentalmente as demandas da reforma agrária. (LOPES, 2012).

Tabela 2 - Projeto de Assentamento do município de Juruti/PA - 1997/1998

PA	Data de criação	Nº de famílias assentadas	Área
Socó I	1997	369	23.700*
Nova Esperança	1998	90	3.574
		459	27.274

Fonte: Lopes, 2012; Portaria INCRA/ 2017.

* Atualmente a área de Soco I é de 35.946.

Ao redor do PAE Juruti Velho existem outros assentamentos: Paraná Santa Rosa, Santa Rita, Valha-me Deus, Salé e Balaio, intitulados em uma única ação em 2006, todos localizados em ambiente de várzea. O PAE Juruti Velho, é o único situado em ambiente de terra-firme.

Tabela 3 - Projetos Assentamentos Agroextrativista Juruti /PA - 2005 e 2006

PAE	Data de criação	Famílias assentadas	Área
Juruti Velho	10/11/2005	1.994	109.551
Paraná da Rosa	13/12/2006	135	23.800
Santa Rita	13/12/2006	147	12.700
Valha-me Deus	13/12/2006	109	5.100
Salé	13/12/2006	334	4.430
Balaio	13/12/2006	210	21.000
		2.929	176.581

Fonte: Incra/Superintendência Regional Pará-Santarém, 2017.

¹⁹ Anexo 1

Por meio destes dados, pode-se observar que o maior número de famílias assentadas corresponde ao PAE Juruti Velho, que também concentra o maior número de comunidades. Os demais PAE's, criados posteriormente a Juruti Velho, não fazem jus aos mesmos direitos conquistados por esse último, e, portanto, não percebem 1,5 % do lucro líquido referente à comercialização da bauxita, depositado diretamente na conta da Acorjuve para beneficiamento e desenvolvimento do território.

Posteriormente ao PAE Juruti Velho foram criados dois outros projetos: o Projeto Estadual Agroextrativista (PEAEX) por meio do decreto n. 2.295, de 27 de maio de 2010. Esse processo foi fruto da luta da Associação das Comunidades da Gleba Curumucuri (ACOGLEC). A criação do PAEX não obedeceu aos mesmos critérios de negociação adotados em Juruti Velho. Fatores envolvendo a posse da terra e a atividade agropecuária, questões religiosas, entre outros, levaram a Acoglec a optar por negociações como a do PEAEX Curumucuri, que permite títulos individuais de terra, legalizando a ocupação tradicional dos moradores em “propriedade” agrária. A negociação de terras com pessoas de fora do projeto é proibida. No caso da comunidade Esperança, essa optou pela regularização fundiária individual.

Tabela 4 – Projeto Estadual de Assentamentos Agroextrativista Juruti - Pará

PAEX	Data de criação	Nº de famílias assentadas	Área (ha)
Curumucuri	07 /05/2010	1.762	123.331
Prudente – Monte Sinai		51	5.646
		1.813	128.977

Fonte: Iterpa/Superintendência Regional Pará / Santarém, 2017.

Observa-se que após as negociações realizadas em Juruti Velho com a Alcoa as comunidades da região, a exemplo de Juruti, saíram em busca da demarcação e da titulação de suas terras. Os processos de regularização que estavam engavetados passaram a ser então agilizados pelos órgãos responsáveis.

Dissidências internas são comuns em processos que registram a instalação de grandes empreendimentos mineradores em territórios de povos tradicionais. Muitos conflitos foram verificados em decorrência de que nem todos os segmentos comunitários de interessados foram chamados a participar dos acordos com a

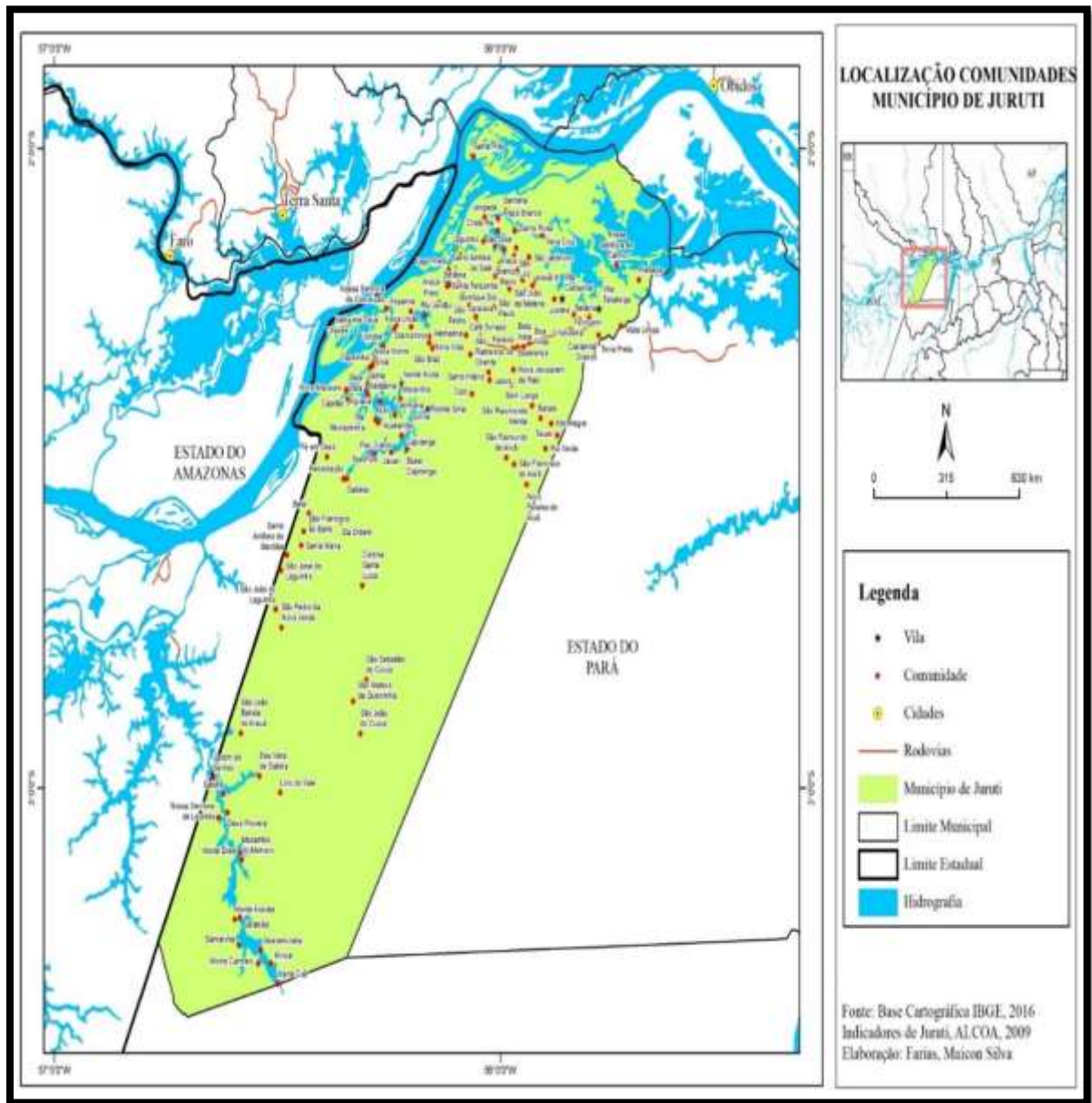
Acorjuve para usufruírem dos mesmos benefícios a que passou a fazer jus o PAE Juruti Velho. Tal situação teve como consequência a criação de constrangimentos de acesso para que a direção da Acorjuve pudesse realizar a mediação e negociação desse processo com essas comunidades.

Portela (2007) assinala que tendo em vista superar os conflitos fundiários locais, assim como os conflitos socioambientais, decorrentes da disputa pelo acesso e controle dos recursos naturais remanescentes em área de mineração, a Acorjuve constituiu uma diretoria de conflitos fundiários, especialmente para intervir e resolver essas demandas. Outras duas questões levantadas pelo autor (2007) dizem respeito à “situação de herdeiros e ex-moradores que reivindicam participação na área do PAE – JV. As disputas eleitorais também provocam muitas disputas no território”. (PORTELA, 2007, p. 158).

Saliente-se que a criação do PAE Juruti Velho, de acordo com os estudos realizados por Wanderley (2008); Castro, (2010); Lopes, (2012); Silva (2014), se diferencia dos demais processos de legalização e institucionalização de grupos menores, pelo fato de contarem com o apoio eclesial e estrutural da Igreja católica, através da qual iniciaram seu processo de formação política, assessorados pelas Irmãs de Maristella. As ações de formação política introduzidas pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) se tornaram referência para a atuação de lideranças comunitárias, reforçando a criação de canais de articulação e mobilização da população e de segmentos locais orientados segundo a teologia da libertação. (SILVA, 2014).

O mapa à página seguinte mostra os detalhes da localização das comunidades do PAE Juruti Velho no município.

Figura 10 - Comunidades do Projeto Agroextrativista Juruti Velho²⁰



Fonte: Alcoa, 2010.
Adaptado por Maicon Farias, 2018.

A partir da destinação da terra, o INCRA insere no título do documento cláusulas a serem cumpridas pelas comunidades beneficiárias, resguardando o desenvolvimento sustentável das áreas ocupadas. A partir da assinatura do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), os comunitários se comprometem formalmente a “preservar e, se for o caso, restaurar os bens naturais e os sítios

²⁰ Ver Anexo 2: Mapa detalhado das comunidades - Recorte da Região Norte de Juruti Velho

ecológicos que representam patrimônio ambiental, bem como as Áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL)". (CASTRO, 2010, p. 45).

O processo foi acelerado devido à chegada da Alcoa para mineração de bauxita no território. Segundo Wanderley (2008) as freiras de Maristella foram as primeiras a alertar sobre a ameaça do avanço da Alcoa em Juruti Velho". A seguir, o quadro demonstrativo e cronológico das ações relacionadas à Alcoa em Juruti Velho.

Quadro 2 - Eventos envolvendo população e Alcoa no período de 10 anos

PERÍODO	FATOS E ESTRATÉGIAS
1999	Em dezembro de 1999, a comunidade descobriu que uma empresa madeireira japonesa vinha extraindo material da região sem nenhuma autorização, e por meio de uma ação organizada procedeu o confisco de uma jangada de madeira pronta para ser retirada pela empresa. O fato representou uma mudança na estratégia de ação coletiva da comunidade, ao entenderem que, apesar de ocupar o território por séculos, os moradores não tinham títulos de propriedade. A ocorrência intensificou as ações de mobilização visando a titulação coletiva e definitiva do território.
2001	Intercâmbio entre as organizações comunitárias de Juruti e representantes do município vizinho Oriximiná, que se confrontavam com o projeto de mineração de bauxita da Mineração Rio do Norte. O contato entre os municípios serviu para alertar as lideranças de Juruti Velho sobre a importância de se associarem para enfrentar a Alcoa e defender seus direitos. Daí surge a ideia de criar uma associação levantando a bandeira da petição, junto ao Incra, para reconhecimento de direitos de uso e de titulação coletiva das terras.
2002- 2003	Início do processo de 'conscientização' envolvendo a discussão de várias questões locais, como a do uso coletivo da terra, a identidade Munduruku, a luta e a resistência, a tradicionalidade, os direitos humanos e das comunidades tradicionais. O trabalho de formação política 'de formiguinha' foi realizado pelas freiras da Congregação Franciscana de Maristella há 40 anos na área. Foram criadas as 48 comunidades de Juruti Velho, trabalhando a principal demanda das comunidades, ou seja, a titulação individual de terras ocupadas.
2004	Foi criada, em 21 de março de 2004, a Acorjuve, Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho, com 2.500 participantes de 40 comunidades. Registrada no INCRA, a associação simbolizou a luta pela demarcação do assentamento agroextrativista e pela titulação das terras em favor dos ocupantes originários.
2005	A Alcoa consegue a Licença Prévia (LP) e a Licença de Instalação (LI) para a construção das obras de base da lavra, da estrada e da ferrovia. A Acorjuve e o Ministério Público assinam junto ao Incra o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) contra a Alcoa, por ter invadido a comunidade de Caapiranga para iniciar as obras, antes da LP, obrigando a empresa a assumir o reconhecimento do direito fundiário das comunidades. Em outubro de 2005, a Superintendência Regional do Incra de Santarém (SR-30) aprova a criação e a demarcação do Projeto Agroextrativista PAE-Juruti Velho, com área de 109.551 hectares a ser destinada a 1.998 famílias (Portaria Incra/SR – 30E/n. 18/05, de 10/11/2005, publicada no Diário Oficial da União em 17/11/2005.

Continua

Quadro 2 - Continuação

PERÍODO	FATOS E ESTRATÉGIAS
2007	<p>O Ministério Público de Juruti Velho solicita ao Incra, em nome da Acorjuve, termo de compromisso para concessão do título individual no lugar do título coletivo.</p> <p>Em 2007, as comunidades Caapiranga e Pau D'Arco informam à Acorjuve que funcionários da Alcoa invadem parte de suas áreas para construir acessos e outras obras. Após denunciar ao INCRA, foi determinada a visita de técnicos e peritos ao local, cobrando da Alcoa informações sobre a denúncia formulada. A empresa negou qualquer obra, serviço ou atividade na área das comunidades do PAE. No entanto, técnicos e peritos do INCRA produziram um relatório técnico de campo, constatando efetivamente a supressão de vegetação pelas obras da base de Caapiranga, em território pertencente ao PAE, com respectivo estudo de perdas e danos da vegetação suprimida.</p> <p>Em maio de 2007, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a Superintendência Regional de Santarém/SR – 30/STA e a Divisão de Obtenção de Terras – SR – 30/T, elaboram o “Relatório Simplificado Situacional do PAE Juruti Velho”, com objetivo de realizar “levantamento socioeconômico e ambiental [na área] do Projeto Agroextrativista Juruti Velho”, com a possibilidade iminente de emissão da Licença de Operação (LO)”. </p> <p>Em solenidade com a presença do superintendente regional do Incra, Pedro Aquino de Santana, do secretário de Integração Regional do Estado do Pará, André Farias, do secretário de Planejamento Participativo, Orçamento e Gestão, Carlos Guedes, além de várias lideranças locais, o prefeito de Juruti, Henrique Gomes e o presidente da Acorjuve, Gerdeonor Santos entregaram bens de primeira necessidade para as famílias Projeto Agroextrativista (PAE) Juruti Velho. Tal ação foi possível através da aquisição do Crédito Instalação, modalidade de Apoio Inicial, para 1.314 famílias – um investimento correspondente a R\$ 3,15 milhões.</p>
2008	<p>No final de dezembro de 2008 a Acorjuve articula lideranças da Via Campesina para planejar estratégias de resistência em acampamento situado na base Caapiranga.</p>
2009	<p>A Alcoa entra em operação da mina de Juruti Velho. A Acorjuve mobilizou 1.500 comunitários pertencentes ao PAE Juruti Velho. Mulheres, homens, idosos e crianças acampam na Base Caapiranga por 7 dias.</p> <p>Bloqueio da estrada PA-192, que liga a área urbana de Juruti à mina e o porto da empresa.</p> <p>Grupo local participa do Fórum Social Mundial (FSM) em Belém, em 27 e 29 de janeiro e 1º de fevereiro no ano de 2009. Ao mesmo tempo da realização do FSM em Belém, Juruti Velho realizou o Fórum Social Juruti Velho. Enviou seus representantes para chamar a atenção sobre os acontecimentos locais. Pauta da Acorjuve: 1. Saída da empresa do território de Juruti Velho, caso não fosse reconhecida a participação de 1.5% da lavra e efetuado o pagamento de danos e perdas sofridos pela ocupação do terreno. 2. Comprometimento da Alcoa em investir em serviços de saúde e educação em todas as comunidades da região.</p>

Continua

Quadro 2 – Continuação

PERÍODO	FATOS E ESTRATÉGIAS
2009	<p>Dia 28 de janeiro de 2009 é impetrada a Ação de Interdito Proibitório (CPC, art.932) contra Gerdeonor Pereira dos Santos, diretor-administrativo da Acorjuve, Regiane Furtado Lisboa, advogada; Antônio Marcos e a Irmã Bruhildes e outros. Foram acusados de invasão de imóvel e incitação física ao confronto com o destacamento policial e com funcionários da Alcoa.</p> <p>Em 05 de fevereiro realizou-se uma reunião no Salão Paroquial da Igreja de Nossa Senhora da Saúde com as autoridades locais, estaduais e a presidência da Alcoa para a América Latina, na qual foi acordado o início de negociações para responder às exigências das comunidades.</p> <p>Em 30 de setembro de 2009 foi concedido o direito de uso da terra pelo Incra. Trata-se de uma Concessão de Direitos Real de Uso (CDRU) de caráter perpétuo, que reconhece a comunidade Juruti Velho como tradicional.</p> <p>Em dezembro de 2009, a Alcoa repassa a primeira arrecadação de royalties para a Acorjuve.</p>

Fonte: Extraídos de Lopes, 2012; Gavira, 2013; Silva, 2014.
Adaptado pela autora, 2018.

A partir de 2009, com o repasse da primeira parcela de *royalties*, fruto do direito de participação das comunidades no resultado da lavra, dá-se uma das mais expressivas conquistas da comunidade de Juruti Velho. Essa participação significa o repasse não somente dos 1,5% dos *royalties* pela atividade de mineração, mas a vitória da população sobre a poderosa mineradora. Com relação à gestão dos *royalties*, a Acorjuve goza de total autonomia na definição de critérios e forma de participação dos recursos.

Em assembleia com presença de representantes de 45 comunidades locais, foi aprovado de maneira unânime que 50% dos recursos seriam repassados a associados da Acorjuve, através do Cartão Acorjuve; os restantes e 50% se destinam a concretizar projetos de beneficiamento coletivo nas comunidades, como o sistema de abastecimento local, por exemplo, delineando-se, assim, os novos rumos para as comunidades de Juruti Velho.

4 A BAUXITA EM JURUTI VELHO: projeto de sustentabilidade da Alcoa

Nesta seção descreve-se as propostas de desenvolvimento local previstas pela Alcoa, buscando viabilizar alternativas de garantia de uma agenda sustentável de longo prazo na região, que, uma vez implementadas, servissem de referência nacional e internacional na atividade de extração do minério e para a convivência sustentável, tanto para a empresa como para a sociedade. Constituiria, assim, um modelo inovador e regulador da mineração, a se considerar que o projeto contemplasse apenas a sede do município, e não as comunidades do PAE Juruti Velho como um todo.

4.1 A PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA JURUTI

Os conflitos em Juruti foram deflagrados pela presença da mineradora Alcoa/Ominia Minérios. A Alcoa no contexto brasileiro opera desde 1965 sendo uma das maiores subsidiárias da Alcoa Inc, produzindo em torno de 1/5 do alumínio primário fabricado no país. Portanto, está no Brasil há quarenta e cinco anos. Possui unidades produtivas em Poço de Caldas, Minas Gerais, São Luís do Maranhão (Alumar) e Juruti, no estado do Pará. A participação acionária de 8,5% na Mineradora Rio do Norte (MRN) permite a empresa produzir alumina e alumínio primário na unidade de São Luís, sendo que a bauxita explorada em Juruti atende a demanda desta unidade, o que contribui para a sua expansão. Já a unidade de Poços de Caldas, onde também é produzido a alumina e o alumínio, é abastecida de bauxita minerada. (HENRIQUES; PORTO, 2012, p. 3227). A empresa conta com mais de 6 mil funcionários, distribuídos em empreendimentos de cinco estados brasileiros: São Luiz (MA), Alphaville, Utinga e Sorocaba (SP), Itapissuma (PE), Poços de Caldas (MG), Tubarão (SC) e, desde 2004, em Juruti (PA).

Nos anos de 2000, quando adquiriu a Reynolds Metals Company (RMC), a Alcoa Inc. obteve o direito de explorar a mina de bauxita em Juruti. Por meio da subsidiária Omnia Minérios foram desenvolvidas as pesquisas para confirmar o potencial mineral na área, que, segundo a Alcoa, perfaz 270 mil hectares dos municípios de Juruti e Santarém. Confirmou-se após o estudo da própria Alcoa que Juruti concentra uma das maiores reservas do mundo, totalizando uma área de 50 mil hectares, compreendendo os platôs Caapiranga, Guaraná e Mauari (ALCOA, 2004; 2009).

A alta qualidade da bauxita encontrada no Baixo Amazonas, permite a produção inicial chegar a 2,6 milhões de toneladas métricas por ano. Os investimentos previstos para o Brasil ultrapassaram a cifra de US 750 milhões e contam com apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). (SILVA, 2014). O que significa no padrão de produção do recurso?

O projeto de Mina Bauxita da Alcoa/OMNIA Minérios Ltda. recebeu dos órgãos responsáveis a concessão de lavra de uma área de 34.164 ha, sendo que 54% dessa área (18.550ha) situa-se na hoje denominada PAE Juruti Velho. A área atualmente lavrada no PAE Juruti Velho possui 5.653,11há, estando justaposta ao “território de uso”²¹ de recursos extrativos, medicinais e culturais das comunidades autóctones de Juruti. O planejamento da Alcoa visa lavrar a área por um período de 28 anos, com taxa de exploração de 199,77 ha/ano. (LOPES, 2016, p.171).

A partir de setembro de 2009, a empresa passou a explorar bauxita a céu aberto, por meio do método chamado “extração em faixas”. O processo exige, inicialmente, a supressão da cobertura vegetal e a total retirada das camadas de solo depositado sobre a mina para, em seguida, extrair a bauxita que tem aí sua faixa de maior concentração, em média situada a 15 metros de profundidade.

Com a chegada da Alcoa, a lei n. 996/2010, de 15 de setembro de 2010, dividiu a Vila Muirapinima em quatro distritos administrativos distintos para efeitos de administração e organização dos serviços públicos: Tabatinga, Castanhal, Muirapinima (sede do PAE Juruti Velho) e Distrito Sede - Juruti Novo. (PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUTI/PMJ, 2017).

A Alcoa diz sobre a cota da comunidade que “a participação no resultado da lavra (1,5%) é uma determinação legal e cabe à União determinar a quem deve ser feito o pagamento. A empresa cumprirá sua obrigação imediatamente após a determinação do beneficiário”. Assim, nas palavras de um de seus diretores, o presidente da Alcoa América Latina e Caribe, Franklin Feder, em 2008: “Queremos ter, em Juruti, o melhor projeto de mineração do mundo”.

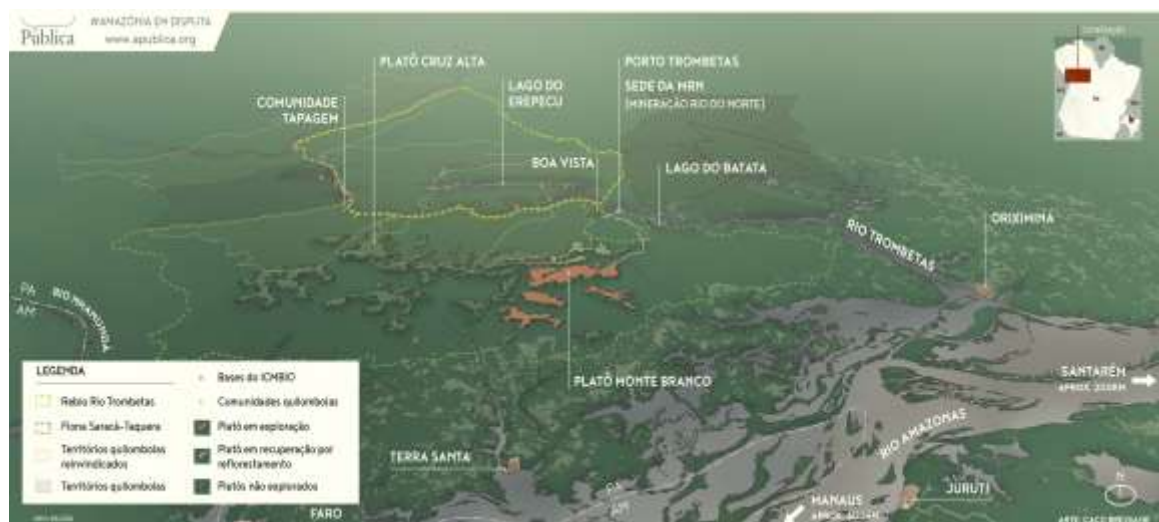
Vele lembrar que no contexto da Amazônia, particularmente no estado do Pará, região do Baixo Amazonas, os municípios de Santarém, Oriximiná, Juruti, Óbidos, Faro, Terra Santa, são territórios minados de bauxita de alta qualidade,

²¹ Categoria de análise utilizada por Santos (1994); Rodrigues (2010) e Silveira (2011) têm como premissa as noções de utilização do lugar, do espaço em competitividade, no qual os atores são reordenados de acordo com o tempo e objetivos do uso do território.

havendo uma perfeita combinação e variedade de recursos naturais e sociais. São cidades fronteiriças que reúnem inúmeros migrantes que chegam em busca de emprego e melhores condições de vida. Trata-se ainda de um território rodeado de terras quilombolas, por assentamentos e por florestas nacionais; onde a paisagem natural e a organização do espaço são configuradas pelas demandas da globalização, ou seja, para atender ao padrão moderno de ocupação, ao técnico, ao especializado, ao progresso e ao desenvolvimento. São reservas minerais pelas quais grandes empresas são criadas, competem e se apropriam de acordo com seus interesses.

Em recente notícia, a “Pública”, Agência de Jornalismo Investigativo mapeou a área do extremo norte do Baixo Amazonas, onde grupos quilombolas reivindicavam a titulação das terras. No entanto, a área se sobrepõe a reservas e florestas nativas sob responsabilidade do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e do Ibama. Em 2016, o MPF de Santarém entrou com ação contra o governo federal requerendo a solução para as comunidades, haja vista os volumosos lucros auferidos pela MRN, que somente em 2018 somaram 361 milhões, com 18,3 milhões de toneladas embarcadas. Apesar da cifra, as comunidades locais não tiveram retorno durante os 30 anos de atividade da MRN em Oriximiná. O MPF emitiu parecer favorável e a previsão em 2017 para resolução do assunto.²²

Figura 11 - Base de bauxita na região do baixo Amazonas



Fonte: Agência de Jornalismo Investigativo Pública, 2016.

²²A guerra secreta pela bauxita, por Tomás Chiviriani e Ana Mendes. No Pará, a briga dos quilombolas com a MRN pela posse de terras e a postura do Instituto Chico Mendes, investigado pelo Ministério Público por suspeita de negligenciar as comunidades. Publicado em 22 de agosto de 2016. Disponível em: <<https://apublica.org/2016/08/a-guerra-secreta-pela-bauxita/>>. Acesso em: 09 abr. 2018.

O caso mais emblemático aconteceu no município de Oriximiná. De acordo com a pesquisa de Acevedo e Castro (1998), a MRN, que opera no município desde 1967, teve a concessão de 65.5552 hectares de terra para a lavra do minério. Três anos mais tarde adquiriu uma posse de 400 hectares. Em 1977, fez uma solicitação adicional de uma doação de 87.258 hectares, e antes mesmo de conseguir a concessão levantou uma cerca de 4 km, nela instalando 145 marcos de cimento. Quando do embarque de seu primeiro carregamento de bauxita, foram feitos acordos com todos os posseiros para que desocupassem a área. Aliada às estratégias da mineradora, a Reserva Biológica do Trombetas, foi criada a pretexto da conservação do ambiente. Tudo fazia parte da política de desenvolvimento regional que realizava ajustes na sua estratégia com a criação da mineradora.

Wanderley (2008) assinala que as estratégias tinham como objetivo explorar as jazidas minerais e controlar os constrangimentos socioambientais e políticos no entorno da área de investimento. Para tal, as empresas identificaram e tentaram controlar ou expulsar os povos tradicionais e migrantes na região, seu crescimento e mobilidade, que poderiam se transformar em futuros focos de pressões ao projeto e de instabilidade social, representando uma ameaça ao capital investido. Por outro lado, as mineradoras procuraram estratégias para proteger os recursos minerais, tendo em vista dificultar a instalação de companhias concorrentes e facilitar futuros planos de expansão do capital. Ao propor proteção e controle do entorno, as empresas faziam uso de seu poder de influência para desenvolver ações de interação junto ao Poder Público.

As concessões do Estado feitas à mineradora não consideraram as comunidades remanescentes quilombolas do Trombetas, que são a arqueologia viva do antigo quilombo Maravilha²³ e outros tantos que existiram na região no século XIX.

²³Cf a matéria “A comunidade Maravilha localiza-se em Oriximiná, ao norte do Pará. Trata-se de um grupo remanescente de quilombo da época de escravidão de negros africanos levados à vila portuguesa de Óbidos, fundada em 1697, a 82 quilômetros de Oriximiná para trabalhar nas plantações de cacau no final do século XIX, como também de escravos provenientes de fazendas das cidades de Santarém, Alenquer e na capital do estado, Belém. Atualmente, essa população de aproximadamente 8.000 pessoas distribuídas em 332.654 hectares enfrenta o avanço da exploração de bauxita em seu território. Segundo os relatos, os que conseguiram fugir do trabalho forçado no campo subiram o afluente do rio Amazonas em canoas e percorreram uma distância de 223 quilômetros até Cachoeira Porteira, onde se instalaram com o apoio dos índios Wai Wai e de outras etnias, que já viviam por lá. Protegidos pelas barreiras naturais da selva e das quedas d’água, começaram a formar suas casas à beira do rio, nas partes mais altas e escondidas.” (As comunidades quilombolas que resistem em Oriximiná - Reportagem de El País – SOCIEDADE). No norte do Pará, os descendentes de escravos fugidos vivem em casa de palafitas, isolados da cidade e próximos da exploração mineradora. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2014/03/28/sociedad/1396039867_792085.html>. Acesso em: 09 set. 2018.

Trata-se de descendentes dos escravos fugidos para a mata, que lutavam e resistiam à escravidão e ao sistema escravista, vislumbrando instaurar territórios alternativos ao modelo colonialista, repressor e racista. A ocupação negra no Vale Trombetas teve início nas partes altas do rio, acima das cachoeiras, onde a morfologia funcionava como uma barreira natural protetora, separando o mundo dos negros do mundo dos brancos. Neste período, houve a aproximação e a miscigenação com os povos indígenas, que lhes transmitiram o conhecimento sobre a dinâmica da floresta e das águas, um dos elementos essenciais da cultura negra no Trombetas. Entre fins do século XIX e início do século XX, com a diminuição da pressão de senhores de escravos e o término da escravidão, iniciou-se o processo de descenso dos negros, que aos poucos ocuparam o médio curso do Trombetas, onde ainda se encontram. (SALLES, 1971; ANDRADE, 1995; ACEVEDO e CASTRO, 1993; NUNES, 2000 apud WANDERLEY 2008, p.83).

De acordo com estudos de Acevedo e Castro (1998), a mineradora rio do Norte contribuiu com a desestruturação da vida econômica e social dos moradores próximos às margens dos rios Trombetas, Erepecuru e Cuminá, situados abaixo das cachoeiras das comunidades remanescentes de quilombos, que viviam praticando a agricultura de subsistência, coletando espécies vegetais, caçando para o consumo próprio e para a comercialização no mercado regional. Acevedo e Castro (1998) frisaram o caso da comunidade Boa Vista, localizada a poucos quilômetros da cidade de Porto de Trombetas, e mergulhada quase duas décadas em uma série de proibições, ameaças e perda de condições reais de trabalho. À época, era a mais povoada entre os conglomerados do rio Trombetas, onde experimentou uma situação de integração configurada rapidamente como segregação, sofrendo com mudanças profundas provocadas pela presença da Mineração Rio do Norte.

Essa comunidade de remanescentes de quilombos encontra-se cercada (até os dias atuais) de um lado, pela empresa, ao fundo pela Floresta Nacional de Saracá Taquera, e na frente pela Reserva Biológica do Trombetas. O processo de solicitação de demarcação das terras tramitou por três anos, desde 1992, até a data de entrega, em 1995, com a demarcação de uma superfície reduzida em relação às reais necessidades de desenvolvimento de seu sistema agroextrativista. As pesquisadoras informam que alguns poucos ainda estavam sob o controle territorial dos então decadentes padrões dos castanhais. As comunidades quilombolas passaram pelo processo de ressemantização enquanto categoria, tanto política quanto juridicamente

falando. “A resignificação contribuiu para a afirmação étnica e mobilização política desses seguimentos camponeses, particularmente, as comunidades negras rurais” (ACEVEDO; CASTRO, 1998, p. 1).

Os municípios indicados, Oriximiná, Óbidos, Faro, Terra Santa, Juruti já estão demarcados pelas empresas, e historicamente mantêm, como assinala Casanova (2006, p. 411), “suas redes intranacionais, nacionais e transnacionais consolidando-se a ampliação do poder macro do poder dominante”.

Neste contexto, indaga-se se a disponibilidade de recursos naturais em determinada região pode se constituir em vetor de desenvolvimento regional, ou se pode levar a região a incorrer no que usualmente é conhecido na literatura como a “maldição dos recursos naturais”. A questão que se coloca é se existe a possibilidade de a mineração ser vista como uma atividade sustentável.

De um lado, há autores que alimentam “a maldição” dos recursos naturais, alegando que a dotação de riquezas naturais pode condenar determinada região a uma excessiva dependência de um único setor na medida em que esta riqueza acaba inibindo a diversificação da base econômica regional, além de causar sérios impactos sociais e danos ambientais. Há os que afirmam que uma economia de base mineira possui problemas e possibilidades e que a trajetória de desenvolvimento depende de todo um contexto histórico – institucional expresso no capital social local e na capacidade de governança das comunidades locais. (MONTEIRO, 2005).

De acordo com a defesa da Alcoa, a atividade mineral pode se constituir como elemento propulsor e dinamizador da economia regional, na medida em que gera um acúmulo de excedentes econômicos que acabam por transbordar para outros setores da economia. Franklin Feder (presidente da Alcoa na América Latina e Caribe) assinala que adequar a empresa às exigências da licença é algo absolutamente insuficiente para garantir a sustentabilidade em longo prazo. Com relação à intenção de fazer de Juruti, assim como a Região Norte, um setor de mineração para o Brasil, e também para a Alcoa, o representante declara: “nós entendemos de produzir alumínio, mas não entendemos de abrir uma mina no meio da Amazônia”. (ALCOA, 2009, p.33), complementando que “Existe licença concedida pelos órgãos competentes e ela é muito importante. Mas tão importante quanto ela é aquela licença que a comunidade local nos dá para operar”. (ALCOA, 2009, p. 34)

No caso Juruti Velho, a permissão para instalação da mineradora no território deu-se em meio a longos e exaustivos debates abordando temas da sustentabilidade, meio ambiente, responsabilidade ambiental e problemas que afligem a população amazônica, temática essa que abrange essencialmente as diretrizes conceituais referentes ao desenvolvimento social, ou seja, concerne igualmente à equidade social, prudência ecológica e eficiência econômica. Portanto, é necessário que tais demandas sejam equacionadas no quadro do cenário internacional, pois, ainda que pertinentes, só são superadas por pressão do movimento comunitário. Aos dirigentes da associação de moradores não restava opção: ou negociar ou perder as condicionantes legais, como já ocorrera em outros casos. Ao debater sobre a Alcoa para tomar suas decisões, não autorizariam a instalação da empresa no local.

4.1.1 Alcoa: modelo Juruti sustentável

De modo geral, a ação das grandes mineradoras nas comunidades se resume a contratar agências privadas de consultoria em comunicação e gestão socioambiental. Em Juruti Velho, a Alcoa contratou a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) para assessorar a pesquisa e o trabalho de consultoria na área, e, paralelamente, elaborar a estratégia de relacionamento com as comunidades. Com planos de comunicação baseados no conceito de *merchandising* social, a empresa transmite à população a ideia de preocupação com os problemas ambientais e com os interesses dos moradores, e de adotar uma série de iniciativas de desenvolvimento social e preservação do ambiente.

Essas agências são essenciais para a propagação do discurso do desenvolvimento e da boa convivência entre empresa e população local. Essa é uma das principais estratégias para legitimação da atividade mineradora. Assumindo uma narrativa disfarçada sob o manto do desenvolvimento sustentável e da promoção de melhorias da qualidade de vida das comunidades, essas agências são fundamentais para que a população aceite a mineração. (COELHO, 2017).

Outra estratégia colocada em prática pelas agências de monitoramento de grupos de atingidos pelos impactos de grandes projetos de mineração ou de atividades predatórias do ambiente é se precaver de possíveis mobilizações e pressões populares que inviabilizem seus projetos. Para tanto,

[...] as agências monitoram as mobilizações populares, as ações desenvolvidas pelos atores interessados - na linguagem empresarial

chamados de stakeholders -, e o surgimento de novos atores no processo de organização dos segmentos envolvidos. São contratados profissionais com expertise na área para manter contato e dar suporte aos profissionais das empresas. (COELHO, 2017, p.100).

Em 2005, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO) apresentaram uma proposta modelo de desenvolvimento local de longo prazo para Juruti sede. O modelo denominado de Juruti Sustentável, constituía-se de quatro premissas e um tripé de intervenção, a saber:

Premissa 1 - participação ampla e efetiva da sociedade;

Premissa 2 – as transformações causadas pela implantação da mina de bauxita em Juruti são assumidas pelos atores locais, de forma a extrapolar os limites municipais;

Premissa 3 – as transformações devem ser vistas a partir do contexto de dinâmicas de desenvolvimento regional;

Premissa 4 - a necessidade de uma contínua internalização da sustentabilidade dentro da empresa. (FGV, 2009, p. 4).

Além das premissas foi proposto o tripé de intervenção, o qual contempla a criação e articulação de um espaço de mobilização social, a construção de indicadores para monitorar as transformações sociais, ambientais e econômicas em Juruti e região, e a constituição de um fundo de apoio a projetos de desenvolvimento local. (FGV, 2009, p.5).

As premissas serviram de apoio para que, em 2007, a Alcoa construísse os indicadores de monitoramento, contratando a FGV, para efeito de continuidade do projeto. Este trabalho de monitoramento e construção de indicadores sociais foi realizado em dois anos com envolvimento de mais 500 representantes de instituições locais e regionais, envolvendo uma série de pesquisas, oficinas e reuniões e atividades de coleta de dados, além de um amplo levantamento bibliográfico e de campo para a definição do território a ser monitorado.

O modelo Juruti Sustentável, apresentado pelos idealizadores entendem o desenvolvimento local sustentável como sendo,

[...] a promoção da melhoria da qualidade de vida da população, com base na sua capacidade de gerenciar – o que não se limita às políticas públicas - os recursos disponíveis em um determinado território. Embora os governos locais sejam considerados centrais nesses processos, ao longo do tempo cresceu a importância da participação da sociedade civil e do setor privado, tanto na formulação de

alternativas quanto na tomada de decisão e na captação de recursos financeiros para financiar tal agenda de desenvolvimento. (FGV, 2008, p.28).

Para a efetivar o monitoramento, foram criadas fontes para dar suporte a projetos, como o Fundo Juruti Sustentável (FUNJUS) e o Conselho Juruti Sustentável (CONJUS), e estabelecidos conceitos de Indicadores Sociais (IS), além de outras entidades. Os indicadores teriam a finalidade de subsidiar e orientar as políticas públicas municipais, estaduais e federais, o investimento das empresas na região, além de serem instrumentos financeiros colocados à disposição da comunidade. Este tripé, segundo a percepção dos idealizadores, ajudou a revelar a situação dos principais aspectos relacionados ao desenvolvimento do município. (BORBA, 2012, p. 6).

Figura 12 - Tripé Juruti Sustentável



Fonte: Abdala, F./ INCRA, 2018.²⁴
Print: Miranda, 2019.

Nesse sentido, faz-se importante pensar nas estratégias de atuação da Alcoa e das instituições envolvidas, e no poder de manipulação do capital diante da perspectiva de terem contestadas suas atividades de mineração e das pressões da

²⁴ ABDALA, Fabio. O papel do setor empresarial ao desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: WORKSHOP AS DIMENSÕES CIENTÍFICAS, SOCIAIS E ECONÔMICAS DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA. INPA, Manaus\AM, 16 agosto 2018. Disponível em: <

sociedade organizada, refletindo sobre o viés presente na narrativa de ‘preocupação com a comunidade’, sempre que uma contrapartida financeira é vista como forma de compensação dos impactos causados pela exploração de um território, através de ações de incentivo ao desenvolvimento social e ambiental. Trata-se, no mais, de expedientes do setor privado para se fazer aceito, colocando as vestes de agente transformador das dinâmicas tradicionais, propulsor de mudanças e de ações pró-melhoramento comunitário, mediador de conflitos ambientais e sociais; a segunda percepção diz respeito ao uso da metodologia participativa envolvendo atores locais, no intuito de pensar medidas de compensação e de desenvolvimento social local.

A respeito do viés de desenvolvimento sustentável presente nas concepções e nos planejamentos estratégicos da Alcoa, a ilustração a seguir demonstra de que forma se sustenta o conceito de que a “mineração é propulsora do desenvolvimento no território” (ABAL, 2015).

Figura 13 – Esquema integrado das ações da Alcoa em Juruti



Fonte: Abdala, F./INCRA, 2019.²⁵
Print: Miranda, 2019.

²⁵ABDALA, Fabio. O papel do setor empresarial ao desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: WORKSHOP “As dimensões científicas, sociais e econômicas do desenvolvimento da Amazônia”. INPA, Manaus\AM, 16 agosto 2018. Disponível em: <

O conceito de desenvolvimento local sustentável baseia-se na promoção da qualidade de vida da população, com base na sua capacidade de gerenciamento dos recursos disponíveis em um determinado território - o que não se limita a ações de cunho político simplesmente. O relatório assinala que “[...] enquanto *locus* territorial, o desenvolvimento local tem como objetivo o município, mas não se confunde rigidamente com ele, pois é inevitável o seu trânsito no contexto regional e a busca de sinergia com o entorno”. (FGV, 2011, p. 27). A sinergia neste caso exprime a visão de futuro sob a ótica da empresa.

Para efetivar as demandas solicitadas pelos mais de seis mil participantes das Audiências Públicas, a Alcoa propôs a “Agenda Positiva”, um plano para financiamento de obras de infraestrutura rural e urbana (considerando o fato de que Juruti Velho não estava inserido neste propósito), além de outras ações para promoção da saúde, educação, cultura, meio ambiente, segurança pública, justiça e assistência social na região.

As primeiras obras da Alcoa para ampliação da infraestrutura em Juruti são: 1. Construção de um hospital de alta complexidade; 2. Reforma e ampliação do Hospital Municipal “Francisco Barros” com instalação de uma unidade mista, um centro de atendimento médico ambulatorial e uma unidade de internação materno-infantil; 3. Construção da unidade mista de saúde na Vila Tabatinga; 4. Construção de 16 salas de aula para uso das escolas municipais; 5. Abertura de um espaço para funcionamento do Conselho Tutelar; 6. Instalação do Complexo Judiciário de Juruti; 6. Alojamento da Polícia Militar.

Abaixo, uma das obras que compõe a Agenda Positiva, o Hospital 9 de Abril, entregue pela Alcoa no tempo previsto, e inaugurado no ano de 2012, ampliando a infraestrutura para atendimento de moradores provenientes de outras duas localidades, com capacidade de realização de exames de alta complexidade. O hospital é administrado pela Associação Lar de São Francisco (ALSF), pertencente à Diocese de Óbidos.

Figura 14 - Hospital Nove de abril - Município de Juruti



Fonte: G1/ Santarém/PA, 2018.²⁶
Foto: Marcos Santos, 2018.

A previsão de repasse de recursos pela Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará (SESPA) é de 250 mil reais por mês. A Alcoa investe mensalmente R\$ 4.000,000,00 (quatro milhões) para atender a demanda de leitos a pacientes de outros municípios da região. O investimento em infraestrutura prevê um laboratório de diagnóstico por imagem, exames de Raio X, mamografia, endoscopia, ultrassonografia, tomografia e exames cardiológicos. A estrutura do prédio comporta 23 leitos, três salas de cirurgia e uma sala de parto. O repasse de 30 milhões para investimento na região gerou 200 empregos de forma direta. (ALCOA, 2012).

Tabela 5 – Balanço de atendimento médico no Hospital 9 de abril em Juruti

Balanço/Ano	Número de procedimentos
Janeiro a maio de 2016	16. 837 procedimentos
Janeiro a maio de 2017	34.795 procedimentos
Período de 1 ano	51.632 procedimentos

Fonte: Informativo Viver Juruti, 2017.

²⁶ Cf. informativo local do município, o hospital de Juruti amplia atendimento para pacientes de Terra Santa e Faro. Parceria garante recursos para os atendimentos hospitalares e foi firmada entre Alcoa, Governo do Estado, Prefeitura de Juruti e Associação Lar São Francisco. **Site da Prefeitura Municipal de Juruti**. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=Hospital+de+Juruti+Alcoa&source=lnms&sa=X&ved=0ahUKEwjdl5m-icnjAhXRGbkGHf2NDRYQ_AUICSgA&biw=1366&bih=576&dpr=1>. Acesso em: 12 set. 2018.

Para uma população na casa de pouco mais de 47 mil habitantes que é registrada em Juruti, pode-se indagar se estes não são acometidos por doenças, se não recebem dos profissionais que os atendem encaminhamentos para exames laboratoriais e até que ponto tem suas necessidades atendidas. De acordo com as informações disponíveis, em 2018, o atendimento à população em geral estava limitado, concentrando 80% da capacidade de infraestrutura e de serviços para atendimento de usuários de planos de saúde privados (Unimed e Bradesco). Percebe-se que em um período de um ano apenas a demanda aumentou consideravelmente, chegando ao triplo do atendimento total. O trabalho de campo encontrou relatos como o de Marina Pereira, 58 anos, moradora da comunidade de Santo Antônio da Inglácias, que voltou para casa sem atendimento médico. Ela relata sua decepção: “Eu fui semana passada, sai cedinho, e não consegui ficha, faz uns dias que estou com dor nos quartos sem poder trabalhar, foi o jeito passar remédio de índio”.

Em setembro de 2018, a Associação São Francisco, a Prefeitura de Juruti e o Governo do Estado do Pará assinaram um convênio de ampliação dos serviços do Sistema de Saúde Pública (SUS) para estender o atendimento à população das cidades de Faro e Terra Santa.

A agenda vem sendo implementada em parceria com a prefeitura de Juruti e Câmara Municipal, contemplando 54 obras nas áreas de saúde, educação, assistência social, segurança, e ainda em serviços de assistência jurídica à população, além de investimentos nas áreas de cultura, lazer, esportes, turismo, em infraestrutura urbana, rural e educação ambiental (ABDALA, 2018). Também fazem parte dessa contrapartida a aplicação de recursos em projetos comunitários firmados pelo Instituto Alcoa e pela Alcoa Foundation, braços de responsabilidade social da empresa. Os números apontando o montante de repasses feitos entre 2006 e 2017 chamam atenção, conforme ilustrado na tabela abaixo.

Tabela 6 - Repasses financeiros da Alcoa a instituições, prefeitura e estado*

Repasses	Período	Verba
Prefeitura de Juruti	2006 a setembro 2017	R\$ 188 milhões
Acorjuve	2009 a setembro 2017	R\$ 45, 6 milhões
CFEM	2009 a setembro 2017	R\$ 59, 4 milhões

Fonte: Alcoa, 2018.

*Balanço financeiro relativo a período de 10 anos

A Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM) é calculada sobre o valor do faturamento líquido, quando o produto mineral é vendido. Entende-se por faturamento líquido o valor de venda do produto mineral, deduzindo-se tributos, despesas com transporte e seguro, que incidem no ato da comercialização. E, ainda quando não ocorre a venda porque o produto é consumido, transformado ou utilizado pelo próprio minerador, o valor da CFEM é calculado na soma das despesas diretas e indiretas ocorridas até o momento da sua utilização. (AGENCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO/ANM, 2018).

Tabela 7 - Alíquotas aplicadas no cálculo

Substância	Alíquota
Minério de alumínio, manganês, sal-gema e potássio	3%
Ferro, fertilizante, carvão, demais substâncias	2%
Ouro	1%
Pedras preciosas, pedras coradas lapidáveis, carbonetos e metais nobres	0,2%

Fonte: Agência Nacional de Mineração - ANM, 2018.

As alíquotas aplicadas sobre o faturamento líquido ou sobre a soma das despesas diretas e indiretas na produção variam de acordo com a substância mineral explorada (exceto petróleo e gás natural).

Os dados abaixo indicam o repasse feito pelo governo federal no período compreendido de dezembro de 2016 a janeiro de 2017. Para o estado do Pará foram canalizados recursos da ordem de 49,4 milhões de reais, indicando crescimento de 21% em relação a dezembro de 2017.

Tabela 8 - Repasse da CFEM a municípios paraenses mineradores *

MUNICÍPIOS	2016	2017
	VALOR (R\$1.000,00)	VALOR (R\$1.000,00)
Parauapebas	22.58.738,00	29.108.693,15
Canaã dos Carajás	5.101.039,74	7.285.100,72
Marabá	5.646.958,14	6.314.062,50
Paragominas	2.093.294,92	2.359.068,63

Continua

Tabela 8 (continuação)

Curionópolis	721.081,29	1.155,809,06
Oriximiná	1.150.253,58	912.439,58
Terra Santa	708.522,13	708.522,13
Juruti	912.506,86	650.372,92
Ipixuna do Pará	934.424,30	437.445,80
São Felix do Xingu	184.128,49	1.666.134,881
Itaituba	285.932	155.339,54
São Geraldo do Araguaia	0,0	36.410,29
Primavera	44.117,36	29.581,39
Belém	13.449,31	12.822,42
Santarém	2,1	11.033,89
Novo Progresso	5.069,27	9.096,32
Benevides	10.253,33	6.489,68
Altamira	6.211,95	5.497,18
Ourém	4.950,64	5.132,01
Jacareacanga	1.217,51	4.917,62
TOTAL	525.076,9	681.171,5

Fonte: Jornalismo Jeso Carneiro. ²⁷

Legenda: *Período de dezembro de 2016 a janeiro de 2018

O município de Parauapebas lidera o *ranking* no estado, com 29 milhões de reais em repasses financeiros, seguido de Canaã dos Carajás e Marabá. No Baixo Amazonas, Oriximiná é o município mais bem colocado - 6ª posição. Entretanto, dos três municípios minerais do Baixo Amazonas, Oriximiná foi o que mais perdeu com o não repasse de *royalties* do governo federal, incluindo o montante referente à exploração da bauxita em 2017. A redução foi de 25% em relação a 2016. Ou seja, quase 5 milhões de reais deixaram de entrar nos cofres do município em 2017.²⁸

Pelos resultados apresentados, o estado do Pará ocupa o segundo lugar na Classificação pelo Saldo da Balança Comercial dos Estados Brasileiros, ultrapassado

²⁷As 20 cidades que mais receberam CFEM em janeiro 2018. Disponível em:

<<http://www.jesocarneiro.com.br/cidade/juruti/royalties-de-oriximina-caiu-25-terra-santa-23-e-de-juruti- apenas-7.htm>>. Acesso em: jan. 2019.

²⁸ IDEM. Acesso em: jan. 2019.

somente pelo estado de Minas Gerais, que apresentou, em 2019, UU\$7,927,92, enquanto o estado do Pará registrou UU\$ 6.646,98 (BRASIL, 2019). No entanto, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) *per capita* anual (0,52). (IBGE, 2010). O Pará tem o sexto menor indicador de renda *per capita* do país, superando apenas cinco estados da região nordeste. Assim, os dados revelam que há um desequilíbrio na riqueza produzida. (COSTA, et al., 2011, p. 6).

Em 2009, a Alcoa lança documento com as seguintes orientações quanto aos princípios éticos da empresa: a) vivenciar os valores e princípios de direitos humanos da Alcoa; b) dialogar com todas as partes interessadas; c) respeitar a cultura e a diversidade locais; d) potencializar e preservar a biodiversidade regional; e) desenvolver e valorizar a mão de obra e os fornecedores; f) evitar o paternalismo; e g) aplicar tecnologia e sistemas gerenciais de classe mundial. (ALCOA, 2009).

O demonstrativo constante do Balanço da Alcoa de julho /2017, caracteriza a força de trabalho quanto à origem da mão de obra.

Tabela 9 - Força de trabalho da Alcoa em Juruti

Funcionários	1.589 (Alcoa e contratados)
Paraenses	87%
Jurutienses	44% (701 funcionários jurutienses)
Mulheres	11%

Fonte: Instituto Alcoa/Balanço, 2017.
Adaptado pela autora, 2018.

O perfil dos funcionários aponta para um segmento principalmente de jovens, com idades entre 16 e 30 anos, grau escolaridade média, com certificação em cursos técnicos oferecidos por convênios como SENAI e SENAC. Acrescenta-se que 11,8% desses jovens são mulheres. (ABDALA, 2018, p. 13).

A Alcoa ainda atua com 214 comunidades, sendo que 55 delas pertencem à área de influência direta; 57 são da área de influência indireta, como participantes de iniciativas da Alcoa. Desde 2009, funciona o Plano de Controle Ambiental (PACs) do qual fazem parte 35 programas de apoio à produção familiar (com atividades de plantio de hortaliças, distribuição de mudas, criação de peixes e frango caipira), a Cooperativa de Agricultura Familiar de Juruti e o Projeto da Mão de Obra, formando 8.000 pessoas em mais de 400 tipos diferentes de cursos. (BALANÇO ALCOA, 2017).

Ainda segundo o Balanço da empresa de 2017, “a Alcoa Foundation investiu R\$ 8,6 milhões em 83 projetos comunitários, ações de voluntariado e no Programa ECOA que conta com 700 voluntários” (ABDALA, 2018, p. 4). As informações abaixo constam do relatório de balanço do Instituto Alcoa, relativo às ações desenvolvidas no período de 10 anos de atividade da mineradora em Juruti. De acordo com a empresa, a Alcoa Foundation, fundada no Brasil em 1990,

[...] é uma entidade sem fins lucrativos, que busca promover transformações positivas nas localidades onde a Alcoa está presente, fortalecendo as comunidades e contribuindo para uma sociedade mais justa e responsável. [...] Tem como principal objetivo ‘contribuir para o desenvolvimento sustentável local, atuando por meio de programas de voluntariado, projetos próprios e investimento em projetos de organizações parceiras em áreas consideradas estratégicas como: educação saúde, geração de renda e empreendedorismo, meio ambiente, governança e segurança’. (ALCOA/Relatório, 2017, p. 2).

Em 2018, os resultados em termos de valores investidos com a Agenda Positiva, que definiu as metas para os projetos, teve por critérios o número de participantes, o voluntariado e as horas de produção. Em demonstrativo apresentado abaixo, a expressão ‘compromisso com as comunidades’ pode ser observada, mostrando o investimento nas demandas da população.

Figura 15 - Instituto Alcoa - demonstrativo de resultados*



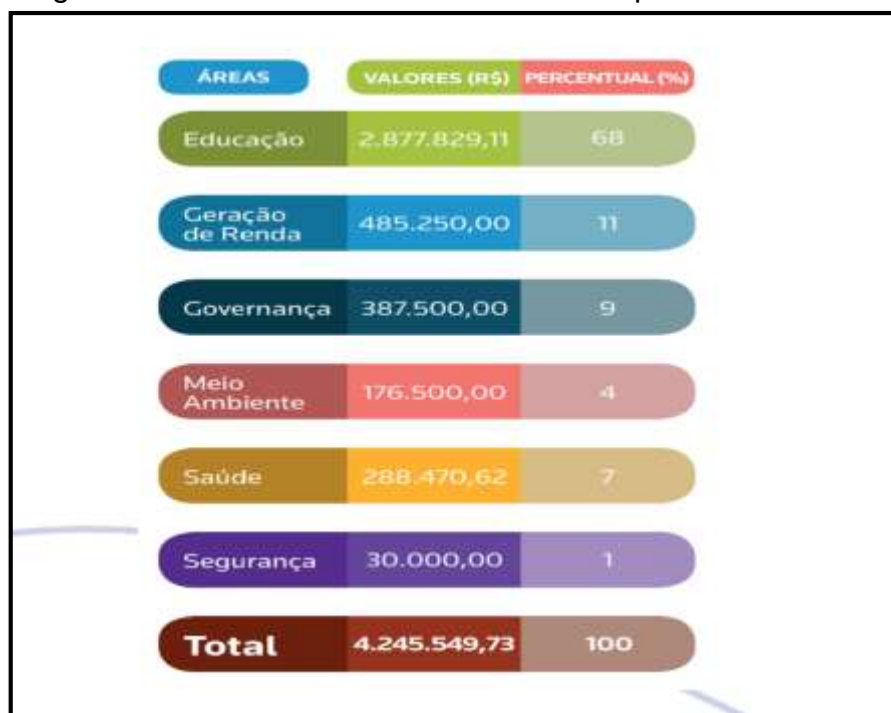
Fonte: Instituto Alcoa, 2017.

Print: Tania Miranda.

Nota: * Abrangência de 10 anos

Ainda sobre o Balanço de 2017 da empresa, o Instituto Alcoa cumpriu com os compromissos firmados com os municípios Barra Grande (MG), Estreito (TO), Machadinho (SC), Poço de Caldas (MG), São Luís (MA), Serra do Facão (GO) e Juruti (PA), onde está localizada. As áreas estão ordenadas por prioridade. As demandas da comunidade na área de educação, como pode se perceber, são aquelas que receberam os maiores desembolsos e para onde a maioria dos projetos esteve voltada.

Figura 16 - Investimento do Instituto Alcoa por área temática*



Fonte: Instituto Alcoa, 2017.
 Print: Tania Miranda.
 Nota: * Abrangência de 10 anos

Os projetos do Instituto Alcoa e da Alcoa Foundation no período de 2017 alcançaram o valor total de R\$ 4.245.549,73 distribuído entre projetos sociais e projetos estruturantes. Em Juruti, no Pará, foram apoiados os projetos comunitários que estão apresentados no quadro 3 a seguir, distribuídos por áreas temáticas e tendo como prioridade as demandas da comunidade visando as ações de educação, como pode ser observado na sequência:

Quadro 3 - Projetos apoiados pela IA e FA em 2017

ORGANIZAÇÃO	PROJETO	ÁREA	VALOR
Associação Beneficente e Promocional Paz	A tecnologia e suas contribuições no processo de ensino e aprendizagem na educação infantil	Educação	35.000,00
Associação Beneficente Emaús	Cultura pela paz em Juruti	Educação	78.520,00
Associação das Comunidades da Gleba Curumucuri	Em nossas mãos	Geração de Renda	40.000,00
Associação de Produtores Rurais Familiares das Comunidades Nova Galileia	Melhoria de Produção, Beneficiamento e Derivados da Macaxeira	Geração de Renda	30.000,00
Instituto Alfasol	Programa de Alfabetização	Educação	130.000,00
Ação Social para a Igualdade das Diferenças	As Diferenças que Ensinam e Constroem	Educação	105.135,77
Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia	IPS Juruti	Governança	75.000,00
Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB)	Escola de Sustentabilidade de Juruti: Saber é Poder	Educação	450.000,00
			Total 943.520,77

Fonte: Alcoa/Instituto Alcoa/ Balanço, 2017.

Elaborado pela autora, 2019

O Projeto de Sustentabilidade de Juruti 'Saber é Poder' é coordenado pelo Instituto Internacional do Brasil (IEB/Belém/Pará) em conjunto com o Instituto Juruti Sustentável (IJUS) e o Instituto Alcoa. Tem por objetivo promover a formação de lideranças através de atividades e discussões sobre a temática socioambiental, contando para isso, com a estrutura e suporte da Escola de Sustentabilidade. De acordo com o coordenador do projeto, Alison Castilho (2017),

[...] o IEB mobilizou cerca de 70 organizações de diversos segmentos (sociedade civil, poder público e empresas) e realizou um processo de formação com 40 lideranças locais. Foi elaborado o Projeto Político Pedagógico da Escola de Sustentabilidade. Foi definido o Conselho Escolar com a participação de 300 pessoas envolvidas diretamente. (Entrevista concedida ao IEB, julho de 2018).²⁹

²⁹ Site do IEB. Bases para a Escola de sustentabilidade são lançadas em Juruti. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=IEB&oq=IEB&aqs=chrome..69i57j69i60l3.4119j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8#>>. Acesso em: 2 set. 2018.

O diretor – presidente do IJUS, Gustavo Hamoy, destacou a metodologia participativa que envolveu a comunidade para a “construção de um sonho”. Outra posição positiva foi a da professora Lecília Nascimento que afirma sobre a experiência: “foi um trabalho diferenciado de tudo aquilo que é oferecido, porém moldado pela sociedade”.³⁰ (INSTITUTO EDUCACIONAL DO BRASIL (IEB), 2018).

O projeto de exploração mineral Mina de Juruti é constituído de mais três estruturas: um terminal portuário, uma ferrovia, e planta de beneficiamento de minério e lavra. O porto da mina foi construído a 2,0 km do centro do município, às margens do rio Amazonas, e tem capacidade para acomodar navios de até 55 mil toneladas. A ferrovia possui uma extensão de cerca de 56 km para transporte da carga de minério, saindo da área da planta de beneficiamento até o porto, onde é embarcada nos navios.

Figura 17 – Trajeto da ferrovia da Alcoa



Fonte: Abdala, 2010.
Print: Tania Miranda, 2019.

A composição para transporte do minério produzido é formada por cerca de 40 vagões com capacidade de 80 toneladas, que passam pela linha férrea. A planta de beneficiamento está localizada nas proximidades da área de lavra, local denominado platô Caapiranga, distante cerca de 60 quilômetros do centro mais próximo, onde também se localizam as áreas de mineração.

³⁰ Site do IEB. Bases para a Escola de sustentabilidade são lançadas em Juruti. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=IEB&oq=IEB&aqs=chrome..69i57j69i60l3.4119j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8#>>. Acesso em: 2 set. 2019

Figura 18 - Infraestrutura da Alcoa



Fonte: Arquivos da autora. Registro de fev. 2018

Em Juruti Velho, existem quatro minas de bauxita localizadas em três diferentes bacias: a) a mina Juruti Sul, situada na bacia do rio Amazonas, próximo ao igarapé do Retiro; b) mina Juruti, no rio Aripuiuns, que pertence à bacia do Tapajós; c) mina de Mauari; d) mina de Juruti. As duas últimas integram a sub-bacia do rio Juruti, pertencente à grande bacia do rio Amazonas (CETEM, 2014, p. 50).³¹

A companhia ainda é acionária da Mineração Rio do Norte (MRN) e de quatro usinas hidrelétricas: Machadinho (RS/SC), Barra Grande (RS/SC), Serra do Falcão (GO/MG) e Estreito (TO/MA). Foi escolhida pela oitava vez como uma entre as empresas consideradas modelo pelo Guia Exame de Sustentabilidade, reconhecida pela 13ª vez como um dos melhores ambientes para se trabalhar, de acordo com o *Great Place to Work Intitute*, assim como uma das melhores empresas para iniciar a carreira, segundo Guia Você S/A (ALCOA, 2016).

O Relatório de Balanço³² de nove anos de operações do Projeto Juruti aponta que o empreendimento ajudou a elevar o nível de emprego oferecidos no município 26 vezes, até 2010, fazendo elevar também a remuneração dos trabalhadores. Outro gráfico mostra que a quantidade de estudantes matriculados no Ensino Médio cresceu de 474, em 2000, para 2.579, em 2010. Esses dados são confirmados pelo IBGE (2010). No entanto, deste período até 2018, o número de matriculados em média não sofreu alterações, permanecendo em 2,543 estudantes. (IBGE, 2018).

³¹ Centro de Tecnologia Mineral.

³² Balanço Instituto Alcoa 2018

Desde a chegada da Alcoa, quase 9 mil profissionais foram certificados. Até 2017, o Serviço Nacional da Indústria (SENAI) promoveu 414 turmas de cursos profissionalizantes em diversos setores da indústria. (ALCOA, 2018).

4.1.1 O que representam os resultados da Alcoa para Juruti?

O cenário apresentado confirma que o ordenamento do território pressupõe a existência de um construto social que privilegia as ações coletivas envolvendo o estado, a empresa e setores da sociedade civil. O tripé formado por Indicadores Sociais, Conselho Juruti Sustentável (Conjus) e Fundo Juruti Sustentável (Funjus), modela a dinâmica local em uma densa rede de relações que passam a ser estabelecidas entre os prestadores de serviços, as organizações públicas e as iniciativas empresariais. A criação de uma proximidade social, de acordo com Abramovay (2009), facilita o acompanhamento de forma mais coordenada e conjunto das ações previstas para a assistência, controle e políticas públicas.

Tais políticas públicas, estiveram ausentes em Juruti por quase dois séculos, em virtude do jogo administrativo e governamental entre os governos do Pará e Amazonas, como resultado da atuação integrada, são fenômenos considerados por Abramovay, (2009) de aproximação que contribuiu para que ocorresse uma conversão por meio de ações governamentais que supõem serem inovadoras e transformadoras.

Há uma clara conjunção entre racionalidade formal da gestão econômica e os investimentos em dinheiro e em capital que acompanha a Alcoa. Da mesma maneira que as comunidades fizeram uso das condicionantes ambientais, políticas e sociais, a Alcoa também auferiu grandes vantagens ao cumprir a legislação vigente. O princípio racional de acordo com Lascoumes e Le Galès

[...] orienta a economia e a atividade capitalista, as imposições orçamentais da forma como são construídas, apoiadas e mobilizadas pela administração e constituem forças integrativas no conjunto do aparelho administrativo trazendo resultados – efetivos, eficazes e eficientes. (LASCOUMES e LE GALÈS, 2012, p. 79),

Verifica-se que, seguindo esse modelo, foi possível minimizar os problemas decorrentes da ausência de políticas públicas no município durante a curta estadia da empresa em Juruti. Nota-se, neste sentido, que as “decisões dos investidores não se pautaram por critérios valorativos, e sim pelas fórmulas calculáveis de avaliação de seu desempenho”. (ABRAMOVAY, 2009, p. 342).

A Alcoa também esteve condicionada a imposições das leis ambientais e pressionada a alocar recursos com base em valores de justiça, equidade, crenças filosóficas ou religiosas estabelecidas pela comunidade. As empresas não são entidades autônomas, fazendo parte de uma estrutura social, não podendo ser encaradas como uma engrenagem duradoura, com regras fixas alheias ao contexto em que estão inseridas. Na empresa repetem-se os mesmos dramas e divergências encontrados na sociedade, ocorrendo continuamente conflitos entre as visões de mundo, interesses e formas de organizar a vida privada. (ABROMOVAY, 2000, p. 339).

A empresa não é um agente inovador isolado. Ela é parte do meio que a pressiona e faz agir. Portanto, os comportamentos inovadores não são nacionais, mas dependem de variáveis definidas nos planos local e regional. (ABROMOVAY, 2000, p. 7).

Em Juruti há um espaço apropriado e específico para implementação de projetos com potencial para atender interesses comuns da coletividade, demandas compartilhadas em âmbito local. As demandas comuns são consideradas por Olson (1998, p.1) como iniciativas realizadas em próprio benefício do interessado, sendo que não constituem “algo natural”, mas derivam de fenômenos sociais que representam problemas e impõem questões para a vida em coletividade. O autor ainda argumenta que não se pode explicar a ação de um grupo simplesmente como decorrência (epifenômeno) do comportamento dos indivíduos de forma separada. Indivíduos racionais e egoístas (*selfish* e *self-interested*) diante de objetivos comuns tendem a agir conjuntamente.

Grupo e interesse são inseparáveis de acordo com Bentley (1949). Para ele os membros do grupo são solidários na ação e para a ação a empreender. Nesse caso, a mobilização como imperativo a uma ação coletiva não levanta nenhum problema. O autor mostra ainda que a lógica da ação coletiva não pode reduzir-se à lógica da ação individual.

Essa afirmativa se refere em particular a grupos menores, para os quais os custos e os riscos de assumir uma decisão coletiva tendem a ser menores e, por isso mesmo, mais facilmente aceitáveis. Em se tratando de comunidades seculares como as de Juruti Velho, percebeu-se uma coesão nas decisões tomadas, atestada no sentimento de pertença, sendo o grau de parentesco o fator que contribuiu para concretizar os interesses comuns. Ainda para Olson (1998), quando se trata de grandes grupos, dificilmente haverá cooperação dos indivíduos para alcançar um

interesse comum, a não ser diante de algum tipo de coerção ou incentivo seletivo (*selective incentives*). Em grupos grandes, os indivíduos não agirão para promover interesses comuns.

Quando se trata de desenvolvimento local, as conquistas de benefícios coletivos como o direito aos serviços públicos de educação, saúde, o acesso à informação, são capazes de animar o tecido social de uma dada localidade, a partir da parceria criada com um agente de fora, como a mineradora, por exemplo, estimulando o aparecimento de redes de cooperação ativas.

Como já foi mencionado, Silva (2014) demonstrou em sua pesquisa o nível de confiança que a comunidade deposita nas instituições com as quais mantêm algum tipo de contato. Os órgãos governamentais, quer na esfera municipal, estadual ou federal e a Alcoa ficaram em penúltimo e último lugar, respectivamente, no *ranking* de confiança que a amostra de população entrevistada lhes creditou.

A pesquisa foi realizada durante 2011 e 2012, indicando o baixo nível de confiança dos moradores na Alcoa - 3% -, menor até que os percentuais alcançados pelas administrações públicas. A relação da empresa com a comunidade Juruti Velho no período da consulta ainda era recente, e pode-se dizer que, atualmente, melhorou por ter ficado mais próxima, o que, por sua vez, reflete a credibilidade que a comunidade passou a depositar na empresa, assim como o sentimento de confiança nas autoridades, que saltou de 6% para 20% (SILVA, 2014). Ao que tudo indica, a confiança e reciprocidade geradas pela parceria, possibilitou se chegar a resultados mais positivos, o que, no caso da Alcoa, se deve ao cumprimento dos acordos previstos no tripé.

A Alcoa não encontrou na cidade nenhum opositor de peso, havendo consenso sobre os benefícios auferidos pelo município com a parceria criada com a empresa. A mineradora encontrou inicialmente um território propício, que facilitava seu acesso na região: baixa densidade demográfica, falta de recursos tecnológicos, carência de serviços em geral, etc. sem falar no enorme vazio deixado pelo Estado e nas deficiências de atendimento público na região. Diante da perspectiva de desenvolvimento territorial, a empresa encontrou um “capital social produtivo, já que ele torna possível que se alcancem objetivos que não seriam atingidos na sua ausência” (ABRAMOVAY, 2002, p. 346).

Quando, através da Alcoa, são viabilizados pequenos projetos de apoio às iniciativas locais comunitárias, como o de criadouros de tracajás, de plantio de

sementes de hortaliças, assim como a realização de cursos profissionalizantes, cria-se oportunidades que de outra forma teriam sido impossíveis para os moradores desse interior. Dessa forma, as relações de confiança beneficiam ambas as partes, podendo ser consideradas como um ativo social capaz de propiciar a geração de renda. São parcerias plausíveis entre as organizações locais e uma agência externa, possibilitando a efetivação do tripé de sustentabilidade da empresa.

A empresa, desde a sua chegada na região, procurou unir esforços para minimizar os impactos socioambientais causados pela atividade exploratória (LOPES, 2012), tentando levar adiante o pacto firmado com a comunidade para promover o desenvolvimento sustentável do território, propondo-se ao desafio de sustentar as transformações benéficas a partir da sua inserção no local. No entanto, enfatiza-se que a relação com as comunidades é regida por critérios econômicos e mercantis, pelo interesse inerente à atividade capital de obter sempre mais lucro, por razões financeiras, e não propriamente pela preocupação com o ambiente, com a sociedade, por solidariedade, democracia, ou pelo desejo de ver a comunidades participando, ou quaisquer outros motivos e valores.

A conclusão é, portanto, sempre no mesmo sentido unilateral – a atividade e o esforço empresarial se recompensam pela geração e obtenção do lucro.

Assim sendo, em 2017, o Relatório da Alcoa já demonstrava resultados alcançados com a extração de recursos minerais e suas respectivas cifras financeiras:

Figura 19 - Resultado da produção Alcoa Brasil



Fonte: ALCOA/Relatório 2017, p. 4.

A empresa vê no lucro a sua principal natureza, um fim em si mesmo, sendo este o mandamento preconizado no universo do mercado capitalista liberal e globalizado, modelo este que predomina no Estado brasileiro.

A continuar a exploração de base seca de bauxita, na casa dos 8.6 milhões de toneladas/ano que foram registradas em 2017, certamente a permanência da mineradora no local será de curto prazo, visto que, inicialmente, a previsão era de 12 anos, com escala de produção projetada para 70 anos de atividade. O investimento em gestão e tecnologias tem por finalidade aumentar a produção e maximizar o lucro no menor prazo possível, enquanto for viável a exploração e enquanto o recurso estiver disponível.

Aparentemente, a Alcoa opera dentro dos critérios da lei de segurança, e as exigências legais estabelecidas por contrato estariam sendo supostamente cumpridas, em boa medida autorreguladas, embora não sejam percebidos sinais de fiscalização adequada por parte das instituições responsáveis, sejam elas ambientais, trabalhistas ou sanitárias, dada a carência notória de recursos humanos e técnicos nestes setores.

Lembra-se que em 2005, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) realizado pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Construtores (CNEC), evidenciou os impactos ambientais da exploração das reservas de minério de Juruti. Segundo o relatório, “a área de implantação deste empreendimento minerário compreende formações vegetais em diferentes níveis de conservação e complexidade” (CNEC, 2005, p.17 apud SILVA, 2014, p. 169).

Parte do platô onde ocorreu a exploração seletiva de madeiras com fins de comercialização sofreu muitas modificações devido a outras atividades antrópicas decorrentes da primeira, como a colocação de fogo e a própria exploração seletiva de madeiras para a comercialização florestal. A seleção provocou desmatamento, produziu pressões sobre os ecossistemas, afetando sobretudo espécies protegidas pela legitimação ambiental.

Portela (2017) identificou uma complexidade de perdas e danos materiais e imateriais, ambientais, econômicos, sociais e culturais impostos às comunidades tradicionais com riscos diversos sobre o tecido social e o modo de vida dessas populações, que afetam a sua produção, sua renda e sua cultura, indicando estar em curso um processo que aponta para a consumação de uma questão social. O autor enfatiza que mesmo que no entorno do PAE exista um conjunto de atores com

potencialidades econômicas, sociais, culturais e políticas, sejam eles públicos ou empresariais, mobilizados para o cumprimento das condicionantes de desenvolvimento do território, alguns processos já estariam em curso, provocados pelo desmatamento dessas áreas, gerando o desequilíbrio nas populações vegetais e animais, determinando que o ecossistema jamais seja o mesmo.

Mesmo com o êxito alcançado pela Alcoa em Juruti verifica-se a fragmentação dos movimentos de luta próprios da comunidade. Registra-se que as comunidades dão continuidade às ações de denúncia, mobilização e fiscalização locais. A Acorjuve assumindo todas as preocupações em administrar os ‘centavos” repassados pela empresa continua sendo resistência aos projetos da Alcoa.

5 PROJETO JURUTI VELHO: “em prol do bem comum”

Esta seção apresenta as atividades que foram desenvolvidas durante o primeiro período de gestão da Acorjuve junto às comunidades do PAE Juruti Velho. As atividades de gestão da associação até os dias atuais passam pelas dificuldades inerentes ao processo popular do ‘saber governar’. A Acorjuve segue o regulamento do Plano de Utilização (PU), instrumento recomendado para utilização e gestão de áreas historicamente ocupadas incluindo o planejamento e a normalização de ações que ocorrem naquele espaço, prevendo as modalidades de apropriação e utilização dos recursos naturais. (INCRA 1996). No caso do Juruti Velho, a gestão dos *royalties* por um período de dez anos se realizou sem a intermediação do governo local e do próprio Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A comunidade, por meio de toda a estrutura organizativa disponibilizada pelo projeto, tenta concretizar os ‘sonhos conquistados’, valendo-se do costume local - o puxirum - para desenvolver as suas atividades.

5.1 JURUTI VELHO: em busca de um território sustentável

A Associação das Comunidades de Região de Juruti Velho (ACORJUVE), desde a sua fundação, em 21 de março de 2004, desenvolve as atividades a que se propôs ‘ser a voz coletiva das comunidades de Juruti Velho’. (Adel Silva de Sousa, 2016).³³

Após três décadas de existência, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) reconheceu a importância de regularizar a situação de centenas de famílias originárias de povos tradicionais que ocupavam por quase 200 anos as comunidades do lago Grande Juruti Velho. O lago Grande do ponto de vista dos ambientes naturais e da sua conservação [...] é privilegiado, pois há dois grandes ambientes: várzea e terra firme”. (LOPES, 2012, p. 97).

O Projeto Agroextrativista Juruti Velho está localizado em ambiente de terra firme. Habitualmente, em seu circuito territorial, articulam-se internamente com uma série de outras comunidades que habitam as várzeas do rio Amazonas, os ramais e as estradas da sede do município Juruti. Externamente interagem também com outras cidades do estado do Amazonas, tais como Parintins e a capital, Manaus.

³³ Secretário de Pesca da Acorjuve. Gestão 2010 – 2014 e 2015 a 2018. Representante da Comunidade Santo Antônio da Inglácias.

A modalidade PAE, como já mencionado anteriormente, veio substituir outra categoria já existente, a de assentamentos extrativistas. Com a criação do PAE, a associação dos moradores passa a ter o *status* oficial de legítima representante dos moradores assentados pelo Incra, que, em geral, é o órgão que intermedia as demandas dos assentamentos junto à autarquia. “Esta nova política agrária toma corpo na Amazônia, e inaugura um espaço político de negociações dessas comunidades com o poder público e demais atores sociais” (COSTA, 2016, p. 4). Dessa forma, abre-se espaço para a participação da população extrativista do interior amazônico, pois o modelo de assentamento pressupõe a gestão participativa baseada no estatuto da categoria e no Plano de Uso (PU) do território.

O Plano de Uso é considerado pelo Incra um guia que regulamenta o uso das áreas historicamente ocupadas por populações tradicionais extrativistas, que possuem formas originais de apropriação e utilização dos recursos naturais, herdadas de grupos ancestrais que habitaram a região. Seria então um instrumento chave para a gestão do território do PAE, a ser implementada pela associação e pelo conselho deliberativo com a intermediação do INCRA, quando necessário. (INCRA, 1996).

Com a criação do PAE Juruti, a Acorjuve passa a ser legítima representante das famílias assentadas junto ao Incra em situações de demandas e litígio do território.

A Acorjuve passou por um longo e tenso processo de negociação reivindicando a garantia de seus territórios ancestrais. Em particular, esse processo é fruto do trabalho de organização das Pastorais Sociais e das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs, vinculadas à Prelazia de Óbidos. As atividades extrativistas desses povos foram sempre consideradas pelo olhar de fora, em particular por expoentes das concepções de desenvolvimento convencional entendido como um progresso linear, absorvidas e adotadas por governantes e grandes empresas, e, portanto, sendo vistas como ‘atrasadas’, ‘subdesenvolvidas’, chamadas de ‘coisa de índio’ e de ‘periférica’; ou seja, o modo de produção local vem sendo, desde os anos de 1960, rotulado pela concepção de desenvolvimento e de progresso preconizados pela sociedade urbana e pelo grande capital, expresso como “única proposta unificadora e universal da ideia de desenvolvimento convencional, entendido como progresso linear e expresso em termos de crescimento econômico”. (ACOSTA, 2016, p. 59). As únicas saídas possíveis, vistas como urgentes e necessárias para Juruti seriam, desta perspectiva, o desenvolvimento e o progresso.

Os depoimentos apresentados em várias pesquisas já realizadas e na presente pesquisa identificam as expectativas de realizar seus sonhos, concordando em anunciá-los - a terra intitulada, a casa própria e a 'vida melhorada', como expressou Claudionor Pereira, conhecido pelo apelido de Beirão. (Entrevista concedida à autora, fev. 2018). Carlos Matos revela que, "de fato a nossa comunidade era muito carente, contava-se os moradores das comunidades que tinham rabetas, a maioria de famílias se deslocavam para outras localidades de canoa a remo. (Entrevista concedida à autora, 06 fev. 2018). Morador da comunidade Surval, relembra que

[...] a minha mãe, por falta de atendimento médico na comunidade, morreu. Temos vários casos de morte por falta de socorro, as mulheres que tinham o parto complicado não sobreviviam devido à distância, até mesmo para a Vila Muirapinima, e muito mais ainda para chegar a Juruti Novo". (Idem, 2018).

Para tornar possível a realização de seus sonhos, as comunidades de Juruti Velho buscaram apoio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e das pastorais ligadas à Igreja católica, se organizando e criando uma associação para as representar - e a seus sonhos -, para lutar e resistir contra a invasão da mineradora. Para tanto, a ação das missionárias de Maristellas foi fundamental.

O projeto de sustentabilidade da Acorjuve recebeu forte influência do trabalho missionário das Irmãs que assistem o povoado de Juruti desde os anos de 1970, as quais até hoje têm grande influência local. Percebe-se no conjunto das ações realizadas pela Acorjuve, em prol da sustentabilidade do PAE Juruti Velho, as concepções inerentes à Teologia da Libertação, os rituais próprios de leitura popular da Bíblia e os fundamentos da educação popular freireana, todos estes princípios simpáticos à congregação das missionárias de Maristellas.

Partindo dessas concepções, inúmeras atividades foram idealizadas e implementadas para viabilizar a criação de uma associação local capaz de articular as ações de acesso a créditos, sejam públicos ou de outras organizações que pudessem garantir: material para construção de casas de alvenarias, criação de quelônios, etc.; os projetos relacionados à sustentabilidade, meio ambiente, vinculados ao estatuto das Obras Sociais das Irmãs Maristellas, ou a diocese de Óbidos, e portanto, com recursos administrados por elas. A criação da associação legalizada juridicamente tornou possível arcar com os projetos sociais em Juruti Velho.

A Acorjuve é considerada uma associação forte, articulada, que carrega a marca da tradicionalidade e das concepções ideológicas que alimentam o costume de

trabalho coletivo local. Não há como deixar de mencionar a vinculação da pesquisa ao trabalho de mais de quarenta anos das missionárias católicas na região de Juruti.

A religiosa mais antiga na região é a Irmã Brunhildes Henneberger. Natural da Alemanha, com 76 anos de idade, estudou Filosofia e Pedagogia. Chegou em 1960 em Juruti, juntamente com outras quatro freiras da Congregação Maristella, sediada em Augsburg, Alemanha, para a missão no interior da Amazônia. Fundou todos os Casulos em Juruti, conseguindo o apoio da Fundação Caritas Alemã para a construção de casas populares e centros comunitários para a população rural, além de fundos para a reforma das igrejas e capelas da região. Dedicou boa parte da sua missão em Juruti a dar apoio aos moradores para a criação de sindicatos, às candidaturas do Partido dos Trabalhadores e ao pleito municipal. Foi convidada para concorrer ao cargo majoritário pela prefeitura de Juruti em várias eleições, fazendo opção por total apoio a Henrique Costa (PT), que ganhou a eleição e assumiu o pleito 2000 - 2004/ 2015, com o apoio das missionárias. Segundo declara Gleice Sousa (2016), quando os madeireiros derrubaram a floresta e levam nossos recursos “ela parava a missa e íamos atrás da nossa madeira”.

A Irmã Maria de Fátima de Sousa Paiva, 62 anos de idade, nasceu em Tavares, sertão da Paraíba. Celebrou em 2013, trinta anos de vida religiosa. Estudou Filosofia e Direito. Morou dez anos em Óbidos e dez anos na Vila Muirapinima. Atualmente mora em Santarém, coordenando a Missão Tiryíó. Nos dez anos em que viveu na Vila Muirapinima, lecionou no Curso Técnico de Direito, formando aproximadamente três mil agentes para atuar na área jurídica. O curso tem como principal objetivo “[...] abrir os olhos dos paroquianos para as questões relacionadas aos seus direitos, garantidos na Constituição, e outras leis, que acabam excluindo os mais humildes”, e segundo a Irmã, também prepara as comunidades para elaborarem registros, escrever relatórios, passar recibos, redigir atas e outros expedientes burocráticos e formais.

A fala da missionária reflete o despojamento e o conhecimento das dificuldades dos missionários na Amazônia. Assim ela relata,

Como Franciscana de Maristella, vivo e convivo com o despojamento missionário das distâncias geográficas na Amazônia, o que dificulta o deslocamento entre os municípios e nas comunidades ribeirinhas [...] são as péssimas condições das estradas. Essas distâncias geográficas nos levam constantemente ao despojamento do tempo devido à falta de opção de transportes em alguns lugares da região. [...] aqui ficamos constantemente sem sinal telefônico, sem internet. Vivenciamos muitas vezes a experiência do isolamento, que é outra

forma de vivência franciscana. [...] o dia a dia traz outro significado das palavras e pelo despojamento, pobreza, simplicidade, desapego...[...] ser missionária na Amazônia é importante pela riqueza que ela é para cada pessoa e para o Planeta, a diversidade cultural dos povos que aqui vivem, pela biodiversidade e pelo jeito de se viver a missionariedade. [...] A igreja na Amazônia é pobre e, assim sendo, a missionária ou o missionário sentem-se motivados a fazer a experiência da pobreza na maneira de ser, vestir, falar e no uso de bens materiais. As pessoas vivem com o mínimo possível e, por isso, ser pobre é estar no meio deles e não se sentir mais do que eles, mas uma/um com eles. Viver a simplicidade na missão é fundamental. A vida em primeiro lugar. Deus continua dizendo: 'Eu vi o clamor de meu povo...'. Viver a simplicidade não me custa, pois convivo com pessoas simples, despojadas e desapegadas de bens materiais, o que me ajuda a crescer nessa dimensão cristã. Ser pobre, simples, desapegada só me faz bem, por que não existe coisa pior do que sentir constrangimento diante das pessoas com as quais relacionamos. Fico feliz quando posso compartilhar com eles o pouco que tenho comigo. (Irmã Maria de Fátima de Sousa Paiva, entrevista cedida à Revista Convergência, 2014, p. 73).³⁴

O curso de Direito coordenado pelas Irmãs formou agentes de pastorais que futuramente assumiriam a liderança de sindicatos, partidos progressistas e secretarias municipais. Muitos, atualmente estão na direção da Acorjuve. Mas não foi somente com a capacitação na área do Direito que as irmãs contribuíram. Apoiaram também a mobilização popular para a criação da associação das comunidades. A atitude e os códigos de comportamento dos representantes da Acorjuve, assim como das lideranças locais, deixa transparecer o estilo íntegro das missionárias, que primam pelo espírito participativo e democrático – e pela opção pelos mais necessitados.

A Acorjuve implementa suas atividades seguindo o padrão de atuação da Igreja e dos movimentos sociais, aprendizado adquirido por meio da convivência e que se faz presente em todas as comunidades, incentivando a juventude, prestando assistência jurídica aos moradores, atendendo às demandas comunitárias. A Acorjuve no atual contexto atende a todo o tipo de demanda do PAE Juruti Velho.

As ações da associação são mantidas através da formação sociopolítica continuada de lideranças, aliadas à assistência jurídica oferecida aos moradores de modo a atender as reivindicações da comunidade com base em três eixos principais: *a tradicionalidade, a identidade e articulação política*.

Dessa forma, a “identidade” dos moradores de Juruti Velho, estão associadas não somente à origem comum ligada às etnias Munduruku e Muirapinima, mas ao

³⁴ Ver Revista Convergência. “O despojamento como elemento essencial da missão”. Brasília, Editora CRB, 2014, ano XLIX, Nº 468, janeiro/fevereiro, 2014.

modo de vida dessas comunidades e à cultura, que ainda persistem, e à capacidade de adaptação e resistência desses povos, sobrevivendo aos diferentes ciclos de desenvolvimento que alcançaram aquela região distante e a modificaram, sendo os principais, o ciclo da juta – da malva, da madeira e, recentemente, da extração de bauxita. Tais elementos se configuraram de forma particular no contextos ali encontrados, da interação de remanescentes indígenas com diversas frentes - a Igreja católica aos quais se aliam –, e as grandes empresas representadas pelas mineradoras, além de outras, vindas de fora por razões diferenciadas; no caso específico da Alcoa, ora focado, para exploração mineral daquele território, o que de certa forma acaba por ameaçar a organização social, potencializando sua resposta, dada pelo grau de parentesco e pelo território que os ajuda a manter uma unidade e a identidade, dando continuidade ao seu modo de vida tradicional e resistindo diante dos conflitos.

Imagem 20 - Índios Muduruku



Fonte: Acervo Acorjuve.³⁵

A “tradicionalidade” é um aspecto distintivo que define a “[...] população nativa, que sempre viveu e vive da agricultura familiar, com base quase que exclusiva na pesca, plantação de mandioca e extração de produtos florestais” (SILVA, 2014, p. 166). Dessa forma, os moradores de Juriti são reconhecidos por sua ancestralidade, por manterem vínculos naturais com povos autóctones da região, que conservam o modo de vida tradicional e atividades de subsistência, embora isso não os impeça de, ao longo do tempo, adotar ideias da teologia da libertação transmitidas por outros

³⁵ Foto encontrada pelo INCRA em 2007 durante estudo antropológico sobre a ancestralidade em Juruti Velho.

atores com os quais convivem. Pode-se dizer que Juruti Velho lutou pelo seu autoreconhecimento.

A “*identidade*” é outro aspecto de distinção dos povos tradicionais, que denota a relação permeada de afetividade, confiança e reconhecimento dos iguais, fruto do sentimento de pertencimento a determinado território e ao parentesco comum. Na identidade percebe-se continuidades sociais, culturais e místicas. O puxirum é uma prática social típica desses povos, essencial para a concretização do processo integrado em Juruti Velho, onde os laços de parentesco exercem o papel integrador. “Essa territorialidade apresenta a continuidade histórico-cultural, simbólica, econômica, política, cultural e ambiental, patrimônio de cada lugar.” (SAQUET, 2007 p.148). Constituem heranças da territorialização que marcam o grupo social ao qual pertence uma dada comunidade. Mesmo com os processos de transformação vividos em Juruti, é possível perceber a persistência de elementos comuns ao modo de vida local, priorizando a organização grupal de base coletiva. As comunidades de várzeas estão estritamente ligadas à natureza, ao meio ambiente, elementos esses essenciais para a construção do projeto de desenvolvimento territorial sustentável enfaticamente defendido pela Acorjuve.

O aspecto da “articulação política”, aponta para uma conjuntura política favorável de reconhecimento dos direitos dos trabalhadores rurais ao acesso à terra. Movimentos sociais, sindicatos, partidos progressistas, MPE e MPF, assim como igrejas de outras filiações foram acionados para fortalecer a organização em Juruti.

O “saber local” é outra referência importante, que marca as formas concretas de apropriação e uso de recursos naturais locais por estes povos, contemplado pela Convenção 168, em seu art. 1º (2), de 1988 (p. 18): “a autoidentificação como indígena ou tribal deve ser considerada um critério fundamental para a definição dos grupos aos quais se aplicam as disposições da presente Convenção.” Todos esses critérios são objeto de reflexão pelas comunidades de Juruti Velho, ao evocarem a ancestralidade Munduruku.

Quadro 4 – Depoimentos sobre Juruti Velho

DEPOIMENTOS	IDENTIFICAÇÃO
<p>Nossa região é mítica – um povo guerreiro como os nossos ancestrais ‘mudurukus’ tal como as mulheres amazonas que lutaram contra os europeus.</p>	<p>Raimunda Soares Agricultora</p>
<p>Sou agricultor, nunca escondi isso, nunca fugi da origem, trabalhei na juta, tanto faz na juta branca como na juta malva. Já fui pescador artesanal, fabricando o caniço, a flecha, tarrafa, malhadeira, arpão.</p> <p>Aqui tudo nós temos, se você quiser fazer um ‘paneiro’ você pega no mato a tala... mas eu acredito se você quiser ter um pouco de fartura tem que ter uma roça de qualquer coisa, seja de milho, seja de feijão, tucumã, uxi de várias qualidades.</p> <p>Foi a paróquia que nos incentivou a participar dos cursos de formação, curso de direitos humanos.</p> <p>Em 1980 o Incra passou por aqui e a gente tinha um documento</p>	<p>Raimundo Oliveira Agricultor e pescador</p>
<p>Eu trabalhava em roça na várzea, plantava melancia, jerimum pra criar os filhos.</p>	<p>Maria Queiroz Agricultora</p>
<p>Eu sou feliz quando eu vou pescar, essa é minha felicidade.</p>	<p>Carlos Magalhães Pescador agricultor</p>
<p>Muitas pessoas tiravam o comer da mata, iam pescar. Aqui era a união que existia, reunião de trabalho... o puxirum, fazia a farinha, a bebida da pajiroba. Fazia tudo junto, almoçava junto, era uma beleza.</p>	<p>Raimunda Soares Agricultora</p>
<p>Nós nunca vivemos na miséria, nunca passamos fome, porque nós sempre tivemos o recurso da natureza. O que faltava chegar para nós era os direitos fundamentais garantidos constitucionalmente.</p> <p>Era uma questão de sobrevivência do nosso povo da região, se não fosse a nossa forma de organização, não teria como combater com uma grande empresa e nem tampouco requerer o direito da terra.</p>	<p>Gleice Sousa Professora – Socióloga</p>
<p>Tudo nós fazíamos juntos as nossas ideias, tudo junto. Nós até dávamos algumas ideias, mas era tudo com o povo.</p> <p>Antigamente a gente saia cedo, de manhã, 6h todo mundo junto, era tão bonito.... Agora não, muitos não fazem mais roça.</p>	<p>Irmã Brunhildes Henneberger Religiosa - Maristellas</p>
<p>Nós combatíamos a grilagem pela terra, os madeireiros aqui dentro. Nos barramos uma jangada de 124 toras de amapá.</p>	<p>Gerdeonor Pereira Agricultor</p>

Continua

Quadro 4 (Continuação)

DEPOIMENTOS	IDENTIFICAÇÃO
Isso me mostrou como aqui tinha uma força, eles já sabiam o que queriam da floresta, o que queriam para as suas famílias.	Lilian Promotora – Santarém
A nossa luta tem mais de 30 anos, desde o governo militar, tudo que a gente reivindicava, todo o documento que a gente mandava era engavetado. Quando a gente foi em Óbidos, lá nos anos 80, atrás de crédito, no Banpará, lá que gente foi saber que nós éramos invasores de terras, a terra não era nossa! Em 2004, com a associação, nós fomos buscar os nossos direitos. Em 2007, nós recebemos muitos implementos rurais agrícolas, rabetas, forno enxada, terçados, botas chegava no motor, cheio de mercadoria. Fruto da nossa associação.	Claudionor Pereira (Beirão) Extrativista e pescador
O movimento Juruti Velho antecedeu qualquer intervenção estatal, eles já sabiam o que queriam e o que não queriam antes de uma intervenção.	Lucio Flavio Pinto Jornalista
A comunidade já tinha uma associação que os representava, Acorjuve.	Marcelo Rangel – Advogado da Alcoa
Uma comunidade muito consciente de sua tradicionalidade, e ciente dessa tradição, uma população que sabia o valor da tradição diante desse mundo de pós-modernidade.	Romero Ximenes Antropólogo
Em 1980 o Incra passou por aqui e a gente tinha um documento.	Raimundo Agricultor e pescador
A Amazônia é um misto integrado indissolúvel de terra, água, floresta e outros recursos minerais, portanto, você não pode individualizar uma parte da água, uma parte da floresta [...], você precisa ver isso de forma integrada. Em 1981 o Incra fez uma arrecadação, registrou essa área no cartório no nome da União, mas sempre reconhecendo que existia uma população tradicional aqui.	Dilton Tapajós Advogado
O registro foi feito para que a população tivesse acesso a créditos, ao que a Reforma Agrária trazia.	Lilian Braga Promotora Santarém
A associação fez uma briga por causa desse lote, aí vencemos, graças a Deus.	Nilson Moraes Agricultor

Fonte: Elaborado pela autora, baseado em vídeo do Incra, 2010. ³⁶

³⁶ Incra. Comunidade paraense mantém cultura e tradição mesmo com a chegada de mineradora à região. Documentação 01.07.12. Vídeo de divulgação **TV Brasil**/Gov. Disponível em: <https://www.youtube.com/results?search_query=juruti+velho> Acesso em: 8 jan. 2016.

Em 2005, a Acorjuve alcança parcialmente o seu objetivo, com a decretação do Projeto de Assentamento Agroextrativista Juruti Velho. No transcorrer de sua trajetória e após diversos enfrentamentos, a associação é reconhecida como a principal força opositora aos interesses da Alcoa. Tornou-se referência mundial em meio a processos de enfrentamento à maior produtora de alumínio do mundo. Atualmente, a Acorjuve é representada por 53 comunidades, com aproximadamente 3.800 sócios. (ACORJUVE, 2018).

No primeiro mandato foi difícil manter uma infraestrutura mínima, mas por meio dos esforços da associação, em 2006 e 2007, as comunidades receberam o 1º crédito para fazer a troca das canoas a remo por 800 rabetas, o que veio a facilitar o deslocamento e a articulação dos participantes.³⁷ Mas o primeiro problema é vivenciado por ocasião da apreensão de duas balsas carregadas de madeira apreendida pelas comunidades, quando a associação, pressionada pelos madeireiros negocia a liberação das embarcações com as cargas, permitindo sua saída do território. (Irmã Fátima Paiva, 13 fev. 2018).

Em 2009, mais um objetivo é alcançado, com a gestão de 1,5% dos *royalties* repassados pela empresa para administrar o PAE Juruti Velho. De forma que a Acorjuve inicia uma nova etapa do processo de independência, reconhecimento e de autogestão do território, pelo qual tanto se debateram, juntamente com agentes católicos e lideranças locais que atuam há séculos na região. Ao alcançar este propósito, o de “tocar na economia de uma grande empresa”, a associação chega ao ápice da luta empreendida pelos povos da Amazônia até verem seus direitos e sua autonomia respeitados, depois do longo processo de dominação colonial e escravagista pelo qual passaram, sofrendo ameaças ao seu patrimônio material e imaterial.

Lopes (2012) e Silva (2014) concordam quanto à organização característica dessas comunidades, influenciando o processo de conquista de direitos sociais e políticos em Juruti Velho, que as diferencia quanto aos aspectos identitários e territoriais, e à consciência e conhecimento do que denominam por ‘nossos direitos’, facilitando o ‘poder de barganha’ nas negociações. Silva (2014) compreende que por

³⁷Pequenas embarcações ribeirinhas, feitas de um casco de madeira e um motor de popa que sustenta o eixo de transmissão, com uma pequena hélice instalada na extremidade. Esse tipo de embarcação constitui o principal meio de transporte fluvial na região, indispensável à sobrevivência dos moradores das margens dos rios, lagos, igarapés, sendo o principal meio de integração social, econômica e ambiental das comunidades.

meio da Acorjuve as comunidades do PAE Juruti Velho conseguissem alcançar suas principais demandas, sendo elas:

[...] reivindicações como: reconhecimento de sua tradicionalidade, a ACORJUVE como organização jurídica responsável em negociar os interesses das comunidades, a participação e gestão de 1,5% dos royalties pela própria comunidade, através de sua organização jurídica, titulação coletiva do PAE Juruti Velho. Tal conquista, em nossa compreensão, ganha status de inéditas (sic) em território amazônicos, marcado desde 1950 pela implantação de grandes projetos de mercantilização dos recursos naturais, com caráter autoritário com grandes impactos no meio ambiente e usurpação dos territórios de comunidades autóctones, sem o mínimo de respeito as práticas coletivas e ancestrais, como também, nenhuma garantia econômica e indenizatória. (SILVA, 2014, p. 167).

O PAE, liderado pela Acorjuve passa a dar continuidade ao que costumeiramente se fazia há anos: contestação, concertação junto a momentos de aplicação e efetivação de suas conquistas.

A associação, internamente, segue as orientações preconizadas na vida em comunidade

[...] que se organizava em coordenações e secretarias de comunidade. Na comunidade, as reuniões aconteciam na própria casa dos coordenadores ou de quem se dispusesse receber a reunião. Residências, barracos tinham inúmeras utilidades; os cultos da palavra, a catequese, os festejos de santos, e os ritos sacramentais aconteciam no período da desobriga do padre. Um dia para todos os ritos, com almoço no final. [...] Em todas as comunidades havia um coordenador social que organizava as festas para 'angariar' fundos para a comunidade, com bingos, rifas, etc., cujos prêmios eram doados pelas próprias famílias da comunidade, e era composto de: alqueires de farinha, cacho de banana, lata de castanha, cesto de macaxeira, entre outros. Nenhuma festa podia ter bebidas alcoólicas [...] O lucro da festa servia para ajudar na construção do barracão da Igreja ou de casas de comunidades que fosse preciso". (Irmã Fátima Paiva, 13 fev., 2018).

Para a professora e socióloga Gleice Souza, gerenciar 1,5% dos *royalties* é um grande desafio a ser vencido pela Acorjuve, precisando esta manter a mesma postura já assumida anteriormente ao representar os moradores nas grandes assembleias, respeitando o trabalho em grupo, interagindo com as assessorias especializadas até se chegar a um acordo comum. Os 50% voltados aos indivíduos cai diretamente na conta de cada associado que o saca através do Cartão - Acorjuve. Porém, este valor só é repassado de três em três meses e tem variado entre R\$ 300, 00 (trezentos reais) a R\$ 400,00 (quatrocentos reais).

A destinação do recurso coletivo fica a cargo do Conselho da Acorjuve, formado por representantes eleitos por todas as 53 comunidades integrantes. Neste sentido, entende-se não há intermediação da prefeitura, da Alcoa ou de qualquer outra instituição nesse processo. O controle do recurso é feito diretamente pelas famílias, respeitando-se o critério de parentesco.

Quadro 5 - Acordo e destinação de royalties da Acorjuve

DESTINAÇÃO	ACORDO
Famílias - 50% (dividido por núcleo)	Não pode ser gasto com álcool e em festas
Acorjuve - 50% (uso coletivo)	Para gastos com consumo: energia elétrica e água, e apoio aos projetos sociais e Infraestrutura

Fonte: Bando de dados, 2015 - 2018.
Organizado pela autora, 2018.

Além disso, parte dos recursos ainda deve ser destinada a gastos com a assistência social prestada aos moradores e comunidades, emergências, transporte, etc.

Um sistema de atendimento a solicitações realizadas individual e pessoalmente pelos moradores aos diretores da Acorjuve, especialmente ao seu presidente. Tais solicitações contemplam diferentes finalidades, tais como: compra de medicamentos, transporte de doentes; suporte financeiro a pessoas em tratamentos de saúde fora da cidade; compra de caixões e transporte de corpos de pessoas falecidas fora da comunidade (os corpos são trazidos para o sepultamento por seus familiares); aquisição de combustível para longos deslocamentos; apoio à resolução de conflitos diversos entre moradores; aquisição de equipamentos e insumos, entre outras.[...] (DEMEDA, et al., 2018, p. 10, grifo do autor).

As demandas individuais, ou seja, aquelas que não passam pelas discussões comunitárias ou pelas instâncias de participação coletiva, direcionadas ao presidente da Acorjuve, sem a mediação do conselho administrativo e das assembleias dependem da negociação entre os atores, havendo necessidade de negociar. Há uma clara função de poder como parte integrada e reconhecida pela ação organizada, segundo Crozier e Friedberg (1985, p.171), que identificam “[...] o poder relacional de relação mútua, mas não equilibrada que, no entanto, pode existir apenas se houver algo para trocar, sendo assim um processo de negociação. Entendem o poder como fundamento da ação organizada”.

Análises feitas por Crozier e Friedberg (1985) indicam a existência de um sistema de organização concreto, ou seja, de uma estrutura política que articula e une as ações da Acorjuve, assim como a de seus participantes, por meio dos mesmos mecanismos que mantêm a comunidade organizada e coesa. As ações da Acorjuve refletem o sistema de interação já praticado naturalmente entre os participantes da entidade, e que resulta da tradição de uma ação organizada que permeia as próprias relações de poder e os processos de troca internos que operam nas comunidades, ditados pelas redes de parentesco e compadrio, e que acabam por influenciar as características e o funcionamento da própria associação.

De acordo com os relatórios emitidos pela Alcoa, as contribuições financeiras repassadas ao município de Juruti e à Acorjuve no período de 2006 a 2016 apontam para os valores que seguem abaixo.

Tabela 10 - Demonstrativo de royalties repassados à prefeitura e à Acorjuve

PREFEITURA DE JURUTI			ACORJUVE
IMPOSTOS	2006 a 2012	2013 a maio /2016	-
	R\$ 138,5 milhões	R\$ 32,2 milhões	
ROYALTIES *	2009 – 2012	2013 a maio/2016	2009 a maio/2016
	R\$ 22,6 milhões	R\$ 26,3 milhões	R\$ 37.648,592

Fonte: Informativo Viver Juruti, 2016, p. 4.

Legenda: * Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM)

No que diz respeito às realizações da Acorjuve no primeiro período de gestão, compreendendo o período de dezembro de 2009 a janeiro de 2013, a associação obedeceu ao cronograma e aos critérios do planejamento de acordo com o costume e a organização local. Foram realizadas as assembleias para prestação contas, avaliação e planejamento das futuras ações. A cada quatro anos de investimentos na região de Juruti Velho, atendem as demandas emergenciais aprovada coletivamente em assembleias ordinárias e extraordinárias.

O quadro na sequência mostra as ações desenvolvidas pelas comunidades com a verba repassada, com as respectivas justificativas e benefícios percebidos.

Quadro 6 - Aplicações da Acorjuve no PAE Juruti Velho (2009 - 2013) *

DEMANDAS EMERGENCIAIS	JUSTIFICATIVA
MICROSISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	Garantia de água nas torneiras das casas de muita gente, acabando com o sofrimento de famílias que tinham que carregar água em baldes e latas dos igarapés e rios até às suas casas. Além do sacrifício, as famílias ainda eram obrigadas a conviver com as doenças provenientes da má qualidade da água, prejudicando principalmente as crianças. Hoje a água é de qualidade e chega regularmente a muitas residências da região de Juruti Velho.
MICROSSISTEMAS DE ENERGIA ELÉTRICA	*A energia elétrica ainda não é fornecida 24 horas, mas os geradores doados pela Acorjuve abastecem as famílias boa parte do dia. Geladeiras, ventiladores, televisão, máquinas de lavar e muitos outros eletrodomésticos puderam ser adquiridos e são hoje utilizados pelos moradores. A água resfriada para matar sede, principalmente nos dias de calor, tornou-se uma realidade.
CASAS PRÓPRIAS (13)	A casa própria deixou de ser um sonho, tornando-se uma realidade para muitas famílias que hoje vivem em ambientes dignos e confortáveis. A Acorjuve repassou o material de construção e contratou a mão de obra para construção de 13 casas populares.
ESTRADAS E RAMAIS	Abertura e manutenção de estradas e ramais para atender a necessidade de deslocamento das comunidades de Juruti Velho. A iniciativa beneficia principalmente os pequenos produtores que precisam escoar seus produtos para a comercialização na cidade.

Fonte: Blog Acorjuve, 2016.

* Royalties repassados.

A Acorjuve não dispõe de uma planilha de despesas e gastos. A prestação de contas é feita através do registro visual da comunidade antes e no ato da inauguração do equipamento, sempre de forma comparativa. Por exemplo, quando uma localidade ainda não dispõe do sistema hidráulico, são feitos registros da situação antes e depois, o equipamento é inaugurado e a notícia é divulgada através de comunicados, nas celebrações comunitárias, como missas de domingos, por exemplo, em chamadas da Rádio Muirapinima e em postagens nas redes sociais, facebook e no blog Acorjuve. As comunidades tomam conhecimento das informações da associação por meio dos canais comunitários locais e via Rádio Muirapinima; ou seja, os resultados são tornados públicos através das mídias locais existentes.

Em manifesto no Blog da associação, o diretor administrativo comenta os resultados obtidos por meio dos investimentos do PAE, ressaltando a melhoria na

qualidade de vida e a dignidade proporcionada às mais de 05 mil famílias residentes na região de Juruti Velho. Gerdeonor fala do orgulho de viver na região, que por diversos problemas e pelo esquecimento do poder público, enfrentou anos sem abastecimento de água, energia, utilizando ramais e estradas em estado precário, quase intrafegáveis, além de outras necessidades, que são atualmente atendidas. Afirma que,

[...] a administração e participação do resultado da lavra repassados pela empresa exploradora de bauxita, a Alcoa, à Acorjuve tem proporcionado investimentos significativos, que garantem a permanência dos moradores nas comunidades do PAE. Em conjunto com os associados foi possível (a implementação de tais melhoramentos) [...] em curto prazo. (Gerdeonor Pereira, diretor administrativo da Acorjuve, Blog Acorjuve, 2013).

Os deferimentos para as comunidades são reconhecidos como propulsores de grandes melhorias

[...] melhorou muito a comunidade, primeiro com a gestão do prefeito Henrique Costa do PT, ele é filho da terra. Também as melhorias vieram quando se formou a Acorjuve. A associação conseguiu crédito para as famílias e todas [...] receberam rabetas, o que facilitou muito a vida. (Oracildo Almeida, professor, comunidade Uxituba, entrevista à autora, 2013).

As rabetas são pautas de reivindicação para todas as comunidades do PAE Juruti Velho,

[...] são as necessidades de coletivo tradicional com o moderno e comprovadamente sustentável [...] Não significa a busca de isolamento da sociedade moderna. O tradicional, presente no discurso das comunidades, está relacionado à vontade de dialogar com modernidade. (SILVA, 2014, p. 178).

Neste primeiro período, segundo Silva (2014), o Incra apoiou a comunidade na aquisição de 749 rabetas. Essa aquisição teve um efeito significativo para as famílias, uma vez que através dessas pequenas embarcações aceleram a comunicação e facilitam o deslocamento das comunidades, e conseqüentemente a sua integração no território e aos serviços do município. De algumas comunidades para a sede de Juruti ou até mesmo para a Vila Muirapinima um morador pode gastar dias remando em uma viagem de ida e volta, segundo comenta a professora e socióloga Gleice Sousa (2016) em depoimento cedido à pesquisa.

Por sua vez, a construção de casas populares continuou no mesmo ritmo da Caritas Alemã. Através do puxirum, a comunidade planeja as suas ações de acordo com os repasses da Acorjuve.

Imagem 21 – Investimentos da Acorjuve através dos *royalties*

Entrega das rabetas



Casa popular (1ª etapa)

Fonte Acervo Acorjuve, 2016.

Figura 22 - Comunidade com casas populares (2ª etapa)



Fonte: Tania Miranda, 2018.

Em Juruti Velho, dá-se continuidade às ações que envolvem a vigilância das atividades da Alcoa na região e outras demandas prometidas no processo de negociação com as comunidades. Assim, após oito longos anos de implementação da mineradora Alcoa em Juruti Velho, a Acorjuve conseguiu organizar a entidade e mobilizar as comunidades, criando o “Movimento Acorda Juruti”. Coletivo contestatório que fez da Acorjuve uma entidade forte e coesa, envolvendo entidades da sociedade local e pequenos empresários como a Associação Comercial e Empresarial de Juruti (ACERJ), o Movimento Juruti no Limite, o Movimento Juruti em Ação, o Sindicato dos Mototaxistas de Juruti, a Associação das Comunidades da Gleba Curumucuri

(ACOGLEC), a Associação das Comunidades do Planalto Mamuru e a própria Acorjuve.

O Movimento Acorda Juruti, por exemplo, em 29 de maio de 2013 mobilizou a comunidade para participar de Audiência Pública, convocando a direção da Alcoa e o prefeito de Juruti, com objetivo de cobrar o andamento dos seguintes compromissos:

- Geração de 5.800 vagas de empregos para Juruti, meta acordada com a mineradora em 2005;
- Aproveitamento científico da vegetação, com esclarecimento da comunidade;
- Criação e manutenção de unidade de conservação;
- Apoio e implementação do Plano diretor de Juruti com estrutura necessária;
- Realocação da população remanejada, em especial os moradores que vivem em áreas por onde passa a ferrovia da mina, e que coloca em risco a vida de muitas pessoas, principalmente as crianças;
- Criação do plano de oportunidades de investimentos e incentivos às atividades locais;
- Realização de cursos profissionalizantes no intervalo compreendido entre a licença prévia da empresa e a licença para instalação permanente;
- Emprego e renda garantidos primeiramente aos moradores de Juruti;
- Cursos de capacitação para os professores e construção de salas de aula adicionais, além de outros.

Estiveram presentes à audiência mais de 3.000 pessoas (BLOG ACORJUVE, 2016), o prefeito em exercício de Juruti – Jonas Soares, o diretor-executivo da Acorjuve, Gerdeonor Pereira, representantes de partidos políticos e entidades de Juruti. A Alcoa não enviou representantes, a empresa mineradora divulgou e distribuiu panfletos “Viver Juruti” com a informação de criação de apenas 2.109 vagas de emprego. Em nota posterior a Alcoa alegou como justificativa para o não cumprimento da demanda de empregos: 1º - o aumento populacional, pois até 2006, o município, que contava com 25 mil habitantes, e 2010 quase duplicou, somando 47, 086 mil habitantes, com estimativa, para 2018, de 57,943 (IBGE, 2018), dos quais 60% situados em área rural (IBGE, 2010). 2º- as contratações seriam feitas após a conclusão dos cursos de capacitação e especialização para cargos ocupados na empresa, como forma de garantir as “pratas da casa”.

5.2 ACORJUVE SUSTENTÁVEL

“A gente se ajunta pra fazer algum serviço do bem”

A Acorjuve demonstra força mobilizadora, envolvendo intensa força de organização política para garantir a implementação do Plano de Utilização (PU). O plano de uso regulamenta as ações e medidas de exploração dos recursos naturais do território, garantindo a conservação da natureza e, conseqüentemente, a sustentabilidade das atividades. Essas ações estão também estabelecidas no Estatuto da Acorjuve que procura,

Agir em defesa da função social da terra, contra a exploração predatória da terra e de seus recursos naturais, tendo em vista a sadia qualidade de vida das comunidades da região;
 Atuar em defesa da preservação e resgate da cultura e tradição dos habitantes das comunidades de Juruti Velho;
 Unir e solidarizar-se com os movimentos sociais e da classe trabalhadora; atuar em defesa dos direitos e garantias ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida: a moralidade administrativa; ao patrimônio artístico, estético histórico, turístico e paisagístico da região. (ESTATUTO DA ACORJUVE, 2010).

O Estatuto da Acorjuve ainda menciona a defesa dos cidadãos, tomando e implementando medidas necessárias em face de ameaças representadas pelas ações de empresas mineradoras, madeireiras e plantadoras de grãos, que agem em seu próprio interesses, visando a preservação e conservação ambiental da região, e como forma de erradicar a pobreza e a marginalidade, e reduzir as desigualdades sociais, tendo sempre como referência as comunidades tradicionais da região de Juruti Velho. (ESTATUTO DA ACORJUVE, 2010).

Assumindo a tradição elenca-se o puxirum como prática fundamental para potencializar as ações no PAE Juruti Velho. O puxirum constitui uma prática de cooperação entre as comunidades, voltada a superar os limites físicos, sociais, econômicos e políticos característicos do interior da Amazônia. Para os entrevistados “o povo vivia na coletividade”, com a solidariedade expressa nas práticas de troca de produtos como peixe, produtos da roça, caça e extrativos. A Irmã Fátima Paiva, relembra,

[...] havia a necessidade de cada comunidade ter um lugarzinho que servia para celebrações, batizados, tríduos de fé e vida, assembleias eletivas para nova coordenação da comunidade. O barracão foi palco

para os debates de criação das colônias de agricultores, sindicatos, participação e representação nos conselhos em regime paritário – criança e adolescentes, e assistência social. Era tudo junto, todos unidos. [...] Havia uma união muito grande, quando uma família estava em dificuldade, fazia-se o puxirum, muitas vezes para fazer a roça e outras para fazer a coleta da roça para a família. Cada um levava sua ferramenta e um pouco de cada alimento. (Ir. Fátima Paiva, religiosa, entrevista concedida ao Incra, em 13 fev. 2018).

O puxirum, como experiência local, primeiro foi usado como retórica de legitimação de quase toda ação local. Como prática ou direito reclamado é um costume reproduzido “ao longo de gerações na atmosfera lentamente diversificada dos costumes”. (THOMPSON, 1998, p. 17). São ações coletivas que no cotidiano mantêm o controle social e moral elevados, reproduzidos pela própria particularidade local. As ações coletivas comunitárias, por um determinado período, durante esse novo contexto que se apresentava, foram deixadas de lado, ficando restritas à esfera domiciliar, ou dependentes da convocação da Igreja. Portanto, era oportuno, diante desse contexto de politização a ressignificação que afeta também esse hábito local, para concretizar a organização em geral e o Plano de Utilização coordenado pela Acorjuve, em particular.

No decorrer desse processo de organização, as ações do PAE Juruti Velho foram centralizadas na Vila Muirapinima, na base Caipiranga e em áreas mais próximas à base da Alcoa. Posteriormente foram sendo estendidas à totalidade de comunidades, alcançando praticamente toda a região de Juruti Velho afetada pela atividade mineradora. As indicações apontam para uma igualdade de tratamento quanto aos investimentos acordados para e pelo coletivo. Os benefícios econômicos são identificados nos depoimentos, como ganhos, resultado do processo de luta e participação das comunidades junto ao que elas geralmente, com orgulho, afirmam ser “a nossa associação”.

Os direcionamentos e as decisões na Acorjuve, partem da coletividade, são inúmeras reuniões para debater medidas e metas a serem alcançados. A elaboração do Plano de Utilização (PU) no PAE Juruti Velho se baseia no conhecimento local e na relação que as comunidades têm com a terra, com a floresta, com as águas, nos calendários das atividades: plantios, pesca, colheita, caça e extração de produtos florestais, com todos as implicações no plano social, e cultural, no modo de comer, morar, falar, dormir, pensar, vestir, agir, e explorar a biodiversidade.

Percebe-se isso nos puxiruns, forma singular de trabalho, que preza pelo coletivo, organizado por uma família ou por uma pessoa visando economia de tempo e melhores resultados com determinada atividade ou tarefa, que de outra forma levaria dias para ser terminada. O puxirum pode ser convocado em diversas ocasiões, principalmente para cumprir tarefas consideradas mais árduas ou urgentes: fazer a roça, produzir a farinha, abrir picadas, caminhos e estradas, limpar terrenos, na realização de festas e torneios de futebol, como forma de angariar dinheiro, ou ainda na construção de casas, barracões, igreja, casa de farinha, etc.

Para que ocorra precisa ser solicitada uma reunião, preferencialmente aos domingos, após a celebração da missa, quando todos os presentes são convidados. O número de pessoas presentes nesse momento é importante, pois com base nele será planejado o trabalho, e o que deve ser levado para alimentação dos participantes. Um item indispensável e simbólico nessa ocasião é a pajiroba, bebida feita da mandioca, tradicionalmente presente nos puxiruns. A alimentação é basicamente composta de peixe, carne de caça, farinha, tucupi com pimenta e, às vezes, o feijão e o arroz.

A palavra puxirum tem origem na língua “nhengatu”, remetendo ao Brasil Colônia, e que dizer “reunião de esforços em prol de um objetivo comum” (RUSSO, 2007, p.199). Nas comunidades, o puxirum é entendido como uma ação coletiva, que expressa as redes de relacionamento e proximidade existente entre as comunidades, representando um diferencial e a busca de superação de uma necessidade temporária e do individualismo. Os comunitários constantemente destacam o puxirum como uma estratégia coletiva de superação das limitações. (SILVA, 2014, p. 2018 apud RUSSO, 2007, p. 199).

Ainda sobre esse costume, para Lopes (2012, p.112) é “uma das mais importantes formas de organização para o trabalho nas comunidades ribeirinhas do PAE Juruti Velho é o puxirum ou puxirão”. Segundo o autor, citando a expressão de um comunitário de Juruti, o puxirum é quando “a gente se ajunta pra fazer algum serviço aqui na vila, a gente forma grupos de trabalho. Puxirum é como os índios faziam, é como a gente chama, quando vai todo mundo trabalhar em um local na comunidade”. (LOPES, 2012, p.112).

Na sequência imagens do puxirum da Casa Rural, construído no terreno da Acorjuve. A imagem 11, tem ao fundo a sede da Acorjuve em construção. A

participação em praticamente todas as atividades são de mulheres, crianças jovens e adultos

Figura 23 - Imagens do puxirum para construção da Casa Rural



Reunião de encaminhamentos



Confecção de trançados de palmeiras



Sede da Acorjuve, ao fundo



Puxirum no 5º. dia
Cobertura da Casa Rural



Aterro para a base da Casa Rural



Fonte: Acervo/Blog Acorjuve, 2016.

O espírito militante presente nos puxiruns, seja ele apropriado pelas práticas cristãs de solidariedade, fraternidade, ou associado à 'cultura política' concebida do movimento católico, contribuiu para o protagonismo político das comunidades e para democratizar a participação, assim como para que assumissem uma atitude reivindicatória e firme, para que discutissem e decidissem conjuntamente os seus problemas. Durante este período, o 'sabor da vitória' esteve sempre presente, segundo a percepção das próprias comunidades, que relatam "[...] sonhos estão se realizando".

No entanto, não basta que um conjunto de indivíduos partilhem de um interesse comum para que estes se empenhem numa ação coletiva em ordem a satisfazer esse interesse. A participação na ação coletiva implica, para cada um dos membros do PAE Juruti Velho, um certo custo (tempo, organização, dinheiro, etc.). Verifica-se que o bem obtido graças à ação coletiva pode ser usufruído por todos.

Não se pode deixar de avaliar que o cartão Acorjuve é uma forma coercitiva de participação, de organização dos moradores, pelo qual cada indivíduo é controlado para garantir a eficiência das ações no território. E mesmo que não haja regulamentação do costume, há uma institucionalização das atividades desenvolvidas em regime de puxirum, em sintonia com o plano de utilização. De acordo com os registros, ninguém é remunerado para essas atividades: "tudo fazemos em prol do bem comum" (Rui Mattos, entrevista concedida à autora, 2018).

A. Oberschall (1973) mostra que a ausência de laços parentais e a decomposição das redes de interação social são um obstáculo importante à mobilização. A capacidade de conduzir uma ação concertada depende, pois, estreitamente, do grau e do tipo de organização da coletividade em questão. Se um ato de coerção parte de instâncias como o poder político constitui um outro obstáculo à mobilização. Razões de ordem ética ou ideológica são sempre capazes de desviar os atores de seus interesses pessoais em prol da coletividade. A escala de avaliação 'custos/vantagens' é, portanto, sempre susceptível de ser perturbada por uma ideologia portadora da esperança. (HISCHMAN, 1970; BIMBAUM, 1971; CHAZEL, 1986).

As fotos abaixo registram algumas entre as várias etapas constantes do puxirum para o cumprimento do PU, tecnicamente mais sofisticado, diferenciando-se, nesse sentido, do formato original praticado pela comunidade.

Figura 24 - Flagrantes de puxirum e atividades no PAE



Construção de Viveiros



Atividade de piscicultura



Desembarque para puxirum



Capina da roça



Intervalo para refeições

Aniversario de diretor da Acorjuve



Fonte: Acervo Acorjuve, 2016.

5.3 PLANO DE UTILIZAÇÃO DA ACORJUVE

“Sonho que se sonha junto é sinal de solução”

Como já foi exposto anteriormente, a Acorjuve traz em suas práticas a orientação política e religiosa transmitida pelo convívio e pelos ensinamentos das pastorais católicas, tendo transmitido juntamente com a espiritualidade os ideais de

liberdade, cooperação, comunhão, justiça e igualdade. Objetivando prioritariamente a formação sociopolítica das comunidades, a conscientização e a transmissão de conhecimentos básicos sobre seus direitos, os agentes de pastorais católicas foram responsáveis, juntamente com o ensino religioso, por incentivar a organização comunitária, introduzindo os moradores também no estudo das teorias de desenvolvimento sustentável, uso racional dos recursos, ecologia, etc. Dessa ótica, sustentavam também que “o desenvolvimento integral é de fato o desenvolvimento sustentável [...] portanto, quando devidamente revisto à luz da tradição humanista cristã, evidencia a estreita relação entre espiritualidade e sustentabilidade”, segundo argumenta Rodrigues (2010, p. 199).

Em 1965, na sequência da realização do II Concílio do Vaticano, a Igreja reafirmava:

Deus destinou a terra com tudo que nela contém para uso de todos os homens e povos; de modo que os bens criados devem chegar equitativamente às mãos de todos, segundo a justiça, secundada pela caridade. Sejam quais forem as formas de propriedade, conforme e mutáveis circunstâncias, deve-se sempre atender a este destino universal dos bens. (GAUDIUM ET SPES, §69).

Para Rodrigues (2009), a Igreja sente o peso da responsabilidade pela criação e deve fazer valer este compromisso também em público. Ao fazê-lo, não tem apenas que defender a terra, a água e o ar, como dons da criação que pertencem a todos, mas deve, sobretudo, proteger o homem da destruição de si mesmo.

Os projetos para desenvolvimento humano integral não podem ignorar os vindouros, mas devem ser animados pela solidariedade e justiça entre gerações, tendo em conta os diversos âmbitos: ecológico, jurídico, econômico, político e cultural (COMPÊNDIO DA DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA, 2004, §467).

Por outro lado, a predominância de um modo de vida tradicional onde não existia a preocupação com os limites territoriais ou com a regulação fundiária, e a tradição de uso comunal de terras e de recursos se dava tanto para a produção de roças e roçados quanto para a coleta de recursos naturais. Wanderley (2012, p.106) enfatiza que,

[...] no passado, não existiam picos, marcos ou qualquer forma de demarcação nas terras. O uso e a gestão do território se davam e ainda se dão de forma coletiva. A regulação do território se resumia às normas morais-culturais de respeito ao vizinho. Cada família tinha uma área para construir sua casa e outra para fazer o roçado, sendo o restante das áreas comuns, livres para a caça, a pesca e a extração

dos recursos da floresta. Por isso, a importância de consolidar marcos delimitadores para proteger o território, difundida pelos padres ainda na década de 1960, não teve muito êxito. Essa consciência só começou a ser compreendida nos anos de 1980, com as ameaças de perda do controle territorial para as madeireiras e a mineradora, quando se precisou assegurar o controle territorial por meios espaciais e legais.

Evidentemente ocorrem dinâmicas diferenciadas de gestão coletiva do território registradas entre os anos de 1960, 1980 e os anos seguintes. No entanto, considera-se o puxirum uma prática comunitária tradicional, que carrega consigo um *modus* tradicional de pensar e agir, com características e condições condizentes com a identidade local e com o território, com a probabilidade do plano de uso do PAE se ajustar a este modo de vida, e portanto, viabilizando a permanência no território de forma favorável ao cotidiano reestruturado, seja este em processo de recomposição ou ainda em entendimento à uma gestão planejada, controlada e racionalizada.

Considera-se este aspecto identitário como a relação intrínseca existente entre sujeitos e objetos, que por força da situação de exploração do minério no território foram forçados a remodelar os processos sociais em Juruti Velho. Sendo o puxirum mais do que uma fonte de inspiração, representando uma referência de prática para as ações coletivas da Acorjuve, é natural que ele também se recomponha a partir da dinâmica social, tornando-se um instrumento para mediação de conflitos causados pela exploração da bauxita.

Faz-se importante notar que Juruti Velho, neste processo de recomposição face às novas exigências, foi confrontada com o contexto mundial global, onde a comunicação, a economia monetária, o planejamento do tempo, a necessidade de transporte e de serviços em escala mais global deflagraram alterações em diversas dimensões e escalas na comunidade, além da puramente econômica, impactando também os processos internos culturais, sociais e políticos. As mudanças em nível local, a atuação da Acorjuve e das comunidades do entorno do PAE Juruti Velho, são reflexos da imersão das comunidades na chamada globalização.

As transformações, de alguma maneira, alteram também a paisagem. O rio Amazonas e o rio Tapajós hoje em dia recebem o maior fluxo de embarcações. Os horários dos barcos, sejam de pequeno ou médio porte, facilitam a vida para os viajantes. Atualmente, existe um avião que faz viagens duas vezes entre Juruti Velho e a cidade de Juriti. Praticamente há 200 anos sem dispor de serviços e

infraestrutura mínimos, como energia elétrica, habitações de madeira ou alvenaria, água encanada, mobilidade e outras comodidades. Os moradores locais consideram as mudanças ocorridas em Juriti Velho como resultado do processo árduo de resistência e mobilização que a comunidade empreendeu para poder concretizar seus sonhos de uma vida menos árdua no dia a dia.

Hoje, os dias de puxirum são planejados de acordo com cronograma do Plano de Utilização (PU). Nos primeiros anos de gestão, a cada projeto da Acorjuve, era preciso um grande esforço dos representantes para planejar as atividades. A dificuldade era grande, como explica a professora e socióloga Gleice Sousa (2016), em depoimento ao Incra: “[...] foi muito difícil, com tanta coisa a fazer, não conseguíamos nos entender, correr contra o tempo, fazer de maneira a não perder o que construímos, manter a participação, ter transparência”.

Não podendo contar com aparatos modernos, nem com a Alcoa, carecendo de assessoria de técnicos especializados, contadores, analistas de sistemas, passou-se por dificuldades inusitadas para a produção de boletins e relatórios: “[...] assim... como nos folhetos que eles apresentam... nós não tínhamos. Nós só temos boa vontade, e o que de costume nós fazemos. E o Curso Técnico das Irmãs – fazer relatório -, as Irmãs faziam a nossa prestação de contas”.

Para cada cargo que foi assumido na associação, as escolhas eram baseadas no “dom, no carisma” dos candidatos, conforme relata ainda Gleice, em depoimento ao Incra. O diretor administrativo demonstrava muita coragem de enfrentar os representantes da Alcoa, e foi escolhido também por esse atributo em particular. Segundo Gleice, ele é um líder que conta com confiança dos moradores, conforme ela narra.

Uma vez marcamos uma reunião no salão paroquial do Tabor, a Alcoa, o presidente não veio, mandou um representante, ele falou ‘não vai ter negociação’ e saímos, deixamos eles lá ‘de boca aberta’. Eu assumi a secretaria, e assim a gente foi tocando as coisas. (Gleice Sousa, depoimento concedido ao Incra, 2016).

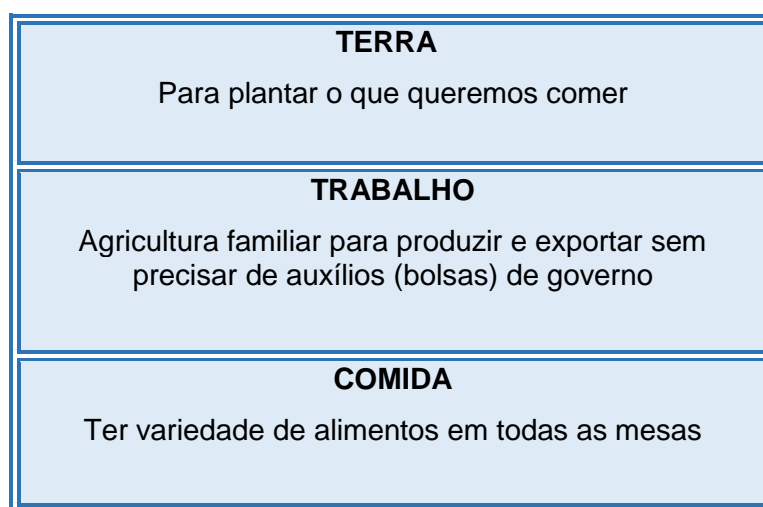
Além do suporte recebido das Irmãs, a discussão da associação girou em torno de três sonhos básicos: terra, trabalho e comida. “Olha se a gente tem a terra intitulada, nós temos casa e temos onde plantar... e criar, assim a gente tem trabalho” (Gleice Sousa, depoimento a autora, 2016).

Essa adaptação ao meio ecológico de alta complexidade realiza-se graças aos saberes acumulados sobre o território e às diferentes formas pelas quais o trabalho

pode ser desenvolvido. Suas atividades apresentam-se complexas, pois constituem formas de interação próprias com os recursos, e é justamente essa variedade de práticas que assegura a reprodução do grupo, possibilitando também a construção de uma cultura integrada à natureza e às formas apropriadas de manejo. (CASTRO, 1997, p. 226).

A título de síntese, o quadro elaborado pelas comunidades identifica as noções de sustentabilidade envolvidas nas ações do PAE Juruti Velho.

Figura 25 – Noções de Sustentabilidade em Juruti



Fonte: Organizado pela autora, 2016.

As atividades de pesca, agricultura e pequena pecuária, de acordo com Castro (2010, p. 36), são preponderantes em Juruti Velho. A respeito da noção de sustentabilidade conceitual, enfatiza-se o processo de formação política junto a pastorais e movimentos sociais, aliado a própria experiência cotidiana das comunidades. Castro (1997), sustenta que justamente estes povos se apropriam plenamente da terra, pelas diferentes formas com que executam seus trabalhos. Se o trabalho os identifica com um território em questão, é também com ele que constroem suas relações sociais e sua cultura. Se um território é socialmente construído, ele é fundamental para a manutenção da estrutura de uma cultura, ao passo que esta cultura tem a mesma importância para a manutenção de um território.

Em outras palavras, significa dizer que essas populações e comunidades tradicionais são ligadas simbólica e materialmente ao meio ambiente, tendo a sua sobrevivência indissociavelmente ligada ao território que as circunda. O espaço

habitado por essas comunidades se constitui da paisagem e dos recursos que estas reconhecem e que transformam, onde exercem suas relações interpessoais de afetividade e onde reconhecem sua ancestralidade, construindo seus laços de pertencimento.

O ambiente é a fonte para a sobrevivência material dos membros dessas comunidades tradicionais. Mais que isso, ele é carregado de significados simbólicos, sendo parte fundamental de sua cosmologia (GEETZ, 1997). O território é o referencial que possibilita a navegação cultural e material dessas pessoas no mundo. A destruição desta natureza ou a impossibilidade de acessá-la significa, para elas, a sua destruição e vice-versa, conforme expõe Castro (2010, p. 84).

A chegada do projeto minerador na região trouxe elementos desconhecidos para a região, pois os sucessivos impactos sociais e econômicos no modo de vida, na forma de produção dessas comunidades e no seu território, mudam a sua rotina de trabalho, sentida no uso tradicional de instrumentos, como a enxada e o facão, que passam a ser considerados rudimentares. As oficinas para adequação dos viveiros domésticos, os novos projetos arquitetônicos introduzidos nas residências trouxeram para o local as inovações e utilidades da tecnologia. Para atender novas demandas, conforme mais uma vez assinala Greice Sousa (2016), “sentimos a necessidade da Acorjuve contratar um advogado – um administrador financeiro – um sociólogo para nos acompanhar, mas o nosso primeiro estatuto, de 2004, não autorizava, então nós alteramos em 2010, para a garantia de assessoria remunerada”.

Sem contar com o aparato mais especializado, a Acorjuve desenvolveu atividades orientadas em seus próprios costumes. No entanto, é muito claro o papel da associação nos investimentos feitos na comunidade, discutindo e definindo ações em reuniões e assembleias por ela organizadas. Centrando-se em suas prioridades, a associação e a comunidade organizavam os puxiruns para executar obras e atividades, cabendo à primeira o fornecimento do material necessário para as obras, e à comunidade o fornecimento a mão de obra. “Deu certo essa parceria entre a comunidade e a diretoria da Acorjuve, estamos construindo muitas coisas e vamos construir muito mais”, informa Gerdeonor Pereira, diretor administrativo da Acorjuve (2013). O agricultor que assumiu a direção da associação acrescenta ainda que no período de 2005 a 2012, uma parceria foi firmada entre Acorjuve e a prefeitura de Juruti para a execução de obras em muitas comunidades. E essa parceria deveria ser

mantida pelas administrações futuras (à época, Marco Aurélio Dolzane do Couto, do Partido Social Democrata/PSB).

O Plano de Utilização do PAE Juruti Velho foi amplamente discutido a partir dos parâmetros de “desenvolvimento sustentável”, partindo da histórica dessas comunidades. (CASTRO, 2010). Logo, a paisagem, ou a natureza onde residem essas populações tradicionais, está intimamente ligada ao seu modo de vida, seus modos de produção e de reprodução. Assim, os moradores assumem os instrumentos de gestão, o manejo e a proteção do território, de forma alinhada ao plano de desenvolvimento e ao Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), cedido ao Projeto Agroextrativista Juruti Velho pelo Incra, em caráter perpétuo.

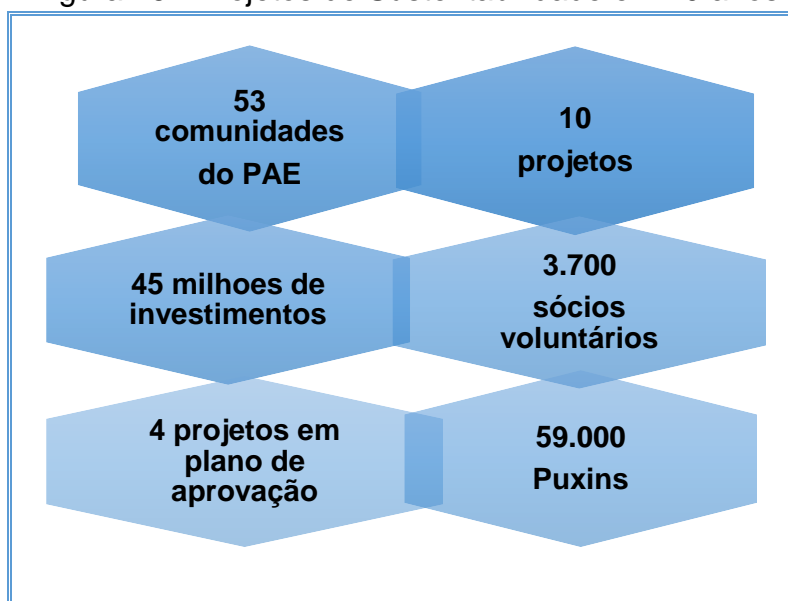
O projeto Acorjuve sustentável visa assegurar a “[...]preservação da cultura e da tradição dos habitantes das comunidades de Juruti Velho, ter um ambiente ecologicamente equilibrado e a essência à sadia qualidade de vida; visando a conservação ambiental da Região.”³⁸

Conforme Relatório Social da Acorjuve, cinco eixos de ações prioritárias formam as âncoras do Projeto Acorjuve Sustentável. A prestação de contas é dividida nas rubricas casa própria; educação; segurança; energia elétrica; abastecimento de água e meio ambiente.

Segundo a Alcoa, o repasse dos *royalties* à Acorjuve entre os anos de 2009 e 2016 foi de R\$ 37.648,592 (VIVER JURUTI, 2016, p. 4). Trabalhando com este orçamento o PAE pode continuar a desenvolver suas atividades, assim como também puderam manter os acordos prioritários para investir na qualidade de vida das comunidades locais. A figura na sequência faz parte dos arquivos disponibilizados pela Acorjuve (divulgados em blog e facebook), assim como os diversos registros fotográficos, os relatos de moradores, participantes dos projetos e de membros da associação, da diretoria das comunidades, além da própria prestação de contas da associação, todos divulgados pelas redes sociais.

³⁸ Acorjuve. Disponível em: <<http://acorjuve-acorjuve.blogspot.com/>>. Acesso em: 23 out.2018.

Figura 26 - Projetos de Sustentabilidade em 10 anos



Fonte: Blog Acorjuve. Organizado pela autora.

Nota: Período 2011 – 2016.

Os dados representam, no geral, a somatória de dez anos de atuação da Acorjuve no território. Os dez projetos estão de acordo com a exposição apresentada, sobretudo no blog de 2011 – 2015 da associação, que foi atualizado e alimentado; a última informação da secretaria responsável pela comunicação e outros assuntos teve por base a prestação de contas da Alcoa, que a faz de maneira pública, em *sites*, informativos e *outdoors*, na sede Juruti e na Vila Muirapinima. Os puxiruns foram calculados em número de 1 para cada uma das 53 comunidades, sendo outros na própria sede da Acorjuve. Observa-se que no período de 2016 – 2018, o *site* não foi alimentado em virtude de inúmeras contingências técnicas.

Abaixo os quadros 6, 7 e 8 apresentam os projetos que têm sido contemplados no Plano de Utilização, envolvendo as áreas de formação sociopolítica, formação cristã e cidadania, formação técnica e atividades em geral.

Quadro 7 - Projetos do Plano de Utilização

PROJETO	PERÍODO	OBJETIVO
Criação de Galinhas (Cada unidade é vendida de R\$ 20 a R\$25)	2011 até hoje	Qualidade de vida na alimentação dos moradores de Juruti Velho
Criação de peixes em Tanques	2011 até hoje	Alternativa para as comunidades no período de escassez do peixe.
Produção de hortaliças	2012 até hoje	Melhoria na qualidade alimentícia das famílias do PAE
Produção de ervas e plantas medicinais	2012 até hoje	Conservar saberes tradicionais
Pé de picha - criação de quelônios	2003 até hoje, revitalizado pelas comunidades de Juruti em 2003, e fortalecido a partir de 2012	Repovoação de quelônios no lago Juruti Velho para a alimentação e comercialização das comunidades.
Luz para todos (convênio com Governo Federal)	2018 aos dias atuais	Energia elétrica por 24 horas no PAE Juruti Velho
Puraquê capacitação digital	2011	Socializar conhecimentos no mundo digital, tornando-se multiplicadores digitais nas comunidades
Cinema na rua	2014	Levar cultura com ferramenta de socialização em particular para os mais jovens.

Fonte: Blog Acorjuve, 2013.

Quadro 8 - Formação Sociopolítica

CURSOS	NO. DE PARTICIPANTES	PARCERIA
Curso Técnico em Direito e Cidadania	1.300 lideranças comunitárias	Irmãs Maristellas
Formação Cristã para a Cidadania	1.230 lideranças comunitárias	Igreja Nossa da Saúde
Curso de Confeção de Redes	35 mulheres	Irmãs de Maristellas
Jovens Multiplicadoras da Paz	100 jovens	Guarda Pacificadora do Departamento de Polícia Militar Juruti Velho
Capacitação Digital	150 jovens	Acorjuve
Derivados da Mandioca	30 comunitários	Acorjuve
I Seminário de Jovens trilhando os Rumos do PAE Juruti Velho	126 jovens	Irmãs Maristellas

Fonte: Blog Acorjuve, 2014.

Quadro 9 - Formação Técnica

CURSOS	Nº DE PARTICIPANTES	PARCERIA
Colaboradores da Radio Muirapinima	40 jovens	Pastoral da Comunicação/PASCOM
Criação de Peixes em Tanque	53 líderes comunitários	Instituto Vitoria Regia
Cuidando do Meio Ambiente		Instituto Vitória Régia
Produção de Gaiolas de Peixes	50 lideranças comunitárias	Instituto Vitoria Regia
Curso de Crochê Curso de Costura Confecção de Redes	330 mulheres	Pastoral da Criança
Produção de Ração	30 pessoas	
Manejo Florestal	2 jovens	Instituto Educacional do Brasil
Área de Beleza Área Elétrica Área Administrativa	80 pessoas	Diocese de Óbidos

Fonte: Blog Acorjuve, 2014

Quadro 10 - Atividades diversas (2012 a 2016)

ANO	ATIVIDADES
2016	2ª Caravana de Resistência aos Projetos Hidrelétricos na Amazônia - Movimento Tapajós Vivo
2015	Organização de grandes protestos - A terra é para quem nela trabalha Campanha pela Paz no Trânsito Carta de Apoio ao Povo do Xingu – Contra a Hidrelétrica de Belo Monte Termo de Ajustamento de Conduta – Proibindo bebidas alcoólicas para adolescentes Campanha contra o Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes Assembleias para acertos de implantação dos Projetos de Sustentabilidade
2014	I Caravana de Resistência aos Projetos Hidrelétricos na Amazônia * Projeto Cinema na Rua Seminário Educação no Campo Formação Inicial e Comunitária em Manejo Florestal Comunitário
2013	Cultura Esporte e Lazer Encontro de Povos Tradicionais Programa de Formação Continuada em Direitos Territoriais – Projeto Gestão Territorial e Direitos na Amazônia
2012	Seminário de Políticas Públicas** Seminário Educação no Campo *** Seminários Conflitos Socioambiental**** Santas Missões Populares

Fonte: Blog Acorjuve, 2014.

Legendas:

* Movimento Tapajós Vivo: Fase; Terra de Direitos; Sindicato dos trabalhadores Rurais de Santarém

** Diocese de Santarém

*** INCRA/ PRONERA/Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA)

**** CEAF Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional/MPE

Os cursos de formação sociopolítica objetivam promover a formação básica integral de modo a capacitar lideranças para práticas e intervenções sociais e políticas qualificadas e comprometidas com os interesses do coletivo das comunidades tradicionais da Amazônia e do PAE. O Curso Técnico em Direito em Juruti Velho esteve sob a responsabilidade da Igreja católica durante dez anos, coordenado pelas Irmãs Maristellas. A formação cristã de lideranças foi assumida pela paróquia em conjunto com os padres e as freiras. Os cursos técnicos acompanharam as necessidades de formação, treinamento e capacitação dos moradores das comunidades, de modo a poderem se candidatar, em condições de concorrência, às vagas oferecidas pelo mercado local, em cumprimento aos acordos de criação de emprego e renda para a população local, firmados entre a Alcoa e a Acorjuve.

Entre os esforços para a criação de parcerias entre instituições governamentais e não governamentais, a mineradora Alcoa, os movimentos sociais, grupos de pequenos comerciantes, destaca-se as ações de reflorestamento, o repovoamento de quelônios com o Projeto Criação de Quelônios, os grandes puxiruns para a construção de casas populares para os moradores, haja vista, ser este o primeiro tópico de reivindicação das comunidades – terra – alimento e sobrevivência com a agricultura familiar.

O Projeto Picha foi criado em 1999, por comunitários do município de Terra Santa no Pará e por pesquisadores da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). O nome do projeto refere-se às pegadas deixadas na areia por um quelônio comum na região, de nome Tracajá, que ao se movimentar deixa pegadas parecidas com ‘pinchas’.³⁹ Tem como objetivo conservar as populações de quelônios existentes na Amazônia. A experiência em Juruti está em curso desde o ano de 2003, e a partir de 2009, a Acorjuve está lançando a proposta de revitalização do projeto em todas as comunidades, o que vem agregando mais resultados. De acordo com a UFAM e a Acorjuve, mais de 32 mil quelônios foram soltos nas águas de Juruti Velho. (ACORJUVE, 2013).

³⁹ Tampas de garrafas de vidro, assim chamadas pelos moradores da região.

Tabela 11 - Projeto Sustentável Criação de Quelônios

Ano	Quantidade
2003	1.527
2004	1.755
2005	3.109
2006	4.320
2007	3.697
2008	3.193
2009	1.630
2010	4.410
2011	5.061
2012	3.753
2013	1.158
2014	Sem dados
2015	Sem dados
2016	Sem dados

Fonte: Blog Acorjuve, 2013

As imagens a seguir retratam as atividades desenvolvidas pelo projeto de proteção de quelônios durante a primeira fase, iniciada em setembro, época de desova da espécie. O local ideal para os animais depositarem seus ovos, que posteriormente serão recolhidos por moradores e colocados em chocadeiras naturais situadas às margens do lago, são as áreas protegidas e isoladas da ação de predadores, em especial de homens. O nascimento dos filhotes dá-se após dois meses de incubação, e a partir desse momento os animais recebem tratamento adequado dos manejadores, até que completem sete a oito meses de idade, quando estão maduros o suficiente para serem soltos.

Figura 27 - Criação de Quelônios passo a passo – Comunidade Miri



Fonte: Arquivo Acorjuve, 2018.

A data de soltura dos filhotes de quelônios é marcada por um evento do qual fazem parte orações, bênçãos, músicas, etc. A soltura dos animais propriamente dita é precedida da mobilização de toda a comunidade. Na capela comunitária realiza-se a chamada celebração da vida. À frente do altar, uma bacia com filhotes dos animais é colocada para receber a proteção divina. Após a celebração, os participantes do projeto recebem certificados pelas contribuições prestadas à natureza, e em seguida

uma pequena amostra de quelônios é conduzida ao seu novo lar. (ACORJUVE, 2013). A repovoação de quelônios é uma atividade de manejo considerada essencial para garantir a sobrevivência da espécie, e, conseqüentemente, assegurando uma fonte tradicional de alimentação das famílias e de comercialização das comunidades.

A partir de 2015, o projeto da UFAM, parceiro científico do projeto, que contribuía em boa parte com equipamentos e técnicos especializados, foi encerrado. A justificativa foi que Juruti Velho já possuía condições e independência para levar adiante as ações. Para poder dar continuidade às atividades, que prioriza a participação de crianças e adolescentes, a comunidade do Miri, responsável pelo projeto, solicitou apoio da Acorjuve em equipamentos e insumos, como lanternas, pilhas, combustível para as atividades de fiscalização.

Os demais projetos seguem merecendo a mesma importância, sendo desenvolvidos em praticamente todas as comunidades. Além do projeto de formação sociopolítica e de criação de quelônios, existem outros: Reflorestamento⁴⁰, Cultura, Desportos e Folclore, Costurando redes, Piscicultura, Galinha caipira, Hortaliças, Energia elétrica, Educação – PRONERA e Universidade, com cursos prioritários para agricultura familiar e mineração na região de Juruti Velho

Cada projeto tem por meta atender 500 famílias da região, estando voltado especialmente para os associados. Cabe à associação garantir a assistência técnica por meio das parcerias para dar suporte com a distribuição de grãos, doação de pintos, alevinos, aves e fornecimento de ração alternativa. Para as atividades que ocorrem fora do PAE, geralmente a associação indica representantes, fornecendo as passagens, fazendo a inscrição e assumindo os custos da viagem. A contrapartida exigida dos representantes comunitários enviados é que transmitam o aprendizado adquirido aos demais moradores, de forma que o conhecimento seja multiplicado.

Em 2014, oitenta e nove (89) agricultores acessaram o Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF), gerando em retorno de R\$1.200,00 (um milhão e duzentos reais) para as comunidades. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Juruti expede a Declaração de Aptidão e Produção (DAP) em conjunto com o Banco da Amazônia, atingindo 104 famílias, embora a meta seria alcançar, até 2018, 400 famílias. (Egison Oliveira, Diretor de Meio ambiente, Desenvolvimento e Produção Sustentável, Blog Acorjuve, 2014).

⁴⁰Todas as comunidades estão envolvidas neste projeto, sobretudo a localidade de Bem Longe, por possuir o registro fotográfico e por se encontrar em um momento propício para se fazer o contato com as lideranças locais.

Figura 28 – Registro de atividades desenvolvidas pelos projetos



Fonte: Acervo Acorjuve, 2016

O futebol é uma atividade muito agregadora em Juruti Velho. Todas as comunidades participam dos jogos organizados pela Acorjuve, e os campeonatos, antes promovidos pela paróquia aconteciam sempre durante as festividades religiosas. A Acorjuve tomou para si a responsabilidade pela organização dos campeonatos de futebol, que é a única modalidade esportiva praticada no local. Durante todo o ano são realizados torneios de futebol: Campeonato Regional, Copa dos Campeões, Futebol de Areia, Futebol de Salão.

As atividades são organizadas no calendário anual nas comunidades. São oito (8) polos no total – cada um deles agendando um campeonato. Não tem patrocínio de nenhuma empresa, apenas algumas parcerias, como por exemplo a prefeitura de Parintins. O futebol feminino tem o maior número de times. Os campeonatos são iniciados em março, acontecendo até outubro de cada ano, quando se encerra o calendário dos jogos.

Quadro 11 - Times de futebol

No. de times	Modalidade
23 Times	Futebol Feminino
11 Times	Sub -15
13 Times	Sub -17
17 Times	Master
Total: 67 Times	

Fonte: Elaborado pela autora, 2018

Durante a pesquisa, ou seja, nos 42 dias de convivência na vila, assisti aos jogos de futebol que se realizam no campo central na Vila Muirapinima, todos os sábados e domingos. O jogo é irradiado ao vivo pela Rádio Muirapinima para toda a região. As arquibancadas são feitas de madeira, e os moradores das redondezas colocam cadeiras na frente das casas para prestigiar a partida. O muro do cemitério também serve de arquibancada. Nas adjacências, o comércio local e as barraquinhas armadas para vender pajiropa, carrinhos de pipocas e tacacá, vendedores ambulantes de bombons, são anunciados pela rádio, que registra a presença dos diretores e representantes da Acorjuve, das Irmãs Maristellas, do padre, de líderes e autoridades locais, agradecendo o comparecimento e apoio dado. A torcida é organizada por esposas, filhos, irmãs, e mães dos jogadores, que trazem as famílias. Ocorre uma grande confraternização, com famílias reunidas à beira do gramado, um encontro muito popular e animado na região, de interação da comunidade, perpassado pelo moderno e pelo tradicional, como é comum no cotidiano dessas localidades.

Figura 29 – Flagrantes ao redor do campo de futebol



Fonte: Da autora, fev. 2018.

Figura 30 – Flagrantes do futebol feminino



Fonte: Acervo Acorjuve, 2017

Já o projeto “Luz para Todos” cunhado pelo governo Federal e acordado com a Acorjuve para ser iniciado em 2015, foi interrompido em virtude de que a gestão municipal mantinha posição contrária à Acorjuve. A prefeitura, ao ter novamente assumido o Partido dos Trabalhadores (PT) para o pleito naquele ano, retomou os encaminhamentos anteriores. Ao sair de Juruti Velho, em fevereiro de 2018, presenciei a chegada dos primeiros postes de iluminação à sede da Acorjuve. Em 2018, o fornecimento de energia na Vila de Juruti-Velho foi finalmente estendido para as 24 horas diárias, a cargo das Centrais Elétricas do Pará (CELPA), gerando energia diretamente da sede do Município, embora ainda apresentando apagões, pois a central não dispõe de equipe de técnicos sediada permanentemente na vila, nem de qualquer outro profissional para fazer a manutenção da rede e dos serviços no local. Considera-se que este serviço seja de fundamental importância para o município de Juruti Velho, que, em 200 anos de existência, ainda não dispunha de energia elétrica regular por 24 horas. Os processos estão caminhando lentamente, pois esbarram na morosidade burocrática.

Tendo em vista os aspectos apresentados, pode-se indagar como é possível gerir recursos contando apenas com o voluntariado? Há uma dinâmica intensa com inúmeras atividades sendo desenvolvidas nas comunidades de Vila Muirapinima, considerando-se a distância de comunidade a comunidade. E mesmo no caso de atividades sem prioridade, apenas para o lazer, como é o futebol de areia, há que se pensar no planejamento e acompanhamento das atividades.

Para garantir a realização das atividades, a Acorjuve conta com voluntários de várias comunidades, juntamente com 12 funcionários do quadro fixo: motoristas, pilotos de barco e lancha, recepcionista, 2 professores de informática, cozinheira, vigias, projetistas, eletricista.

Quadro 12 - Estrutura funcional da Acorjuve

	Profissional contratado	Nome
01	Advogado	Dilton Tapajós
02	Sociólogo	Carlos Portela
03	Contador	Luiz Antônio Muniz
04	Motorista	Não informado
05	Motorista	Não informado
06	Professor de informática	Não informado
07	Cozinheira	Não informado
08	Vigia	Não informado
09	Vigia	Não informado
10	Eletricista	Não informado
11	Projetista Tracajá	Não informado
12	Piloto de barco	Não informado

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Ao falar da infraestrutura da Acorjuve, o Diretor de Cultura, Desportos e Folclore, Edinelson Hipólito Tavares, da comunidade de Pedreira assinala,

[...] me sinto muito feliz em realizar os sonhos da nossa comunidade, tem gente que pensa que a gente é funcionário, a gente é voluntario. Eu tô aqui desde quando começou as negociações com a Alcoa, a gente reunia de tarde, de noite, de madrugada. Nós vencemos, [...] aos poucos vamos chagar lá. A nossa associação é muito forte aqui. O nosso sonho é ter o Pronera a gente quer cursos de agronomia e mineração. Nós vamos ter a nossa Universidade. (Entrevista concedida à autora, fev. 2018).

Para Adel Souza, diretor de pesca, narra os êxitos e os apertos:

[...] nós que hoje assumimos a Acorjuve, nós da equipe melhoramos de vida, antes nossas casas eram todas de palha, hoje é de alvenaria. Parceria com o INCRA, aí muita coisa melhorou. São 53 comunidades que compõe o PAE, e não damos conta de tudo, mas deixamos claro que ano passado a ACORJUVE ficou só, sem o apoio do governo, aí

tivemos um grande gasto com as comunidades e foi muito complicado pra nós (Entrevista concedida à autora, fev. 2018).

A diretoria recebe ajuda de custo para se manter na Acorjuve, com o valor de R\$ 600,00 para realização de viagens, visitas às comunidades, e para os gastos de consumo. São 9 diretores titulares e 9 suplentes. Apenas 4 deles recebem este valor. Recebem o apoio dos assessores para as resoluções de situações de conflitos.

Nas últimas décadas, percebeu-se o envolvimento de diferentes atores em distintos momentos da mobilização, ações conjuntas, divulgação nas mídias. E a presença da diretoria nas comunidades tradicionais contribui para a legitimação legal e social da associação, e para o reconhecimento como um dos principais atores políticos a enfrentar e resistir contra o avanço do capital.

As ações organizadas são essenciais para a recomposição dos territórios como “o espaço sobre o qual certo grupo garante aos seus membros direitos estáveis de acesso, de uso e de controle sobre os recursos e sua disponibilidade no tempo” (CASTRO, 1998, p. 5). Caso contrário, estariam situação semelhante a “dos nossos vizinhos” (BRAGA, 2019) - agora que Oriximiná inicia a fase de negociação pela compensação, aos moldes de Juruti.

Esse quadro de mudanças é tratado a seguir com o tema das comunidades, analisando-se a composição dos ciclos curtos e ciclos mais largos. Começos representam recomeços e renascimentos. Não há nada linear. Os dias, as horas, os meses, os anos, décadas e séculos implicam repetição, evocação, ressurreição, representando categorias mágicas, do imaginário e do real. E o real são os novos rumos da Acorjuve, como universo de retomada dos sonhos das comunidades, de energia elétrica direta, de escola superior para os jovens e de tecnologia de trabalho na terra. (LEFEBVRE, 1991). Verificou-se que as ações estão em andamento conforme é demonstrado na sessão seguinte e de acordo com o que foi verificado em campo, durante período de visitas às comunidades.

Também de acordo com relatos, e como é comum em cada puxirum, faz-se a “Celebração da Gratidão”, momento especial de agradecimento à natureza e a todos os benefícios e recursos naturais disponíveis para os participantes. A atividade foi encerrada com o mergulho no lago Grande Juruti Velho. Em toda a jornada houve um envolvimento muito grande das comunidades, sendo tudo compartilhado e dividido coletivamente (Irmã Fátima Paiva, entrevista concedida à autora, 13 de ago. 2018).

6 JURUTI VELHO: um território de ressignificação

Após praticamente dez anos de atividades da mineradora em Juruti Velho, pode-se perguntar sobre quais mudanças ocorreram e de que forma elas afetaram o modo de vida tradicional das comunidades. Os fatos registrados envolvem a vida cotidiana dos habitantes das comunidades, particularmente em Vila Muirapinima.

A pesquisa abrangeu as comunidades de Surval, Caapiranga, Uxituba, Inglácias, Juruti Açú, Bem Longe e Galileia, além de residentes da Vila Muirapinima e da base Caapiranga da Alcoa. Foram feitos registros fotográficos em toda a área afetada, assim como procedeu-se ao levantamentos das informações necessárias ao desenvolvimento da pesquisa por meio de entrevistas, pela coleta de dados envolvendo as mudanças ocorridas nas atividades de subsistência tradicionais da região, como a pesca, a caça, a roça, coleta, ou seja, retratando aspectos essenciais ao modo de vida particular das comunidades afetadas pela extração de bauxita, sendo estes a principal preocupação dos pesquisadores, assim como das lideranças no período que envolveu as negociações entre as comunidades e Alcoa.

6.1 A COMUNIDADE EM AÇÃO

A segunda incursão à campo teve como propósito as visitas às comunidades de Juruti Velho. Estas ocorreram no período compreendido entre 18 de janeiro a 20 de fevereiro de 2018. Além dessa etapa, que se concentrou nas comunidades, uma outra fase foi direcionada para os contatos na sede de Juruti e em Santarém, totalizando 46 dias de campo.

A Vila Muirapinima foi escolhida para sediar a base da pesquisa. O trabalho de campo foi sempre influenciado pelas condições da região, tanto de ordem climática quanto pela logística local de deslocamento. As saídas para as localidades, por exemplo, dependiam do meio de transporte comunitário, dando-se, portanto, em dias alternados, obedecendo às rotinas de traslado de ida e volta dos moradores locais e de suas embarcações. O período de chuvas fortes também afetou o calendário de saídas a campo, assim como a alternância ou o tempo de permanência em cada comunidade.

A relação de entrevistados pela pesquisa segue abaixo organizada.

Quadro 13 - Entrevistas em Juruti Velho

Entrevistados	Idade	Comunidade/ Grupo	Profissão /Ocupação	Data de entrevista
Lidiane Gomes	36 anos	Vila Muirapinima	Técnica em Comunicação	10/09/2016
Adel Silva da Silva	52 anos	Acorjuve	Trabalhador do rural	11/09/2016
Sebastião Serique	68 anos	Vila Muirapinima	Comerciante	12/09/2016
Ir. Maria de Fátima Paiva	58 anos	Vila Muirapinima	Freira/Advogada	13/02/2018
Dinelson Hipólito Tavares	37 anos	Acorjuve	Agricultor	13/09/2016
Gleice Sousa	43 anos	Vila Muirapinima	Socióloga	14/09/2016
Ir. Brunhildes Henneberger	78 anos	Vila Muirapinima	Religiosa/Pedagoga	15/09/2016
Claudionor Pereira (Beirão)	64 anos	Vila Muirapinima	Juticultor/Agricultor	10/02/2018
Francisco Pinheiro de Sousa	40 anos	Acorjuve	Técnico em Direito	29/01/2018
Evandro Marques	45 anos	Acorjuve	Trabalhador rural	03/02/2018
Maria de Nazaré de Lima Marialva	42 anos	Acorjuve	Merendeira escolar	04/02/2018
Terezinha Miranda dos Santos	58 anos	Uxituba	Merendeira escolar	30/01/2018
Rui Filho de Almeida Moura	29 anos	Uxituba	Agente de saúde	30/01/2018
Oracildo da Silva Almeida	48 anos	Uxituba	Professor/Sociólogo	30/01/2018

Continua

Quadro 13 (continuação)

Entrevistados	Idade	Comunidade/ Grupo	Profissão /Ocupação	Data de entrevista
Rui Matos de Moura	70 anos	Uxituba	Extrativista/Aposentado	30/01/2018
Leandro Nunes de Sousa	33 anos	Uxituba	Professor /Biólogo	30/01/2018
Dilson Pimentel Simões (Sr. Lazico)	64 anos	Caapiranga	Agricultor	01/02/2018
Dilza Henrique de Sousa	41 anos	Caapiranga	Pedagoga	01/02/2018
Suivan da Costa Simões	40 anos	Caapiranga	Agente de portaria	01/02/2018
Marina Pereira	58 anos	Inglácias	Merendeira do Casulo	02/02/2018
Otair Garcia Sousa	51 anos	Inglácias	Carpinteiro	02/02/2018
Carlos Assunção de Matos	40 anos	Surval	Extrativista	03/02/2018
Valdo Farias Coelho	54 anos	Juruti Açú	Agricultor	07/02/2018
Benedito Batista	85 anos	Juruti Açú	Juticultor	07/02/2018
Ibério Pereira de Sousa	60 anos	Monte Sinai	Agricultor	18/02/2018
Jonas Moraes Cativo	43 anos	Juruti (sede)	Pedagogo/ Especialista em Educação do Campo. / Secretaria de Educação do Município	17/02/2018
Rose da Silva Viana	37 anos			17/02/2018
Elinete da Silva Viana	32 anos	Juruti (sede)	Licenciada em Informática (IFPA) / Militante do Partido dos Trabalhadores.	19/02/2018
Raimunda da Silva	68 anos	Juruti (sede)	Dona de casa	20/02/2018

Fonte: Elaborado pela autora, 2018.

Os conflitos envolvendo mineradoras e povos tradicionais na Amazônia brasileira não condizem com a disputa por um mesmo recurso, configuram-se como disputas travadas pelo território e por seu patrimônio material e simbólico, incluindo aí os recursos naturais de solo e subsolo. As comunidades tradicionais (agricultoras, coletoras, ribeirinhas ou quilombolas) não têm a pretensão de explorar a bauxita; no entanto, seus interesses se voltam para o habitat aparente e concreto, onde estão assentados os recursos de fauna e flora, e para o universo simbólico dos significados histórico/cultural, além das oportunidades de uso no presente e no futuro do território que permite a reprodução social. (ASSIS, 2014, p.209).

Interpretando o território, a sociologia da ação pública concebe-o enquanto categoria de análise, e seus produtos emergem segundo Teisserenc e Teisserenc (2014, p. 98) de “ações públicas locais”, cuja vivência leva “à produção de novos territórios, de territórios que se definem em função de sua capacidade de responder aos efeitos da globalização e dos desafios ambientais”, Esse olhar permite entender “a ação local como conceito que qualifica a noção de território, justificando uma nova categoria sociológica: ‘o território de ação local’” (TEISSERENC; TEISSERENC, 2014, p. 98). Depreende-se este último conceito, não apenas como uma evolução da análise sobre o fazer dos sujeitos ou a emergência da ação pública, mas a própria síntese do desenvolvimento como um fenômeno que se inicia a partir de práticas localizadas. Desse modo, argumentam os autores sobre as ações locais, que,

[...] se evidencia no seu interior que se concentram os fatores críticos para o efeito das estratégias do desenvolvimento esperado e almejado pelos grandes empreendimentos, assim como para o alcance de movimentos e organizações adentrarem suas configurações em defesa do seu território, sua cultura, seu modo de vida que geralmente são impactados com a nova ordem colocada. (TEISSERENC e TEISSERENC, 2014, p. 10).

São processos impostos às comunidades a partir das concepções de modernidade, pela gestão dos recursos, pelas formas de participação e pelas aprendizagens coletivas vinculadas e/ou desvinculadas que se têm a chance de quebrar com a rotina das organizações e instituições que se fazem presentes no decorrer da interação ou das negociações para resolução dos conflitos relacionados a Juruti Velho. Esse tipo de recomposição territorial responde aos desafios globais, administrativos e ideológicos no território e às formas de convivência com o chamado progresso e o modo de vida em comunidade.

Juruti é a terceira reserva mundial de bauxita, e seria impossível ficar de fora do cenário capitalista global que ambiciona a ocupação da Amazônia. É um território cobiçado, visto como objeto de apropriação pelo capital. Um bem de importância para o mercado mundial, ainda mais quando se trata de um corredor minado de bauxita, como os de Oriximiná, platôs em plena exploração; ou como os de Juruti, Terra Santa, Tabatinga, e Faro, em vista de serem explorados, assim como Tapagem, Cruz Alta, Lago Erepecu e Boa Vista. A população urbana do Baixo Amazonas é ligeiramente superior à rural, perfazendo 56,86% do total, enquanto na zona rural concentram-se 43% dos habitantes. O município com maior população urbana é Terra Santa, com 75,96% dos habitantes, logo acima de Santarém, com 70,96% da população total. Por outro lado, o município com maior concentração rural é Prainha, com 73,81%.

Para o oeste paraense está prevista a instalação do Complexo Tapajós, um conglomerado de megaprojetos hidrelétricos: São Luiz do Tapajós e Jatobá (no rio Tapajós). As seis hidrelétricas localizam-se no município de Itaituba. A maior delas, São Luiz do Tapajós, se transformando no epicentro do maior conflito ambiental em curso no Brasil, mobilizando movimentos sociais, indígenas em particular, como os povos Mundurucus, comunidades tradicionais (sobretudo os que vivem na área de abrangência do complexo hidrelétrico), movimentos tapajônicos⁴¹ principalmente de Santarém e do Baixo Tapajós. (FASE, 2016).

Os rios amazônicos formam a maior bacia do planeta em extensão e volume de água, concentrando o maior potencial hidrelétrico (77, mil MW) com uma área de aproximadamente 7.050.000 km². Na região estão os maiores níveis de biodiversidade do mundo, abrangendo cerca de 40% do território da América do Sul e estendendo-se por nove países. Em 2014, havia 105 barragens na bacia amazônica e outras 254 estavam em fase de construção ou de concepção.

Além do potencial de energia, as hidrelétricas do complexo Tapajós deram origem a uma série de lagos, tornando possível navegar em toda extensão do rio. Hoje, este é totalmente navegável, comportando a passagem de barcas de grande porte, desde a sua porção média, na altura da aldeia DaceWatpu, próxima às

⁴¹No período de junho a setembro de 2017, as Caravanas foram realizadas com ampla participação popular. Percorreram Santarém, Itaituba, Oriximiná e Óbidos. Em agosto de 2016, o IBAMA aprovou o licenciamento de São Luiz do Tapajós e, novamente, as Caravanas contaram com a participação de vários setores da sociedade civil, em particular, os Movimentos Sociais do Oeste do Pará, com uma agenda permanente de ações na Região.

corredeiras de São Luiz (município de Itaituba), até foz no baixo Amazonas, no entorno da cidade de Santarém.

Ao adentrar nas comunidades de Juruti Velho, imagina-se, por conta da presença de uma grande mineradora, uma agenda cheia de eventos que preencha a vida da comunidade, visando o desenvolvimento no território. A aparente calma encontrada ali não reflete a real situação de alterações ocorridas no local.

A cada entrevista e conversa com os moradores das comunidades estes relembram os acontecimentos do passado, tendo sido praticamente impossível não experimentar o recontar e o reviver os casos, momentos tão acolhedores nas comunidades, bonitos, e dignos de presenciar. As emoções se mostram afloradas pelos conflitos internos travados com a mineradora, que hoje permeiam a vida dos moradores. Foram muitos sonhos revelados momentos significativos, no sentido de fazer compreender o quanto é possível aliar os sonhos à realidade, e encontrar o passado sobrevivendo no presente e o futuro idealizado por “sonhos nas mãos”, como bem expressou um dos interlocutores-chave da pesquisa. Pensar a realidade a partir do cotidiano foi a maneira encontrada para entender a problemática que se faz presente, e não somente para adentrar nos reais conflitos internos da comunidade.

Seguindo as orientações de Lefevre⁴² (1991), é preciso reencontrar a historicidade da ação e da práxis na invisibilidade a que está relegada a comunidade, e no isolamento em que se encontra refugiada. A sociedade contemporânea é caracterizada pela carência de esperança resultante do processo de redução do tempo da vida social ao agora, ao viver por viver, ao sobreviver. Um reencontro com a historicidade social, entretanto, é possível, como é possível a reconciliação da sociedade com a esperança que um dia já teve, mas já não tem mais.

6.1.2 Os *royalties* como instrumento de desenvolvimento local

A compensação financeira pela exploração de recursos minerais de uma dada localidade é uma contrapartida pela apropriação econômica dos recursos encontrados naquele território, ou seja, uma medida compensatória que a empresa que se beneficia da exploração daqueles recursos é obrigada a assumir perante aos municípios, estados e União. Foi estabelecida pela Constituição Federal de 1988. Reza o art. 20, § 1º que,

⁴²Título original: La vie coatidienne dans ie monde moderne. Editado em 1968.

É assegurada, nos termos da lei, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos, para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira por essa exploração. (CFEM, 2012, p. 179).

O *royalty* mineral é um pagamento - e não um tributo -, pelo uso de um bem que pertence ao Estado, administrado pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), responsável também em baixar as normas e fiscalizar a arrecadação da CFEM. É a saída do produto mineral, por venda, das áreas da jazida, mina, salina ou outros depósitos minerais naturais. E, ainda, a utilização, a transformação industrial do produto mineral, ou mesmo o seu consumo, por parte do minerador.

Esta compensação financeira é calculada sobre o valor do faturamento líquido (receita da comercialização subtraídos os custos e tributos) obtido por ocasião da venda do produto mineral no mercado. Ou seja, existe uma grande correlação entre o valor arrecadado pela CFEM e os preços de mercado dos minérios. As alíquotas aplicadas sobre o faturamento líquido para obtenção do valor do *royalty* variam de acordo com a substância mineral, sendo pagas mensalmente.

Tabela 12 - Porcentagem de alíquotas por produto extraído⁴³

Substância	Alíquota
Minério de alumínio, manganês, sal – gema e potássio	3%
Ferro, fertilizante, carvão, demais substancia	2%
Ouro	1%
Pedras preciosas, pedras oradas lapidáveis, carbonetos e metais nobres	0,20%

Fonte: DNPM, 2012, p. 180.⁴⁴

Os critérios de distribuição de *royalties* no Brasil até 2017 seguiam a seguinte ordem, 12% para a União (DNPM, IBAMA e MCT); 23% para o Estado de onde a substância mineral é extraída; e 65% para o município produtor. Pelos critérios

⁴³Pelo decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018, o Novo Código de Mineração altera as taxas de *royalties* provenientes da atividade de lavra. Os municípios passam a receber 60%, o Estado 15% e a União 10% dos *royalties*.

⁴⁴O Novo Código extinguiu o DNPM, substituindo-o pela Agência Nacional de Mineração (ANM), passado assim a administrar a CFEM.

adotados para utilização dos *royalties*, segundo a legislação, é vedada a contratação de pessoal permanente e pagamento de dívidas, embora não houvesse indicação de como esta receita deveria ser gasta, com exceção da obrigatoriedade em aplicar 25% da receita municipal no setor da educação. (CODIGO DE MINERAÇÃO, 2018).

A Constituição de 1988 estabelece que a União é a proprietária do subsolo e é ela quem concede o direito de exploração mineral, como também os percentuais que serão administrados com essa atividade. A legislação federal (Lei nº 8.876/94) que trata da indenização a ser paga pelas empresas aos Estados, Distrito Federal e Municípios para compensar os danos e custos sociais e ambientais decorrentes do ato de exploração dos recursos naturais, estipulou, entre outras coisas e taxas, critérios para distribuição entre beneficiários e para o uso.

A partir da assinatura do CCDRU, os comunitários comprometem-se formalmente a preservar e, se for o caso, a restaurar os bens naturais e os sítios ecológicos que constituem patrimônio ambiental, bem como as áreas de Preservação Permanente (APP) e de Reserva Legal (RL). O CCDRU é um contrato administrativo de concessão de uso pelo qual o Estado atribui utilização exclusiva de um bem de seu domínio a particular, a fim de que este seja explorado conforme uma destinação específica. Não se trata, portanto, de uma titulação definitiva, mas sim da concessão de direitos estáveis sobre o território, que no caso da mineração dá lugar as indenizações, rendas pela ocupação e participação na lavra. No caso de Juruti Velho teve a concessão de caráter perpétuo.

Assim a comunidade procede, administrando e usando o recurso para assegurar o seu bem-estar e o desenvolvimento social do território em cumprimento ao Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU). A terra continua sendo da União, toda terra continua sendo pública. O importante é dizer que este contrato é de interesse da comunidade, respeita o modo de ser, de viver e os saberes locais.

Com o PU, houve uma reorganização do processo de puxiruns em Juruti Velho, em especial nos comunitários, que cumprem obrigações por eles estabelecidas.

6.1.3 *Royalties* ressignificando o puxirum

Sou nordestina, nasci em uma comunidade pobre, minha família era muito humilde, saí de lá para ser freira, vivíamos da roça, mas era muito diferente; cada família tinha a sua, não que a gente não dividisse, mas era muito cada um dava conta de sua família. Quando eu cheguei aqui em 2000, eu percebi essa diferença, cada comunidade tinha um quadro de roça destinado à comunidade. Se visitavam, tinha muita festa e sempre tudo compartilhado, mas na festividade do padroeiro a comunidade oferecia o almoço. (Irmã Fátima Paiva, vídeo de divulgação do Incra, 2012).

Muitas pessoas tirava o comer da mata, ia pescar. Aqui era a união que existia, reunião de trabalho, o puxirum, fazia a farinha, a bebida da pajiroba. Fazia tudo junto, almoçava junto, era uma beleza. Agora nem tem mais puxirum. (Raimunda Sores, agricultora, entrevista concedida à autora, fev. 2018).

Os depoimentos de Maria Soares, das Irmãs Brunhildes e Fátima e de muitos outros enfatizam transformações nas práticas coletivas locais, como o puxirum, e que o trabalho visando o bem comum era centralizado pela família. Isso muito anteriormente à implantação da Alcoa. São perguntas a serem feitas. Quais as causas para o ‘esfriamento’ das ações coletivas? Já não havia mais razões que sustentassem atividades coletivas como o mutirão? A pesca, a caça, a terra já não eram fontes capazes de garantir o sustento das famílias?

Não estamos muito longe dos anos 2000, quando Irmã Fátima chega a Juriti Velho. Quando a Alcoa chega, em 2009, já não existia a roça e as ações compartilhadas. As razões que podem explicar “o fim desse processo”, a partir de 2000, são associadas aos incentivos governamentais: Bolsa Verde, Bolsa Escola, Bolsa Família, que contribuíram para que os bens, os recursos e atividades ficassem concentrados na esfera familiar.

O puxirum ganha novo fôlego a partir do Plano de Uso elaborado de forma conjunta por moradores e técnicos de instituições parceiras de diversas áreas de conhecimento, planejando novas medidas de uso do território e ações em sintonia com as práticas antigas e costumes tradicionais das comunidades, para coordenação de pequenas ações. Cada localidade tem um coordenador, um secretário e um responsável pela administração de recursos e bens comunitários.

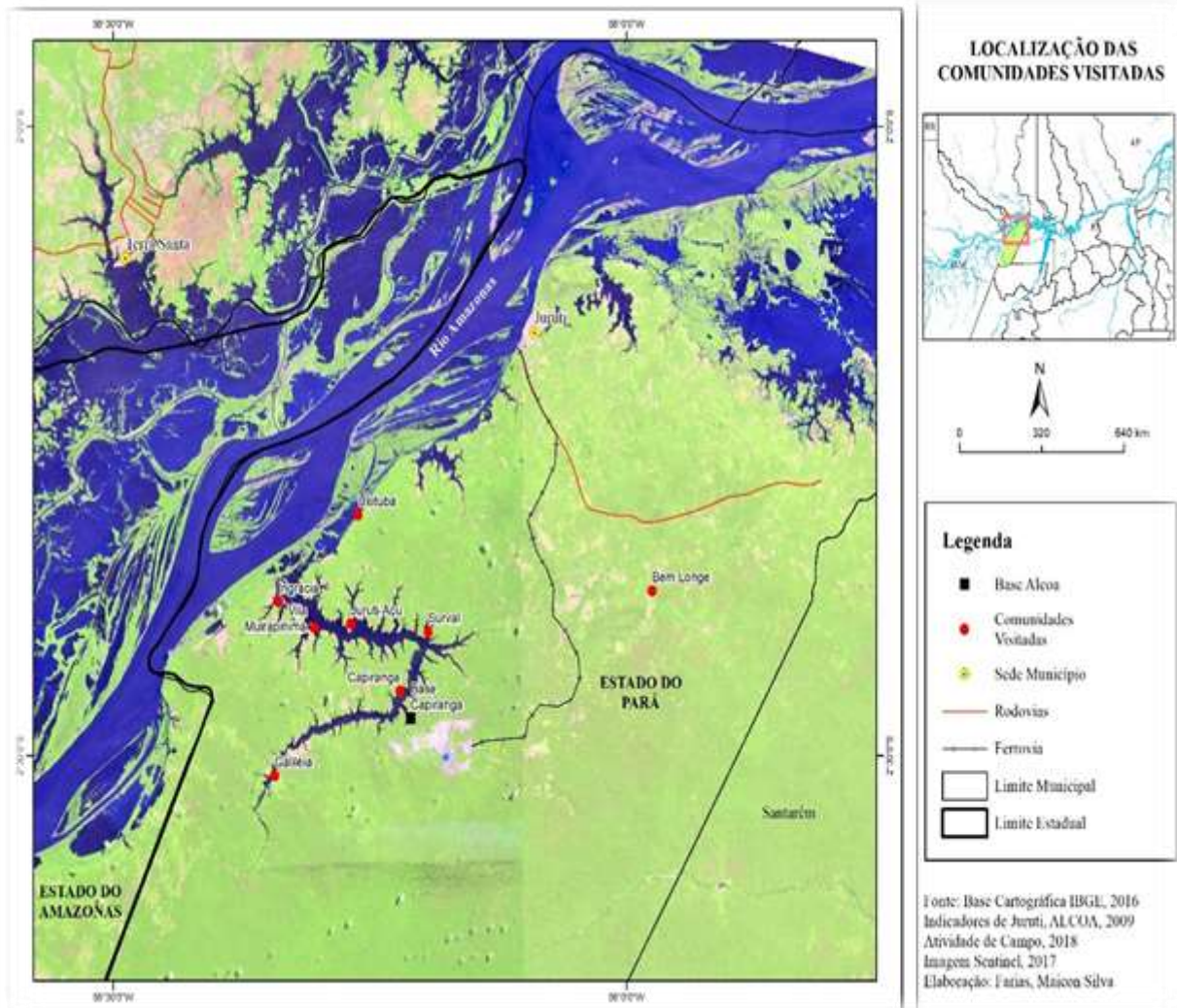
Quando essa realidade foi verificada diretamente no campo, foi possível entender melhor as mudanças no planejamento das ações comunitárias. Hoje os moradores contam com meios de transporte mais velozes (rabetas e algumas

lanchas) que economizam o tempo e encurtam as viagens), agilizando as atividades e resolvendo problemas que outrora levavam dias.

O deslocamento para as comunidades para o trabalho de campo era feito sempre na parte da manhã, embora sem horário certo. O transporte público para algumas comunidades ocorre somente uma vez por dia, nas primeiras horas da manhã, e as viagens podem ser longas, restringindo bastante as opções de deslocamento e trabalho. As rabetas, desde que adquiridas pelos moradores, passaram a agilizar bastante as viagens, chegando a fazer os trajetos mais longos para as comunidades em 25 a 30 minutos. Também os deslocamentos à sede da Acorjuve para proceder os levantamentos de campo eram feitos no horário da manhã. Toda e qualquer atividade nas comunidades que dependa de transporte local deve ser encerrada até 17h, quando sai o último transporte.

Segundo a carta geográfica, o território de Juruti Velho é assim distribuído de acordo com as suas referências espaciais: Lago Juruti Velho, Lago do Curumucuri, Lago do Salé, Região da Salmora: Estrada PA Nova Esperança, Estrada Translago PA 52. Nesses territórios chamam a atenção as características naturais da região, como os rios de águas cristalinas, o sol escaldante, as chuvas torrenciais e os ventos fortes no período de 'inverno' chuvoso, e as grandes áreas desmatadas no curto período de tempo de operação da mineradora no local. Seriam precisos mais quatro anos de trabalho de campo para cobrir de forma ideal todas as comunidades integrantes do Projeto Agroextrativista Juruti Velho. Entretanto, foi possível captar a realidade do território e das comunidades e perceber os acontecimentos através da amostra das comunidades pesquisadas, que constituíram a pesquisa, e indicadas na sequência.

Figura 31 - Mapa das comunidades visitadas em Juruti Velho



Fonte: Elaboração Maicon Farias, 2018.
Base cartográfica/IBGE, 2016.

A comunidade **Surval**, foi criada em 12 de maio de 1989 sobre a proteção da santa padroeira Nossa Senhora do Livramento. No local residem atualmente 44 famílias, todas inseridas no PAE Juruti Velho, fazendo jus ao cartão Acorjuve, com direito de recebimento dos *royalties* pela exploração do minério na área. As residências contam com água encanada, energia elétrica e um gerador que é administrado pela comunidade. Entretanto, há não muito tempo atrás, não era assim. No tempo de “dantes”, como gostam de falar os moradores locais, a iluminação das casas e das estradas dependia da poronga, uma espécie de lamparina utilizada no local.⁴⁵ O atendimento de urgência e emergência a doentes acometidos por alguma

⁴⁵ Tipo de lamparina muito usada no interior, aproveitando latas de óleo, usando, geralmente, como combustível para queima o querosene.

enfermidade, como quebrantos, mau olhado, ou os partos, era feito pela parteira/benzedeira local, D. Raimunda Lima, que socorria não só moradores da comunidade mas também pessoas que chegam de fora procurando atendimento de saúde, como Monte Sinai e Maravilha. Carlos Assunção de Matos (40 anos, 5 filhos), dá o seu depoimento:

[...] era muito difícil aqui, a minha mãe morreu de parto do meu irmão. Era moça, minha mãe 46 anos. Não deu tempo de chegar na Vila. Tenho 11 irmãos, o último quase que vai junto com a minha mãe. Nós se juntamos com a nossa associação e fizemos uma campanha para ter médico aqui. Temos um agente de saúde que vem nas casas. Ficou um pouco melhor, e também todas as famílias aqui agora tem rabetas, aí fica mais rápido ir pra Vila. Nossa casa melhorou, antes era tudo de palha, até 2012, minha casa era bem pobrezinha. Mas a nossa associação ajudou muito a gente. Quando a empresa [Alcoa] chegou aqui nós até trabalhamos na fundação da obra eu e os meus irmãos pegamos na máquina pesada na abertura de pico. A minha irmã e a minha mulher trabalharam. Aquela empresa onde tem mineração, ela tá em Carajás, Oriximiná, Juruti. A GRS que veio pra serviço de restaurante, alimentação. Quando acabou a fundação da obra ela foi embora e deixou muito lixo a céu aberto. A comunidade reuniu fez o puxirum para limpar e queimar o lixo - plásticos, vidros. Muita coisa melhorou quando a nossa associação fez luta. (Entrevista concedida à autora, 2018).

Figura 32 – Sistema de abastecimento de água e energia elétrica



Fonte: Tania Miranda, 2018

A comunidade **Juruti-Açu**, fundada em 19 de março de 1988, abriga 53 famílias que têm como santa padroeira Nossa Senhora de Conceição Aparecida. A maioria dos moradores não se consideram católicos. São evangélicos neopentecostais, pertencentes à Igreja Assembleia de Deus (AD), que segundo consta, têm se colocado contrários à Acorjuve pelo vínculo institucional da entidade

com a Igreja católica. Os evangélicos neopentecostais seguem os princípios da Teologia da Prosperidade, proveniente de teólogos sediados nos Estados Unidos. Esta prega que o sinal da salvação é a riqueza, a obtenção de prosperidade econômica.

Com base nessa teologia, os evangélicos neopentecostais fazem uma opção ideológica. A prosperidade é assumida como se fosse um artigo de fé. Há uma pauta moral intensificada explicitamente por esta teologia, que se inclina para a valorização de famílias nucleares, e para o poder individual de cada um. O governo do Partido do Trabalhadores, representava para eles o comunismo, sendo os fiéis são arredios aos movimentos de esquerda. A salvação se dá por mérito pessoal, em detrimento da atenção às dinâmicas associativas e comunitárias. Em Juruti, as comunidades de influência neopentecostal apoiaram os candidatos opositores ao PT. (MIRANDA, 2010).

Figura 33 - Igreja Assembleia de Deus em Juruti-Açu



Fonte: Tania Miranda, 2018

Um dos entrevistados, Benedito Batista, 85 anos, nascido no rio Madeira, em Rondônia, passou um tempo em Manaus e atualmente reside na comunidade Juruti Açu, para onde se mudou há 60 anos. Teve dez filhos, todos morando na comunidade. Trabalhou com extração da juta, na roça e atualmente participa do projeto Picha, de criação de traçajá. É sócio fundador da Acorjuve e participa da luta pela garantia das terras.

Outro morador, Valdo Farias Coelho, 54 anos, 6 filhos, nascido na comunidade, de pai jiticultor desde criança, relata:

Olha, quando a Alcoa chegou aqui, eu trabalhei para desmatar as nossas florestas, queria um dinheiro para mandar meus filhos estudar lá em Manaus ou Santarém. Me arrependi, porque a senhora imagina, aqui é tudinho silêncio, quieto mesmo, aí quando eles chegaram foi muito barulho aqui com essa empresa, sujou as nossas águas, a gente não tomava mais banho nas praias daqui de perto das cabeceiras. Nós fizemos puxirum para limpar a sujeira que deixaram aqui. Nós encontramos aqui 'restos de índios', assim, ossos, nós encontramos.

Em Uxituba (Uxi = Fruto + Tuba = Grande = Fruto Grande) residem 62 famílias, que celebram a festa do Sagrado Coração de Jesus, em 13 de dezembro de 1967. O tempo de permanência na comunidade e a realização do puxirum na escola, permitiu entrevistar cinco moradores: Rui Filho de Almeida Matos (29 anos), Leandro, Oracildo da Silva Almeida (48 anos), Teresinha Almeida dos Anjos, (58 anos), Leandro Nunes de Sousa (33 anos) e Rui Matos (72 anos). Todos os entrevistados fizeram questão de falar da infraestrutura, sobretudo da escola. De acordo com Teresinha Miranda dos Anjos (58 anos), “a escola funcionava na casa de Raimundo Antônio Nunes (que hoje dá nome a escola na comunidade), funcionava de maneira inadequada sem condições de funcionamento, mas era a única que existia”. Acrescenta que,

[...]a comunidade fez vários movimentos para ter escola [...], é longe daqui a escola da Vila. No tempo da eleição nós sentamos com o prefeito para ter luz aqui, até 2012, era tudo escuridão, a gente tinha catequese, a gente trouxe aqui as Santas Missões Populares, fizemos uma carta pedindo pelo menos um gerador para gente à noite ter o que enxergar. A gente tinha um posto de saúde que nunca funcionou. Depois que o Henrique assumiu muita coisa mudou. Ele fez concurso, todos nós funcionários da escola é concursado. A gente aqui não separa igreja de política é tudo misturado. A gente põe na mesa para discutir e reivindicar os nossos direitos. As irmãs sempre ajudam a gente. (Teresinha Miranda dos Anjos, entrevista à autora, fev. 2018).

A comunidade dispõe de um agente de saúde, Rui Filho Mattos (29 anos), nascido na própria comunidade. Passou por vários cursos até poder chegar a agente de saúde. Atende três áreas Juruti-Açu, Nova União, Paraná e Pedreira. Ele explica que no posto ele organiza um cadastro das famílias com prontuário contendo todas as informações e histórico de doenças dos moradores. As principais orientações são: a) Medidas e precauções no tratamento da água; b) Vacinação (realizada em dias fixos, às segundas e quintas-feiras) e c) Acompanhamento e encaminhamento de casos graves para a Vila Muirapinima. Desloca-se para as demais comunidades através de uma rabetá de propriedade particular. Em cada comunidade as crianças de 7 a 10 anos são avaliadas de acordo como o índice de Crescimento e

Desenvolvimento Infantil (CDI). Os casos mais graves são encaminhados até a Unidade de Saúde Irmã Ávila na Vila Muirapinima.

Já Rui Matos (70 anos), nasceu em Uxituba e tem 10 filhos. Foi conselheiro da Acorjuve por dois mandatos, atualmente é “só sócio”, sendo que os filhos assumem as coordenadas da comunidade. Rui Matos relata que:

[...] antes do PAE, a comunidade era muito mais tranquila, muito farto, a gente vivia da pesca, da caça, pesca, muitos frutos. Aqui não tinha desenvolvimento, educação. Mas a gente queria educação, saúde para os nossos filhos... tudo era distante, pra chegar na vila custava umas horas pra ir e voltar. A escola é nossa luta, o Henrique Costa é filho de Juruti, lutou com a gente. A gente andou com o pessoal da ECOIDEIA, servindo de guia para os pesquisadores, doutores para ver os danos que a Alcoa ia trazer para nós. Lutamos para ficar aqui, pelos nossos direitos. As irmãs andavam com a gente. Foi muito importante o apoio delas. Tivemos muito apoio para o Curso Técnico em Direito [...] (Rui Matos, entrevista à autora, fev. 2018).

Figura 34 – Interior e fachada da Escola Raimundo Antônio Nunes



Fonte: Tania Miranda, 2018.

A comunidade **Santo Antônio da Inglácias**, onde residem 68 famílias, fica distante de vila Muirapinima cerca de 40 minutos. Foi fundada em 02 de fevereiro de 1977, tendo por padroeiro Santo Antônio. Altair Garcia de Sousa (51 anos), é carpinteiro de profissão, e tem sete filhos, todos estudaram no Casulo. Como carpinteiro, trabalhou nas obras de todos os Casulos na Vila Muirapinima e nas demais comunidades, que ele se orgulha de ter construído. Ele, a esposa e os dois filhos são funcionários no Casulo na comunidade, construído em 1986. Por este motivo ele explica que não precisa do cartão Acorjuve. O Casulo atende crianças de 3 a 6 anos de idade, fornece merenda, material escolar e é todo equipado, “a Irmã Brunhildes

conseguiu muita coisa pra cá, 12 casas aqui foi ela que conseguiu com o apoio da Caritas, ela também é muito amiga do prefeito Henrique”.

Também por ser carpinteiro coordenou a construção das casas populares. A profissão aprendeu com o pai, à época com 74 anos. Os pais nasceram em Juruti Velho. Além das casas populares e das escolas, construiu a Capela de Santo Antônio, de 1992. Aos domingos é realizado o “Culto da Palavra”, que faz parte das atividades de “desobriga”, incursão de missionários da Igreja católica pelo interior, em especial no período quaresmal, para o cumprimento dos sacramentos, realizada a cada três meses. Na escola Manoel Pereira da Cunha funcionam as séries do 5º ao 9º ano. A escola atende quatro áreas; Capitão, Nova Macaianí, Boa Vista e Inglácias. O transporte coletivo (flutuante) é responsável em buscar e deixar os alunos na comunidade para estudar.

Figura 35 - Comunidade Inglácias - flutuante escolar e escola



Fonte: Tania Miranda, 2018.

A segunda entrevista da comunidade foi feita com Marina Pereira, 58 anos, nascida na “cabeceira da Inglácias”, criou oito filhos e todos passaram pelo Casulo. Um deles mora em Santarém e está cursando a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). A história de Marina Pereira está relacionada aos trabalhadores da juta. É filha de pai japonês, que mora em Belém. Marina Pereira solicitou que eu procurasse seu pai pela internet: “o meu pai ele é filho do Sr. Takuchi, o nome dele é Michisanto” (Marina Pereira, 2018). Ela revela que gostaria de conhecer o pai e solicitar auxílio financeiro para terminar a construção da casa. Na comunidade, todos possuem um sítio no final da cabeceira, ou seja, perto do riacho, e cada família tem seu lote para o plantio da roça. Antes do PAE, a roça era itinerante, cada família fazia

onde dava para fazer. Atualmente cada um cuida da sua roça. “Aqui é o paraíso moça”, conclui Marina. As famílias além da roça, vivem da pesca da caça.

Essas populações do interior mantêm uma relação estreita com o habitat natural onde se encontram; se utilizam deste ambiente de forma consciente, visando garantir a sustentabilidade dos recursos por sucessivas gerações. As atividades desenvolvidas são sobretudo de baixo impacto ambiental, priorizando a subsistência das famílias de maneira a não dependerem tanto do mercado e das mercadorias de fora. (DIEGUES, 2004, p. 87).

De fato, as atividades acompanhadas na comunidade Inglácias durante a realização da pesquisa, condizem com as observações do autor sobre a utilização dos recursos para o sustento familiar. A foto a seguir ilustra o resultado de uma madrugada de pesca para garantir o almoço do dia seguinte, uma atividade essencialmente de subsistência.

Figura 36 - Jovem chegando da pesca



Fonte: Tania Miranda, 2018

A comunidade **Bem Longe** também chamada ‘Fim do Mundo’ foi, criada em 10 de janeiro de 1977, tendo como padroeiro São Francisco de Assis. O nome da localidade traduz de fato a distância existente em relação às demais comunidades e ao centro administrativo da região. Da vila até à comunidade, de barco a motor são necessários cerca de 40 minutos de viagem.

Por ocasião da Colação de grau de uma das filhas de João Emmanuel Soares (49 anos), nascido na comunidade, pai de 6 filhos, as irmãs e o padre receberam o

convite para a comemoração. A cerimônia de colação de grau aconteceu na noite anterior, no Salão Paroquial da Igreja Nossa Senhora da Saúde. O almoço comemorativo foi servido com muito peixe, carne de jacaré, saladas, ovos de tracajás, galinha caipira e uma variedade de sucos. Emanuel Soares, vive da caça e da pesca, e é diácono na paróquia, possuindo o cartão Acorjuve. Apesar de ser bem distante da vila, a comunidade está localizada próxima da ferrovia da Alcoa tendo sido por isso bastante afetada pela atividade de mineração.

João Emanuel, morador da comunidade, durante conversa informal com esta pesquisadora, em 29 de janeiro de 2018 fala sobre os 50% dos *royalties* repassados pela empresa, salientando a falta de algumas hortaliças na ocasião: “[...] faz três anos a gente não fazia roças com o dinheiro repassado pela Acorjuve. Nós recebemos e logo compramos para o mês toda a alimentação”. Este fato encontra eco nas demais comunidades: a roça, a caça e a pesca são atividades tradicionais que têm ficado, devido ao repasse, em segundo plano.

No início o recurso era o suficiente para suprir as necessidades das famílias, a Acorjuve repassava no valor de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais), o recurso associado a mais a roça dava pra viver muito bem. Mas o valor diminuiu muito, atualmente, vem uns R\$ 200,00 a R\$ 240, 00 e vai diminuir mais, já que esse início de ano a associação vai cadastrar mais 500 famílias daqui e de Parintins.

O morador acrescenta a essa observação que, com o orçamento, a comunidade realiza o projeto de reflorestamento da área desmatada em Juruti Velho, atividade desenvolvida através de uma parceria das comunidades com a Alcoa, desde o ano de 2016, e que procura reabilitar a área depredada pela mineração. As comunidades fornecem mudas de espécies nativas para serem plantadas nas áreas devastadas pela Alcoa. De acordo com os dados da Alcoa (2018).

[...] até abril de 2017, a atividade foi realizada por 180 famílias de 16 comunidades da região de Juruti Velho, que estão dentro da área de influência do empreendimento. A Alcoa realizou diversos treinamentos com os comunitários, principalmente em relação a diretrizes de Saúde e Segurança, além de acompanhar e prestar consultoria especializada. Adquiriu 386.907 mudas – superando em 100% a meta inicial de plantio – gerando cerca de R\$ 1, 317 milhão em renda para os fornecedores locais. (ALCOA/balanco, 2018, p.15).

As espécies florestais em extinção tais como: itaúba, cedro, viola, maracatiara, pau-rosa, angelim, cupiuba, entre outras, são utilizadas na fabricação de canoas, remos, cabos de ferramentas; outras servem para preparar remédios caseiros. As lideranças comunitárias passaram por intenso processo de capacitação em

recuperação de áreas mineradas. O curso foi planejado em três fases: 1ª fase – envolveu o conhecimento de plantas de crescimento rápido, de 1 a 2 anos de reflorestamento; 2ª fase – estudo de plantas funcionais (3 a 5 anos); 3ª fase: conhecimento de plantas de uso sustentável e conservação (5 a 15 anos). A revegetação ocorre em 18 meses. (ALCOA, 2018). Em parceria com o Instituto Vitória Régia (IVR) o “programa é de dez milhões de árvores, desenvolvido pela empresa em todas as unidades da empresa. Serão plantadas cerca de 5.000 mudas de espécies florestais, de frutas e para jardins”. (VIVER JURUTI, 2016, p. 7).

Figura 37 - Mudas de espécies em extinção



Fonte: Tania Miranda, 2018.

Toda a produção da comunidade é baseada nas relações de parentesco, e as atividades são realizadas em regime de puxirum. A divisão de trabalho é definida de acordo com o planejamento conjunto feito por comunidade, geralmente com a participação de todas as famílias moradoras, e com a presença da direção da Acorjuve. De acordo com Dilson Simões, pertencente à comunidade Caapiranga e conhecido por seu Lazico, “tudo isso vai pra Alcoa. Eles vêm aqui levam as mudas, pagam e levam lá pra pertinho aqui (Base Caapiranga) que foi toda derrubada” (Entrevista concedida à autora, 2016).

A comunidade **Galileia**⁴⁶ é predominantemente composta por evangélicos de vertente neopentecostal, possuindo duas igrejas de filiações diferentes, a Assembleia

⁴⁶ A entrevista na comunidade Galileia foi feita em 13 de fevereiro de 2018, a caminho da Base da Alcoa, não sendo sido possível visitar a comunidade, uma vez que a pesquisa foi acompanhada da religiosa católica, Irmã Iardete Amaral (conhecida por Irmã Deca). O informante, morador de Galileia, se ofereceu de guia para a equipe até a base da Alcoa, mas pediu para não ser identificada. No caminho foi possível conhecer um pouco sobre a comunidade e tomar conhecimento das relações dos evangélicos neopentecostais com a empresa Alcoa. Soube-se

de Deus e a Igreja do Evangelho Quadrangular. Não se dispuseram a discutir com as demais comunidades os impactos da mineração. Em virtude dos acontecimentos em Juruti Velho, responderam “a gente senta com o pessoal da Alcoa, esse pessoal da Igreja católica tão tudo enrolado”.

Figura 38 – Local de travessia para a Alcoa/Estrada para Galileia



Fonte: Tania Miranda, 2018.

As comunidades Galileia, Prudente e Monte Sinai (jurisdição do profeta Elias), por opção própria ficaram fora do PAE, justificando já terem o “compromisso com Deus, e não se deixar dominar pelo dinheiro”, Eles explicam o trabalho de persuasão com dependentes químicos (“usuários de drogas”) na Vila dos trabalhadores da Alcoa, construída em 2011, ocupada até março de 2016. Em 2017, a vila foi abandonada. O local mostra toda a infraestrutura instalada pela empresa, como os alojamentos para acomodar trabalhadores braçais, engenheiros e os ocupantes do cargo de representante regional da executiva da Alcoa; além dos alojamentos dispunha de cozinha toda aparelhada, com fogão industrial, utensílios, mesas, etc.; além dos espaços de lazer, incluindo uma academia de ginástica, campo de futebol, e logística para *internet* e telefonia.

O coordenador da comunidade **Prudente**, Ibério Pereira de Sousa tem 46 anos, é pai de 10 filhos. Nascido na própria localidade, foi sócio fundador da Acorjuve. No

por ele que, em junho de 2017, a vila dos trabalhadores da Alcoa foi abandonada e outra foi construída para exploração de outro platô. a primeira vila na base Capiranga foi ocupada em fim do ano de 2017, por alguns ‘usuários de drogas’, que, incentivados e supervisionados pela Igreja Assembleia de Deus, passaram a cultivar plantios e a trabalhar em marcenaria. No trajeto, deparou-se também com o coordenador da comunidade de Prudente, agendando-se uma conversa na Vila Muirapinima no dia 15 de fevereiro de 2018, já que a comunidade atravessava um período de intensos conflitos.

entanto, está afastado já há algum tempo, em virtude das divergências com o presidente da Acorjuve. Ajudou a criar a Associação Comunitária da Gleba Curumucuri (ACOGLEC), e após muitas reivindicações foram assentados no Projeto Estadual de Assentamentos Extrativista Curumucuri, em 2010. O assentamento faz parte da área afetada pela Alcoa. No período de negociações, a associação tentou conseguir o repasse de *royalties* pela Alcoa, visando ressarcir perdas, danos e externalidades, seguindo o modelo Juruti Velho. No entanto, não obtiveram êxito, pois além das desavenças religiosas, o local é destinado à atividade agropecuária, havendo no local propriedades agrárias, entre outras, as quais, pela determinação estatutária da Acoglec, não podem negociar as terras. Até 2018, tentaram várias vezes acesso ao crédito para habitação, também sem sucesso. Solicitaram o apoio da Acorjuve, o que também não foi possível.

Caapiranga localiza-se na mesma área onde estava instalada a sede da Alcoa. Atualmente, residem na comunidade 55 famílias. O santo padroeiro é São João Batista. A comunidade foi fundada em 24 de agosto de 1967, e foi ali onde tudo começou.

É a comunidade mais afetada, uma vez que ali se instalou toda a infraestrutura de mineração de bauxita. Para construir o complexo, a Alcoa teve que desmatar uma área de 800 hectares de florestas. Além disso, foram usados sete milhões de toneladas de trilhos, 110 mil dormentes, 28 milhões de m² de terra e 400 mil m³ de brita (PEREIRA, 2009).⁴⁷ O traçado da ferrovia, construída para escoar o minério extraído, possui 55 km de extensão e atravessa a área do Assentamento Socó, criado em 1997 pelo Inbra. Em virtude da grande extensão da ferrovia, 10 famílias tiveram que ser retiradas do local, sendo que 46 lotes de assentamento foram fragmentados, chegando a perfazer um total de 900 hectares.

A empresa retirou do local 138.058,70 metros cúbicos de toras de madeira, e 336.940,33 metros cúbicos de lenha, com total estimado em 1.548.64 hectares de vegetação suprimida. Em cinco anos, esse montante chegaria, em moeda corrente e

⁴⁷ Cf. Renee Pereira, em matéria do Estadão. “Mina traz prosperidade e caos à antes pacata Juruti. Com a chegada da Alcoa, cidade paraense virou um canteiro de obra.” Disponível em: <

convertido o valor da madeira, a alcançar o montante de R\$ 5.054,95 (cinco milhões cinquenta e quatro mil, cento e quarenta e quatro e noventa e cinco centavos).

Quanto ao abate de espécies da fauna, os principais recursos não madeireiros extintos em cinco anos alcançaram as seguintes cifras: 3.391 castanheiras; 619 preciosas; 91.818 tucumãs; 3.685 Inajás; 619 amapás; 727 seringueiras; 727 araçás; 3.871 sucubás; 3.391 jatobás; 20.813 breus; 2.415 uchizeiros; 1.935 bacabeiras e 464 piquizeiros. À época, o consumo de energia chegava a 25 MW, sendo 20 MW na mina/planta e 5MW no porto, ou 160 Gwh/ano.

O volume de água consumido e captado do igarapé Juruti Grande é calculado em aproximadamente 5.500 metros cúbicos por hora, com uma recirculação do fluxo que passa pela bacia de rejeitos, com vazão calculada em 504,8 metros cúbicos por hora. Prevê-se que serão consumidos 9.200 metros cúbicos de combustíveis e lubrificantes por ano nas operações da mina. As barragens de rejeitos serão construídas ao longo dos vales.

Diante das questões que são expostas, a manifestação de protesto local que ocorreu em 28 de janeiro de 2009, na base Caapiranga foi grande: “reunimos muita gente para protestar, bloqueamos a estrada que dá acesso à base Caapiranga da Alcoa, fizemos a nossa pauta valer”, declara o agricultor Claudionor Pereira/Beirão (Entrevista concedida à autora, 2018).

As imagens na sequência retratam alguns momentos marcantes que fizeram parte do período de nove dias em que durou a ocupação e a resistência dos moradores na sede da empresa, incluindo desde a imagem da fila de barcos, atracados no porto, depois da viagem para transporte dos manifestantes, até orações e celebrações que mantêm o espírito de coesão e a mobilização, o repasse de orientações pelas lideranças e articuladores do movimento, além das atividades de protesto propriamente dito.

Figura 39 – Jornada de protesto em Caapiranga, base da Alcoa



Fonte: Arquivo Acorjuve, 2018.

O protesto propriamente dito envolveu uma série de atividades, incluindo momentos lúdicos de descontração, celebrações de fé e demonstração da união dos participantes: brincadeiras para as crianças, orações, entoação de cânticos religiosos, jogos de futebol feminino e masculino. A alimentação é fornecida pelas próprias comunidades, e a comida preparada à base de lenha. Barracas foram cedidas por comunidades de Santarém, Óbidos, Oriximiná e outras, para improvisar os refeitórios.

Considera-se que este evento representou o ‘marco’ das mudanças envolvendo as negociações em favor dos moradores de Juruti Velho. Após os nove dias de protesto, a agenda de negociações entre Acorjuve e Alcoa resultou finalmente na liberação dos *royalties* para as comunidades, em dezembro de 2009, quando a mineradora reconhece à Acorjuve os direitos de participação da lavra; o Estudo de Perdas e Danos (EPD), realizado pelo Instituto Ecoideia, que foi contratado pela

própria Alcoa, identificou 37 externalidades sociais e ambientais negativas que não haviam sido identificadas inicialmente na análise do licenciamento ambiental.

A partir deste processo considerado “único”, “inédito”, “exclusivo”, as comunidades experimentam um novo aprendizado envolvendo a construção e/ou formação do território social, as formas e dinâmicas de trabalho, metodologias de produção, atividades de controle/vigilância, de apropriação, acesso e uso dos recursos naturais e, conseqüentemente, de recomposição territorial. Essas alterações passam a ser visíveis na região, e as dinâmicas conduzem à disputas de poder para reorganização socioambiental e uso dos espaços regionais. As relações associação e comunidades, associação *versus* mineradora têm transformado o ambiente de governança local.

Ressalta-se o sentimento de orgulho que toma conta das lideranças da Acorjuve em liderar ações contra a maior mineradora de alumínio no mundo, a Alcoa. “Foi muita luta, uma grande vitória”, declara Dinelson Tavares, representante da Acorjuve (entrevista concedida à autora, 2016).⁴⁸ Esta atuação fez da Acorjuve um dos atores de maior prestígio e influência social, política e econômica do município na atualidade.

Em janeiro de 2018, a base Caapiranga já estava abandonada pela Alcoa. As informações confirmavam a desocupação, que ocorreu em 2017, sem que tenha havido nenhum repasse à comunidade.

A visita à base da Alcoa ocorreu no dia 12 de fevereiro de 2018, e lá puderam ser constatadas a grande área de castanhais que havia sido desmatada, a parte beneficiada, a infraestrutura, equipamentos, a área destinada ao reflorestamento e as estradas abertas. A estrutura foi encontrada totalmente abandonada, embora em perfeito estado de conservação.

Em termos técnicos, tratando-se da logística para elaboração, produção e divulgação de material audiovisual, prestação de contas, planilhas, relatórios, comunicados impressos, sistemas e redes sociais para informar e dar transparência às atividades da associação, portanto, a Acorjuve não tem como competir com a Alcoa, não dispendo de um produto final com relatório financeiro para informação das receitas e despesas da associação; se este existe, resume-se a uma planilha, que pelas dificuldades logísticas, fica restrita à diretoria da associação.

Dinelson Hipólito Tavares é representante da comunidade Nova União, diretor de Esporte, Cultura e Folclore da Acorjuve. Está no terceiro mandato.

A prestação de contas é feita por meio do Relatório Social, apresentado nas assembleias da Acorjuve pelos membros diretores e nas reuniões com comunidades do PAE. Além da diretoria, os demais assessores cumprem agenda em todas as comunidades. Contam com o Conselho Fiscal para reavaliar as situações imprevistas e empecilhos encontrados no planejamento do Plano de Uso (PU). Até 2016, a associação contava com o Blog Acorjuve,⁴⁹ disponibilizando históricos, registros fotográficos e vídeos das atividades realizadas, além do estatuto para consultas; também divulga poesias e artigos de intelectuais, como Lucio Flavio Pinto, D. Pedro Casaldáliga, João Pedro Stédli, papa Francisco, e documentos da FASE. No blog há uma lista de endereços para acesso a outros blogs: MST, Dorothy Vive, Via Campesina, Furo, Movimento Atingidos por Barragens, Movimento dos Sem Terras, Xingu Vivo para Sempre. Há várias notas de apoio aos movimentos e luta no campo.

A associação, através de seus membros, continua colocando em prática o aprendizado de anos de convivência com o movimento católico, dando prioridade às suas pautas: terra, formação sociopolítica e luta. O incentivo à formação se dá nos mesmos moldes do trabalho das pastorais católicas, enviando lideranças para a Via Campesina, onde debatem territorialidade, fazem análises de conjuntura, entre outras.

Até o ano de 2016 a associação realizou ações concretas de apreensão de madeira irregular, de maquinário e utensílios proibidos de derrubada de madeira na Vila Muirapinima. O Blog da associação informa os sócios sobre atividades ilegais.

MADEIRA ILEGAL É APREENDIDA NO TERRITÓRIO DO PAE JURUTI VELHO

Foi apreendido pela direção da Acorjuve inúmeras toras de madeiras da espécie Ipê nas áreas do território do Assentamento PAE Juruti Velho. A apreensão se deu nessa última semana em decorrência da fiscalização da direção da Acorjuve nas limitações (sic) do PAE com as terras do Mamuru. Para coibir essa prática ilegal a direção da Acorjuve tornará as fiscalizações mais rigorosas e extensivas em todo o território do PAE.

Esse caso será encaminhado à Secretária de Meio Ambiente do município (SEMAS), para que sejam tomadas todas as providências necessárias e, assim aplicar as punições aos responsáveis pelo crime ambiental nas áreas do Assentamento PAE Juruti Velho. (BLOG ACORJUVE, 2013, grifo original).

⁴⁹Ver Blog da Acorjuve, no endereço: <http://acorjuve-acorjuve.blogspot.com/2013/11/pe-de-pincha-garante-repovoamento-de_2157.html>.

A Acorjuve dedica-se à segurança e bem-estar das comunidades e continua chamando a atenção dos moradores com relação às ameaças da extração de bauxita na região. A vigilância do território do PAE é de responsabilidade das comunidades, sendo realizada por lideranças locais capacitadas que se organizam em regime de revezamento para fiscalizar a área, contando com o apoio de uma guarita, estrutura fixa construída em madeira e instalada pela Acorjuve. Várias situações de infração são registradas pela fiscalização comunitária, como episódios de invasão da área, extração ilegal de madeira, caça e contrabando de animais. A Acorjuve promove várias ações de formação integral para as lideranças da área, como se observa a seguir.

III Seminário de Educação do Campo e Educação Popular no Contexto Amazônico.

Projeto de Bacharel em direito pelo PRONERA, na Universidade Federal Fluminense em Oriximiná, juntamente com o Ministério Público Estadual na pessoa da Dra. Lilian Braga e lideranças Quilombolas de Assentamentos. Enfatizando a importância do contato entre os assentados em busca de educação de qualidade para os beneficiários da reforma agrária. Avante Acorjuve Juruti Velho;

I Seminário de Educação no/do campo: Política, Financiamento e Educação Superior pública no Baixo Amazonas, tem como objetivo de compreender o Cenário de educação no/do campo. Forte participação das instituições governamental, de ensino e de Movimentos Sociais: INCRA através do PRONERA, UFOPA, IFPA, Prefeitura de Óbidos, ACORJUVE, ARQMOB, STTR, Z19 com acompanhamento do MPE.

SEMINÁRIO SOBRE OS GRANDES PROJETOS INSTALADOS NA AMAZÔNIA, desafios e perspectivas frente ao fortalecimento das organizações relacionadas à questão agrária e educação do campo. (BLOG ACORJUVE, 2014).

A Acorjuve dá continuidade aos projetos Cadeia Alimentícia da Mandioca, criação e soltura de quelônios, Produção de Ração.

Hoje na Vila Muirapinima, a direção da Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho, Acorjuve Juruti Velho, juntamente com alunos e professores da escola EMEF Miriam Benitah, fizeram a soltura de centenas de quelônios a natureza. Uma iniciativa apoiada pela ACORJUVE em várias comunidades na região.

Curso de Produção de Ração alternativa à base de mandioca, na comunidade Curumu, Óbidos/PA, contou com a presença de produtores, filhos de produtores e profissionais da área. Em aula

prática foi possível acompanhar, passo a passo a formulação de um produto que certamente é a saída para quem quer criar aves com baixo custo e maior lucratividade. (BLOG ACORJUVE, 2014)

Antes das negociações com a Alcoa, as assembleias aconteciam nas dependências da igreja católica, e mesmo com a presença de outras representações religiosas, as decisões passavam pela intermediação de agentes da pastoral católica, Acorjuve, Sindicatos, Partido dos Trabalhadores e Movimentos Sociais, contando com apoio logístico destas entidades. Com o repasse do recurso, a Acorjuve passa a investir na sua própria infraestrutura, na sede própria, com todos equipamentos para funcionamento de uma cozinha, sala de informática, auditório para realização de assembleias e reuniões, espaço de trabalho para assessores, alojamentos, etc. No terreno da Acorjuve são desenvolvidas as diversas atividades dos projetos já enumerados. Segundo informa Francisco Pinheiro, da comunidade Maravilha, diretor de Programas Comunitários, Articulação, Comunicação e de Relações Públicas, a associação dispõe de transporte terrestre de embarcação “[...] que serve para os trabalhos da própria entidade e ainda atende as 53 comunidades do PAE Juruti Velho, seja para eventos religiosos ou para eventos comunitários, estando à disposição dos associados”. (Entrevista concedida à autora, fev. 2018).

Figura 40 - Sede e barco da Acorjuve



Fonte: Tania Miranda, 2018



Fonte: Acervo Acorjuve, 2016.

Algumas comunidades com vínculo evangélico pentecostal, como já foi visto, não aceitaram participar do PAE. Segundo esclarece a Irmã Fatima Paiva, a principal discordância vinha da “titulação coletiva”, pois essas comunidades fizeram opção pelo título individual. Sendo a Acorjuve uma associação com forte vínculo com os movimentos católicos, com atores progressistas, como o Partido dos Trabalhadores

(PT) e grupos alinhados ao Movimento dos Sem Terra (MST), sua imagem acabou naturalmente associada à religião católica, motivo que contribuiu para que outras correntes religiosas nem sempre aderissem ao processo instaurado pelo PAE. A filiação religiosa marca posição no sentido de acirrar as contradições entre as comunidades, entre os comunitários e associação e entre comunidades e as freiras. Na tentativa de mediar esses conflitos a Acorjuve organiza uma comissão de assuntos fundiários para tratar especificamente do assunto.

No entanto, é mister perguntar sobre o porquê ou por quais motivos este caso inédito, único na Amazônia, no Brasil e quiçá no mundo, permaneceu desconhecido e insignificante. Qual a razão desta invisibilidade?

6.2 O QUE REPRESENTAM OS RESULTADOS DA ACORJUVE?

As 49 comunidades distribuídas por todo o Projeto de Assentamento Extrativistas, representadas na Acorjuve, trouxeram, além dos debates sobre a mineração no Brasil, o reconhecimento pelo pagamento do direito de lavra ao posseiro, que assume a experiência de gestão coletiva do território, que data de 2019. São dez anos de ações que se concretizaram por meio da relação de confiança, visando o interesse comum e o respeito à tradicionalidade e identidade do território.

Essas comunidades que vivem ao longo das várzeas, rios, lagos e igarapés sobrevivendo principalmente à base da pequena agricultura familiar combinada com pesca, caça e coleta, são isoladas e conseqüentemente a-históricas (ADAMS et al., 2006, p.19). Estão demonstrando sua capacidade em usufruir e administrar um território, destarte todos os fatores de conflito inerentes à gestão pública.

No processo de gestão compartilhada, a Acorjuve adquiriu uma bagagem inestimável de conhecimentos e aprendizagens juntamente com seus parceiros, tanto nas afinidades encontradas na luta, como nos opositores, e os que temporariamente estiveram ou estão vinculados a suas causas, mas que em função de interesses outros se desprenderam da luta, causando rupturas e até mesmo antagonismos.

Acorjuve, comunidades, igrejas, prefeitura, missionários e especialistas tendem a se identificar com discursos idealistas de diferentes coletivos, dialogando, cooperando ou se confrontando em termos do posicionamento no passado e de ações desencadeadas no presente, com perspectiva de manejo do território no futuro. No território de Juruti Velho, assim como em outros espaços de luta, existem duas referências de desenvolvimento sustentável. Aquela sustentada pela promessa de

promover um desenvolvimento que atenda às necessidades do presente, sem comprometer as necessidades de sobrevivência das próximas gerações. Aliada à essa ideia de sustentabilidade, as referências se dirigem a processos focados na continuidade, sobrevivência ou prosperidade, estando sempre relacionadas com o futuro. (RODRIGUES, 2010). Esta concepção se associa às narrativas contemporâneas do capital, buscando expressar sua preocupação com a importância da preservação do meio ambiente e com o futuro a longo prazo. Na concepção de Acosta (2015, p. 73 apud Shumpeter, 2015) essa ideia corresponde à visão economicista que criou a “civilização da desigualdade”.

Por outro lado, existe a ideia de construção e reconstrução de processos históricos-sociais de povos permanentemente marginalizados. O bem viver, como alternativa ao desenvolvimento, é uma proposta civilizatória que reconfigura um horizonte de superação do capitalismo, (des)ocidentalizando a vida no planeta; valorizando a diversidade, o outro. Não significa voltar à idade da pedra e negar as tecnologias, mas buscar saídas descolonizadoras. (ACOSTA, 2015, p. 82).

Perspectivas vigentes ainda na primeira década dos anos 1960 são as que vigoram em Juruti quando se trata da Alcoa, e que persistirão na relação entre a empresa e as comunidades, certamente, em maior ou menor grau de intensidade. A concepção de reconstrução civilizatória tão debatida por movimentos sociais e por intelectuais orgânicos ganha força a partir de experiências da diversidade de grupos humanos invisibilizados pela lógica ocidental. A tendência é uma contribuição do conhecimento ancestral de diferentes povos/etnias/nacionalidades/grupos/classes que vivem, ‘r-existem’, ‘resistem’. (PORTO-GONÇALVES, 2017, 77-83).

6.3 PROCESSOS QUE LEVARAM A INVISIBILIDADE

Para um processo de luta tão importante como o das comunidades de Juruti Velho, insistindo nas reivindicações ao território e à soberania, a vitória no embate contra a Alcoa representa um marco importante, que sempre esteve invisível no mapa das políticas públicas - pensar que Juruti Velho, comunidade com quase 200 anos de existência, em 2018, não dispunha de energia elétrica suficiente para atender as necessidades da população, sujeita a interrupções e muitos apagões, significa dizer que o território era inexistente, e não apenas invisível.

Para a promotora pública Lilian Braga

Não há na história do mundo uma luta igual a de Juruti e Juruti Velho, nenhum grupo até hoje tocou na economia da Alcoa. Nós temos exemplos aqui perto Oriximiná, e bem longe, Belo Monte que lutaram, lutaram, e não conseguiram o que as comunidades de Juruti Velho conquistaram. Juruti senta à mesa, pauta as questões do território, estão neste momento debatendo com a Alcoa, com MPE qual o interesse da comunidade, e não da empresa, o que a empresa dita. (Entrevista concedida à autora, maio 2019).

Lindomar Silva (2018) assinala que,

Igual a Juruti não existe, organizaram a as estratégias a partir da igreja das comunidades, reuniram com sindicatos, chamaram estudiosos, formaram as lideranças, trabalharam incansavelmente em reuniões para criar a associação e criaram a pauta de reivindicação para a Alcoa. Ora nós que somos estudiosos e militantes que conhecemos como as comunidades e grupos ribeirinhos, os camponeses são tratados pelas grandes mineradoras. Então você vê um grupo de comunidades que alcancem a economia da maior produtora de alumínio do mundo. Juruti é exemplo fantástico. (Entrevista concedida à autora, 12 out. 2018).

Atualmente, considera-se que Juruti esteja de fora do cenário que mostra as ações que atraíram a atenção mundial, pelo fato de trazer o presidente da Alcoa e toda a sua equipe para o lago Grande Juruti Velho para negociar com a comunidade. Vieram, sentaram e ouviram as reivindicações da comunidade, que venceu a Alcoa. A associação dos moradores de Juruti foi inúmeras vezes convocada por universidades, fóruns de debate sobre mineração, convidada a dar entrevistas, e, em diversos outros momentos, serviu de exemplo de luta. No atual contexto se tornou invisível. Percebeu-se que nos últimos fóruns de debates, tanto em nível regional, como nacional e internacional, a situação de Juruti Velho caiu no esquecimento, como se tudo transcorresse normalmente. Percebe-se que esta poderia ser chamada a liderar e orientar outras lutas que acontecem na própria região, mas ao contrário, se encontra isolada, presa à gestão dos recursos, que voltaram a ser invisíveis para as ações de lutas na região. De 2009 a 2019, muitos processos foram elencados como sendo os principais efeitos desta invisibilidade, e, particularmente a partir de 2013, a Acorjuve atuou unicamente e exclusivamente em Juruti Velho.

A partir de 2013, a Acorjuve tem o seu mandato parcialmente renovado, com novos conselheiros sendo eleitos nas comunidades. A eleição transcorreu com êxito, sem que houvesse chapas opositoras, e dessa forma elegeu-se a mesma diretoria executiva para um período de mais três anos. Registra-se apenas o revezamento dos

cargos. O diretor executivo continuou exercendo a mesma função desde o início em 2004.

Considera-se que este processo de não renovação da diretoria deve-se ao acirramento dos conflitos internos da associação, pois o Estatuto da Acorjuve prevê que,

§1º - Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos (as) pelos (as) associados (as) em ASSEMBLEIA GERAL previamente convocada para tal fim.

§ 2º A Diretoria Executiva cumprirá mandato de três anos, podendo haver reeleição dos seus membros, para o mesmo cargo ou não.

§ 3º A nenhum membro da Diretoria Executiva será permitido ocupar qualquer cargo por mais de 5 (cinco) mandatos consecutivos (ESTATUTO DA ACORJUVE, 2010, grifos da autora).

Em 2016, ao cumprir o mandato de 3 anos, novamente a mesma direção se coloca à disposição para liderar a Acorjuve pelo período. Com algumas exceções, percebe-se que a Acorjuve ‘ainda’ permanece ligada às ideias da Igreja católica, ao Partido dos Trabalhadores (PT) e aos movimentos ‘progressistas’, como o Movimento dos Sem Terra (MST), o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS) e Via Campesina entre outros.

A justificativa para reeleição da mesma diretoria está posta na continuidade da “missão”, no fortalecimento da associação, para conservá-la participativa, democrática, ativa. Na voz do diretor executivo Gerdeonor Pereira (2013), em campanha para reeleição à frente da associação, percebe-se esse argumento:

[...] a Acorjuve através de seus representantes ao longo dos anos vem se movimentando e participando de reunião, diálogos, provocações e discussões que tem como propósito a solicitação da implantação do Curso de pedagogia para os filhos /filhas do PAE Juruti Velho. E falando nisso, de acordo com a fala da Doutora Lilian do MPE, o projeto do Curso de pedagogia já vai estar em análise agora para setembro, e teremos respostas de aprovado ou não. Vamos torcer para que seja aprovado. (Entrevista ao Blog Acorjuve, abril de 2013).

Em todas as comunidades, a direção da Acorjuve alimenta o discurso “sonhos realizados e sonhos que vamos realizar”, com o *slogan*: “Acorjuve: unidade, luta, vitórias e desafios”. Dois instrumentos são utilizados no discurso de campanha: a leitura do Estatuto, enfatizando a defesa da democracia, a participação efetiva nos encaminhamentos; a defesa da preservação e o resgate da cultura e tradição dos habitantes das comunidades da região; a solidariedade aos movimentos sociais e à classe trabalhadora; a atuação incansável na defesa do meio ambiente

ecologicamente equilibrado e essencial à sadia qualidade de vida. (Blog Acorjuve, 2013).

Outra ferramenta dessa narrativa é o documento chamado ‘Relatório Social’, reproduzido em todas as 53 comunidades. É uma espécie de prestação de contas da Acorjuve, com fotos, vídeos produzidos pela secretaria e equipe de comunicação da associação. Acrescenta-se ao discurso o combate ao “tubarão que está entre nós” ao “inimigo que opera contra a floresta e a tradição das comunidades”, a Alcoa.

A Rádio Muirapinima é instrumentalizada para a divulgação do relatório social, das atividades da Acorjuve, enfim, para a prestação de contas da associação. Um recurso que tem ampla divulgação, alcançando praticamente todas as comunidades do PAE e a sede de Juruti Velho. A sede onde funciona a rádio foi cedida pela Capela Santa Clara, no bairro do Castanheira. Dois jovens são responsáveis em dinamizar a programação. O horário do programa é de 5h da manhã às 15h da tarde, de segunda a sexta, e no sábado até o meio dia. Os jovens locutores fizeram o Curso de Radialistas Populares, em Santarém, financiado pela Igreja N. Senhora da Saúde, e recebem ajuda de custo da Acorjuve. Todo o equipamento é comprado com recurso da Acorjuve em parceria com as Igrejas.

Anualmente, as comunidades e a associação estão estreitamente dependentes dos recursos do PAE, que movimenta as ações. No entanto, a divulgação dos resultados dos Estudos de Perdas e Danos (EPD), em dezembro de 2011, complicou as negociações. Quando a Acorjuve, o Ministério Público Estadual, o INCRA e a Alcoa recuperam a memória dos valores negociados com a comunidade, percebe-se que a Alcoa ignora as “externalidades”.⁵⁰ Gerdeonor Pereira, explica que não pode haver acordo quando existe a possibilidade de correr os riscos que um empreendimento como a Alcoa certamente oferece ao se instalar em uma área.

No período de 2014, a Acorjuve teve a iniciativa de mobilizar de forma direta a população para várias manifestações – optando pela mobilização direta ao invés de utilizar as redes sociais. Foi organizado um “panelaço” pelas ruas da cidade comandado pela Acorjuve. Os eventos se deram em resposta à notícia do Jornal “RG 15 – O Impacto” sobre as cobranças dirigidas à associação por parte da Prefeitura e INCRA relacionadas à prestação de contas dos repasses do INCRA, no valor de

⁵⁰Sobre externalidades ver Recomendação Conjunta nº 01/2015/MPE-MPF. Blog Acorjuve. Presidente da Acorjuve acusado de fugir com R\$ 16 milhões RG 15 – O IMPACTO. Santarém Pará, 08 de maio de 2014. Disponível em: <www.oimpacto.com.br>. Acesso em: 03 de jul. 2015.

aproximadamente R\$ 16 milhões para a construção de 600 casas. Ainda de acordo jornal “[...] menos de 200 casas foram erguidas, mas não foram totalmente concluídas, sem que o ‘líder’ daquela região tenha prestado contas junto à população, junto ao INCRA e junto à imprensa de como foi usado esse dinheiro”. Além do repasse do INCRA, ainda segundo o jornal, a população cobrava a prestação de contas do valor repassado à Acorjuve pela Alcoa, no total de R\$ 20 milhões aproximados, como compensação pela exploração da bauxita no território.

Em 2015, a Acorjuve recebe a Recomendação Conjunta do MPF e MPE (RECOMENDAÇÃO CONJUNTA nº 01/2015/MPE-MPF)⁵¹ para que o EPD-JV fosse elaborado em conjunto com Incra e Alcoa. A recomendação dos ministérios é para a criação de uma fundação de direito privado pela qual os moradores de Juruti Velho, antiga Vila Muirapinima, divisa do Pará com o Amazonas, pudessem receber as compensações pelos impactos da mineração de bauxita. (PARÁ/ MPF/ MPE 2016)⁵². A medida ainda indica as missionárias da Congregação de Maristellas para coordenar a Fundação. Estas, contudo, recusaram, por entender que seu papel era outro, o de “evangelização libertadora” (Irmã Iaderte Amaral, fev. 2018, entrevista).

O que motivou todo este processo foram as denúncias das comunidades de não estarem recebendo as cestas básicas e do material de construção de casas. A decisão do MP/PA foi “bloquear todos os bens até o limite de 12 milhões do [à época] presidente da Acorjuve, inclusive de ter acesso às contas bancárias que a entidade que dirige”.

Desde então os conflitos se acirraram, tendo em vista as questões da não liberação do EPD, as dúvidas levantadas sobre a prestação de contas e o fato do diretor administrativo aceitar a candidatura para mais um pleito – 2016, tendo com resultado o encaminhamento da Recomendação Conjunta do MPE E MPF à Acorjuve.

O Termo de Compromisso no item VI Indenizações, 2.1.2 assinala: os recursos oriundos da participação no resultado da lavra serão destinados: a) à distribuição direta aos comunitários; b) ao custeio operacional da Acorjuve; e c) ao investimento em projetos coletivos de interesse dos beneficiários do PAE.

O Termo de Compromisso (TC)⁵³ estabelece que a Fundação deve ser representativa e apoiar os projetos de sustentabilidade nas comunidades. A fundação

⁵¹ Anexo 2

⁵² Anexo 3.

⁵³ Anexo 4

seria formada por uma equipe gestora para avaliação e aprovação dos projetos, e também para apoio técnico. Em 2015 a proposta de representantes estava assim: Acorjuve - Irmãs Maristellas; Alcoa, MPF, MPE, Incra, Câmara dos Vereadores.

Em resposta ao documento (RC), a direção da Acorjuve reuniu lideranças e comunitários em cada uma das 53 comunidades integrantes do PAE Juruti Velho para discutir e deliberar sobre a recomendação, bem como sobre os sujeitos instituidores da Fundação sugerida. No dia 28 de dezembro,

Aconteceu a reunião do Conselho Fiscal Comunitário, Diretoria da Acorjuve, com objetivo de socializar as negociações entre a Alcoa, Acorjuve, INCRA, MPE, na reunião bilateral realizada em Belém, no mês de setembro, ocasião em que foi reformulada a proposta referente às perdas e danos no período de 2006 a 2010. Na reunião foi analisado, discutido e apresentado encaminhamentos para a documentação que [seria] encaminhada pela associação ao MPE e INCRA. Uma das propostas encaminhadas foi que a direção agendasse reunião na Vila Muirapinima com a presença do MP para esclarecer junto ao povo a proposta referente à criação do Fundo de gerenciamento dos recursos oriundos da perdas e danos. (Blog Acorjuve, 2015).

De maneira alguma a Acorjuve gostaria de ter a Alcoa na gestão do recurso. Para a associação, significava um retrocesso em termos de luta, ter um representante adversário em meio às comunidades, influenciando os moradores, contando capital econômico e tecnológico muito superior ao da associação e das comunidades.

O ano de reeleição, 2016, é movido por protestos, audiências públicas, confrontos políticos, reivindicações ligadas a interesses diversos, principalmente pelo fato da Acorjuve não cumprir o planejamento junto às comunidades, e sobretudo pelo descumprimento do repasse mensal da verba pertencente à comunidade. Durante a audiência foi elaborada uma pauta com 22 itens de reivindicações dirigidas à Alcoa. Estiveram presentes vereadores e o ex-prefeito de Juruti. Na leitura de Tarrow (1994, p.153),

[...] esses ciclos de protestos, coincidem com inovações políticas e/ou oportunidades políticas. Esse tipo de ação é uma interpretação da ação coletiva, primeiro para mobilizar o apoio de espectadores e segundo para desmobilizar os antagonistas, neste caso a Alcoa.

A presença do ex-prefeito era sinal de novas campanhas e anunciava os interesses e intenções que estavam associados à próxima eleição municipal de 2018.

Vários *outdoors* instalados pela Alcoa no município expondo os valores repassados à Acorjuve no período e mensalmente sinalizam a estratégia de

divulgação da empresa em nível municipal e distrital. Os *outdoors* foram espalhados de ponta a ponta tanto em Juruti quanto na Vila Muirapinima.

Figura 41 - Outdoor da Alcoa na Vila Muirapinima



Fonte: Lidiane Gomes, 2016.

Em consequência da falta de prestação de contas, houve uma resposta da Alcoa às investidas da Acorjuve, acirraram-se os debates e os conflitos no território, e o MPE, juntamente com MPF e o INCRA propõem o Termo de Compromisso (TC) e de Sustentabilidade Social, Ambiental e Econômica, celebrado entre a Alcoa Word Brasil Ltda., a Acorjuve e o Incra.

No ano de 2017, em especial no segundo semestre, “foram realizadas várias visitas, reuniões na comunidade para discutir ponto por ponto do Termo de Compromisso, sobre dúvidas acerca do termo, acerca das responsabilidades de cada grupo”. (Nazaré Marialva, entrevista concedida à autora, 2018). A ideia era fazer uma grande mobilização para ‘pressionar’ o MPE, o MPF e o INCRA a transferir o recurso diretamente para conta da Acorjuve. A situação de remanejamento de recurso para outros fins fez as instituições recomendarem a criação de outra organização para proceder ao recebimento e administração do EPD - JV.

Para a celebração da assinatura, as comunidades foram mobilizadas no sentido de pressionar os órgãos públicos envolvidos à reverem o TC, sobretudo a cobrar a saída da Alcoa da comissão de administração do recurso. O TC seria assinado na sede da Acorjuve com a presença das comunidades de Juruti Velho, mas prevendo a mobilização decidiram transferir o evento para Brasília, para o dia 2 de fevereiro de

2018, esvaziando assim o movimento das comunidades e a estratégia da direção da Acorjuve de pressionar o MPE e INCRA a reverter a presença da Alcoa entre eles.

Nos últimos anos, sobretudo de 2016 até os dias atuais, novos conflitos estão relacionados à gestão do recurso repassado à Acorjuve. Desde a saída do Partido dos Trabalhadores (PT) da administração municipal, a prefeitura de Juruti passou boicotar a Acorjuve, e em virtude do recebimento dos *royalties* deixava de atender a região abrangida pelo PAE, alegando em seus pronunciamentos que a associação já dispunha de recursos suficientes para manter os serviços e a infraestrutura do território.

Em 2018, no mesmo ano de eleição ao pleito municipal a Acorjuve lança duas chapas: A Chapa “Renovação e Compromisso”, tendo como candidato a diretor administrativo Walbe Rodrigues da Cruz, e a Chapa 2: “Lutando, avançando e conquistando sempre com o povo”, tendo como candidato Gerdeonor Pereira dos Santos. Com 2.882 votos a Chapa 2 é eleita e Gerdeonor Pereira assume seu quinto mandato como diretor executivo da Acorjuve. Em seu discurso se destaca,

Gostaria de agradecer e parabenizar os associados /associadas da Acorjuve Juruti Velho pelos 1190 votos que depositaram na chapa - 02, e ter dado mais uma belíssima Vitória a GERDEONOR PEREIRA na assembleia que ocorreu hoje na sede do Boca Junior.

Essa vitória demonstra que o povo das 53 comunidades do PAE Juruti Velho está cada vez mais fortalecido para lutar por dias melhores para essa região.

Portanto, a vitória é do povo. Permanecer unido e organizado ainda é um dos instrumentos de que necessitamos para combater e lutar. Parabéns a todos os membros da Acorjuve. (ACORJUVE/FACEBOOK, 2018).

6.4 AS DISTOPIAS EM JURUTI VELHO

A situação com as lideranças da Acorjuve causou desapontamentos, mágoas e o desalento para muitos que criaram a Acorjuve. Causou o rompimento com as bases de maior apoio, Igreja, missionárias e alguns movimentos de esquerda e progressistas. Coincidiu com mudanças nas linhas de ação da pastoral comunitária da Igreja católica. Tais mudanças contribuíram para a saída das freiras da linha de frente da atuação com as comunidades. Da mesma forma, houve mudança na atitude de padres e bispo da diocese que passam a negociar diretamente com a Alcoa e

também com a Acorjuve. Havia uma conexão entre as atividades da igreja e as atividades sociais.

A queda da credibilidade da Acorjuve em alguns setores coincide com a pesquisa do Ibope no início de 2015, que mostra que 89% da população de Juruti aceita de forma positiva a instalação da empresa na região. A Alcoa é muito mais transparente que a Acorjuve em Juruti, declara Júlio Lima, 2018, Assessor do Projeto de Educação.

Para a promotora de Justiça do Estado do Pará (MPE/Santarém) Lilia Regina Furtado Braga,

E possível equilibrar o peso de uma grande empresa do tamanho da Alcoa com um poder público sem muitos recursos e uma pequena comunidade? Como equacionar as diferenças para que todos tenham voz? A história de Juruti e Juruti Velho devem ser colocadas neste processo, pois não foi o INCRA lançando mão da legislação já existente que firmou espontaneamente esse conceito. Não foi a ALCOA que desejando apresentar no mercado internacional relações de sustentabilidade reconheceu que deveria dialogar com as comunidades tradicionais do lago Juruti Velho. Foram as comunidades que se colocaram no debate e fizeram toda espécie de enfrentamento, não deixando qualquer outra possibilidade ao Estado e ao empreendedor. (Entrevista em maio, 2019).

Por outro lado, o promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Pará (MP/PA), Raimundo Moraes, que há dez anos acompanha Juruti desde suas primeiras discussões, fazendo toda a mediação entre Acorjuve e Alcoa, pontua: “A Acorjuve não tem prestação de contas, não querem se expor, não querem se abrir, não tem transparência”. [...] “O que acontece com as lideranças da Acorjuve é o medo de perder o poder, o controle.” No entendimento do promotor, espaço público é controle.

Então eles não querem vir para o espaço público. Quem não quer transparência não tem visibilidade. A Alcoa é muito mais fiel ao espaço público que a Acorjuve. Quando uma associação com legitimidade, como a Acorjuve, não apresenta documentos, recibos, desvia recursos do diesel para manter o básico, elementar na comunidade, como a energia elétrica nas comunidades, nós chamamos de corrupção. Estão resistindo à Fundação que já foi assinado o termo de compromisso, já é fato – gerar o recurso do EPD. São 30 milhões divididos em 2 vezes. Eles podem perder ‘o caráter perpétuo’ do CCDRU, eu posso não autorizar a deliberação dos recursos. Não conheço no mundo uma história igual a de Juruti Velho. Uma história bonita de conquistas e vitórias. É em nome dessa história que eles devem lutar. (Entrevista em 30 de abr. 2019, Belém/PA).

Rui Matos foi membro na direção da Acorjuve no primeiro mandato, foi reeleito, mas não assumiu, pois percebeu os desvios já à época, só não conseguiu denunciar. Assinala que uma das responsabilidades do conselheiro fiscal é repassar o valor do resultado da lavra que a Acorjuve recebe da Alcoa: “Marca-se a reunião, tem que ser sócio, prestar contas – nota fiscal, recibos. É dever do sócio contribuir com o valor de R\$ 1,00 por família. A Acorjuve presta conta na reunião mensal e na assembleia geral.”

Na concepção de uma liderança comunitária da região, ex-conselheiro da Acorjuve, Rui Matos (2018), “o movimento lutou para ter a Acorjuve, o povo sozinho não ia conseguir o objetivo de lutar pelo direito de todos”. Ao refletir sobre a atual situação de conflito na associação, ele reconhece como legítimos os questionamentos da sociedade, e acrescenta que, “já poderia ter um hospital melhor. Tem recurso, mas não, ele não sabe administrar. Nós aprendemos que o povo organizado é para ‘defender o povo’”.

Rui Matos, iniciou sua trajetória na comunidade Uxituba, onde nasceu. Ele foi conselheiro durante dois mandatos, foi eleito representante pela comunidade, pois obedecia aos critérios para assumir o cargo – carisma, liderança e honestidade -, sendo eleito também para um terceiro mandato, quando resolveu não assumir. Pois, no entendimento dele, o presidente da associação Acorjuve,

[...] perdeu o foco, deixou subir o poder para cabeça, não ouvia mais ninguém, saiu da igreja, não ouve as irmãs. A gente não vê os R\$ 500,00 que por direito a gente devia recebe mensalmente; a gente não vê nada. Aqui, 82 pessoas recebem uma bolsa de R\$ 310,00. O nosso sonho era ter luz, energia elétrica por 24 horas, e até agora nada. A gente paga o diesel para ter ao menos 4 horas de energia, mas o que a gente viu... desvio. (Entrevista concedida a Tânia Miranda, 2018).

Sobre as condições de vida dos moradores anterior à chegada da Alcoa e sobre as mudanças, Rui Matos relembra o início de lutas e de união, os sonhos, o apoio das missionárias, e desabafa sobre os problemas atuais com a direção da associação, mas mantém a esperança na reconstrução do movimento com a união dos moradores.

Na comunidade era tranquilo, ainda é. Antes eu não tinha o que tenho hoje. Fatura de alimentação – caça, peixe, agricultura cará, banana. Não tinha escola a nossa luta na comunidade era para ter. A nossa terra não tinha documento desapropriamento [...] aí o seu Dilton Tapajós foi no INCRA e disse que os donos que se diziam donos não tinham documentos. Muito trabalho! Encontros, assembleias, trouxeram pessoas de fora. Escola antes tinha um barracão. As irmãs ajudaram muito. O Henrique Costa (prefeito de Juruti) é filho de Juruti estava junto com a comunidade. A nossa formação foi justamente muito batido nisso, lutar pelos nossos direitos. A terra era nossa, mas

não tínhamos documentos. Então nós pensamos na associação para ser a voz coletiva da região, o nosso projeto era muito grande. Nós queríamos casa própria, todos os sócios, luz elétrica 24 horas. Não tinha escola, era passageira, de três em três meses. Na Vila sempre teve, nós íamos remando. E depois uma escola Raimundo Antônio Nunes, no ano de 2000, apenas o fundamental.

O QUE SONHAVA? Esse colégio que nós estamos aqui foi uma luta muito grande da associação, os donos não queriam, eles pensavam que ia ser uma casa de festa.

SONHO foi realizado por meio da luta.

SOBRE A DIREÇÃO: O nosso diretor perdeu a cabeça, não reunia mais com o conselho, enfraqueceu a luta. Onde existe dinheiro, já sabe ... o camarada vê o dinheiro aí sobe pra cabeça, perdeu a companhia das Irmãs... nossa luta era tão bonita! A Irmã Brunhildes ajudava muito. Elas eram parceiras, ajudaram a clarear a vista. A Irmã Brunhildes adoeceu por causa dessas questões. Parceria muito boa, e ela abria os nossos olhos, elas são bem preparadas. Ela adoecia, ela enfrentava as situações, muito boa. Tinha um prefeito, Isaias Batista que pegou no pé da Irmã.

O que ainda recebemos aqui é o resultado da lavra e aí recebemos um pouquinho. E vai diminuir, pois a Acorjuve quer cadastrar mais 500 famílias.

A escolha do Conselho é comunitária, e fica por dois anos, pode ser reeleito. Tem os critérios de escolha: participar dos debates, das reuniões, defender a comunidade, enfrentar a Alcoa, andamos por aí defendendo os direitos da nossa associação, andamos.... [precisa de] pessoa que esteja na luta. O que hoje atualmente é muito fraco.

SOBRE A PREVISÃO DA MINERAÇÃO. Uma parte do sonho foi realizado nos queremos uma universidade, nós separamos um terreno, limpamos para construir uma universidade dos sócios. Tem um lugar lá. Ainda é possível fazer isso, aonde há vida há esperança! Tem pouco tempo pra empresa ir daqui, são 37 anos, mas eles vão sair antes, do jeito que estão explorando.

Temos um gerador 800 litros e diesel para luz de 3 horas de energia, R\$ 120,00 por mês por família, de 19h às 21h. Aí veio a fraude de diesel, estão presos a subprefeita, o secretário, o vereador presidente da câmara. A subprefeita não foi nós que escolhemos foi Acorjuve. Pegaram as provas. Foi muito recurso.

Muito difícil!

(Silêncio...)

A Alcoa acaba com nossas florestas, pegando gente para trabalhar, nós mesmos fizemos, acaba com a vida, com os castanhais.

As comunidades mais impactadas: 1- Galileia; 2- Pompom; 3- Pau D'arco; 4- Caapiranga; 5- Prudente; 6- Surval. Por exemplo, Trombetas não recebe nada. Se nós tivéssemos unidos, o que acontecesse na Galileia aí nós estaríamos prontos para ajudar. Lutar juntos. Uma ajudar a outra.

(Choro...)

A culpa é do nosso diretor, que deu ouvidos para os empresários, notas superfaturadas, abandonou as irmãs. Ele não ouve ninguém. Gerdeonor tinha coragem de enfrentar a Alcoa, ofereceram dinheiro para ele se vender. A Alcoa fez isso, ele não aceitou. Depois ele mudou, não fazia o que aconselhamos. Está com muitas dívidas. E não quer ser mais diretor, mas ele devia sair. Aí muda....

SONHOS? Nosso Brasil, na corrupção que a gente vê dizem que nenhum presta, mas tem gente boa que pode levar em frente. Aqui tem gente boa. Ele pode mudar se quiser. Ele acredita, e voltasse como era antes, se escutasse as nossas ideias...

Eu só quero dizer que eu tenho sentimentos... (Choro, silêncio!)

Eu tenho esperança que ainda pode-se mudar, depende de nós, da nossa luta. Amanhã (01 de fevereiro, 2018) o Gerdeonor vai para Brasília assinar o Termo de Compromisso (TC), mas a Acorjuve vai administrar só o resultado da lavra as perdas e danos vai ser o Conselho. (Rui Matos, entrevista concedida à autora, 30 jan. 2018).

Já Juruti-Açu pertencente à área Nossa Senhora Aparecida, é uma comunidade polo. Valdo Farias Coelho, 54 anos, nasceu ali, assim como os pais. O pai morreu aos 85 anos. Sustentou várias críticas à atuação da Acorjuve. Iniciou o mandato de conselheiro e renunciou ao “perceber algumas situações que não posso dizer agora”.

Olha professora, a comunidade sonhou com a construção das casas, com energia por 24 horas. O grande sonho é estudar agronomia. Temos alguns problemas, mas temos que ter o pensamento positivo para organizar a associação, a parceria com o estado. Acreditar na melhoria. A nossa associação criou muita esperança, expectativas. O nosso sonho era de igualdade, ter dignidade de vida. As nossas metas prioritárias: 1 - Organizar o povo - dentro das comunidades se criou muito esperança, muita expectativa e deu certo; ter o pensamento positivo; 2- Formar uma associação para que os benefícios chegassem pela associação 3- Naquele tempo fazer parceria com o governo municipal, estadual federal Incra, a gente já esperava. Pedir recurso para o governo federal. (Valdo Farias Coelho, entrevista concedida à autora, 7 fev. 2018).

Lidiane Gomes, moradora da Vila Muirapinima, diz que a intenção do diretor executivo Gerdeonor é mudar o Estatuto,

Ele que ficar por 15 anos na Acorjuve e depois ser prefeito de Juruti. Ele é uma grande liderança, sempre diz que é Fidel em Cuba e ele em Juruti. Brigou com a Irmã Brunhildes que fez tudo por ele, pagou todos os cursos de liderança p'ra ele. Eu vou reunir provas contra ele. (Entrevista concedida à autora, 1º. set. 2016).

Sebastião Serique participou de todo o movimento de criação das comunidades, investindo recursos financeiros na criação da Acorjuve. Mobilizou, madrugou por ocasião da definição do Estatuto, investiu tudo o que podia na atual liderança da Acorjuve. Criou como filho! Fez todas as tentativas que podia para ajudá-lo a acertar os passos na Acorjuve, para que ele pudesse ser uma grande liderança. Ele conta emocionado a experiência de formação de lideranças, os baques e decepções.

Minha filha, eu sou sócio fundador da Acorjuve, conheço todas as lideranças que hoje estão lá, fui formador nas comunidades, eu indiquei alguns para compor a direção da Acorjuve.

(Choro... silêncio... recuperação do fôlego...)

Ele é cria da Igreja, ensinamos solidariedade, respeito. Hoje ele é ovo que chocou e apodreceu. Já tentei diálogo, conversar... Ele mente, me desrespeita.

(Silêncio... Choro... novamente...)

Não tem respeito pela história, virou as costas para os sócios. Nunca pensei que seria assim, a associação esquecer que a luta foi muito dura. Passamos 45 dias no barco, cadastrando o pessoal no Incra, sentamos muitas vezes para traçar planos para enfrentar a Alcoa. Nós ensaiamos com ele, o que falar...

A nossa associação está no assistencialismo. Eu digo para a Irmã Fátima, a culpa é nossa, quando nós percebemos os primeiros desvios de ideias, nós deixamos passar. Eu me sinto culpado... dói o coração. Eu escrevi sobre Juruti, desde quando eu cheguei aqui. Vim de Santarém com a minha família. 'O que ouvi e não ouvi, o que eu vi e não vi sobre Juruti eu escrevi'. (Sebastião Serique, entrevista concedida à autora, 13 jun. 2016).

Claudionor Pereira (Beirão) nasceu na Vila Muirapinima, foi catequista, e tinha como atividades fazer a liturgia das missas e 'animar' as comunidades. Segundo ele mesmo explica, o seu grau de relacionamento com o diretor executivo da Acorjuve é "sacramental", sendo seu padrinho de batismo. Ele dá o seu depoimento sobre o enfrentamento com as próprias lideranças internas do movimento e sobre as dificuldades inerentes à formação política.

'Ajudei a criar'. Quando nós criamos a Acorjuve, tudo era muito bonito, a união, a força da nossa voz! Nos juntamos 3.000 pessoas e enfrentamos a Alcoa. Eu coordenei muitas reuniões. A Irmã Fátima disse que eu tinha dom, então toda hora era hora de reunião, tudo a gente decidia em conjunto. No dia que o presidente da Acorjuve chegou aqui, a gente estava em plena manifestação. Ele mandou cercar a gente, não passava nada, nem comida, nem água. Mas a gente já estava preparado com a alimentação... mas nós ficamos com a roupa do corpo. A Via campesina - veio pra cá o Charles Trocate, o

Serginho e outros companheiros, ensinaram a gente a resistir. O Gerde ficou negociando com a polícia - quando a gente chegava perto do arame, eles diziam 'os índios vão atacar'... e se armavam". Foi muita luta...ele era um líder de dom, assim, com garra.

(Silêncio...)

Tá se perdendo. Tá jogando fora a nossa luta.

(Choro, choro, choro...)

Mas nós somos culpados, a gente abandonou. No primeiro sinal de erro, nós deixamos passar

Não me respeita mais ... (Choro, silêncio). Não respeita as irmãs... A Irma Brunhildes tá doente por causa disso. Agora estão aí com projetos fantasmas. (Sebastião Serique, entrevista à autora, 10 fev. 2018).

Da perspectiva do diretor de pesca da Acorjuve, os questionamentos são justificáveis. Em seu entendimento cumpre-se todos os planos estabelecidos no coletivo, o sonho foi construído e está se realizando tendo em mente o passado, as necessidades de antes e as conquistas da associação.

O sonho era fazer com que todos tivessem os mesmos direitos que o outro tinha, igualitário. Crescer juntos. Tipo família crescer unida. A gente tinha que se organizar, só através da organização nós podemos conquistar os nossos sonhos, que no meu entendimento foram conquistados 80%. A nossa comunidade era muito carente, o povo era muito carente.... celular... casa para os agricultores, não tinha escola. O que falta 20% do nosso povo... falta educação, posto de saúde, o povo na agricultura... é manual. Nosso povo não tinha água, não tinha uma boa alimentação. Vivia do quê? Da roça, da pesca para comer, frutos para comer da caça para comer. (Adel Silva, entrevista concedida à autora, 28 jan. 2018).

Francisco Pinheiro, Diretor de Formação, Assuntos Jurídicos e Resoluções de Conflito Agrários da associação, observa que ainda são muitas as carências.

[...] ainda falta uma boa educação para completar a nossa vida, se tiver aqui na Vila os nossos filhos não precisam sair de perto de nós, vão para outros municípios. [na saúde] falta muita coisa, quando alguém adocece aqui tem que ir para Juruti, se for mais grave para Santarém, mais grave ainda para Belém. E agricultura familiar, o nosso povo aqui está acostumado a trabalhar manual - plantar verdura. Precisamos que o governo dê apoio para melhorar nosso sistema de trabalho, conseguir máquinas a roça, a maniva - a gente precisa melhorar -, maquinário para fazer roças, ter sementes para plantar. (Francisco Pinheiro, entrevista concedida à autora, 29 jan., 2018).

Ao falar da infraestrutura da Acorjuve, o Diretor de Cultura, Desportos e Folclores assinala que,

Nós que hoje assumimos a Acorjuve, nós da equipe melhoramos de vida. Antes nossas casas eram todas de palha, hoje é de alvenaria. Parceria com o Incra aí muita coisa melhorou. São 53 comunidades que compõem o PAE, e não damos conta de tudo, mas deixamos claro que ano passado a Acorjuve ficou só, sem o apoio do governo, aí tivemos um grande gasto com as comunidades e foi muito complicado pra nós. (Dinelson Hipólito, entrevista concedida à autora, 2018).

A atual direção da Acorjuve justifica os gastos com outras demandas em virtude de, até 2018, estarem politicamente em situação de oposição à prefeitura, que se aliou aos comandos da Alcoa, não assistindo como deveria as comunidades. Foi preciso arcar com as despesas da infraestrutura e serviços, sendo que essa obrigação é do município. Com exceção da direção administrativa, os demais conselheiros são eleitos *pelas e nas* comunidades, e com efeito, elegeram para mais um mandato o diretor que encampou a luta contra o “tubarão” – como é chamada a Alcoa na região.

Em pleno processo de criação da Fundação recomendada pela RC, a Acorjuve continua a se opor a que a Alcoa participe da comissão que administrar o repasse e o uso do recurso sobre perdas e danos da comunidade.⁵⁴ Em várias reuniões realizadas com o MPE, MPF, Alcoa, Incra, a associação argumentou sobre as ações desenvolvidas, justificando que a prefeitura não repassa recursos à comunidade do PAE e que a Acorjuve precisa reaplicar os gastos para suprir as necessidades do território.

Everaldo Portela, assessor da Acorjuve, em depoimento ao Blog Acorjuve no ano de 2015, socializou as informações discutidas nas audiências de negociação, das quais participaram representantes da Acorjuve, Ministério Público, Incra e Alcoa. Para Portela, as maiores frustrações dos associados e da população são relacionadas às externalidades, as quais não aparecem nos levantamentos de impacto visando a compensação a que a comunidade tem direito - e que a Alcoa faz questão de ignorar -, destacando ainda que os valores apresentados pela empresa são insignificantes em relação aos valores levantados pela agência Ecoldeia.

Luiz Carlos, da comunidade Pedreira, presente à Audiência, denunciou que a estratégia da empresa é cansar o povo de Juriti Velho até que este aceite os valores propostos pela empresa. Outro representante comunitário, pertencente à comunidade

⁵⁴ Anexo 2

Diamantino, ressalta que “se por acaso isso vir acontecer, estaremos desconsiderando todo o trabalho realizado pela Ecoideia. Não podemos perder o foco das dificuldades que foi a realização deste processo de luta e conquista da comunidade”. (Francenildo, entrevista à autora).

Certamente a operação da Alcoa em Juruti não segue a mesma trilha da desastrosa experiência de extração de bauxita com a Mineração Rio do Norte (MRN), que ocorreu na década de 1980, no município de Oriximiná, vizinho a Juruti. A empresa – hoje controlada majoritariamente pela Vale, em sociedade com a própria Alcoa e outras gigantes mundiais, como a BHP Billiton, a Rio Tinto e a Hydro – assoreou e contaminou as águas do lago do Batata com o rejeito do minério, prejudicando populações tradicionais inteiras cuja sobrevivência dependia do rio Trombetas.

O entendimento da direção da Acorjuve é de que com a participação da Alcoa na administração do EPD, toda a história anterior das manifestações e do processo de organização da comunidade de Juruti e da associação é jogada por terra, significando a ‘derrota do passado’ e da autogestão do território, que deveria estar na mão das comunidades.

7 A TÍTULO DE CONCLUSÃO...

Quem passou por Juruti há dez anos e tem a oportunidade de retornar hoje ao município, perceberá que a cidade mudou. Além de figurar entre as poucas localidades que têm a vantagem de receber os *royalties* e impostos como compensação pela atividade minerária em seu território, a cidade do oeste do Pará, conseguiu concretizar alguns projetos de desenvolvimento local. Quando se observa as três dimensões essenciais da sociedade humana, a economia, escolaridade e organização social percebe-se as mudanças ocorridas no município de Juruti. Compreende-se que o caminho percorrido no tocante às negociações entre comunidades tradicionais e grandes empreendimentos poderia ser menos desastroso caso os acordos fossem pautados em conjunto com as comunidades.

Até 2010, o município contava com uma população de 47.086 mil habitantes, sendo 60% dela em área rural. Atualmente a população soma de 55.179 habitantes (IBGE, 2016). O Produto Interno Bruto é de R\$ 906.056,16 mil (IBGE, 2014); o PIB *per capita* perfazendo R\$17.038,21, assumindo a 3ª posição na microrregião do oeste do Pará. A receita de despesas empenhadas no mesmo anos foi de 126.560,94 milhões, com a 2ª colocação na microrregião. O percentual de receitas do município oriundas de fontes externas representa 86,1% do total, o quarto na microrregião. A taxa de escolarização é de 96,6%, colocando o município em 3º lugar na microrregião. (IBGE, 2014).

Em termos de infraestrutura, dispõe, desde 2018, de uma pista de pouso que opera no Aeroporto de Juruti, com regularidade de voos para Juruti Velho. O maior porto da região do Baixo Amazonas está em Juruti. A cidade possui um hospital moderno que é referência para a zona rural.

Em termos de ensino, Juruti conta com um campus da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), e polos de escolas de ensino médio e fundamental equipadas estão instaladas nas comunidades possuem

Significa que os *royalties* são percebidos pela população como um instrumento que permite o desenvolvimento local, representando a possibilidade de realizar as expectativas de melhoria de vida, a concretização dos sonhos de casa própria, escola, saúde, transporte, além de facilitar a vida cotidiana em casa e no trabalho. Portanto, representam mudanças concretas no que diz respeito ao bem-estar da população.

Quando se considera que essas comunidades vivem na região há aproximadamente dois séculos e que o investimento e a infraestrutura urbana são conquistas relativamente recentes, datadas de um período de não mais de dez anos, as mudanças socioeconômicas e políticas que ali ocorrerem podem ser vistas como expressivas.

Em Juruti Velho, não havia, até 2018, fornecimento de energia elétrica 24 horas por dia, seja para dar suporte ao comércio local seja para suprir as necessidades das famílias residentes na região. Hoje a comunidade dispõe de energia regularmente, todas as famílias têm transporte particular - rabetas -, o que lhes dá mais liberdade e independência - e um pouco mais de conforto - para se deslocarem por distâncias maiores, em busca de serviços, comércio, escola, postos de saúde, etc. A rede de telefonia e *internet* na área de influência da sede da Alcoa alcança também a comunidade, conectando-a ao resto do país e do mundo.

Ao se falar especificamente do Projeto Agroextrativista Juruti Velho é preciso lembrar as questões levantadas pela tese: O que de fato fez diferença no processo de conquista dos direitos sociais e políticos em Juruti Velho a partir da instalação do Projeto Agroextrativista? Entende-se que o espírito militante que permeia os *puxiruns* tenha contribuído para 'formação política' das lideranças, para a mobilização da população, o que fez com que as comunidades tivessem um papel decisivo nas negociações com a empresa, fazendo da associação dos moradores - a Acorjuve -, a 'voz coletiva' ecoando pelos direitos de Juruti Velho. As ações conjuntas, o sistema de participação popular e democrático local no sentido de organizar e decidir quais são as próprias demandas e gerir o território, continuam alimentando as lideranças comunitárias.

As comunidades de Juruti Velho estão ainda sob o efeito das utopias e ideais que embalsamaram os anos 1980, esperando 'dias melhorados', garantindo a propriedade de suas terras. As utopias, como assinala Claeys (2013), não dizem respeito apenas ao futuro. Elas podem ser identificadas no passado, no presente e no futuro. Trata-se de uma visão positiva da vida e do mundo, que para uns pode estar situada no passado - muitas vezes retomando a concepção idílica do paraíso -, para outros, em certas situações, pode estar no próprio presente, enquanto outros ainda vão encontrá-la no futuro. Quando se trata da visão política progressista de âmbito local e nacional, que diz respeito ao reconhecimento dos direitos territoriais, e ainda à afirmação da identidade étnica, à emergência da noção de socioambientalismo, e, mais, tratando-

se da teoria liberal como instrumento que influencia as análises sociais nesses campos, favorecendo a expectativa de que uma “grande conquista” possa ser alcançada pelas comunidades diante da Alcoa, estariam esses aspectos anulando os méritos destas comunidades?

Após dez anos gerindo os *royalties* repassados pela Alcoa, nota-se, nas lideranças do PAE Juruti Velho, uma preocupação retomar a reflexão sobre esse processo participativo de gestão, no sentido de fortalecer as ações coletivas e dar continuidade às parcerias; uma tendência de retomar criticamente as parcerias anteriores, de fortalecer o Partido dos Trabalhadores na expectativa de uma parceria política, dando continuidade à ideia do poder popular, expresso na Teologia da Libertação e no ideário Freireano. Observa-se que as lideranças da associação em seus discursos deixam extravasar seus sonhos e suas utopias quanto a um passado que é bem recente e que se faz presente. As parcerias com os movimentos de base, a igreja, as pastorais, os movimentos de educação popular, muito contribuíram para a formação políticas das lideranças comunitárias e para organização social das comunidades, preparando-as para a ‘luta’ permeada pelo sentido de união, força e comunhão das comunidades no mesmo discurso de ‘gestação de sonhos’.

A segunda questão proposta pela tese é então analisar como a Acorjuve respondia às dinâmicas e desafios de recomposição territorial e desenvolvimento sustentável, como flexibilizava as divergências internas, e como resistiria frente à força hegemônica dos grandes interesses que surgiram neste contexto. Entende-se, pois, que houve um ressignificar do puxirum, e que a Acorjuve teve em suas mãos a experiência de concretizar o Plano de Utilização da área. A prática do puxirum, relegada como atividade da coletividade, restava ultimamente restrita à esfera familiar, e a partir do repasse dos *royalties* ajuda a mobilizar a comunidade em benefício do desenvolvimento do território. O costume, os laços de família e de consanguinidade, as redes de vizinhança, a comunhão, a partilha, são aspectos da tradicionalidade que ajudaram a dar novo sentido à participação e ao levante popular, cujo papel é essencial para o cumprimento dos planos de utilização sustentável do território.

Qual o porquê de este caso “inédito”, “único”, inusitado na Amazônia, que poderia ser um exemplo para a luta dos povos tradicionais da Amazônia, ter, em vez disso, caminhado para a quase invisibilidade?

Não se trata aqui de fazer juízo sobre o sucesso ou fracasso das ações visando implementar os planos de utilização ao território. Considera-se que o caso ainda seja

recente para ser avaliado exclusivamente como sendo um processo de gestão de *royalties* 'inédito', 'único', 'exclusivo', 'peculiar' que não alcançou a visibilidade esperada. Mas considera-se que seja determinante para a constituição de uma ordem local. Ou seja, o impacto que essas ações resultaram têm demonstrado que o processo ainda passa por uma fase de ajustamento a um contexto diacrônico, que os atores enfrentam com práticas tradicionais dotadas de poder de realização material, mas também, e principalmente de valores simbólicos, como a comunhão, a força e a união e de sincronismo, relativo às mudanças no posicionamento dos atores ao longo do tempo.

Atribuir a responsabilidade pelos impasses na realização de um programa público à resistência ideológica dos atores responsáveis pela implementação de um plano ou à cooptação direta deste ou daquele interesse de grupo quase sempre é uma posição equivocada. Com frequência, as variáveis intermediárias têm um papel decisivo que só aparece com o conhecimento dos sistemas locais de ação concreta, das relações de poder, dos recursos e das obrigações, dos quadros cognitivos e das rotinas de ação pública territorializada. (LASCOUTES; LE GALES, 2012, p. 87-89).

É muito provável que Juruti continue a viver as concertações na gestão do território e períodos de negociação de interesses, momentos de confrontação, mas também experiências de aprendizagem que essas situações oferecem para os envolvidos. Por mais problemática que seja a atividade de implementação do plano de utilização, esta pode requerer ainda mudanças nas posições assumidas pelos atores, assim como nas pautas de reivindicações, pensando novas formas de agir e responder aos enfrentamentos envolvidos em Juruti.

Ao falar de recomposição territorial, entende-se que Juruti segue o modelo de desenvolvimento sustentável para, através do processo sistemático e técnico, poder superar o atraso e a perspectiva hegemônica. Este pensamento fissurado, prevalente nas décadas de 1980 e 1990, abriu as portas do Brasil e da América Latina às reformas do mercado, visando driblar a imagem perniciosa a que está envolto, mas que continua a perseguir o modelo liberal de crescimento racional e de progresso.

Juruti enfrenta a influência do fantasma do desenvolvimento com o sobrenome de sustentável estampado, com uma grande tendência de fracasso das organizações populares que estiveram envolvidas com os ideários de participação política, de gestão democrática, associados ao poder popular, haja vista as influências do Partido dos Trabalhadores, CEBs, da educação freireana popular, da cogestão com o

governos municipais progressistas e de uma teologia da libertação que sinaliza em direção a práticas à luz do evangelho de Cristo em “busca’ da transformação social.

E por mais latente que esta teologia esteja no cotidiano das lideranças, as mesmas passaram pelo processo de refluxo diante do mundo moderno e tecnológico. Não significa que a direção da Acorjuve tenha perdido esse substrato, imbuída que estava em suas próprias ações. Seus associados continuam seguindo os passos aprendidos com a Igreja, sindicatos, partidos ditos progressistas; realizam protestos contra a mineradora Alcoa; fiscalizam o território por meio das guaritas montadas em cada comunidade; dão continuidade à formação sociopolítica de cunho progressista, que é prioridade em especial para os jovens. A Acorjuve teve as melhores escolas e professores a própria Igreja Católica, Sindicatos e Partidos reconhecidos pela atuação em defesa dos direitos humanos, o Partido dos Trabalhadores, a via Campesina, enfim, o teor das ideias sustentadas pelas entidades se faz presente nos discursos, e o sentimento de ter a “história nas mãos” é motivo de orgulho para as comunidades. As utopias continuam em pleno processamento em Juruti Velho.

Voltando à questão sobre a invisibilidade do caso de Juruti Velho, há que se concordar com a promotora Lilian Braga (2019): como comparar as estruturas da Alcoa com as do PAE Juruti Velho - são dimensões incomparáveis. Mas é preciso entender o processo que levou a comunidade a arranhar a economia da maior produtora de alumínio do mundo. Este caso constitui um exemplo diferenciado para toda a história da mineração. A força da comunidade de Juruti sim, esta é inigualável.

O aprendizado que os dirigentes da associação tiram desta experiência de interação e enfrentamento ao grande capital, assim como do gerenciamento popular de territórios e recursos, é de persistir na continuidade da gestão do patrimônio engessado naquele ambiente. Afinal, as instituições de referência nesses rincões são e continuam sendo os movimentos católicos, os sindicatos, partidos progressistas ou à esquerda, organizações não governamentais e os coletivos sociais clássicos; ou isso ou continuam largados à própria sorte, seguindo suas trajetórias sem quaisquer perspectivas de mudança, sem renovação, com as mesmas lideranças, utilizando os mesmos instrumentos de ação. A Acorjuve ao dar continuidade ao projeto de desenvolvimento com as mesmas lideranças que iniciaram este processo, portanto, continuam repetindo o aprendizado herdado destas organizações de referência.

Muitos conflitos envolvem a gestão da Acorjuve. A vulnerabilidade na prestação de contas inviabiliza a transparência e contribui para a desagregação institucional e

para o descrédito de seus membros, reforçando o estereótipo de ‘incapazes de governar’.

Convém lembrar também que somos um povo colonizado por exploradores de fora em busca da conquista da América, que impuseram uma cultura e um imaginário estranho para assim poderem legitimar a superioridade dos colonizadores sobre o nativo, o outro, o ‘primitivo’. Antes, agora e, certamente, no futuro emerge a “colonialidade do poder, a colonialidade do saber e a colonialidade do ser, que não são apenas uma recordação do passado: estão vigentes até os nossos dias e explicam a organização do mundo, já que são um ponto fundamental na agenda da modernidade”. (ACOSTA, 2016, p. 55). Então os índios de Juruti Velho não sabem governar, assim como na Cabanagem que assumiu o poder.

Não se pode mais sustentar o discurso do desenvolvimento, que, com suas raízes coloniais, justifica visões excludentes. Reivindica-se um discurso contra-hegemônico que subverta a narrativa dominante e suas respectivas práticas de dominação. E, igualmente, reivindica-se novas regras e lógicas de ação, cujo êxito dependerá da originalidade e da capacidade de pensar, propor e descobrir soluções para os próprios problemas, incluindo a atitude de indignação construtiva e propositiva – em nível global, se for o caso.

Mesmo sabendo que o desenvolvimento é antiquado, sua influência ainda pesará por longo tempo: “assumamos, não como consolo, que escaparemos do desenvolvimento e do capitalismo” (ACOSTA, 2016, p. 68), arrastando muitas de suas correntes, o que será um caminho longo e tortuoso, com avanços e retrocessos. Já a sua duração e solidez dependerá da ação política para assumir o desafio.

A Alcoa compensa a comunidade em forma de *royalties* pela exploração e pela interferência em seu território, e, as comunidades, legaliza a exploração daquele espaço; constrói escolas, posto de saúde, reforma as igrejas, ou seja, ‘paga’ a população para se conformar à sua presença. A empresa possui capital, poder e infraestrutura, repensando suas táticas para ganhar credibilidade e transparência perante o público, de forma a poderem continuar a sua sanha, se acercando de precauções para evitar grandes catástrofes como as que ocorreram em Mariana, Brumadinho e Barcarena, pois é essa ‘contrapartida’ que viabiliza universidades, empresas, pesquisas, imprensa etc.

Quando uma compensação por perdas e danos ao território é proposta à comunidade, a gestão da verba por um conjunto de instituições que gozam de

credibilidade local talvez seja um cuidado urgente e necessário. Pois quando um grande empreendimento se instala com todo o aparato de exploração em uma área, como a Alcoa fez em Juruti Velho, não há dinheiro que pague. As perdas já escoaram rios afora, o reflorestamento não traz de volta a floresta nativa derrubada, o meio ambiente resta envenenado, e também as pessoas, e, o que é mais grave, o grupo que sonhou o ‘mundo melhorado’ terá se fragmentado com separação e dissidências. Ou seja, os danos são irreversíveis.

Não pode haver comparação entre outros PAEs existentes no Brasil e o Projeto Agroextrativista Juruti Velho. A infraestrutura que aí foi construída durante os 10 anos em troca da permanência da atividade mineradora, mesmo com todo o apoio recebido dos últimos governos progressistas, não teria sido a mesma. E as transformações das características da cidade, considerando-se os 200 anos de existência deste território e de seu patrimônio sociocultural, foram enormes. O nível de consciência e a dinâmica que permeia os debates visando pautar ações para o desenvolvimento do território são processos singulares em Juruti, levando em conta seu acompanhamento pelas lideranças comunitárias, a autonomia da associação para colocar em prática os encaminhamentos do Plano de Utilização da gestão dos recursos e de direitos territoriais conquistados pelos moradores. O resultado da lavra é direito conquistado pela comunidade de Juruti Velho, portanto, pertence a seus habitantes.

De toda maneira, a Acorjuve segue a sua utopia de implementação de um projeto, persegue igualdade, vitórias e sonhos. Serão necessários 70 anos de diálogo e convivência.

REFERÊNCIAS

- ABDALA, Fabio. O papel do setor empresarial no desenvolvimento sustentável da Amazônia. In: WORKSHOP “AS DIMENSÕES CIENTÍFICAS, SOCIAIS E ECONÔMICAS DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA”. INPA, Manaus\AM, 16 ago. 2018. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/amp/124158526-O-papel-do-setor-empresarial-ao-desenvolvimento-sustentavel-na-amazonia.html>>. Acesso em: 12 jan. 2019.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Construindo a Ciência Ambiental**. Anna Blumer. São Paulo. 2002.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Biocombustíveis: A energia das controvérsias**. SENAC. São Paulo. 2009.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Muito além da economia verde**. ed. Abril. São Paulo, 2012.
- ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios**. 2. ed. Belém: CEJUP, 1993.
- ACOSTA, Alberto. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outro mundo**. Trad. Tadeus Breda. São Paulo: Editora Elefante, São Paulo, 2016
- ACSELRAD, Henry; NUNES, Rodrigo. Cartografias sociais. Um diálogo Latino-americano. In: ACSELRAD, Henri (org.). **Cartografia social, terra e território** Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2013. p. 15 – 38.
- ADAMS, Cristina; MURRUIETA, Rui; NEVES, Walter. Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e invisibilidade. In: ADAMS, Cristina; MURRUIETA, Rui; NEVES, Walter. (Ed.). **Sociedades Caboclas Amazônicas: Modernidade e Invisibilidade**. São Paulo: Annalube. 2006. p.17-28.
- ALCOA, Retrato das comunidades: município de Juruti. 2007. Disponível em: <<http://www.alcoa.com/brazil/pt>>. Acesso em: 04 jun. 2016.
- ALCOA. **Relatório de Sustentabilidade Alcoa, 2009/2010**. [Relatório] Disponível em: <<http://www.alcoa.com/brazil/pt/custompage/environmentjuruti.asp>>. Acesso em: 11 fev. 2016.
- ALCOA. **Indenização do Estudo de Perdas e Danos é para Juruti Velho**. ed. 9 fev. 2016. Disponível em: <www.alcoa.com.br>. Acesso em: 18.set. 2016.
- ALCOA. **Relatório de Sustentabilidade**. ALCOA 2015. [Relatório] Disponível em: <http://www.alcoa.com/brazil/pt/custom_page/environment_juruti.asp>. Acesso em: 13 fev. 2016.
- ALCOA. **Relatório de Sustentabilidade**. ALCOA 2013. [Relatório] Disponível em: <http://www.alcoa.com/brazil/pt/custom_page/environment_juruti.asp>. Acesso em: 11 fev. 2017.

ALCOA. **Relatório de Sustentabilidade**. ALCOA 2014. [Relatório] Disponível em: <http://www.alcoa.com/brazil/pt/custompage/environmen_tjuruti.asp>. Acesso em: 11 fev. 2017.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. In: CASTRO, Edna; HÉBETTE Jean. (org.). **Na trilha dos grandes projetos. Modernização e Conflito na Amazônia**. Belém/PA: NAEA/UFPA,1989. p.163 – 196.

ALMEIDA, Rogério. **Mineração em Juruti: pressão de camponeses força negociação entre a Alcoa, impactados e o Estado**. Matéria postada originalmente em Blog FURO. Disponível em:<<https://rogerioalmeidafuro.blogspot.com/search?q=Juruti>>_10/02/2009. Acesso em: 14 mai. 2016.

ALMEIDA, Rogério Juruti- território em disputa no coração da Amazônia. Postado originalmente no **Blog FURO**. 17/02/2009. Disponível em: <<http://rogerioalmeidafuro.blogspot.com/i/>>. Acesso em: 14 mai. 2016.

ALMEIDA, Rogério. Terras tradicionalmente ocupadas, processos de territorialização e Movimentos Sociais. **Revista Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 1/maio ANPUR, 2004. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ppgdir/article/download/73034/49967>< Acesso em: 06 mar.2016.

ANDRADE FILHO, Francisco A. **Igreja e Ideologias na América Latina**. Segundo Puebla. São Paulo: Ed. Paulinas, 1982.

ANDRADE, Manuel Correa. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (org.). **Território Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Editora HUCITEC-ANPUR, 1994.

ANDRADE, Lucia Mendonça Morato de. **Antes a água era cristalina, pura e sadia: percepções quilombolas e ribeirinhas dos impactos e riscos da mineração em Oriximiná, Pará**. Comissão Pró-Índio. São Paulo, 2018.

ASSIS, Wendell Ficher Teixeira. No princípio era a terra - A territorialização das lutas agrárias no contexto de expansão capitalista na Amazônia. In: ACSELRAD. Henri (org.). **Cartografia social, terra e território**. Rio de Janeiro. IPPUR. UFRJ 2013. p. 201 -235.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ALUMÍNIO (ABAL) **Bauxita no Brasil**. Mineração responsável e competitividade. São Paulo, SP [2017]. Disponível em: <www.abal.org.br>. Acesso em: 13.jan.2019.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: informação e Documentação - artigo em publicação periódica científica impressa - apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10719**: Informação e Documentação - Relatório técnico e/ou científico. Apresentação, 2009.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: Informação e Documentação - Trabalhos acadêmicos - Apresentação, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: 2003 Artigo em Publicação Periódica Científica Impressa. Apresentação, 2011.

AVANTARA, Anelise M.; VESCE, Gabriela E. P. As representações sociais no discurso do sujeito coletivo no âmbito da pesquisa qualitativa. In: VIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - EDUCERE e III CONGRESSO IBERO- AMERICANO SOBRE VIOLÊNCIAS NAS ESCOLAS / CIAVE, 2008, Paraná. **Anais Eletrônicos**. Paraná: PUC, 2008.

AZEVEDO, Marinho Idalina de. Puxirum: memória dos negros do oeste paraense. INTRODUÇÃO. In: AZEVEDO, Marinho Idalina de. (org.). **Puxirum**: memória dos negros do oeste paraense. Belém IAP. 2002.

BECKER, Howard. **Falando da Sociedade**: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio e Janeiro: Jorge Zahar editores, 2009. p. 185-200; 231-243.

BENATTI, José Helder. **Posse agroecológica e manejo florestal**: um estudo das concepções jurídicas sobre os apossamentos das populações tradicionais na Amazônia brasileira. 2001.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes. 1985.ed. ISA Belém. 2001..

BOFF, Leonardo. **Teologia do cativo e da libertação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

BORBA, Maria Rita M. **A exploração de bauxita em Juruti (PA) e o modelo "Juruti Sustentável"** - Contribuições aos estudos de desenvolvimento e conflitos ambientais. 2012. 270f. Dissertação (mestrado Geografia Humana) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidades de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de Geografia, 2012.

BRASIL. Secretaria Especial Edições Técnicas. Código de Mineração (1967). **Código de mineração e legislação correlata**. Brasília D.F. 2ª. Ed, 2. v. 2. (Coleção Ambiental II), p.112, 2011.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Centro de Tecnologia Mineral. In: FERNANDES, Francisco Rego C.; JIMENEZ, Renata de C.; ARAÚJO, Almino Eliane R. (Ed.) **Recursos minerais e comunidade 2014**: impactos humanos socioambientais econômicos. Rio de Janeiro, 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - **Balanco das ações para**

povos e comunidades tradicionais no governo Lula, 2003 – 2010. Eixo I Acesso aos Territórios Tradicionais e Recursos Naturais. 2011. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ministeriomeioambiente/www.mma.gov.br>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. [Relatório] Gestão 2015. **ICMBIO**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ministeriomeioambiente/www.mma.gov.br>>. Acesso em: 2 jul. 2016.

BRASIL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Centro de Tecnologia Mineral. **Recursos minerais e comunidade 2014: impactos humanos socioambientais econômicos**. In: FERNANDES, Francisco Rego C.; JIMENEZ, Renata de C.; ARAÚJO, Almino; ROCHA, Eliane. (Ed.) Rio de Janeiro, 2014.

CASANOVA, Pablo González. Colonialismo Interno (Uma definição). In: BORON, A. Atílio; AMADEO, Javier; GONZÁLEZ, Sabrina. (org.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires, CLACSO, 2006, p. 395 – 420.

CASTRO, E. R. et.al. **Ações do estado e estratégias empresariais: o setor mineral e a construção de novas usinas hidrelétricas na Amazônia**. In: III ENCONTRO LATINOAMERICANO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS. 30 nov. 2003. Disponível em: <<http://www.ecsbarragens.ufpa.br/files.wordpress.com/2010/12/iii-encontro-latinoamericano.pdf>>. Acesso em: nov. 2012.

CASTRO, E.R. Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira. **Novos cadernos NAEA**, v. 10, n. 2, p. 105-126, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/100/155>>. Acesso em: 03 abr. 2018.

CASTRO, E.R. Racionalidade e novos padrões na gestão do trabalho em grandes empresas na Amazônia. In: MAGALHÃES. Sonia Barbosa; BRITO, Rosyan de Caldas; CASTRO, Edna Ramos. **Energia na Amazônia**. Belém. Museu Paraense Emílio Goeldi. UFPA. p. 321 – 333. 1996.

CASTRO, Michel de. **Grandes projetos na Amazônia e comunidades tradicionais: o caso da mineração de bauxita no PAE Juruti Velho**. 2010. 123 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas) - NAEA, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

CASTRO, Michel **A invenção do cotidiano**. Artes do fazer. Vozes: 17 ed. São Paulo. 2011.

CERTAU, Michel; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano: Morar, cozinhar**. 5. Ed São Paulo. Vozes, 1996.

CHIVIRIANI, Tomás; MENDES, Ana. A Guerra secreta pela bauxita. Publicado em 22 de agosto de 2016. **Amazônia Notícia e Informação**, *online*. Disponível em: <https://apublica.org/2016/08/a-guerra-secreta-pela-bauxita/>< Acesso em: 09 abr. 2018.

CORREA, Roberto Lobato. Território e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A.; SILVEIRA, Maria Laura. (org.). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1994.

CHAZEL, François. **Action collective et mouvements sociaux**. Presses universitaires. 1993.

COSTA, Francisco Assis. **Teorias do Desenvolvimento e Estratégias do Desenvolvimento Sustentável**. Belém, Pará. 2006 (texto didático).

CLAEYS, Gregory. **Utopia: A história de uma ideia**. São Paulo: Sesc/SP, 2013.

COMUNIDADE paraense mantém cultura e tradição mesmo com a chegada de mineradora à região. **TV Brasil**. Gov/Tv Incra. Documentação 01.07.12. Disponível em: <https://www.youtube.com/results?search_query=juruti+velho>. Acesso em: 8 jan. 2016.

COSTA, Firmino Antonio da. Pesquisa de terreno em sociologia. In: SILVA, A.S.; PINTO, J. M. (org.). **Metodologia das Ciências Sociais**. 16ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 1987.

COMUNITÁRIOS DE JURUTI VELHO FAZEM REFLORESTAMENTO COM ALCOA, **Informativo Viver Juruti**. Ano 7 n. 30, jan. - fev. 2017.

DA MATTA, Roberto. Ofício de etnólogo ou como ter anthropological blues. **Boletim do Museu Nacional**, v. 27, p. 1-12, 1978.

DÁVALOS, Pablo. **El Buen Vivir y la utopia**. Entrevistadora: Cleyenne Cerqueira. Entrevista concedida ao Porantim. Em defesa da causa indígena. Ano XXXXIII, Brasília –DF. Março de 2011.

DE OLHO no Futuro, Agricultura aposta na exploração da produção. **Informativo Viver Juruti**. Ano 6.n. 27, mai./jun. 2016.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: NUPAUB; USP: Hucitec, 2008.

DONA IRUCA conta a história da Vila Muirapinima. **Informativo Viver Juruti**. Ano 6, n. 26, mar-abr. 2016.

ESCOBAR, Arturo. Otros mundos (ya) son posibles, autoorganización, complejidad y culturas poscapitalistas. **Scribd**. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/184965521/AUTO-ORGANIZACION-COMPLEJIDAD-Y-CULTURAS-POSTCAPITALISTAS>>. Acesso em: 6 out. 2019.

ESCOBAR, Arturo. **Mas Allá Del Tercer Mundo: globalización y diferencia**. Bogotá ICANH, 2005. p. 219-229. pdf.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. Ed. Edipro de Bolsos, São Paulo. [1860], 2011.

KRÄUTLER, Erwin. **Os povos da Amazônia e a voz de seus pastores**. Belém: CNBB Norte 2, 2005.

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (FASE). **A geopolítica de infraestrutura da China na América do Sul** - Um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia Brasileira. Rio de Janeiro (RJ). 2017.

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL (FASE). **Mercado dos bens comuns** - O papel dos povos indígenas, comunidades tradicionais e setores do campesinato diante da crise ambiental. Rio de Janeiro (RJ). 2016.

FRIEDBERG, Erhard. **O poder e a regra**: dinâmicas da ação organizada. Trad. A.P. da Silva. Lisboa: Instituto Piaget, 1995.

FURTADO, L. G. Sobre os argonautas da Amazônia. O estado da arte dos conhecimentos sobre os pescadores: uma contribuição aos estudos de Antropologia. In: LEITAO, Wilma Marques; MAUES, Raimundo Heraldo. (org.). **Nortes Antropológicos**: Trajeto, trajetórias. Belém: Ed. Universitária UFPA, 2008. p. 41-79.

FRAGOSO, Hugo. A era missionária (1686-1759). In: HOORNAERT, Eduardo. (org.). **História da Igreja na Amazônia**. Petrópolis (RJ): Vozes, 1992. p. 139-209.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). **Indicadores de Juruti**: para onde caminha o desenvolvimento de Juruti, Belém. FGV, 2009.

GAVIRA, Edwin Muñoz. Mineração e regulação social na Amazônia: o caso da mineradora Alcoa e as comunidades de Juruti Velho, Pará. In: ACSELRAD, Henry (org.). **Cartografia social, terra e território**. Universidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2013. p. 237 - 273

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, LTC: 1989.

GEERTZ, Clifford. **O saber local**. Novos ensaios em antropologia interpretativa. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GUDYNAS, Eduardo; ACOSTA, Alberto. A renovação da crítica ao desenvolvimento e o Bem Viver como alternativa. **Journal of Sustainability Education**, *online*. Pub. 19-03-2012. CEPAT. Curitiba, PR. Trad.Cepat. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/Instituto Humanitas Unisinos-IHU>>. Acesso em: 30 ago. 2016.

GUERRA, Isabel. Modos de vida: Novos percursos e novos conceitos. **Sociologia Problemas e práticas**, n. 13, p. 59-74, 1993.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 1 ed. São Paulo. Marco Zero. 1994.

GRZEBIELUKA, Douglas. Por uma tipologia das comunidades tradicionais brasileiras. **Revista Geografar**, *online* p.116. Curitiba, 2012, v. 7, n.1, p. 116-137, jun./2012. Disponível em: <www.ser.ufpr.br/geografar>. Acesso em: 12 de jul. 2016.

HALBWACHS, Maurice (1877-1945). **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 2006. Cap. I e II.

HOMMA, Alfredo K.O. et.al. **Imigração Japonesa na Amazônia**: Contribuição na Agricultura e vínculo com o desenvolvimento Regional. 1ªed. Manaus: EDUA: 2011.

HOSPITAL de Juruti amplia atendimento para pacientes de Terra Santa e Faro. **Site da Prefeitura Municipal de Juruti**. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2018/09/01/hospital-de-juruti-vai-ampliar-atendimento-para-pacientes-de-terra-santa-e-faro.ghtml>>. Acesso em: 12 set. 2018.

INFORMATIVO ACORJUVE. Informativo ACORJUVE Especial. Juruti, 16 de janeiro 2013. **Blog Acorjuve**. Disponível em: <<https://www.google.com/search?q=Acorjuve+bolg&oq=Acorjuve+bolg&aqs=chrome..69i57j69i64.11146j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8#>>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Quadro de regiões Baixo Amazonas**: Municípios componentes da Região. IBGE. 2010. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/indigenas/estudos.html>>. Acesso em: 26 mai.2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (IBGE): **Anuários Estatísticos do Brasil**: pesquisa da produção da extração vegetal e silvicultura. 2011. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/20/aeb_2011.pdf>. Acesso em: 13 maio. 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA): **Aspectos Históricos e Socioeconômicos do Projeto de Assentamento Agroextrativista** – PAE Juruti Velho. Agosto de 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA). **Aspectos Históricos e Socioeconômicos do Projeto de Assentamento Agroextrativista** – PAE Juruti Velho. Agosto de 2007. [Relatório].

JURUTI sustentável: uma proposta de modelo para o desenvolvimento local. São Paulo: FGV, ALCOA, FUNBIO, 2008. Disponível em: <<http://www.indicadoresjuruti.com.br/>>. Acesso em: 11 nov. 2011.

LASCOUMES, P.; LE GALÈS, P. **Sociologia da ação pública**. Maceió (AL): UFAL. Edufal. 2012.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O sujeito coletivo que fala**. Comunicação. Saúde, Educ. USP, São Paulo, v, 10, n. 20, p. 517 - 524, jul./dez., 2006. (Interface).

LEFÈVRE, et. al. **O discurso do sujeito coletivo**: uma nova metodologia em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: EDUCS, 2000.

LITTLE, Paul E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. Brasília: [s.n], 2002, p. .2 – 23. (Série Antropologia).

LOPES, Luis Otávio Canto. **Conflito socioambiental e (re)organização territorial**: mineradora Alcoa e comunidades ribeirinhas do Projeto Agroextrativista Juruti Velho, município de Juruti. 269 f. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MAPA DA INJUSTIÇA AMBIENTAL E SAUDE NO BRASIL. **Conflitos entre atividades mineradoras e comunidades tradicionais extrativistas no extremo oeste do Pará**: deteriorização de igarapés, lagos e corte de matas e castanheiras, 05 de outubro de 2009. Disponível em: <www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br>. Acesso em: 09 jul.2016.

MATA, Raimundo. Possidônio. C. da. **Caminhada da Igreja na Amazônia Regional Norte 2**: a história. Belém: CNBB Norte 2, 2004.

MELUCCI, Alberto. **Sociedade complexa, identidade e ação coletiva**. [fev.1996]. Entrevistadores: Maria Dalila Pedrini e Adrian O. Scribano. Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre movimentos sociais - Programa de Pós-graduados em Serviço Social. São Paulo. PUC/SP; p. 33-63, 1996.

MENDES, Armando Dias. **A invenção da Amazônia**: alinhavos para uma história de futuro. 3ª. ed. revista e aumentada. Belém. BASA. 2006.

MIRANDA, Tânia N. de Oliveira. **Igreja, território e poder**: discursos e práticas em resistência à Belo Monte. 132f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade do Estado do Pará. Belém, 2013.

MONTEIRO, Mara Rúbia M. **A democratização da sociedade**: participação das organizações da sociedade civil – experiências em Juruti Velho/ PA. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento do Trópico Úmido, NAEA, 2009.

MONTEIRO, Mara Rúbia M. Mineração industrial na Amazônia e suas implicações para o desenvolvimento regional. Belém: **Novos Cadernos NAEA**, v. 8, n.1, p.141-187, jun, 2005.

NAHUM, João Santos; CASTRO, Isabel Andrade de. **Um capítulo da questão agrária na Amazônia**: mineração e campesinato no município de Juruti (PA). XXI ENCONTRO DE GEOGRAFIA AGRARIA, Uberlândia/MG, 15 – 19 de out. 2012.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**: bens públicos e teoria dos grupos. Trad. M.D.C. Guerreiro; M.L. Faria. Revisão Tec.: P.T. Pereira. Oeiras: Celta Editora. 1998. 168p. Original 1965. Cap. Intr. 2 p.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo Editora/UNESP, 2000. p. 17-37; 73-93; 95-106.

PAIVA, Maria de F. Souza. O despojamento como elemento essencial da missão. **Revista Convergência**, 2014, ano XLIX, nº 468. Brasília, Editora CRB, jan./fev. 2014.

PEIRANO, Mariza. **A análise antropológica de rituais**. n. 270, 2000, 8 p. (Série Antropológica).

PINTO, Lucio Flavio. **Hidrelétricas na Amazônia**: predestinação, fatalidade ou engodo. Edição Jornal Pessoal, Belém, 2003.

PINTO, Lucio Flavio. **A Amazônia em questão**: Belo Monte, Vale e outros temas. São Paulo: B4 Editora, 2012.

PINTO, Lucio Flavio. **O fim da Amazônia**: grilagem e desmatamento. Manaus. Ed. UEA, 2014. 170p.

QUEIROZ, Ivoneide. O despojamento como elemento essencial na missão. **Revista Convergência – CRB**. Brasília, ano XLIX, n. 468.p. 63-77. jan./fev. Disponível em: <<https://crbnacional.org.br/publicacoes-revista-524-525/#>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

LACAZ, Francisco Antônio de Castro; PORTO, Marcelo Firpo de Sousa; PINHEIRO, Tarcísio Márcio Magalhães. Tragédias brasileiras contemporâneas: o caso do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão/Samarco. **Revista Brasileira Saúde Ocupacional**. São Paulo, ano, 9ª. ed., n.42, p. 1 - 12 2017.

PEREIRA, Renée. Mina traz prosperidade e caos à antes pacata Juruti. Com a chegada da Alcoa, cidade paraense virou um canteiro de obra. **Estadão online**. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13746/8946/53104>. Acesso em: 13 dez. 2017.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Ambientalismo e desenvolvimento sustentado**. Nova ideologia/utopia do desenvolvimento. São Paulo: FLACSO/Unb [n. 34] 1991, p. 59 - 101 (Série Antropologia).

RODRIGUES, Edmilson Brito. **Território e soberania na Globalização**: Amazônia, jardim de águas sedento. 2010. 337f. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia e Letras e Ciências Humanas. São Paulo, 2010.

ROSENDAHL, Zeny. Território e territorialidade: uma perspectiva geográfica do estudo da religião. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA **Anais do...** São Paulo: Universidade de São Paulo. 2005, 12928 – 12940.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia - Encruzilhada civilizatória - tensões territoriais em curso**. 1ª Ed., Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

PORTO, Marcelo F. S.; HENRIQUES, A. B. A insustentável leveza do alumínio. Impactos socioambientais da inserção do Brasil no mercado mundial de alumínio primário. **Revista Ciência e saúde coletiva**, n. 18. p.3223 – 3234, 2013.

POTYGUARA, José. **Terra Caída**. São Paulo: Globo, 2007.

PORTELA, Everaldo Machado. **Mineração em Juruti**: Do desenvolvimento ao Desenvolvimento Sustentável? 2017. 225f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento. Universidade Federal do Oeste do Pará - Faculdade de Inovação Tecnológica. Santarém (PA). 2017.

PROJETO VARZEA: 17 anos construindo um sistema de manejo no Baixo Amazonas. Brasília ed. **WWF – Brasil**. 2013. Disponível em: <<https://www.wwf.org.br/?38302/Projeto-Vrzea-17-anos-construindo-um-sistema-de-comanejo-no-Baixo-Amazonas>>. Acesso em: 02 mar. 2017.

SÁ, M. E. B. de. A presença dos Koutakusseis no Amazonas: uma análise a partir do paradigma realista das relações internacionais. In: HOMMA, Alfredo Kingo O. et.al. **Imigração Japonesa na Amazônia**: contribuição na agricultura e vínculo com o desenvolvimento Regional. 1ª.ed., Manaus: EDUA, 2011.

SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (org.). **Território**: globalização fragmentação. São Paulo: Hucitec; Annablumme, 2002b.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os novos movimentos sociais. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; SETUBAL, Mariana; LEHER, Roberto. (org.). **Pensamento crítico e movimentos sociais**: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

SANTOS, Milton. **Milton Santos**: entrevista. [fev. 2000]. Território e sociedade. Entrevistadores: O. Seabra; M. de Carvalho; J.C. Leite. Entrevista concedida à Fundação Perseu Abramo. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SHARJI, Thomas et. al Regulamentação fundiária na Amazônia e projetos agroextrativistas na várzea do Baixo Amazonas. In: BAHIA, Mirleide Chaar; NASCIMENTO. Durbens Martins (org.). **Estado, sistemas produtivos e populações tradicionais**. Belém, NAEA. 2014. (Serie Desenvolvimento e Sustentabilidade).

SILVA, Lindomar de Jesus S.; MIRANDA, Tania N. de O. Resistência e Articulação de Atores Sociais contra a Hidrelétrica de Belo Monte: a contribuição da Igreja Católica. Belém. In: III ENCONTRO LATINO-AMERICANO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 30 nov a 03 dez, 2010, Belém (PA). **Anais Eletrônicos**. Disponível em: <<http://caritasnorte2.files.wordpress.com/2010/12/iii-encontro-latino-americano.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2011.

SILVA, Lindomar de Jesus S. **Natureza capitalista versus natureza orgânica**: o advento da ALCOA e a mobilização e organização das comunidades de Juruti no Baixo-Amazonas. 279 f. Tese (Doutorado em Ciência do Desenvolvimento

Socioambiental) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará, Belém/PA, 2014.

SILVA JUNIOR, M. B. de. Mineração industrial da companhia Vale no estado do Pará e a gestão de recursos hídricos. In: BAHIA, Mirleide Chaar; NASCIMENTO, Durbens Martins (org.). **Estado, sistemas produtivos e populações tradicionais**. Belém, NAEA. 2014. (Série Desenvolvimento e Sustentabilidade).

SILVA, Sandra Helena da; FLAXE, Therezinha de Jesus Pinto. Processo produtivo da juta e da malva na perspectiva do desenvolvimento sustentável. **Somanlu- Revista de Estudos Amazônicos**, Manaus, ano 11, p. 83–103, n. 2 jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/somanlu/issue/view/334>>. Acesso em: 13 set. 2017.

SOUZA, José Camila Ramos de. Parintins e Vila Amazônia: uma história de construção de vida urbana de imigrantes nipônicos. In: **Imigração Japonesa na Amazônia: Contribuição na Agricultura e vínculo com o desenvolvimento Regional**. 1ªed. Manaus: EDUA: 2011. p. 115 – 134.

SOUZA, Marcelo José. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

WEBER, Max. **Economia e sociedade**. Brasília, DF: UnB, 1999. 2 v.

TEISSERENC, Pierre; TEISSERENC, Maria José da S. Aquino. **Território de ação local e de desenvolvimento sustentável**: da reivindicação socioambiental ao debate acadêmico. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ, Revista Sociologia & Antropologia, v. 04, n.1 (junho de 2014), 2014.

TEISSERENC, Maria José da Silva. Atores não governamentais, relações, representações e desafios do desenvolvimento sustentável (na Amazônia brasileira). In: ESTERCI, Neide; SANT'ANA JUNIOR, Horácio Antunes; TEISSERENC, Maria José da Silva (org.). **Territórios Socioambientais em Construção na Amazônia Brasileira**. ed. 1. Rio de Janeiro. p.73 -103.2016. (Col. Sociologia & Antropologia).

TEISSERENC, Pierre. Reconhecimento de saberes locais em contexto de ambientalização. **Novos Cadernos do NAEA**, Belém, v. 13, n. 2, p. 5-26, 2010.

TOURAINÉ, Alain. A sociologia pública e o fim da sociedade. **Caderno CRH** Salvador (BA), 2009. Dossiê.

THOMPSON. Edward Palmer. Tempo, Disciplina de Trabalho e Capitalismo Industrial. In: **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular e tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p.267-304.

UNIVERSIDADE VALEDO RIO DOS SINOS – UNISINOS. **Guia para elaboração de trabalhos acadêmicos.** (Artigo de periódico, Dissertação, Projeto, Trabalho de Conclusão de Curso e Tese). Ed. rev. atual. São Leopoldo: [s.n.], 2018.

VANDERLINDE, Tarcísio. **A peregrinação por um novo território.** In: III COLÓQUIO CULTURA E MEMÓRIA SOCIAL. UNIOESTE, Marechal Cândido Rondon: Paraná, 2007. p. 84-102.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento Sustentável: O desafio do Século XXI.** Rio de Janeiro: Garanond, 2005.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira. **A Aventura Sociológica.** Rio de Janeiro: ZAHAR, 1978.

VIANNA, Lucila Pinsard. **De invisíveis a protagonistas: populações tradicionais e unidades de conservação.** Rio de Janeiro: Anna Blume, FAPESP, 2008.

WANDERLEY, Luiz Jardim de M. **Conflitos e Movimentos Sociais Populares em Área de Mineração na Amazônia Brasileira** (Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Geografia). Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2008a.

WANDERLEY, Luiz Jardim de M. **Conflitos e Impactos Ambientais na Exploração dos Recursos Minerais na Amazônia.** 2008b. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/716518.pdf> Acesso em: 23/9/2016.

ZHOURI, Andrea. INTRODUÇÃO. Produção de conhecimento em um 'campo minado'. In: ANDREA, Zohouri. **Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil.** Pará. ABA. 2018.

ANEXOS

Anexo 1

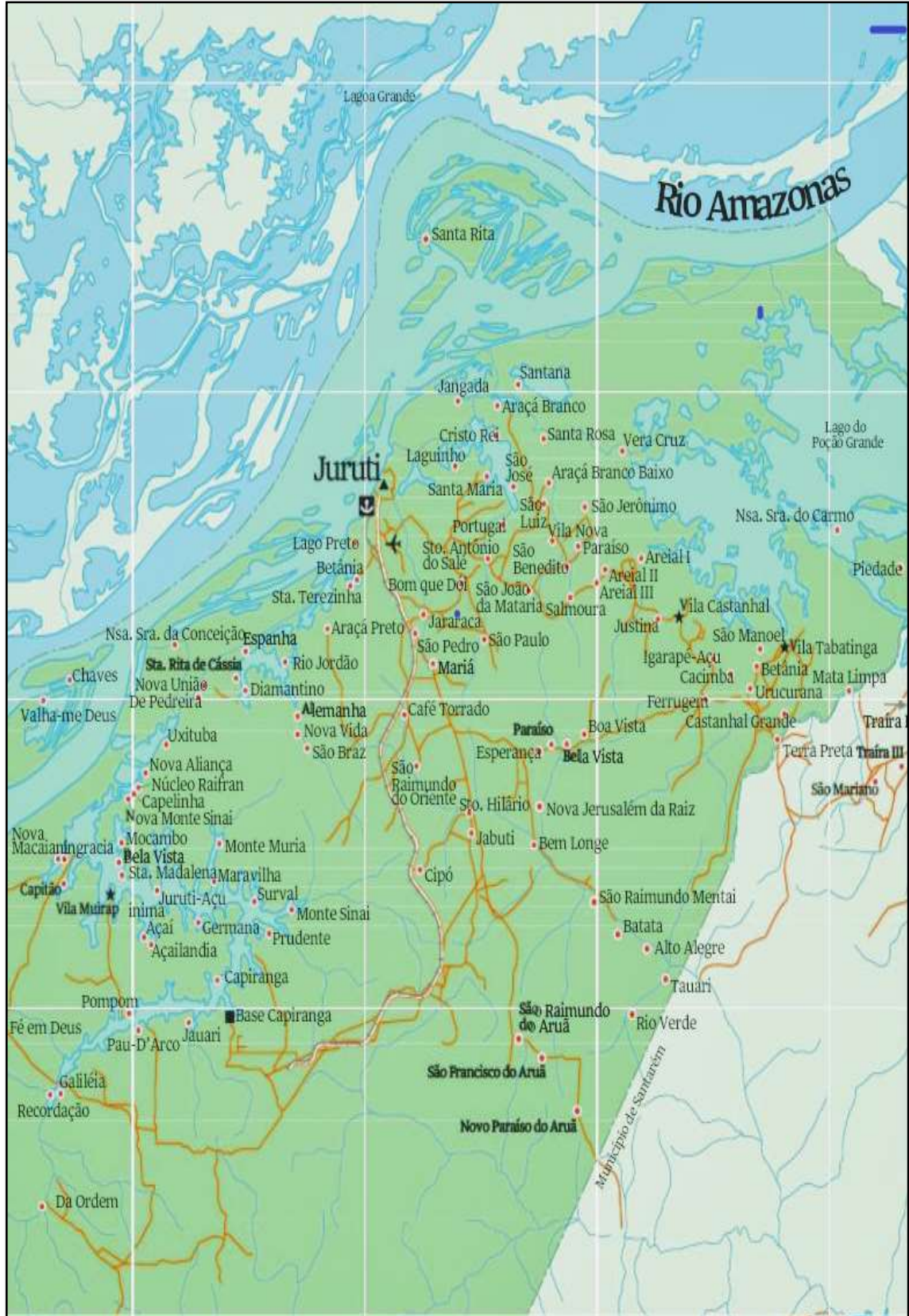
Quadro - Comunidades e ano de fundação em Juruti Velho do PAE

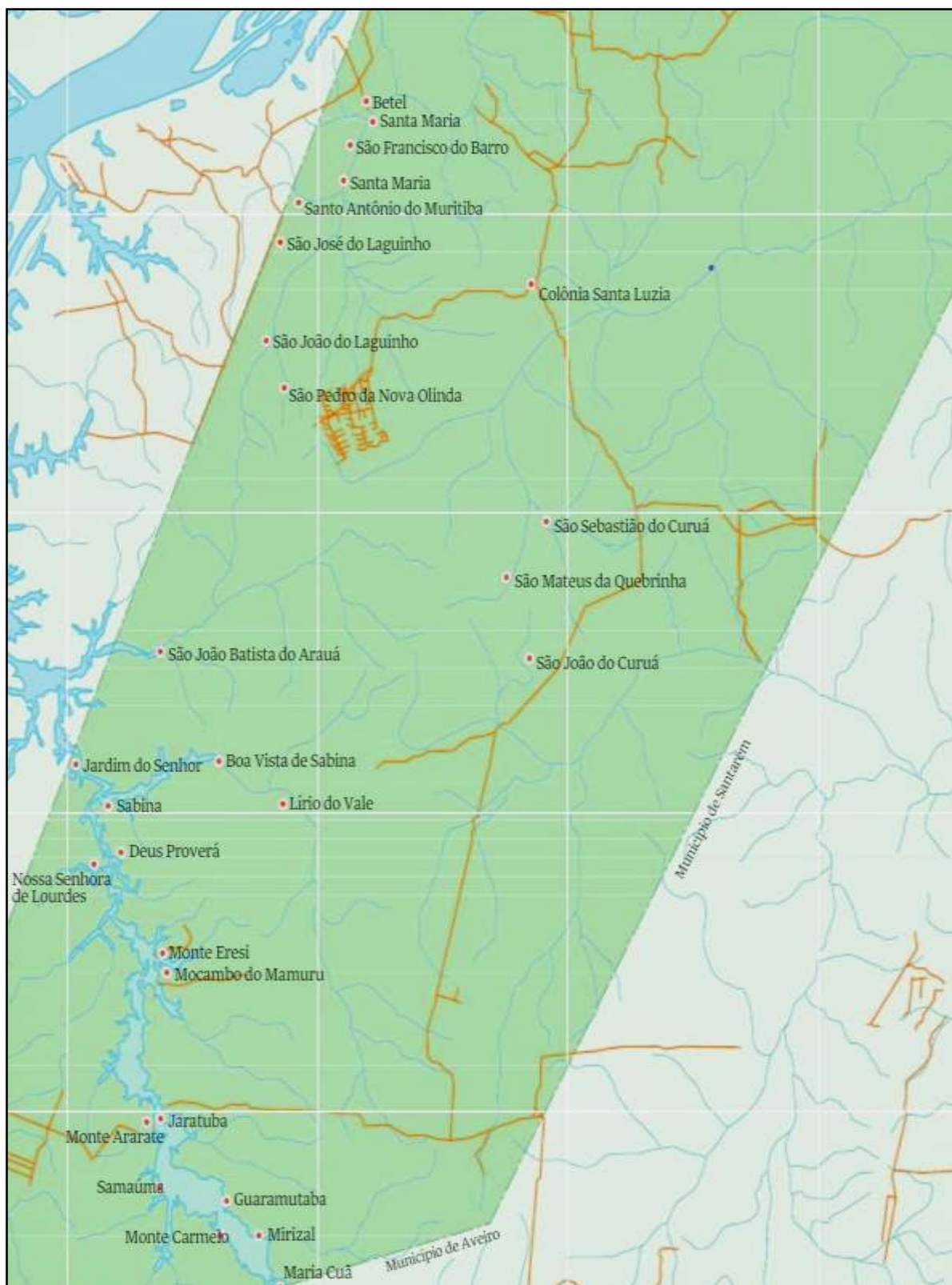
De 1818/ 1965 a 1970	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Comunidade</th> <th>Ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>01</td><td>Vila Muirapinima</td><td>1818</td></tr> <tr><td>02</td><td>Mocambo</td><td>1965</td></tr> <tr><td>03</td><td>Capiranga</td><td>1967</td></tr> <tr><td>04</td><td>Uxituba</td><td>1967</td></tr> <tr><td>05</td><td>Ilha dos chaves</td><td>1967</td></tr> <tr><td>06</td><td>Ilha Macaini</td><td>1967</td></tr> <tr><td>07</td><td>Juruti Miri</td><td>1972</td></tr> <tr><td>08</td><td>Capitão</td><td>1972</td></tr> <tr><td>09</td><td>Paraná Juruti Velho</td><td>1973</td></tr> <tr><td>10</td><td>Maravilha</td><td>1973</td></tr> <tr><td>11</td><td>Inglácias</td><td>1977</td></tr> <tr><td>12</td><td>São Braz</td><td>1978</td></tr> <tr><td>13</td><td>Açaí</td><td>1978</td></tr> <tr><td>14</td><td>Pompom</td><td>1978</td></tr> <tr><td>15</td><td>Pedreiras</td><td>1979</td></tr> <tr><td>16</td><td>Pau D' arco</td><td>1979</td></tr> </tbody> </table>		Comunidade	Ano	01	Vila Muirapinima	1818	02	Mocambo	1965	03	Capiranga	1967	04	Uxituba	1967	05	Ilha dos chaves	1967	06	Ilha Macaini	1967	07	Juruti Miri	1972	08	Capitão	1972	09	Paraná Juruti Velho	1973	10	Maravilha	1973	11	Inglácias	1977	12	São Braz	1978	13	Açaí	1978	14	Pompom	1978	15	Pedreiras	1979	16	Pau D' arco	1979									
	Comunidade	Ano																																																											
01	Vila Muirapinima	1818																																																											
02	Mocambo	1965																																																											
03	Capiranga	1967																																																											
04	Uxituba	1967																																																											
05	Ilha dos chaves	1967																																																											
06	Ilha Macaini	1967																																																											
07	Juruti Miri	1972																																																											
08	Capitão	1972																																																											
09	Paraná Juruti Velho	1973																																																											
10	Maravilha	1973																																																											
11	Inglácias	1977																																																											
12	São Braz	1978																																																											
13	Açaí	1978																																																											
14	Pompom	1978																																																											
15	Pedreiras	1979																																																											
16	Pau D' arco	1979																																																											
De 1980 a 1990	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Comunidade</th> <th>Ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>17</td><td>Capelinha</td><td>1981</td></tr> <tr><td>18</td><td>Alemanha</td><td>1985</td></tr> <tr><td>19</td><td>Diamantino</td><td>1985</td></tr> <tr><td>20</td><td>Juruti Açú</td><td>1988</td></tr> <tr><td>21</td><td>Surval</td><td>1989</td></tr> <tr><td>22</td><td>Prudente</td><td>1990</td></tr> <tr><td>23</td><td>Nova Vida</td><td>1990</td></tr> <tr><td>24</td><td>Nova União</td><td>1990</td></tr> <tr><td>25</td><td>Nova Macauiani</td><td>1990</td></tr> <tr><td>26</td><td>Prudente</td><td>1990</td></tr> <tr><td>27</td><td>Açailândia</td><td>1991</td></tr> <tr><td>28</td><td>Santa Madalena</td><td>1991</td></tr> <tr><td>29</td><td>Jaruari</td><td>1991</td></tr> <tr><td>30</td><td>Monte Sinai*</td><td></td></tr> </tbody> </table> <p>*Monte Sinai e Prudente não participam do PAE</p>		Comunidade	Ano	17	Capelinha	1981	18	Alemanha	1985	19	Diamantino	1985	20	Juruti Açú	1988	21	Surval	1989	22	Prudente	1990	23	Nova Vida	1990	24	Nova União	1990	25	Nova Macauiani	1990	26	Prudente	1990	27	Açailândia	1991	28	Santa Madalena	1991	29	Jaruari	1991	30	Monte Sinai*																
	Comunidade	Ano																																																											
17	Capelinha	1981																																																											
18	Alemanha	1985																																																											
19	Diamantino	1985																																																											
20	Juruti Açú	1988																																																											
21	Surval	1989																																																											
22	Prudente	1990																																																											
23	Nova Vida	1990																																																											
24	Nova União	1990																																																											
25	Nova Macauiani	1990																																																											
26	Prudente	1990																																																											
27	Açailândia	1991																																																											
28	Santa Madalena	1991																																																											
29	Jaruari	1991																																																											
30	Monte Sinai*																																																												
De 1991 a 2000	<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>Comunidade</th> <th>Ano</th> </tr> </thead> <tbody> <tr><td>31</td><td>Bom Jesus</td><td>2000</td></tr> <tr><td>32</td><td>Monte Sinai Catolico</td><td>2000</td></tr> <tr><td>33</td><td>Monte Morιά</td><td>2000</td></tr> <tr><td>34</td><td>São Mateus</td><td>2002*</td></tr> <tr><td>35</td><td>Vila Vicente</td><td>2002</td></tr> <tr><td>36</td><td>Boa Esperança</td><td>2002</td></tr> <tr><td>37</td><td>Zé Maria</td><td>2002</td></tr> <tr><td>38</td><td>Nova Horizonte</td><td>2002</td></tr> <tr><td>39</td><td>Raifran</td><td>2002</td></tr> <tr><td>40</td><td>Miri Centro</td><td>2002</td></tr> <tr><td>41</td><td>Rio Jordão*</td><td>2003</td></tr> <tr><td>42</td><td>Betel *</td><td>2003</td></tr> <tr><td>43</td><td>Santo Expedido</td><td>2003</td></tr> <tr><td>44</td><td>São Francisco</td><td>2003</td></tr> <tr><td>45</td><td>Genezaré*</td><td>2003</td></tr> <tr><td>46</td><td>Santa Rita de Cassia</td><td>2004</td></tr> <tr><td>47</td><td>Fé em Deus</td><td>2004</td></tr> <tr><td>48</td><td>Parintisnzinho</td><td>2005</td></tr> <tr><td>49</td><td>Germano</td><td>2005*</td></tr> </tbody> </table> <p>*a partir das SMP em 2002 novas comunidades foram criadas ** até 2005 45 comunidades compuseram o PAE *** Não compõe o PAE (são evangélicos neopentecostais).</p>		Comunidade	Ano	31	Bom Jesus	2000	32	Monte Sinai Catolico	2000	33	Monte Morιά	2000	34	São Mateus	2002*	35	Vila Vicente	2002	36	Boa Esperança	2002	37	Zé Maria	2002	38	Nova Horizonte	2002	39	Raifran	2002	40	Miri Centro	2002	41	Rio Jordão*	2003	42	Betel *	2003	43	Santo Expedido	2003	44	São Francisco	2003	45	Genezaré*	2003	46	Santa Rita de Cassia	2004	47	Fé em Deus	2004	48	Parintisnzinho	2005	49	Germano	2005*
	Comunidade	Ano																																																											
31	Bom Jesus	2000																																																											
32	Monte Sinai Catolico	2000																																																											
33	Monte Morιά	2000																																																											
34	São Mateus	2002*																																																											
35	Vila Vicente	2002																																																											
36	Boa Esperança	2002																																																											
37	Zé Maria	2002																																																											
38	Nova Horizonte	2002																																																											
39	Raifran	2002																																																											
40	Miri Centro	2002																																																											
41	Rio Jordão*	2003																																																											
42	Betel *	2003																																																											
43	Santo Expedido	2003																																																											
44	São Francisco	2003																																																											
45	Genezaré*	2003																																																											
46	Santa Rita de Cassia	2004																																																											
47	Fé em Deus	2004																																																											
48	Parintisnzinho	2005																																																											
49	Germano	2005*																																																											

Fonte: Organizada pela autora, 2017.

Anexo 2 Mapa detalhado das comunidades

Recorte da Região Norte de Juruti Velho (Norte e Sul)





Fonte: Alcoa, 2009.

Anexo 3
Recomendação Conjunta



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Santarém

RECOMENDAÇÃO CONJUNTA N° 01/2015/MPE-MPF

Inquérito Civil nº 1.23.002.000337/200

**O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ e o
MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, doravante denominados**

MINISTÉRIO PÚBLICO, por meio dos signatários, no uso de suas atribuições constitucionais:

Considerando todas as incumbências atribuídas ao Poder Público pelo artigo 225, §1º, da Constituição da República, bem como do artigo 258 da Constituição do Estado do Pará;

Considerando que *as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar o dano causado* (artigo 225, §3º, da Constituição da República);

Considerando os princípios e objetivos da Política Nacional e Estadual de Meio Ambiente, expressos na Constituição da República, na Constituição do Estado do Pará e nas Leis nº 6.938/81 e 5.887/95, respectivamente;

Considerando o **Projeto Agroextrativista (PAE) Juruti**

Velho, criado em 18/11/2005, em atendimento ao **Termo de Ajustamento de Conduta (TA)**, compromisso tomado do **Incra** pelo **Ministério Público**, no município de Juruti, em terras cadastradas pela União, destinado a regularizar a posse de 1.998 famílias, que utilizam ancestralmente



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Santarém

o território de 93,8 mil hectares, por meio de Contrato de Concessão Real de Uso, que estabelece regras de direitos comunitários e condicionantes para o usufruto desse bem;

Considerando que essas 45 comunidades, localizadas às margens do **Lago Grande de Juruti e Igarapé Balaio**, afluentes da margem direita do rio Amazonas, foram beneficiadas por essa **regularização fundiária** em razão do **reconhecimento** da ancestralidade da ocupação histórica desse território, a partir da **Vila Muirapinima**, sede do PAE, que remonta à **antiga aldeia dos índios Mundurukus**, com origem na **Redução Jesuítica** iniciada em **1818** pelo **Pe. Antonio Manoel Sanches**;

Considerando que essa presença histórica resultou em singular experiência associativa das comunidades, como coletivo, formalizado juridicamente mais recentemente pela fundação das associações comunitárias em todas as comunidades da região, cuja base organizacional, desde o seu início, conta e contou com a assessoria e o apoio da **ação missionária das Irmãs**

Franciscanas de Maristela, organização integrante da igreja católica por meio da Pastoral Social, com mais de 40 anos na Vila Muirapinima (Juruti Velho);

Considerando que a **Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho (Acorjuve)** é composta pelas lideranças das associações e representa as 45 associações comunitárias e, fundada em março de 2004, com base nas associações existentes há vários anos em todas as comunidades, para representá-las nas suas lutas em defesa dos seus interesses; **Considerando** a presença de bauxita no subsolo da região, em grande parte da área coincidente com o território de interesse comunitário, base de sua sobrevivência historicamente, sendo em tais áreas autorizadas pelo governo, primeiramente a pesquisa mineral e, posteriormente, a lavra para o conglomerado mineral Alcoa;

Considerando que tais atividades minerárias receberam

autorizações, apesar da presença dos direitos e interesses tradicionais comunitários preexistentes e com muitos impactos e externalidades, caracterizados e definidos não somente durante o licenciamento ambiental e os debates públicos, mas principalmente pelo Estudo de Perdas e Danos (EPD Juruti Velho) realizado por meio de acordo entre as partes pela Cooperativa Ecooideia, o qual foi sistematicamente acompanhado por técnicos de todas as entidades envolvidas durante todo o seu período de realização;

Considerando que as autorizações concedidas pelo DNPM e pelo órgão ambiental não afastam, pelo contrário, confirmam e justificam as obrigações ambientais, fundiárias e sociais, inclusive as indenizações e compensações financeiras respectivas, de acordo com a efetiva ocorrência dos danos;

Considerando que os conflitos de interesses envolvendo as comunidades tradicionais da região de Juruti Velho e a Mina de Juruti da Alcoa baseiam-se na disputa pelo uso do território e pelas funções



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Santarém

dos ecossistemas, principalmente, pela intervenção na estrutura dos ecossistemas, alcançando, assim, a base de sobrevivência das comunidades, e ainda a higidez do meio ambiente como um todo, bem de uso comum;

Considerando que a finalização do EPD-Juruti Velho, com a entrega dos resultados ao Inbra, caracterizando externalidades positivas e negativas, concluindo pela necessidade de indenização de um montante em recursos financeiros dos aspectos e elementos identificados onde houve diferenças negativas em detrimento dos interesses comunitários;

Considerando que tais aspectos e elementos buscam suprir funções ou parte da estrutura dos ecossistemas atingidos pelo empreendimento e que sustentavam de forma coletiva e transindividual os interesses e o modo de vida dos comunitários, sendo parte dos fundamentos jurídicos, antropológicos e sociológicos que fundamentaram e fundamentam a cessão a título perpétuo do direito real de uso comunitário desses territórios;

Considerando, assim, que os benefícios oriundos de indenizações e compensações são de natureza comunitária, coletiva e transindividual, em razão de acompanharem a natureza do bem indenizado, não sendo possível de ser apropriada de forma individual ou fragmentada, posto que integrantes da estrutura ou da função ambiental dos ecossistemas;

Considerando que os indivíduos e grupos integrantes da comunidade podem, no entanto, se beneficiar ou auferir benefícios a partir dos frutos ou rendimentos de tais bens, de forma regulamentada e equitativa, com esse regramento alcançando a manutenção dos seus benefícios para a atual e futuras gerações;

Considerando os termos da cláusula 7 do Termo de Ajuste de Conduta assinado em Santarém-PA, em 17 de setembro de 2005:

7) Ademais, em caso de eventual implantação do empreendimento acima mencionado, competirá ao **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL** e ao **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ** idealizar e engendrar, com o auxílio das associações, um modelo de “conselho gestor” para os possíveis recursos advindos dos direitos dos superficiários, que não deverá ficar a cargo tão-somente das associações;

Considerando as experiências já existentes, mas principalmente as bases jurídicas do ordenamento normativo nacional, a melhor opção para gerenciar recursos de interesse coletivo ou transindividuais é a forma jurídica da Fundação, entendida sinteticamente como “um fundo destinado a um fim”, a qual deve ser constituída com o montante dos valores destinados à indenização de perdas e danos e aos direitos de superficiários, permitindo-se, assim, a manutenção do capital principal – montante da indenização e direitos – correspondente ao bem coletivo, e a utilização dos rendimentos desse capital – a partir da aplicação financeira e outros mecanismos de desenvolvimento do capital – por meio dos



Ministério Público Federal

Procuradoria da República no Município de Santarém

instrumentos a serem gerenciados pela fundação, destinados ao cumprimento dos objetivos destacados e aos interesses comunitários no planejamento;

Considerando as reuniões, debates e entendimentos realizados no processo de negociação e também as atividades técnicas e científicas produzidas, ao longo de quase uma década, apontaram para a necessidade de tratamento coletivo de tais bens, com a perspectiva de benefícios às presentes e futuras gerações, mas também com a necessidade de não interferir negativamente, mas sim, na manutenção da característica essencial da tradicionalidade dessas comunidades;

Considerando que, com a entrega do EPD Juruti Velho, se encontra a oportunidade adequada para constituir o arranjo institucional necessário para o gerenciamento público e transparente de tais bens, com as regras de acesso, uso e respectivas obrigações de prestação de contas e todos os regimentos públicos necessários;

RESOLVE, nos termos das disposições do artigo 6º, inciso XX, da Lei Complementar nº 75/93, bem assim do artigo 27, parágrafo único, e inciso IV, da Lei nº 8.625/93:

1. RECOMENDAR

À **Alcoa**; à **Associação das Comunidades do Lago Juruti Velho**, e ao **Instituto de Colonização e Reforma Agrária – INCRA**, nas pessoas de seus Representantes legais:

- a) Aos dois primeiros, instituir, de forma individual ou em conjunto, uma Fundação de Direito Privado destinada a receber, administrar, gerenciar, aplicar, tomar contas e prestá-las, definir aplicação financeira e investimentos do principal e dos rendimentos dos valores pagos pela Alcoa a título de indenização de perdas e danos e a título de direito de superficiários, ou outras origens, devidas aos comunitários da região de Juruti Velho, município de Juruti, em razão dos impactos causados pela exploração e beneficiamento da bauxita, a qual conterà, no mínimo, em seu estatuto, como finalidade precípua apoiar os princípios de sustentabilidade, a proteção e preservação cultural e ambiental e o desenvolvimento econômico e social, das comunidades do PAE Juruti Velho e regiões vizinhas, cumprindo-lhe, especialmente:
 - i. - apoiar a formulação da política de preservação cultural e de desenvolvimento sustentável das comunidades;
 - ii. - apoiar a formulação e a implementação de programas e projetos que valorizem a diversidade cultural como elemento fundamental na construção de sistemas produtivos, individuais e coletivos, pautados e sustentados na autonomia, na diversidade, tradições e saberes populares e na garantia da



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Município de Santarém

permanência, assim como na melhoria, da qualidade de vida das comunidades;

- iii. - exigir que sistemas organizacionais e tecnológicos apropriados, previstos em programas e projetos, estejam pautados pelo princípio da viabilidade econômica, pelas condições ecológicas do meio e por processos de assimilação cultural seletiva, onde os saberes técnicos tradicionais sejam valorizados e potencializados como condição indispensável ao bem-estar social e ambiental;
- iv. - garantir o envolvimento comunitário e a transparência das informações em todas as fases de desenvolvimento dos projetos, desde a formulação até a implementação e prestação de contas e/ou devolução;
- v. – apoiar e promover a articulação de entidades públicas e privadas de modo a assegurar a coordenação e execução da política, programas e projetos de desenvolvimento sustentável, observando o limite e respeito tradicionalmente e historicamente vivencia-do e aceito entre as comunidades tradicionais que habitam o território;
- vi. – apoiar o desenvolvimento organizacional e instrumental das comunidades de forma a minimizar perdas de valores tradicionais do ponto de vista cultural, de capital social e socioambiental, e maximizar a capacidade de adaptação ao mundo moderno, com habilitação e fortalecimento das famílias e comunidades para assimilação seletiva das oportunidades e inovações ofertadas, e proteção contra condições de adversidade social (ex. violência, drogas);
- vii. - estruturar e apoiar a implementação do **monitoramento participativo** de aspectos socioculturais e ecológico-ambientais que envolvem as comunidades e o contexto biofísico, socioeconômico e político-institucional em que estão inseridas;
- viii. - promover o desenvolvimento de habilidades técnicas, administrativas, negociais e relacionais das comunidades para

a lida com aspectos da modernidade (novos mercados, políticas institucionais, burocracia administrativa, fiscal e financeira)"

- ix. - a regra de acesso aos recursos resultantes dos rendimentos e produtos do capital da Fundação, por meio de projetos, bolsas e apoios técnicos e de capacitação;
 - x. a prestação de contas públicas de todas as atividades realizadas;
- b) Tal fundação terá a condução de um Conselho Curador constituído, paritariamente, pelos representantes do Incra, da Acorjuve, da Alcoa, do Município de Juruti, da organização das Irmãs Franciscanas de Maristela e de outras associações pertinentes a serem escolhidas de comum acordo entre as primeiras, com a finalidade de definir e aprovar o planejamento e gestão dos recursos e as decisões administrativas da entidade, reunindo-se e funcionando de acordo com seu regimento e estatuto;

A gestão administrativa e técnica da Fundação será realizada por profissionais contratados exclusivamente para esse fim, com os custos de seus salários por conta dos recursos destinados especificamente à gestão administrativa da entidade;

- c) O processo de aplicação dos recursos integrados pelos rendimentos do montante do capital gerenciado será definido pelo conselho gestor a partir de critérios e objetivos definidos no planejamento de investimentos de acordo com as necessidades das comunidades de Juruti Velho, em áreas prioritárias e considerando sempre a característica essencial de comunidades tradicionais.

2. No prazo de 60 dias após o recebimento desta os recomendados deverão apresentar, ao Ministério Público, o ato instituidor e os estatutos da Fundação aprovados e registrados em cartório, bem assim os comprovantes dos respectivos recursos depositados destinados a iniciar a instituição patrimonial;

3. ADVERTIR que o não atendimento sem justificativa da presente recomendação importará na responsabilização e no ajuizamento das medidas judiciais civis e criminais, visando a resguardar os bens e interesses ora tutelados, inclusive, com a propositura de apropriada ação civil pública por improbidade administrativa, conforme previsto no artigo 11, II, da Lei nº 8.429/92, consistente no ilícito de retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.

Publique-se e encaminhe-se às pessoas e autoridade ora recomendadas.

Belém/Santarém/Juruti (PA), 26 de fevereiro de 2015.

RAIMUNDO DE JESUS COELHO DE MORAES

LILIAN REGINA FURTADO BRAGA

FABIANA KEYLLA SCHNEIDER

Promotores de Justiça e Procuradora da República

**Membros do Ministério Público do Estado do Pará e do Ministério Público
Federal no Pará**

Anexo 4

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - **Seção 2** ISSN 1677- Nº 37, quinta-feira, 21 de fevereiro de 2019

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 203, DE 5 DE FEVEREIRO DE 2019

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto n.º 8.955, de 11 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial do dia 12 de janeiro de 2017, combinado com o art. 107 inciso VII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 338, de 09 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Dispensar REGINA LUCIA LEAL NINA JAPIASSU, ocupante do cargo efetivo de Assistente de Administração, matrícula SIAPE nº 0718358, CPF nº 130.520.982-68, da Função Comissionada do Poder Executivo, de Assistente, código FCPE-102.2, da Diretoria de Gestão Administrativa, do Quadro de Pessoal deste Instituto.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO CARLOS DE JESUS CORRÊA

PORTARIA Nº 291, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial do dia 12 de janeiro de 2017, combinado com o art. 107, inciso VII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 338, de 09 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 seguinte, e

CONSIDERANDO o Termo de Compromisso e de Sustentabilidade Social, Ambiental e Econômica, celebrado entre as partes: a Alcoa World Alumina Brasil Ltda - AWA; a Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho - ACORJUVE e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, visando acordo extrajudicial acerca dos direitos decorrentes da implantação da mina de Juruti;

CONSIDERANDO que o item 3.1 do Termo de Compromisso estabelece a instituição de um Grupo Executivo, por ato do INCRA, integrado por até 03 (três) representantes indicados de cada uma das partes, com as atribuições definidas nos itens 3.2, 3.7 e 4.1 do referido Termo de Compromisso;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 54000.000599/2012-52, resolve:

Art. 1º Instituir Grupo Executivo com a composição seguinte:

I - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

a) Titulares: Ruberval Lopes da Silva - Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário, Mat. SIAPE 1616495, CPF.: 356.495.002-82; Débora Mabel Nogueira Guimarães - Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário, Mat. SIAPE 1485967, CPF.: 895.334.291-00 e Elizângela Gemaque de Almeida - Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário, Mat. SIAPE 1660563, CPF.: 612.222.242-91.

b) Suplentes: Carlos Alberto Ramos Ansarah - Engenheiro Agrônomo, Mat.SIAPE 1620173, CPF.: 117.036.468-35; Tarita Andrade Tavares - Assistente Técnico, Mat. SIAPE 3242595, CPF.: 335.284.891-20 e Marcelo Fernandes Pinto - Engenheiro Agrônomo, Mat. SIAPE 2004932, CPF.: 923.325.601-49. II) Alcoa World Alumina Brasil Ltda - AWA.

a) Titulares: Rogério Fernandes Ribas - Administrador de Empresas, CPF.:882.562.357-72; Fábio Abdala - Cientista Político, CPF.: 126.150.248-50 e Gisele Fernanda Salvador - Administradora de Empresas, CPF: 298.783.178-11.

b) Suplentes: Viviane Nahon Penna - Contadora, CPF: 395.496.662-04; JoséLuiz Nunes Fernandes - Contador, CPF.: 008.740.468-07 e Sílvia Hiromi Fujiyoshi, Jornalista, CPF.: 642.541.272-00.

III) Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho - ACORJUVE.

a) Titulares: Gerdeonor Pereira dos Santos - Agricultor Familiar, CPF.: 445.580.072-72; Esgiron Xavier de Oliveira - Agricultor Familiar, CPF.: 620.927.662-87; Márcio José Machado Sanches - Agricultor Familiar, CPF.: 975.212.642-15.

b) Suplentes: Francisco Batista de Almeida - Agricultor Familiar, CPF.: 570.909.982-15; Agnaldo de Sousa Pereira - Agricultor Familiar, CPF.: 000.203.642-88 e Messias Silva dos Santos - Agricultor Familiar, CPF.: 537.660.162-53.

Art. 2º O prazo de validade desta Portaria é de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogáveis.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO CARLOS DE JESUS CORRÊA

PORTARIA Nº 302, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 17, do Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017, e considerando o disposto no art. 93 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com a redação conferida pelo art. 22 da Lei

nº 8.270, de 17 de dezembro de 1991, regulamentado pelo Decreto nº 9.144, de 22 de agosto de 2017, na Lei nº 9.020, de 30 de março de 1995, combinada com a Lei nº 13.328, de 29 de julho de 2016, na Lei nº 11.090, de 7 de janeiro de 2005 e pela Orientação Normativa SEGEP/MP nº 4, de 12 de junho de 2015, e demais informações que constam do processo nº 08143.000325/2018-15, resolve:

Art. 1º Efetivar, pelo prazo de 3 (três) anos, a requisição da servidora CAROLINE HIMMELREICH AYHALA, matrícula SIAPE 1528556, ocupante do cargo efetivo de Analista em Reforma e Desenvolvimento Agrário, do Quadro de Pessoal do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, para a Defensoria Pública da União em Campo Grande/MS. Art. 2º O ônus pela remuneração é do órgão requisitado.

Art. 3º A servidora deverá apresentar-se imediatamente ao órgão de origem ao término da requisição, observando o disposto nos artigos 4º e 6º da Orientação Normativa SEGEP/MP nº 04, de 12 de junho de 2015.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO CARLOS DE JESUS CORRÊA

PORTARIA Nº 310, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA

AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial do dia 12 de janeiro de 2017, combinado com o art. 107 inciso VII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 338, de 09 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 seguinte, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito o artigo 1º da PORTARIA/INCRA/P/Nº 2006, de 18 de dezembro de 2018, publicada no Diário Oficial da União do dia 27 seguinte, Seção 2, página 3. Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO CARLOS DE JESUS CORRÊA

PORTARIA Nº 369, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA

AGRÁRIA - INCRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 21, da Estrutura Regimental deste Instituto, aprovada pelo Decreto nº 8.955, de 11 de janeiro de 2017, publicado no Diário Oficial do dia 12 de janeiro de 2017, combinado com o art. 107, inciso VII, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 338, de 09 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União do dia 13 seguinte, e;

Considerando o disciplinado no art. 69, da Medida Provisória nº 870, de 1º de janeiro de 2019, que transferiu a competência da Secretaria de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário - SEAD para o Incra, incluindo a regularização fundiária de áreas rurais na Amazônia Legal;

Considerando que a competência para análise dos processos de regularização fundiária na Amazônia Legal pelo Incra somente será aplicada após entrada em vigor da alteração da estrutura regimental da Autarquia, conforme determina o art. 84 da MPv 870, de 2019;

Considerando a imediata necessidade de atender a demanda de diversos órgãos e cidadãos em geral por informações acerca da regularização fundiária na Amazônia Legal, resolve:

Art. 1º Constituir Grupo de Trabalho com a finalidade de facilitar e assegurar a transferência de acervo patrimonial e processual, servidores e fluxo de informações, nas condições contida na MPV 870, de 1º de janeiro de 2019, e

I - Propor medidas preliminares e acompanhar a sua implementação, visando a organização das novas atribuições do Incra na Amazônia Legal;

II - Organizar informações e respostas a documentos; encaminhar soluções administrativas; bem como encaminhar aos setores e aos órgãos competentes quando necessário;

III - Requisitar informações e apoio das demais áreas administrativas do Incra, visando o funcionamento de fluxos e compatibilização de sistemas.

Art. 2º Este Grupo de Trabalho será integrado por Cletho Muniz de Brito, Diretor Incra/DF, matrícula nº 0725055, Stanislaw Antônio Lopes, Coordenador DFR, matrícula nº 1219201, Alex Paulo de Souza, Coordenador Geral DAA, matrícula nº 1550714, Orlando Braz da Cruz Filho, Chefe de Divisão DAA-4 matrícula nº 1087808, Robson Disarz, membro, matrícula nº 2012035 e Assis Brasil Guimarães Filho, membro, matrícula nº 1558389, sob a coordenação do primeiro, Diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Art. 3º Prazo inicial é de 60 dias, prorrogáveis, com vigência a partir da data de sua publicação desta portaria no Diário Oficial da União.

JOÃO CARLOS DE JESUS CORRÊA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO ACRE

PORTARIA Nº 366, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INCRA NO ESTADO DO ACRE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela PORTARIA/INCRA/P/Nº 649, de 08 de agosto de 2000, publicada no Diário Oficial da União do dia 09 seguinte, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária ao servidor Otávio Rufino dos Santos, no cargo de Motorista, Classe "S", Padrão III, matrícula SIAPE nº 0724099, do Quadro de Pessoal deste Instituto, com fundamento no Artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005, publicada no D.O.U. de 06/07/2005, com proventos integrais, à vista das informações constantes no Processo/INCRA/SR-14/SEI Nº 54000.023282/2019-61.

SEBASTIÃO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM ALAGOAS

PORTARIA Nº 361, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, NO ESTADO DE ALAGOAS - SR-22, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria Casa Civil/Nº 1.723, de 25 de outubro de 2018, publicada no Diário Oficial da União - DOU no dia 26 seguinte, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária ao servidor JOSÉ MONTEIRO, no cargo de Economista, classe "S", Padrão III, Matrícula SIAPE nº 07025432 do Quadro de Pessoal deste Instituto, com fundamentos no art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47 de 05 de julho de 2005, com proventos integrais, à vista das informações constantes no Processo INCRA nº 54000.020843/2019-70. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WILSON CÉSAR LIRA DOS SANTOS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO

PORTARIA Nº 337, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE REGIONAL, SUBSTITUTO, DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA-INCRA, NO ESTADO DE MATO GROSSO, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria/INCRA/P/Nº 649, de 08 de agosto de 2000, publicada no Diário Oficial, do dia 09 seguinte, resolve:

Conceder aposentadoria a MARLENE VIEIRA VIGILATO, matrícula SIAPE: 1082810, servidora desta Autarquia, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Administração, CPF: 162.204.551-34, Nível: NI, Classe: "S", Padrão III, lotado no Serviço de Infra-Estrutura - SR-13/D1, do Quadro de Pessoal deste Instituto, com fundamento no Art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, de 05 de julho de 2005, publicada em 06 de julho de 2005, à vista das informações constantes no Processo/INCRA/SR-13/SEI/Nº 54240.000425/2017-71.

CARLOS EDUARDO BARBIERI GREGÓRIO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MATO GROSSO DO SUL

PORTARIA Nº 268, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto 8.955 de 11 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental da Autarquia, alterada pelo Decreto nº.9.282, de 7 de fevereiro de 2017, e com o art. 115, Inciso II, combinado com o art. 107, Inciso X, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº.338, de 09 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União-DOU de 13 de março de 2018, e competência delegada pela Portaria INCRA/P/Nº 649, de 08 de agosto de 2000, publicada no DOU em 9 de agosto de 2000, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária com proventos integrais, ao servidor ADEMAR FERNANDES, no cargo efetivo de Motorista, Classe "S", Padrão III, matrícula SIAPE nº 0724702, do Quadro de Pessoal deste Instituto, com fundamento no Art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, de 05 de julho de 2005, publicada em 06 de julho de 2005, à vista das informações constantes no Processo SEI n.º 54000.019947/2019-31.

HUMBERTO CESAR MOTA MACIEL

PORTARIA Nº 269, DE 14 DE FEVEREIRO DE 2019

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto 8.955 de 11 de janeiro de 2017, que aprovou a Estrutura Regimental da Autarquia, alterada pelo Decreto nº.9.282, de 7 de fevereiro de 2017, e com o art. 115, Inciso II, combinado com o art. 107, Inciso X, do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria nº.338, de 09 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União - DOU de 13 de março de 2018, e competência delegada pela Portaria INCRA/P/Nº 649, de 08 de agosto de 2000, publicada no DOU em 9 de agosto de 2000, resolve: Conceder aposentadoria voluntária com proventos integrais, ao servidor JOSÉ CARLOS VIEIRA ANTUNES, no cargo efetivo de Técnico Agrícola, Classe "S", Padrão III, matrícula SIAPE nº 0724660, do Quadro de Pessoal deste Instituto, com fundamento no Art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, de 05 de julho de 2005, publicada em 06 de julho de 2005, à vista das informações constantes no Processo SEI n.º 54000.020597/2019-56.

HUMBERTO CESAR MOTA MACIEL